

STEFAN ZWEIG

BRASIL

um país do futuro

Prefácio de Alberto Dines

L&PMPOCKET





Stefan Zweig

BRASIL

um país do futuro

Prefácio de Alberto Dines

Tradução de KRISTINA MICHAELLES

www.lpm.com.br

L&PM POCKET

Prefácio

Alberto Dines

É o mais famoso de todos os textos que se escreveram sobre o Brasil. De 1500 até 1941 (quando saiu a primeira edição) e mesmo agora, 65 anos depois, nenhuma obra foi tão traduzida, tão reeditada e tão citada quanto esta ode de Stefan Zweig ao país que o abrigou durante a Segunda Guerra Mundial. E onde se matou, junto com a mulher, Lotte, oito meses depois.

Nenhum título foi tão celebrado quando este *Brasil, um país do futuro*. Transformou-se em cognome, sobrenome, estigma e vaticínio. País-promessa, terra do nunca, nação do amanhã – a expressão pode ser entendida em todos os sentidos.

Até hoje não se sabe exatamente o que Zweig pretendia dizer com esse sugestivo e enigmático jogo de palavras (*um* país ou *o* país, *do* futuro ou *de* futuro ?). A ideia não foi dele, mas de James Stern (aliás, Andrew St. James), o tradutor para o inglês do original alemão, que o pescou em francês na epígrafe da obra.

Uma coisa é certa: dois anos depois de iniciada a mais terrível de todas as guerras, Zweig viu no Brasil uma alternativa ao ódio que grassava na Europa. As ideias de Gilberto Freyre sobre a miscigenação racial e as de Sérgio Buarque de Holanda sobre a “cordialidade” brasileira circulavam há poucos anos porém em círculos restritos. Zweig recortou-as perante as agruras do momento.

Fascinado com aquela sociedade multicolorida, generosa, pacata, alegre porém tocada por uma certa melancolia, Zweig enxergou uma possibilidade de conciliação. Combinado às extraordinárias riquezas do país, o pacto de convivência oferecia-se como um paradigma natural, diametralmente oposto ao rancor racial e ao desvario político imposto pelo nazifascismo.

Ficcionista e biógrafo de sucesso, um dos autores mais traduzidos nos anos 20 e 30 do século passado, Zweig pretendia oferecer um livro político sem falar em política (que detestava). Em Nova York, onde se encontrava de passagem, acertou com os seus editores internacionais um lançamento simultâneo. No auge do primeiro conflito globalizado, conseguiu a proeza

de lançar em agosto-setembro de 1941 a edição brasileira, a norte-americana e, no fim do mesmo ano, as edições alemã, sueca (ambas impressas em Estocolmo, já que na Europa ocupada por Hitler as obras de um autor judeu estavam condenadas) e também a portuguesa. No início de 1942, saíram as edições francesa (nos EUA, pelo mesmo motivo) e espanhola (na Argentina).

Zweig recusou a imagem do país exótico e pitoresco, deixou de lado os balangandãs e, em troca, ofereceu aquele arrebatado esboço para uma potência sem prepotências, afável, segura. Num mundo ressentido e sem saídas, entalado numa guerra que adivinhava-se demorada, a utopia engendrada por Zweig funcionou como um bálsamo.

Menos no Brasil. Sucesso de público, como sempre, porém massacrado pelos críticos. Era proibido encantar-se com um país dominado por uma férrea ditadura onde a máquina da propaganda oficial era a única que se manifestava livremente. O redator-chefe do poderoso *Correio da Manhã* (do Rio, então Capital Federal) dedicou-lhe cinco sucessivos e ferozes textos, outros articulistas insinuaram que o famoso e rico escritor vendera-se ao Estado Novo de Getúlio Vargas.

Zweig fez efetivamente um negócio com o governo brasileiro: em troca do livro (que desde 1936 pretendia escrever), receberia junto com a mulher um visto de residência permanente. Uma preciosidade num momento em que o governo trancava as portas aos que fugiam dos horrores do nazismo.

Aqueles que o criticaram jamais protestaram contra a desumana política imigratória do governo, os preconceitos xenófobos e antissemitas herdados do integralismo tinham então outros matizes. Além disso, amar o Brasil era de mau gosto, lembrava o ufanismo vazio do conde Afonso Celso.

Poucos perceberam que Zweig condenava a miséria em que se encontrava grande parte do país e, para mitigá-la, oferecia um projeto de civilização acoplado a um plano de “desenvolvimento sustentável” (como se diria hoje). Não era economista, mas o amigo Roberto Simonsen, considerado um dos patriarcas das ciências econômicas no Brasil, ofereceu-lhe valiosos subsídios que ele soube recortar e encaixar no seu canto de louvor.

Reeditado em nosso país cerca de oito vezes (menos do que na Argentina, onde nos primeiros dez anos tiraram-se quinze edições), esgotado desde 1981, este *Brasil, um país do futuro* finalmente reaparece em nova tradução, viva, atual, em formato de fácil manuseio, acessível como merece e numa hora marcada pela perplexidade.

Melhor momento não poderia haver para perguntar: Zweig errou ou foi o Brasil que escolheu o modelo errado?

São Paulo, julho de 2006

Un pays nouveau, un port magnifique, l'éloignement de la mesquine Europe, un nouvel horizon politique, une terre d'avenir et un passé presque inconnu qui invite l'homme d'étude à des recherches, une nature splendide et le contact avec des idées exotiques nouvelles.[1](#)

Do diplomata austríaco conde Prokesch-Osten em 1868 para Gobineau, quando este hesitava em aceitar o cargo de enviado ao Brasil.

¹ Um país novo, um porto magnífico, o distanciamento da mesquinha Europa, um novo horizonte político, uma terra do futuro e um passado quase desconhecido que convida o homem de estudos a fazer pesquisas, uma natureza esplêndida e o contato com ideias exóticas novas.

Introdução

Antigamente, antes de tornar público um livro, os escritores costumavam fazer um pequeno prólogo em que informavam por que razões, a partir de que pontos de vista e com que intuito haviam escrito o seu livro. Era um bom hábito. Por causa da franqueza e da abordagem direta, criava de antemão uma harmonia entre aquele que escreve e aquele para quem foi escrito. Sendo assim, também eu gostaria de dizer com a maior franqueza possível o que me levou a me ocupar de um tema aparentemente tão distante do meu trabalho normal.

Quando, em 1936, estava prestes a participar do congresso do Pen Club em Buenos Aires, na Argentina, recebi um convite para visitar também o Brasil. Minhas expectativas não eram muito altas. Sobre o Brasil, eu tinha a mesma imagem algo pretensiosa que têm o europeu e o norte-americano medianos, e eu me esforço em reconstruí-la: uma daquelas repúblicas sul-americanas que não distinguimos bem umas das outras, com clima quente e insalubre, situação política instável e finanças em desordem, mal administrada e onde apenas as cidades litorâneas são relativamente civilizadas, porém geograficamente belo e com muitas possibilidades mal aproveitadas – um país, portanto, para emigrados desesperados, mas de modo algum um lugar do qual se possam esperar estímulos intelectuais. Ficar uns dez dias me parecia o suficiente para alguém que não era nem geógrafo profissional nem colecionador de borboletas, caçador, desportista ou comerciante. Oito dias, dez dias, e depois voltar rapidamente, assim pensei, e não me envergonho em registrar essa minha disposição tola. Acho até importante, pois essa imagem é aproximadamente a que vigora ainda hoje em nossos círculos europeus e norte-americanos. Em termos culturais, o Brasil é, até hoje, a mesma terra incógnita que, no sentido geográfico, foi para os primeiros navegantes. Volta e meia me surpreendo com os conceitos confusos e insuficientes que mesmo pessoas eruditas e politicamente interessadas têm acerca desse país o qual, no entanto, indubitavelmente está fadado a ser um dos fatores mais importantes do desenvolvimento futuro do nosso mundo. Quando a bordo, por exemplo, um comerciante de Boston se referiu de forma bastante depreciativa aos pequenos países sul-americanos e eu tentei lembrá-lo que o território do Brasil é maior do que o dos Estados Unidos, ele achou que eu estava brincando e somente se convenceu depois de dar uma olhada no mapa. Noutra ocasião, eu descobri no romance de um conhecido autor inglês um

detalhe curioso: o fato de o personagem principal viajar para o Rio de Janeiro a fim de aprender o espanhol. Mas esse autor é apenas uma das incontáveis pessoas ignorantes do fato de que a língua falada no Brasil é o português. Mas, como já disse, não me compete criticar outros pelos seus poucos conhecimentos, pois eu próprio, quando deixei a Europa pela primeira vez, nada ou quase nada de confiável sabia sobre o Brasil.

Chegamos ao Rio: foi uma das impressões mais poderosas que eu experimentei em toda a minha vida. Fiquei fascinado e, ao mesmo tempo, estremei. Pois não apenas me defrontei com uma das paisagens mais belas do mundo, esta combinação ímpar de mar e montanha, cidade e natureza tropical, mas ainda com um tipo completamente diferente de civilização. Contrariando todas as minhas expectativas, o quadro era de ordem e limpeza na arquitetura e na paisagem urbanas, com ousadia e grandiosidade em todas as coisas novas e, ao mesmo tempo, uma cultura espiritual antiga, conservada de forma especialmente feliz por causa da distância. Havia cor e movimento. O olhar excitado não se cansava de ver e, para onde olhasse, era recompensado. Fiquei possuído por um torpor de beleza e de felicidade que excitava os sentidos, crispava os nervos, dilatava o coração, ocupava o espírito, e quanto mais eu via, nunca era o bastante. Nos últimos dias, viajei para o interior – quer dizer, imaginei estar viajando para o interior. Viajei doze, quatorze horas até São Paulo, até Campinas, acreditando estar me aproximando do coração do país. Mas quando, ao voltar, olhei para o mapa, descobri que mesmo depois dessas doze ou catorze horas de trem mal havia passado da epiderme do país. Pela primeira vez, comecei a perceber a grandeza inconcebível daquele país que não deveria ser chamado de país e sim de continente, um mundo com espaço para trezentos, quatrocentos, quinhentos milhões de habitantes e uma riqueza incomensurável, da qual nem a milésima parte foi explorada ainda sob o solo farto e intacto. Um país em rápido desenvolvimento e que apenas começa a se desenvolver, apesar de todas as atividades de trabalho, construção, criação e organização. Um país cuja importância para as próximas gerações é inimaginável até fazendo as combinações mais ousadas. E, com uma rapidez surpreendente, derreteu-se a arrogância europeia que eu levava como bagagem inútil nessa viagem. Percebi que tinha lançado um olhar para o futuro do nosso mundo.

Quando o navio zarpou – era uma noite estrelada, e, apesar disso, aquela cidade única brilhava com seus colares de pérolas de luz elétrica mais bela e mais misteriosa do que as faíscas no firmamento – tive a certeza de que não estava vendo aquela cidade e aquele país pela última vez. Tive a clareza de que, na verdade, não havia visto nada, ou pelo menos não o suficiente. Planejei voltar logo no ano seguinte, mais bem preparado, para ficar mais tempo e para experimentar outra vez e mais intensamente aquela sensação de viver dentro do porvir, do futuro, desfrutando mais conscientemente da segurança da paz e do bom ambiente acolhedor. Mas não pude cumprir a minha promessa. No ano seguinte eclodiu a guerra na Espanha, e todos se diziam: esperemos por tempos mais calmos. Em 1938 caiu a Áustria, e novamente foi o caso de esperar por um momento mais tranquilo. Depois, em 1939, veio a Tchecoslováquia, e depois a guerra na Polônia, e depois a guerra de todos contra todos na nossa Europa suicida. Cada vez mais ardente se tornou o meu desejo de me afastar por algum tempo de um mundo que se destrói para um mundo que se constrói pacífica e criativamente. Afinal, voltei para aquele país, mais bem preparado do que antes, para tentar fazer dele uma pequena descrição.

Sei que esta descrição não é e nem poderia ser completa. É impossível conhecer inteiramente o Brasil, esse mundo tão vasto. Passei cerca de meio ano nesse país, mas só agora, apesar de toda a vontade de aprender e de todas as viagens, sei o quanto falta para ter uma visão realmente completa desse gigantesco reino e que uma vida inteira não bastaria para poder afirmar: conheço o Brasil. Não pude conhecer vários estados, dentre os quais alguns que são tão grandes ou maiores do que a França ou a Alemanha. Não atravessei as regiões de Mato Grosso, Goiás ou as selvas do rio Amazonas, que nem foram ainda inteiramente penetradas por expedições científicas. Portanto, não travei conhecimento com a vida primitiva desses povoados espalhados por vastas áreas e não posso descrever a vida de todas as categorias profissionais que mal têm contato com a civilização: a dos barqueiros que navegam nos grandes rios, a dos caboclos da região amazônica, a dos garimpeiros, a dos vaqueiros e gaúchos, a dos seringueiros na mata virgem ou a dos sertanejos de Minas Gerais. Não visitei as colônias alemãs de Santa Catarina em cujas velhas casas ainda está pendurado o retrato do imperador Guilherme e, nas novas,

o de Adolf Hitler, nem as colônias japonesas do interior de São Paulo, e não posso dizer a ninguém com certeza se realmente algumas das tribos indígenas naquelas matas impenetráveis ainda são canibais.

Das atrações paisagísticas, também só conheço algumas por meio de fotografias, quadros e livros. Não percorri durante vinte dias a selva amazônica verde, grandiosa em sua monotonia, chegando às fronteiras do Peru e da Bolívia. Devido às dificuldades de navegabilidade naquela época do ano, perdi a chance de empreender a viagem de doze dias no São Francisco, o poderoso rio do interior brasileiro, tão importante para a história do país. Não escalei o Itatiaia, o pico de três mil metros de altura, de onde se divisa o planalto brasileiro com suas montanhas até Minas Gerais e o Rio de Janeiro. Não vi o Iguaçu, aquela maravilha do mundo, que precipita poderosas massas de água em uma catarata espumante, e cuja grandiosidade, segundo depoimentos de visitantes, supera em muito a do Niágara. Não penetrei com machadinha e facão na densidade opaca e brilhante da mata virgem. Apesar de todas as viagens, observações, leituras e buscas, não passei muito da borda da civilização no Brasil, e devo me consolar com a ideia de ter encontrado no máximo dois ou três brasileiros que afirmaram conhecer as profundezas internas e quase impenetráveis de seu próprio país, que me confirmaram que nem trem, barco a vapor ou carro, também impotentes contra a extensão fantástica desse reino, teriam me levado mais longe. Por honradez, tampouco posso fornecer conclusões definitivas, previsões e profecias sobre o futuro econômico, financeiro e político do Brasil. Em termos econômicos, sociológicos e culturais, os problemas do Brasil são tão novos, tão insólitos e, principalmente por causa da sua extensão, estratificados de forma tão desordenada, que cada um deles exigiria uma equipe completa de especialistas para fornecer uma explicação consistente. Impossível ter uma visão completa de um país que ainda nem consegue se perceber como conjunto, além de se estar em meio a um processo tão intempestivo de crescimento que qualquer relatório e qualquer estatística já estarão ultrapassados antes que a informação se torne escrita e que esta escrita, por sua vez, vire palavra impressa. Por isso, de toda a plêiade de aspectos destacarei principalmente um problema que me parece o mais atual e que confere ao Brasil um lugar especial entre todas as nações do mundo no que se refere ao espírito e à moral.

Este problema central, que se impõe a toda geração, portanto também à nossa, é a necessidade de responder à pergunta tão simples e, ao mesmo tempo, tão imperiosa: como conseguir em nosso mundo uma convivência pacífica entre as pessoas apesar da diversidade de raças, classes, cores, religiões e convicções? Esse é o problema com que toda comunidade, todo país sempre volta a se defrontar. A nenhum outro país senão no Brasil ele se impôs em uma constelação tão complicada, e nenhum outro país – e é como grato testemunho disso que escrevo este livro – conseguiu resolvê-lo de maneira tão feliz e exemplar como o Brasil. Uma maneira que, na minha opinião, não requer apenas a atenção, mas também a admiração do mundo.

Pela sua estrutura etnológica, caso tivesse acompanhado a loucura nacionalista e racista da Europa, o Brasil deveria ser o país mais dividido, menos pacífico e mais conturbado do mundo. Nas ruas e nos mercados, é possível distinguir claramente as diferentes raças de que a população é composta. Há os descendentes dos portugueses, que conquistaram e colonizaram o país, a população indígena originária que habita o interior desde tempos imemoriais, os milhões de negros trazidos da África nos tempos da escravidão, e, depois, os milhões de italianos, alemães e japoneses que vieram como colonos. Do ponto de vista europeu, seria de se esperar que cada um desses grupos fosse hostil com os outros – os que chegaram primeiro com os que vieram depois, brancos contra negros, americanos contra europeus, morenos contra amarelos; que as majorias e as minorias se hostilizassem em uma disputa incessante pelos seus direitos e privilégios. Para surpresa, descobre-se que todas essas raças, que já pela cor evidentemente se distinguem umas das outras, convivem em plena harmonia e, apesar das diferentes origens, apenas competem no empenho de acabar com suas diversidades a fim de se tornarem rapidamente brasileiros, de constituir uma nação nova e homogênea. Da maneira mais simples, o Brasil – e a significação deste grandioso experimento me parece exemplar – tornou absurdo o problema racial que complica o nosso mundo europeu: simplesmente ignorando seu suposto valor. Enquanto, no nosso velho mundo, prevalece a loucura de se querer criar pessoas de “raça pura”, como se fossem cavalos de corrida ou cães, a nação brasileira se baseia há séculos unicamente no princípio da mistura livre e sem entraves, a total equiparação entre negros e brancos, morenos e amarelos. Aquilo

que, em outros países, apenas ficou estabelecido na teoria em papel e pergaminho – a igualdade civil absoluta na vida pública e na vida privada –, aqui existe visivelmente no espaço real: na escola, nas repartições, nas igrejas, nas profissões e no exército, nas universidades e nas cátedras. É comovente ver as crianças de todos os matizes da epiderme humana – chocolate, leite e café – voltando da escola abraçadas, e tal união física e espiritual atinge os níveis mais elevados, as academias e os cargos estatais. Não há fronteiras entre cores, nem exclusões, divisões arrogantes, e nada é mais característico para a naturalidade dessa convivência do que a falta de palavras pejorativas na língua. Enquanto, entre nós, cada nação inventa uma palavra odiosa ou de desprezo para a outra, como *Katzelmacher* ou *boche*, falta totalmente no vocabulário brasileiro a palavra correspondente depreciativa para o negro ou o crioulo, pois quem poderia, quem quereria se gabar aqui de ser de raça pura? Se foi exagerada a afirmação irritada de Gobineau de que a única pessoa de raça pura que ele encontrou foi o imperador Dom Pedro II, é exatamente o brasileiro genuíno – excetuando-se os últimos emigrados – quem pode ter certeza de ter algumas gotas de sangue nativo. Mas – surpresa – ele não se envergonha disso. O suposto princípio destrutivo da mistura, esse horror, esse “pecado contra o sangue” dos nossos fanáticos teóricos racistas, é, aqui, o cimento de uma civilização nacional, conscientemente utilizado. Sobre esse fundamento ergueu-se, há quatrocentos anos, uma nação e – milagre! – a constante miscigenação e a mútua adaptação no mesmo clima e nas mesmas condições de vida forjaram um tipo humano próprio, que carece de todas aquelas qualidades “desagregadoras” tão pomposamente proclamadas pelos fanáticos da raça pura. Raramente se veem em qualquer outra parte do mundo mulheres mais belas e crianças mais bonitas do que entre os mestiços, de estatura delicada, postura meiga; é com alegria que se observa nos rostos morenos dos estudantes a inteligência associada à modéstia tranquila e à polidez. Uma certa ternura, uma suave melancolia forjou aqui um contraste novo em oposição ao tipo mais rigoroso e ativo do norte-americano. O que se “desagrega” nessa mistura são apenas os contrastes veementes e, por isso, perigosos. Essa desagregação sistemática dos grupos nacionais ou raciais, principalmente unidos para a luta, facilitou infinitamente a criação de uma consciência nacional, e é impressionante como a segunda geração já se sente apenas brasileira. São

sempre os fatos, com sua força avassaladora, que refutam as teorias de papel dos dogmáticos. Por isso, o experimento “Brasil”, com sua negação completa e consciente de qualquer diferença de cor e de raça, em seu êxito visível trouxe uma importante contribuição no sentido de eliminar um desvario que gerou mais discórdia e desgraça para o nosso mundo do que qualquer outro.

Agora se sabe por que a alma fica tão aliviada logo que pisamos nesta terra. No primeiro momento tem-se a impressão de que esse efeito libertador e calmante é apenas uma alegria para os olhos, uma absorção feliz daquela beleza única que acolhe o recém-chegado com os braços bem abertos. Logo, no entanto, reconhecemos que essa disposição harmônica da natureza aqui passou a ser o modo de vida de uma nação inteira. Algo de inverossímil e de benfazejo envolve aquele que acabou de fugir da absurda loucura da Europa: a total ausência de qualquer hostilidade na vida pública e na privada. Aquela terrível tensão que há quase um século estira nossos nervos aqui praticamente inexistente. Todas as contradições, mesmo no campo social, são significativamente menos acentuadas e, sobretudo, menos envenenadas. A política, com todas as suas perfídias, ainda não é o eixo da vida privada nem o centro de todo o pensar e sentir. Logo que se chega ao país, a primeira surpresa, que se renova diariamente de maneira feliz, é descobrir a maneira gentil e pouco fanática com que as pessoas convivem naquele espaço imenso. Involuntariamente, respiramos aliviados por termos escapado ao ambiente sufocado do ódio de classe e racial para esta atmosfera mais quieta e humana. Não resta dúvida de que o estilo de vida é mais desleixado. Sob a influência imperceptivelmente relaxante do clima, as pessoas afrouxam, desenvolvem menos força impulsionadora, menos veemência, menos dinamismo – portanto, precisamente as qualidades que, hoje em dia, supervalorizamos tragicamente como sendo os valores morais de um povo. Mas para nós, que experimentamos em nossas próprias vidas as consequências terríveis dessas exaltações psíquicas, da avidez e da sede de poder, essa forma mais mansa e suave da vida é um benefício e uma felicidade. Longe de mim pretender passar a ilusão de que, no Brasil, tudo já esteja no estágio ideal. Muita coisa está apenas no começo ou em transição. O nível de vida de uma grande parte da população ainda está muito abaixo da nossa. As atividades tecnológicas e industriais desta nação de cinquenta milhões de

habitantes só são comparáveis ainda às de pequenos países europeus. A máquina administrativa ainda não está azeitada e às vezes produz paradas incômodas. Quem viaja algumas centenas de milhas para o interior ainda retrocede um século para a era primitiva. O recém-chegado terá que se adaptar a pequenas impontualidades e inexatidões na vida cotidiana, a um certo desleixo, e certos viajantes que costumam ver o mundo apenas a partir do hotel e do carro ainda podem se dar ao luxo de voltar com a sensação arrogante de pertencer a uma civilização superior, achando muita coisa no Brasil atrasada ou pouco confiável. Mas os acontecimentos dos últimos anos mudaram essencialmente nossa opinião sobre o valor das palavras “civilização” e “cultura”. Não estamos mais dispostos a equipará-las aos conceitos de “organização” e “conforto”. Nada promoveu mais esse fatídico engano do que a estatística que, enquanto ciência mecânica, calcula o produto interno bruto e a renda *per capita* de um país – quantos carros, banheiros, aparelhos de rádio e taxas de seguro existem por cabeça. De acordo com essas tabelas, os povos mais cultos e civilizados seriam aqueles que têm a maior produção, o máximo em consumo e a maior soma de rendas individuais. Vimos que um grau mais elevado de organização não impediu os povos de usar essa organização apenas em nome da bestialidade no lugar da humanidade, e que a nossa civilização europeia está em perigo pela segunda vez no período de apenas um quarto de século. Assim, não estamos mais dispostos a reconhecer um ranking de acordo com o poder industrial, financeiro ou militar de um povo, e sim usar como medida da superioridade de um povo o espírito pacifista e humanitário.

Nesse sentido – a meu ver, o mais importante – o Brasil parece-me ser um dos países mais exemplares e amáveis do mundo. É um país que odeia a guerra, e mais: que praticamente a desconhece. Com exceção do episódio do Paraguai, insensatamente provocado por um ditador enlouquecido, há mais de um século o Brasil tem resolvido todos os seus conflitos limítrofes com seus vizinhos por meio de acordos amigáveis e apelos a cortes internacionais. Seu orgulho e seus heróis não são os generais, e sim estadistas como o visconde do Rio Branco, que soube evitar guerras por meio da razão e da conciliação. Fechado em si, as fronteiras linguísticas equiparadas às fronteiras geográficas, o Brasil não tem ambições de conquistas territoriais ou tendências imperialistas. Nenhum vizinho exige

nada dele, nem o país exige nada de seus vizinhos. Nunca a paz no mundo se viu ameaçada por sua política, e mesmo em tempos de incerteza como os nossos não se pode imaginar que esse princípio básico de seu pensamento nacional, esse desejo de entendimento e conciliação alguma vez pudesse mudar. Pois esse desejo de conciliação, essa postura humanitária não tem sido a mentalidade casual dos diferentes governantes. É o produto natural de um caráter popular, da tolerância inata do brasileiro, comprovada ao longo de sua história. O Brasil foi a única entre as nações ibéricas que jamais conheceu perseguições religiosas sangrentas, nunca viu arder as fogueiras da Inquisição, em nenhum outro país os escravos foram tratados de forma relativamente mais humanitária. Mesmo suas revoltas internas e mudanças de governo se efetuaram praticamente sem derramamento de sangue. O rei e os dois imperadores que a vontade do Brasil de se tornar independente fez deixar o país retiraram-se sem serem importunados, sem ódio. Desde a independência, mesmo os líderes de revoltas e levantes fracassados não tiveram de pagar o preço com a vida. Os governantes deste povo sempre se viram inconscientemente forçados a se adaptar a esse espírito de conciliação. Não foi acaso o fato de que – durante décadas, a única monarquia entre todos os países da América – o Brasil teve como seu imperador o regente mais democrático e mais liberal de todas as cabeças coroadas. E hoje, enquanto ditadura, conhece mais liberdades individuais e contentamento do que a maioria dos nossos países europeus. Por isso, é sobre a existência do Brasil, cujo único desejo é a construção pacífica, que repousam nossas maiores esperanças de uma civilização futura e de pacificação do nosso mundo devastado pelo ódio e pela loucura. Onde quer que forças éticas estejam trabalhando, é nosso dever fortalecer essa vontade. Ao vislumbrar esperanças de um novo futuro em novas regiões em um mundo transtornado, é nosso dever apontar para este país e para tais possibilidades.

E por isso escrevi este livro.

História

Durante milhares e milhares de anos, o gigantesco território brasileiro com suas matas verde-escuras e farfalhantes, suas montanhas e rios, e o mar ritmicamente sonoro jaz desconhecido e anônimo. À tarde do dia 22 de abril de 1500, subitamente brilham no horizonte algumas velas brancas. Caravelas bojudas e pesadas, com a cruz vermelha portuguesa nas velas, aproximam-se. No dia seguinte, os primeiros barcos desembarcam na praia desconhecida.

É a frota portuguesa sob o comando de Pedro Álvares Cabral, que partiu da foz do Tejo em março de 1500, a fim de repetir a viagem inesquecível de Vasco da Gama em torno do Cabo da Boa Esperança rumo à Índia, aquele “feito nunca feito” decantado por Camões em *Os Lusíadas*. Diz-se que ventos adversos desviaram os navios da rota de Vasco da Gama ao longo da costa africana para tão longe, até a tal ilha desconhecida – pois é Ilha de Santa Cruz o nome que se dá a essa costa, cuja extensão ainda é ignorada. Sem levar em conta as viagens de Alonso Pinzon, que chegou às proximidades do rio Amazonas, e a duvidosa viagem de Vespúcio, o descobrimento do Brasil parece ter caído nas mãos de Portugal e de Pedro Álvares Cabral apenas graças a uma singular combinação de ventos e ondas. Mas os historiadores há muito tendem a não mais acreditar nesse “acaso”, pois Cabral levava consigo o piloto de Vasco da Gama, que conhecia muito bem o caminho mais curto, e a lenda dos ventos adversos cai por terra com o testemunho de Pero Vaz de Caminha, que estava a bordo e confirmou expressamente que a frota continuou viagem de Cabo Verde “sem haver tempo forte ou contrário”. Portanto, como nenhuma tempestade os desviou tanto para Oeste que viessem parar no Brasil, em vez de contornar o Cabo da Boa Esperança, deve ter sido uma determinada intenção ou – o que é ainda mais provável – uma ordem secreta do rei que fez com que Cabral resolvesse tomar o rumo para Oeste. Isso reforça a probabilidade de que a Coroa portuguesa já tivesse conhecimento secreto da existência e da situação geográfica do Brasil bem antes do descobrimento oficial. Este ainda é um grande mistério, cujos documentos desapareceram para todo o sempre por causa da destruição dos arquivos

com o terremoto de Lisboa, e o mundo provavelmente nunca saberá o nome do primeiro e verdadeiro descobridor do Brasil. Parece que, logo depois do descobrimento da América por Colombo, um navio português foi enviado para conhecer esta nova parte do globo, voltando com novas notícias. Ou então – e também para isso existem determinados indícios – já antes da audiência de Colombo a Coroa portuguesa tinha maior ou menor certeza desse país no longínquo Ocidente. Mas o que quer que soubesse, Portugal cuidava para não entregar o ouro ao vizinho invejoso. Na era dos descobrimentos, a Coroa tratava cada nova notícia sobre descobertas náuticas como segredo de Estado militar ou comercial, cuja divulgação para potências estrangeiras era punida com a pena de morte. Mapas, portulanos, rotas náuticas, relatórios de piloto eram trancados na Tesouraria de Lisboa, como ouro e pedras preciosas, e principalmente nesses casos uma divulgação prematura era inadequada, pois segundo a bula papal *Inter Caetera* todas as regiões até o limite de cem milhas a oeste de Cabo Verde pertenciam de direito aos espanhóis. Um descobrimento oficial depois daquela zona, naquele momento, apenas teria aumentado o patrimônio do vizinho, não o próprio. Portanto, não era do interesse de Portugal anunciar antecipadamente uma tal descoberta (se é que de fato aconteceu). Antes, era preciso ficar legitimamente assegurado que aquela nova terra não pertenceria à Espanha, e sim à Coroa portuguesa, e isso Portugal, com evidente previdência, garantiu por meio do Tratado de Tordesilhas, que em 7 de junho de 1494 – ou seja, pouco depois do descobrimento da América – ampliou a zona portuguesa das cem léguas originais para 370 a oeste de Cabo Verde, exatamente o necessário, portanto, para abranger a até então supostamente ainda não descoberta costa do Brasil. Se isso foi um acaso, então combinou estranhamente com o inexplicável desvio de Pedro Álvares Cabral de sua rota original.

Essa hipótese defendida por alguns historiadores de um conhecimento prévio do Brasil e de uma instrução secreta do rei dada a Cabral para desviar tanto para oeste a fim de que ele lá descobrisse “milagrosamente”, como escreveu ao rei da Espanha, as novas terras, ganha muito em credibilidade pela forma com que o cronista da frota, Pero Vaz de Caminha, relatou ao rei a descoberta do Brasil. Ele não manifesta nenhuma surpresa ou admiração de ter topado inesperadamente com terras

novas, mas registra secamente o fato como algo muito natural. Da mesma forma, o segundo cronista, desconhecido, manifesta apenas “che ebbe grandissimo piacere”. Nenhuma palavra do triunfo, nenhuma das suposições usuais entre Colombo e seus sucessores de que, com isso, se tivesse chegado à Ásia – nada mais do que a fria notícia que mais parece confirmar um fato conhecido do que anunciar um novo. Assim, a fama de Cabral de ter sido o primeiro a descobrir o Brasil – a qual já é colocada em dúvida pela chegada de Pinzon ao norte do Amazonas – pode vir a ser modificada com futuros documentos que vierem a ser achados. Enquanto nos falta esse documento, aquele dia 22 de abril de 1500 vigora como o ingresso dessa nova nação na História do Universo.

A primeira impressão causada pelas novas terras nos navegadores recém-chegados é excelente: terra fértil, ventos moderados, água potável fresca, frutas em fartura, uma população gentil e inócua. Todos os que chegam ao Brasil nos anos seguintes repetem as palavras solenes de Américo Vespúcio, que chegou um ano depois de Cabral: “Se algures na terra existe o paraíso terreno, não pode estar longe daqui!”. Os nativos, nos dias seguintes, surgem diante dos descobridores no inocente traje de sua nudez e mostram seus corpos nus “com tanta inocência como o rosto”, acolhem-nos com gentileza. Curiosos e pacíficos, os homens se aproximam, mas são principalmente as mulheres que, com seus belos corpos e sua solicitude rápida e sem preferências (elogiada também por muitos dos cronistas posteriores), fazem os navegadores esquecer as privações de muitas semanas. Uma verdadeira exploração ou ocupação do interior não acontece ainda pois, depois de cumprir sua missão secreta, Cabral deve seguir o mais rápido possível até o seu destino oficial, a Índia. No dia 2 de maio, depois de uma permanência de apenas dez dias, ele rumo para a África, depois de ter mandado Gaspar de Lemos percorrer toda a costa rumo ao norte e depois regressar para Lisboa com as notícias sobre a terra descoberta e algumas amostras de frutas, vegetais e animais.

A notícia de que a frota de Cabral encontrou essa nova terra – seja para cumprir uma missão secreta, seja por mero acaso – é recebida no palácio real com benevolência, mas sem grande entusiasmo. A informação é repassada em cartas oficiais para o rei da Espanha a fim de garantir o título legal de propriedade, mas a comunicação de que a nova terra era uma região “sem ouro nem prata, nem nenhuma cousa de metal” confere

pouco valor à descoberta. Portugal descobriu tantos países ao longo das últimas décadas, apropriando-se de uma parte tão grande do mundo, que a capacidade do pequeno país de acolher outro se esgotou. O novo caminho marítimo para as Índias lhe assegurou o monopólio das especiarias e, só com isso, uma riqueza incomensurável. Sabe-se em Lisboa que em Calcutá, em Málaca, uma riqueza acumulada durante centenas de anos em pedras preciosas, tecidos valiosos, porcelanas e especiarias está pronta para ser pilhada, e a impaciência de arrancar, com um golpe só, esse mundo de cultura superior e de fausto oriental impele Portugal a escalonar sua intrepidez e seu heroísmo de uma forma nunca antes vista na História. Mesmo em *Os Lusíadas*, com seus versos heroicos, mal consegue tornar compreensível essa aventura, essa nova expedição semelhante à de Alexandre Magno para conquistar simultaneamente três continentes e, além disso, todo o oceano desconhecido com algumas poucas pessoas e uma dúzia de minúsculos navios. País pequeno e pobre, Portugal, que duzentos anos antes se libertou do jugo árabe, não possui dinheiro vivo. Toda vez que prepara uma frota, o rei precisa antes empenhar o valor equivalente a banqueiros e comerciantes. Além disso, não dispõe de soldados em número suficiente para guerrear simultaneamente com árabes, indianos, malaios, africanos selvagens e erigir colônias e fortificações em todos os lugares dos três continentes. E, mesmo assim, como por milagre, Portugal consegue reunir todas as forças. Cavaleiros, camponeses e, conforme se queixou certa vez Colombo, até “alfaiates” deixam suas casas, suas mulheres, seus filhos e afluem de todas as partes do país para os portos. Não os assusta o fato de, segundo o famoso verso de João de Barros, “o oceano se tornar o túmulo mais frequente dos portugueses”. Pois a palavra Índia possui poderes mágicos. O rei sabe que um navio que regresse de Golconda paga o prejuízo de dez que se perdem. Um homem que vence as tempestades, os naufrágios, os combates, as doenças fica rico para si e seus vizinhos. Agora que a porta para a arca dos tesouros do mundo de então foi arrombada, ninguém mais quer permanecer na “casa pequena”, a pátria, e a unanimidade dessa vontade dá a Portugal um êxtase de força e de coragem que, durante o século, tornará possível o impossível e verdadeiro o inverossímil.

Nesse tumulto das paixões, um acontecimento de tanta importância para a História como é a descoberta do Brasil passa quase despercebido, e

nada é mais característico para o menosprezo desse fato do que Camões, nos milhares de versos de sua epopeia, nem mesmo mencionar o descobrimento ou a existência do Brasil. Os marinheiros de Vasco da Gama levaram para casa tecidos valiosos, joias, pedras preciosas e especiarias e sobretudo a notícia de que havia mil vezes mais de todas aquelas preciosidades nos palácios dos samorins e dos rajás. Como é pobre, em comparação, o que leva Gaspar de Lemos – alguns papagaios coloridos, algumas amostras de madeira, algumas frutas e a decepcionante notícia de que nada se pode obter dos habitantes nus. Ele voltou sem uma poeira de ouro sequer, sem uma pedra preciosa, sem especiarias, nenhuma daquelas preciosidades de que apenas um punhado vale mais do que florestas inteiras de pau-brasil, tesouros que facilmente podem ser retirados com alguns golpes de sabre, alguns tiros de canhão, enquanto os troncos ainda precisam ser derrubados antes de serem serrados, transportados em navios e depois vendidos. Se essa “Ilha” ou “Terra de Santa Cruz” contém riquezas, devem ser riquezas potenciais que precisam ser arrancadas ao solo com trabalho duro de muitos anos. Mas o rei de Portugal precisa de lucros rápidos e palpáveis para saldar suas dívidas. Portanto: primeiro as Índias, a África, as ilhas Molucas, o Oriente! É assim que o Brasil se torna a Cordélia desse rei Lear, a mais desprezada entre as três irmãs, a Ásia, a África e a América, mas ainda assim a única que se lhe manteve fiel na hora da necessidade.

Portanto, apenas a cruel lógica da necessidade explica por que Portugal, inebriado por seus fantásticos êxitos, a princípio mal se ocupou do Brasil. O nome não chega à população, não ocupa a imaginação. Os geógrafos alemães e italianos marcam a linha do litoral em seus mapas com o nome de “Brassil” ou “Terra dos Papagaios”, mas a Terra de Santa Cruz, essa região deserta e verde, não tem nada que atraia marinheiros ou aventureiros. Mas se o rei Manuel não tem tempo nem propensão para usar e proteger esse novo território, ao mesmo tempo não está disposto a deixar nem um palmo desse solo para outros, pois o Brasil lhe protege o caminho para as Índias e, principalmente, porque Portugal, em sua euforia de felicidade e ânsia de conquista, adoraria abarcar o mundo todo com sua mãozinha. Tenaz, persistente e hábil, ele luta pelo reconhecimento da Espanha de que esse território, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, fique na zona que pertence a Portugal. Os dois países quase entram em um

conflito por causa de um território que nenhum deles de fato quer e necessita, porque ambos apenas desejam pedras preciosas e ouro. Mas, ao mesmo tempo, ambos reconhecem como seria insensato voltarem as armas uns contra os outros, uma vez que necessitam de cada homem e de cada bala para pilhar os novos mundos que caíram do céu para ambas as partes. Em 1506, chegam a um acordo que confirma o direito de Portugal sobre o Brasil, exercido de forma até então apenas platônica.

Já não há mais o que temer da Espanha, o vizinho poderoso. Mas os franceses, que foram passados para trás na divisão do mundo entre Espanha e Portugal, começam a ficar cada vez mais atentos a esse pedaço ainda inabitado e desorganizado de terra vasta e bela. Cada vez mais começam a surgir navios de Dieppe e Le Havre para apanhar pau-brasil, e Portugal ainda não mantém navios ou soldados nos portos para impedir as invasões de piratas. Seu título de posse legal apenas está no papel. Com um rápido golpe de mão, com cinco ou, quem sabe, apenas três navios armados, a França, se quisesse, poderia se apoderar da colônia inteira. Para defender o vasto litoral, só há, portanto, um remédio: povoá-lo. Se a Coroa quiser fazer do Brasil um território português e conservá-lo como patrimônio, precisa enviar mais colonos portugueses. O território, com sua área gigantesca e possibilidades ilimitadas, quer braços e precisa de braços. E cada braço que chega acena para chamar mais e mais. Desde o início da História do Brasil este apelo se repete: gente, mais gente! É como se a voz da natureza quisesse crescer e se desenvolver e precisasse do homem como ajudante para lhe dar seu verdadeiro sentido, sua grandeza.

Mas como encontrar colonos no país minúsculo, já meio exangue? No início da era dos descobrimentos, Portugal dispõe de, no máximo, trezentos mil homens adultos. Deles, uma décima parte – os mais fortes, os melhores, os mais corajosos – já morreu vítima do mar, das batalhas, das doenças. Embora os povoados estejam vazios e os campos, secos, torna-se cada vez mais difícil encontrar soldados e marinheiros, e mesmo entre aqueles ávidos por aventuras ninguém quer ir para o Brasil. A camada mais vital e corajosa do país, os fidalgos e os soldados, recusam-se, pois sabem que não há na Terra Cruz ouro, pedras preciosas, marfim ou mesmo glória. Os eruditos, os intelectuais, por sua vez: o que fariam naquele deserto, longe de qualquer cultura? Os mercadores e

comerciantes: com que negociariam em um país com canibais nus, o que levar para casa em viagens extenuantes, se uma única ida às ilhas Molucas compensa mil vezes o risco? Mesmo os camponeses portugueses mais pobres preferem arar a própria terra a se arriscar naquele território estranho e desconhecido dos canibais. Nenhum homem nobre ou de posição, de posses ou de cultura mostra a menor vontade de embarcar para aquelas costas desertas. Assim, nos primeiríssimos anos de Brasil, não são mais do que alguns marinheiros naufragados, aventureiros e desertores de navios os que, por acaso ou indolência, ficaram lá, limitando-se a fazer o melhor que podem para uma rápida colonização: gerando inúmeros mestiços, os chamados mamelucos. Conta-se que um único deles gerou trezentos, mas no todo permanecem apenas algumas centenas de europeus em um país cujas dimensões naquela época são praticamente iguais às da Europa.

Dessa forma, torna-se necessidade imperiosa promover a imigração com violência e método de imigração. Para tal, Portugal emprega o método da deportação, já experimentado pela Espanha, conclamando todos os alcaides do país a não mais julgar os malfeitores que se declararem dispostos a viajar para o novo mundo. Para que superlotar as prisões e alimentar os criminosos durante anos às custas do Estado? Melhor degredá-los através dos mares para o novo mundo para nunca mais – quem sabe, poderiam vir a servir para alguma coisa. Como sempre, é o adubo forte, não muito limpo que melhor prepara o solo para a colheita futura.

Os únicos colonizadores que chegam voluntariamente, sem estigma ou sentença judicial, são os cristãos-novos, os judeus recém-batizados. Mas eles também não chegam totalmente por sua vontade, e sim por precaução e medo. Com maior ou menor sinceridade, foram submetidos ao batismo em Portugal para escapar à fogueira, mas, com razão, não se sentem mais seguros à sombra de Torquemada. Melhor, portanto, escapar a tempo para uma nova terra, enquanto a mão feroz da Inquisição ainda não consegue agarrá-los do outro lado do oceano. Grupos fechados desses judeus batizados ou não batizados se estabelecem nas cidades portuárias como os primeiros colonizadores burgueses. Esses cristãos-novos constituem as primeiras famílias da Bahia e de Pernambuco e, ao mesmo tempo, são os primeiros a organizar o comércio. Conhecedores do mercado mundial, tratam do corte e do embarque do pau vermelho, o pau-brasil, então único

produto de exportação do Brasil, e cuja concessão comercial um desses cristãos-novos, Fernando de Noronha, obteve do rei de Portugal por longo prazo mediante um acordo. Navios portugueses e estrangeiros passam a chegar agora regularmente para buscar a carga preciosa, e pouco a pouco se formam pequenos povoados portuários de Pernambuco até Santos, embriões das futuras cidades. Enquanto isso, em diversas expedições, frotas pequenas e grandes avançam até o rio da Prata e demarcam a costa. Mas o enorme país continua desconhecido e sem fronteiras depois da estreita faixa litorânea que, para o mundo de então, é o Brasil.

O progresso é lento nas primeiras três décadas, perigosamente lento. Cada vez mais navios estrangeiros visitam – ilegalmente, segundo a aceção de Portugal – os novos portos em busca de madeira de lei. Para instaurar a ordem, finalmente o rei decide mandar, em 1530, uma pequena frota comandada por Martim Alfonso de Souza, que pega três navios franceses em flagrante e, como primeira impressão, informa o rei português exatamente o que todos antes já disseram: o Brasil precisa ser colonizado, sob pena de a Coroa perder o território. Como sempre, desde o início da era heroica, no entanto, os cofres estão vazios: as guarnições na Índia, as fortalezas na África, a manutenção do prestígio militar, enfim, o imperialismo português atraem para si todo o capital e toda a ação. Por isso, é preciso iniciar uma nova experiência: povoar a terra da forma que já se revelou eficiente nos Açores e em Cabo Verde – o estímulo à colonização por meio da iniciativa privada. O território ermo é dividido em doze capitanias, cada uma delas doada com direitos hereditários a um homem que se compromete a desenvolver essa faixa de terra – ou melhor: esse reino – em seu próprio interesse. Porque o que esses capitães recebem são verdadeiros reinos, cada um do tamanho de França ou Portugal. Um nobre que não possui nada em Portugal, um oficial que deu provas de coragem nas batalhas na Índia e reivindica uma recompensa, um historiador como João de Barros, a quem o rei deve gratidão – cada um deles ganha, de uma só penada, um doze avos do Brasil, uma região fantástica, na expectativa de que atraia gente e, assim, cultive economicamente a terra concedida, contribuindo indiretamente para manter a pátria.

A primeira tentativa de introduzir um certo método nessa forma casual e fragmentada de colonização é idealizada com generosidade. As

vantagens para os donatários são inestimáveis: além do direito de cunhar moeda e alguns deveres menores, eles têm todos os direitos de um soberano. Se soubessem atrair um povo, seus filhos e netos teriam que ser equiparados aos monarcas europeus. Mas os donatários geralmente são homens de mais idade que já gastaram sua melhor energia a serviço do rei. Aceitam as terras concedidas como herança para filhos e netos, mas sem valorizá-las com seu trabalho enérgico. As décadas seguintes mostram que apenas duas das capitanias – São Vicente e Pernambuco, chamada de Nova Lusitânia – prosperam graças à lavoura do açúcar. As outras logo caem em um estado de anarquia, seja pela indiferença de seus proprietários, pela falta de colonos, pela hostilidade dos nativos ou catástrofes em água e terra. Todo o litoral ameaça ruir. Separadas umas das outras, sem acordo, ou um conjunto de leis comuns, sem poder militar, fortificações ou soldados, as capitanias ficam à mercê dos poderes inimigos, até mesmo de corsários atrevidos. Desesperado, Luís de Góis escreve ao rei em 12 de maio de 1548: “Se Sua Majestade não acorrer brevemente para ajudar as capitanias do litoral, não apenas perderemos nossa vida e nosso patrimônio, como Sua Majestade perderá o país todo”. Se Portugal não organizar homogeneamente o Brasil, o Brasil estará perdido. Somente um representante decidido do rei, um governador geral com poderes militares será capaz de criar ordem e soldar a tempo os fragmentos para formar uma unidade.

Uma importante decisão na História do Brasil foi o fato de o rei João II ter escutado a tempo o grito de socorro e enviado em 1^a de fevereiro de 1549 o governador Tomé de Souza, homem que já provara sua coragem na África e na Índia, para fundar uma capital em algum lugar, de preferência na Bahia, a partir da qual o país todo passaria a ser administrado de forma homogênea.

Além do funcionalismo necessário, Tomé de Souza chega com seiscentos soldados e quatrocentos degredados, os quais depois se assentarão na cidade ou no campo. O material necessário para construir a cidade também é desembarcado, e imediatamente todos põem mãos à obra. Em quatro meses, constroem um muro fortificado para defender a praça, erigem casas e igrejas onde antes havia apenas miseráveis choças de barro. Uma administração colonial e outra, para a cidade, são instaladas no palácio de governo provisório. Como sinal visível de uma Justiça

finalmente introduzida e já mais do que necessária, constrói-se um cárcere, primeira advertência de que se deseja implantar no futuro uma ordem mais rigorosa. O objetivo é fazer todos sentirem que não são mais enjeitados, olvidados, exilados e apátridas, aquém de direitos e deveres, mas que estão sujeitos a uma lei comum. Com a fundação de uma capital e a nomeação de um governador, o Brasil, até então um organismo amorfo, ganha um coração e um cérebro.

Tomé de Souza trouxe seiscentos soldados ou marujos e quatrocentos degredados, mil homens de armaduras ou em mangas de camisa. Porém, para o futuro do Brasil, mais importante do que esses mil homens com seus braços e sua força serão os seis homens de singelas batinas escuras que o rei enviou com a incumbência de serem os mentores intelectuais e conselheiros espirituais de Tomé de Souza. Pois esses seis homens trazem o que há de mais precioso para um povo e uma nação: uma ideia, a verdadeira ideia criadora do Brasil. Esses seis jesuítas possuem uma energia nova e virgem, pois sua ordem é jovem e plena de fervor sacro no sentido de preservar seu sentido especial. Ainda vive o seu líder e fundador, Inácio de Loyola, ainda a sua vontade ascética, sua férrea energia pensante, seu fanatismo objetivo lhes dão o exemplo visível da autodisciplina. Como em todos os movimentos religiosos, também para os jesuítas a intensidade espiritual, a pureza ética, naqueles anos iniciais e antes dos tempos de glória, estão em seu patamar mais elevado. Em 1550, os jesuítas ainda não são o poder espiritual, mundano, político, econômico que virão a constituir nos séculos vindouros – pois qualquer forma de poder reduz a pureza moral tanto de um homem quanto a de um partido. Sem posses em todos os sentidos, tanto os indivíduos quanto a ordem, eles personificam apenas uma determinada vontade, portanto um elemento espiritual ainda não imiscuído ao secular. E chegam na melhor hora, pois para sua grandiosa concepção de restabelecer a unidade religiosa do mundo por meio da beligerância espiritual, a descoberta das novas partes do mundo significa um ganho inaudito. Desde que, em 1519, o alemão feroz desencadeou a guerra religiosa na dieta de Worms, mais de um terço, quase metade da Europa, já abandonou a igreja, acuando o catolicismo, até então *ecclesia universalis*. Como seria vantajoso, portanto, poder conquistar os novos mundos que se abriram repentinamente para a fé antiga e verdadeira, criando assim um segundo front mais largo atrás do

primeiro! Como os jesuítas não exigem nada, nenhum soldo, nenhuma vantagem, o rei João aprova sua intenção de ganhar esse novo país para a fé e permite que seis desses “soldados de Cristo” acompanhem a expedição. Mas, na realidade, esses seis não se limitarão a acompanhar, mas irão liderar.

Com esses seis homens, algo novo começa para o Brasil. Todos os que vieram antes deles vieram cumprindo ordens, à força ou em fuga. Qualquer homem que até então desembarcou nestas praias veio para tirar algum proveito do país: madeira ou frutas, pássaros, minérios, pessoas. Nenhum deles pensou em retribuir nada a esta terra. Os jesuítas são os primeiros que não querem nada para si e tudo para o país. Trazem consigo plantas e animais para cultivar o solo, medicamentos para curar as pessoas, livros e instrumentos para ensinar os incultos. Trazem sua fé e a disciplina ética estabelecida pelo seu mestre. Trazem, acima de tudo, uma nova ideia, a maior ideia de colonização da História. Entre os povos bárbaros anteriores e no regime espanhol, a seu lado, colonizar significava exterminar os nativos ou tratá-los como animais. Para a moral conquistadora do século XVI, descobrimento é sinônimo de conquista, submissão, subjugação, privação de direitos, escravização. Os jesuítas, no entanto, “únicos homens disciplinados do seu tempo”, como os chamou Euclides da Cunha, pensam além desse processo de rapina, pensam no processo de construção, nas gerações vindouras, e desde o primeiro momento antecipam no novo país a equiparação moral de todos com todos. Precisamente porque a população nativa vive no patamar mais baixo é que não deve ser rebaixada para o estágio de animais e escravos, e sim elevada à condição humana, conduzida através do caminho do cristianismo para a civilização ocidental. A ideia é desenvolver uma nova nação por meio de mistura e educação. É por causa dessa ideia criadora que, de um conglomerado de diferentes elementos, o Brasil passou a ser um organismo, dos contrastes mais visíveis fez-se uma unidade.

Naturalmente, os jesuítas sabem que é impossível resolver em curto prazo uma tarefa dessa envergadura. Não são sonhadores vagos e confusos, e seu mestre Inácio de Loyola não é nenhum São Francisco de Assis que acredita em uma suave fraternidade entre todos os homens. São realistas, esfolados pelos seus exercícios a forjar diariamente sua energia para vencer a resistência imensa das fraquezas humanas no mundo. Conhecem

os perigos e a morosidade de sua missão. Mas justamente por visarem desde o princípio um objetivo longínquo, colocado a séculos de distância, na eternidade, que eles se distinguem tão grandiosamente de funcionários e guerreiros, os quais apenas querem lucros rápidos e visíveis para si e sua pátria. Os jesuítas sabem perfeitamente que serão necessárias várias gerações para completar o processo do “abrasileiramento”, e que nenhum entre aqueles que arriscam a vida, a saúde, a força nesse início verá nem mesmo os resultados mais fugidios de seus esforços. É um trabalho penoso de semeadura que eles iniciam, um investimento difícil e aparentemente sem perspectiva, mas justamente por ser feito em solo ainda não cultivado e sem fronteiras a sua energia aumenta em vez de diminuir. Assim como a vinda dos jesuítas é uma sorte para o Brasil, o Brasil é um feliz acaso para eles, por ser o laboratório ideal para suas ideias. Só pelo fato de ninguém ter atuado antes deles nem simultaneamente, puderam realizar um experimento de importância mundial em toda a sua extensão. Matéria e espírito, conteúdo e forma, um país deserto e totalmente desorganizado e um método ainda não experimentado de organização combinam-se para criar algo novo e vivo.

Um especial acaso nesse feliz encontro entre uma grandiosa tarefa e uma energia ainda maior para cumpri-la é a presença de um verdadeiro líder. Manuel da Nóbrega – que recebe tão rapidamente a incumbência de viajar para o Brasil que nem tem mais tempo de receber instruções pessoais do mestre da ordem, Ignácio de Loyola, em Roma – está na plenitude de seu vigor. Tem 32 anos e estudou na Universidade de Coimbra antes de ingressar na Companhia. Mas não é o seu especial saber teológico que lhe dá grandeza histórica, e sim sua enorme energia e força moral. Nóbrega – inibido por um defeito de fala – não é um grande pregador, como Vieira, nem um grande escritor, como Anchieta. Dentro do espírito de Loyola está, antes, um guerreiro. Nas expedições para libertar o Rio de Janeiro é ele a força motriz do exército e o conselheiro estratégico do governador. Na administração, afirma-se com as habilidades ideais de um organizador genial. E a clarividência que sobressai de suas cartas vem acompanhada de uma energia heroica que não teme a abnegação. Somando-se apenas as viagens que ele empreendeu naqueles anos de norte a sul, voltando ao norte e cruzando o país, chegamos a centenas e talvez milhares de noites de preocupação e perigo. Ao longo de todos aqueles

anos, ele é o governador ao lado do governador, mestre dos mestres, fundador de cidades e pacificador. Não há um único acontecimento importante na História do Brasil que não seja ligado ao seu nome. A reconquista do porto do Rio de Janeiro, a fundação de São Paulo e Santos, a pacificação de tribos hostis e a construção dos colégios, a organização do ensino, a salvação dos nativos da escravidão são, em primeira linha, obras suas. Nóbrega está no início de tudo. Mesmo que, mais tarde, os nomes de seus discípulos e sucessores Anchieta e Vieira tenham se tornado mais populares no país do que o seu, eles não passaram de seguidores de suas ideias. Onde construíram, já encontravam os fundamentos. Na História do Brasil, essa “obra sem exemplo na História” foi a mão de Nóbrega que escreveu a primeira folha, e cada traço dessa mão enérgica e firme permaneceu indelével até hoje.

Os jesuítas dedicam os primeiros dias depois de sua chegada a tomar conhecimento da situação. Antes de ensinar querem aprender, e imediatamente um dos irmãos se põe a dominar o mais rápido possível a língua dos nativos. À primeira vista já se vê que os nativos estão no patamar mais baixo da era nômade. Andam completamente nus, não conhecem o trabalho, não usam joias nem os utensílios mais primitivos. Buscam nas árvores ou nos rios o que necessitam para viver. Quando uma região está esgotada, partem para a próxima. Raça benévola e suave, apenas guerreiam entre si para fazer prisioneiros, os quais devoram durante grandes festividades. Mas até esse costume canibal não nasce de uma crueldade especial de sua natureza. Ao contrário, esses bárbaros ainda presenteiam o prisioneiro com a sua filha e o tratam bem antes de esquartejá-lo. Quando os padres tentam desacostumá-los ao canibalismo, esbarram mais com uma surpresa admirada do que com uma verdadeira resistência, pois aqueles selvagens ainda vivem aquém de qualquer noção moral ou cultural, e devorar seus presos, para eles, não significa mais do que um prazer tão festivamente inocente quanto beber, dançar ou dormir com mulheres.

Esse grau imensamente baixo de vida parece, num primeiro instante, uma barreira intransponível para a obra dos jesuítas. Na realidade, no entanto, facilita-lhes sua tarefa. Como essas criaturas nuas não possuem o menor conceito moral ou religioso, é muito mais fácil ensiná-los do que a povos que já têm um culto próprio e onde feiticeiros, sacerdotes e xamãs

enfrentam o missionário com exasperação. A população primitiva brasileira, em comparação, é uma “folha em branco”, como diz Nóbrega, que absorve suavemente os novos regulamentos e deixa espaço para os ensinamentos. Por toda parte, os nativos recebem os brancos sem desconfiança: “Onde quer que vamos, somos recebidos com grande boa vontade”. Eles deixam que os batizem e, agradecidos e dóceis, seguem para a igreja – e por que não? – os padres, os “bons brancos”, que os protegem dos outros, os “brancos maus”. Naturalmente, os jesuítas, realistas sempre atentos, sabem que essa concordância indolente e impensada, que os canibais se ajoelhando e fazendo o sinal da cruz está longe de ser o verdadeiro cristianismo. Mesmo no caso do famoso defensor de sua missão em São Paulo, Tibiriçá, assistem a recaídas eventuais no canibalismo, e não perdem seu tempo vangloriando-se com estatísticas sobre as almas conquistadas. Eles sabem que sua verdadeira tarefa está no futuro. O primeiro passo é tentar fazer com que as massas nômade criem raízes em locais estáveis para poder apreender e doutrinar as crianças. A geração atual de canibais não pode mais ser seriamente civilizada. Mas pode ser fácil formar seus filhos e netos, as gerações vindouras, no sentido da cultura. Por isso, o mais importante para os jesuítas é fazer escolas em que prebendados começam com aquela ideia de mescla sistemática que forjou o Brasil como unidade e o conservou como tal. Conscientemente, juntam crianças das choupanas dos selvagens com os já numerosos mestiços e exigem urgentemente crianças brancas de Lisboa, mesmo que sejam as crianças abandonadas e descuidadas das ruas de Lisboa. Cada novo elemento que promova essa mescla é bem-vindo, até os “moços perdidos, ladrões e maus que aqui chamam de patifes”. Pois seu objetivo – como os nativos confiam mais em irmãos da mesma cor ou misturados pelo ensino religioso – é encontrar professores populares do sangue do próprio povo. Contrariamente aos outros, eles têm o pensamento voltado exclusivamente para as gerações vindouras. Realistas severos e claros e calculistas, os jesuítas são os únicos a terem uma real visão do Brasil futuro, em formação, e antes ainda que qualquer geógrafo intua a dimensão espacial desse país, colocam seu trabalho na medida correta. É um plano de campanha para o futuro que eles traçam, e seu derradeiro objetivo permanece imutável ao longo dos séculos: formação desse novo país no espírito de uma única religião, língua e ideia. Por ter

atingido esse objetivo, o Brasil tem uma eterna dívida de gratidão com esses primeiros criadores de seu conceito de nação.

A verdadeira resistência com a qual os jesuítas esbarram em seu generoso plano de colonização não parte, como era de se esperar, dos nativos, dos selvagens, dos canibais, e sim dos europeus, dos cristãos, dos colonizadores. Até então, o Brasil tinha sido um paraíso exótico para esses soldados evadidos, marinheiros desertados, para os degredados, uma terra sem leis, restrições ou compromissos, em que cada um podia fazer o que bem entendesse. Sem serem seriamente importunados pela Justiça ou outras autoridades, eles podiam deixar correr livremente os impulsos mais libertinos. Tudo aquilo que, em sua pátria, era punido com grilhões e estigma, era no Brasil um prazer permitido, de acordo com a doutrina dos conquistadores: “*Ultra equinoxialem non peccatur*” – não existe pecado abaixo do Equador. Eles confiscavam terras onde e na quantidade que quisessem, buscavam nativos onde os encontrassem e os chicoteavam. Apossavam-se de qualquer mulher que cruzasse seu caminho, e o imenso número de mestiços logo ilustrou a disseminação dessa louca libertinagem. Ninguém fazia valer a autoridade, e assim cada um desses homens, dos quais a maioria ainda trazia nos ombros as marcas da prisão, vivia como um pachá, sem se preocupar com lei ou religião e, acima de tudo, sem jamais mover um dedo para trabalhar de verdade. Em vez de civilizar o país, esses primeiros colonizadores eram, eles próprios, selvagens.

Impor a disciplina a essa corja rude, acostumada ao ócio e à presunção, foi uma árdua tarefa. O que mais horrorizava os piedosos irmãos era a poligamia desenfreada, a libertinagem. Mas, por outro lado, como acusar esses homens de viverem aqui em selvagem concubinato, se nem têm como se casar legalmente e fundar uma família? Como constituir uma família, a base da cultura burguesa, na falta total de mulheres brancas? Por isso, Nóbrega insiste junto ao rei para enviar mulheres de Portugal. “Mande Vossa Alteza mulheres órfãs, porque todas se casarão.” E como não se pode esperar que os fidalgos de Portugal mandem suas filhas para o país vasto e longínquo a fim de encontrarem esposo entre esses brutos devassos, Nóbrega, em sua generosidade de espírito, chega a pedir ao rei que mande as meretrizes das ruas de Lisboa, pois cada uma delas encontraria um marido. Após algum tempo, as autoridades eclesiásticas e

administrativas de fato conseguem restabelecer uma certa ordem nos costumes. Mas há um assunto em que esbarram em resistência em toda a colônia – a questão da escravidão, que do começo ao fim, de 1500 até quase 1900, permanece sendo o ponto nevrálgico do país. O solo precisa de braços, e não há braços em quantidade suficiente. Os poucos colonizadores são insuficientes para plantar a cana-de-açúcar e trabalhar nos engenhos. Além disso, aqueles aventureiros e conquistadores não atravessaram os mares para este país tropical com o objetivo de pegar na enxada e na pá. Aqui, querem ser os senhores. Sendo assim, simplesmente pegam os nativos como se fossem coelhos e os chicoteiam até que eles caem, sem forças. A terra era sua, argumentavam, com tudo o que existia sobre ela e abaixo dela, incluindo aqueles animais morenos de duas pernas, não importava se morriam durante o trabalho ou não. Para cada morto haveria uma nova caçada para buscar outros, o que além de tudo era uma bela diversão esportiva.

Os jesuítas enfrentam energicamente essa cômoda ideia, pois o escravismo e o despovoamento do país vão diretamente contra o seu plano grandioso e bem-montado. Não podem tolerar que os colonizadores transformem os nativos em mulas, até porque consideram sua principal missão ganhar esses incultos para a fé, a terra e o futuro. Todo nativo livre significa, para eles, um objeto necessário para a colonização e a civilização. Enquanto o interesse dos colonizadores sempre foi o de atizar as diferentes tribos a se combaterem mutuamente para promover o extermínio rápido e para que, depois de cada guerra, se possam comprar os prisioneiros como mercadoria barata, os jesuítas procuram pacificar as tribos entre si e isolá-las no vasto território, assentando-as. Para eles, o nativo, enquanto futuro brasileiro e cristão, significa a substância mais preciosa desta terra, mais importante do que a cana, o pau-brasil e o tabaco, por causa dos quais eles devem ser subjugados e exterminados. Eles querem empregar essa gente inculta como alimento essencial e desejado por Deus para trabalhar o solo, como fazem com as frutas e plantas que trouxeram da Europa, em vez de deixar que pereçam e continuem embrutecendo ainda mais. Por isso, pedem expressamente ao rei que os nativos possam permanecer livres. Segundo o plano dos missionários, no Brasil do futuro não deveria existir uma nação dominante

de brancos e uma nação escrava de gente de cor, e sim um povo único e livre em solo livre.

Naturalmente, mesmo uma carta e uma ordem do rei perdem muito de sua força imperiosa a três mil milhas de distância, e uma dúzia de padres, dos quais a metade fica cruzando o país em expedições missionárias sem fim, é fraca contra a vontade egoísta da colônia. Para salvar pelo menos uma parte dos nativos, os jesuítas se veem obrigados a transigir na questão dos escravos. Precisam conceder os prisioneiros supostamente capturados na guerra “justa”, isto é, na guerra de defesa contra os nativos, aos colonizadores, e obviamente essa cláusula ganha a interpretação mais flexível e elástica. Além disso, para não serem acusados de impedir o rápido desenvolvimento da colônia, são obrigados a apoiar a importação de negros africanos. Até mesmo esses homens espiritualmente elevados e humanitários não escapam à opinião corrente, na época, de que um escravo negro é uma simples mercadoria comercial, como a lã ou a madeira. Naquela época, já existem em Lisboa, uma capital europeia, dez mil escravos negros – como, então, proibi-los à colônia? Até os jesuítas se veem obrigados a adquirir negros para si. Impassível, Nóbrega relata ter adquirido três escravos e algumas vacas para o seu colégio. Mas os jesuítas não arredam pé do princípio de que os nativos brasileiros não podem ser caça livre para qualquer aventureiro. Protegem cada um dos seus afilhados, e a inflexibilidade moral com que lutam pelos direitos dos brasileiros morenos será a sua desgraça. Nada tornou a situação dos jesuítas no Brasil tão difícil quanto essa luta em torno da ideia brasileira da povoação e colonização do país com homens livres. Melancólico, um deles reconhece: “Teríamos vivido tão mais tranquilos se tivéssemos ficado nos colégios, limitando-nos unicamente a prestar serviço religioso”. Mas o fundador da Companhia não fora soldado à toa: educara seus discípulos para o combate por uma ideia. E essa ideia eles trouxeram com suas vidas para a nova terra: a ideia da nação Brasil.

Nóbrega revela ser um grande estrategista quando, em seu plano de conquista do futuro império, identifica logo o lugar adequado para lançar a ponte para o futuro. Pouco depois de sua chegada na Bahia, construiu sua primeira escola de formação e, ao longo de penosas e extenuantes viagens, visitou com seus irmãos toda a costa de Pernambuco até Santos, onde fundou São Vicente. Mas ainda não encontrara o local apropriado para seu

principal colégio, para o centro nervoso espiritual e religioso que deve atuar gradualmente sobre todo o país. À primeira vista, essa procura cuidadosa e bem-refletida de Nóbrega por uma base apropriada é incompreensível. Por que não transferiu seu quartel-general para a Bahia, a capital, a sede do governador e do bispo? É quando nos damos conta de um contraste secreto que, com o passar do tempo, transforma-se em um contraste aberto e até mesmo violento. A Companhia de Jesus não quer começar sua obra sob controle estatal e nem mesmo do Papa. Desde o início, o que está em jogo, para os jesuítas, é um objetivo maior do que o de constituir apenas um elemento colonizador pedagógico e de apoio, subordinado à Coroa e à Cúria. Para eles, o Brasil significa um experimento decisivo, o primeiro teste para a capacidade de realização de sua força organizadora, e Nóbrega expressa isso sem rodeios: “Esta terra é a nossa empresa”. Com isso, ele quis dizer que “esta terra é nossa tarefa”, e nós somos responsáveis por resolvê-la diante de Deus e dos homens. Mas quem é forte prefere ter toda a responsabilidade. Os jesuítas – e esta é a razão da secreta desconfiança que os acompanha no Brasil desde o início e ao longo de toda a História – sem dúvida tinham um objetivo especial, bem elaborado e não muito transparente para os outros. Aquilo que – conscientemente ou não – almejavam não era apenas a formação de mais uma colônia portuguesa entre todas as demais colônias portuguesas, e sim uma comunidade teocrática, um tipo novo de Estado, que não fosse sujeito às leis do dinheiro e do poder, como tentaram mais tarde fundar também no Paraguai. Desde o primeiro instante, quiseram criar algo único, novo, um modelo, e uma concepção como essa fatalmente entraria em conflito, mais cedo ou mais tarde, com as ideias mercantilistas e feudais da corte portuguesa. Certamente, eles nunca pretenderam, como foram acusados pelos adversários, apoderar-se do Brasil para a sua Companhia com objetivos totalitários ou capitalistas.

Mas que pretendiam algo mais em relação ao Brasil do que serem meros pregadores do Evangelho, que com sua presença quiseram implantar e realizar algo diferente do que as outras ordens religiosas, isso o governo percebeu desde o início. Grato, o governo se servia deles, mas os vigiava com uma leve desconfiança. O mesmo percebeu a Cúria, que não estava disposta a dividir sua autoridade espiritual com mais ninguém. E também os colonos perceberam que, em sua expansão predatória, eram

refreados pelos padres. Precisamente por não pretenderem nada de muito visível, mas apenas a realização de um princípio espiritual, idealista, e, por isso, impalpável para as tendências da época, os jesuítas tiveram de enfrentar resistências desde o início, o que acabou por vencê-los e expulsá-los de uma terra na qual, apesar de tudo e todos, plantaram o germe fecundo. Portanto, foi deliberadamente, para evitar o máximo de tempo possível esse conflito de competências, que Nóbrega quis estabelecer a sua Roma, a sua capital espiritual, bem distante da residência do governador e do bispo. Só onde pudesse atuar sem impedimentos e sem ser vigiado poderia se dar aquele processo lento e penoso da cristalização que ele idealizara. Essa transferência do centro de atuação do litoral para o interior do país significou uma vantagem bem refletida tanto no sentido geográfico como para fins de catequese. A célula germinativa ideal só podia ser em uma encruzilhada no interior, protegida pela cadeia de montanhas dos ataques de piratas vindos do mar, e ainda assim perto do oceano, mas também próxima das diversas tribos que deviam ser conquistadas para a civilização e conduzidas do nomadismo para uma vida assentada.

A escolha de Nóbrega recai sobre Piratininga, hoje a cidade de São Paulo, e a evolução histórica ulterior confirmou a genialidade de sua decisão, pois a indústria, o comércio, o espírito empreendedor do Brasil, mesmo depois de centenas de anos, acompanharam sua escolha inspirada. No mesmo local onde, em 24 de janeiro de 1554, levantou aquela “paupérrima e estreitíssima casinha” com a ajuda de seus auxiliares, está hoje uma moderna metrópole com edifícios, fábricas e ruas cheias de gente. Nóbrega não poderia ter feito melhor escolha. O clima desse planalto é temperado, o solo é fértil, há um porto nas proximidades e os rios garantem a comunicação com os grandes cursos d’água do Paraná e do Paraguai e, assim, do rio da Prata. Dali, os missionários podem avançar em todas as direções para as diversas tribos e irradiar sua obra de catequese. Além disso, não existe ainda nenhuma colônia de degredados corruptora dos costumes na proximidade da pequena aldeia que logo consegue conquistar a amizade das tribos vizinhas com pequenos presentes e trato gentil. Sem muita dificuldade, os nativos deixam que os sacerdotes os assentem em pequenas aldeias para constituírem aquelas comunidades econômicas, bastante semelhantes aos “colchozes” russos

contemporâneos, e pouco tempo depois Nóbrega já pode comunicar: “Vai-se fazendo uma formosa povoação”. A Companhia de Jesus ainda não possui, como mais tarde, um rico patrimônio imobiliário, e os poucos meios no início apenas permitem que Nóbrega desenvolva o colégio em pequenas proporções. Mas, em todo caso, em breve o colégio forma uma série de sacerdotes brancos e de cor que, uma vez aprendido o idioma local, seguem como “missões volantes” de tribo em tribo para tirar tribo por tribo da vida nômade e conquistá-las para a fé. Um primeiro núcleo está formado, a primeira “escola para muitas nações de índios”, e rapidamente cresce entre o missionário e as tribos assentadas um genuíno sentimento de solidariedade. No primeiro assalto por bandos errantes já são os recém-batizados que, com devotado senso de sacrifício, repelem o ataque com o comando do seu chefe Tibiriçá. Começou o grande experimento de colonização nacional sob orientação religiosa, que depois haverá de encontrar sua forma única na República Jesuíta do Paraguai.

Mas a fundação de Nóbrega também representa um grande progresso do ponto de vista nacional. Pela primeira vez, criou-se um certo equilíbrio para um futuro Estado. Se, até ali, o Brasil foi apenas uma faixa litorânea com suas três ou quatro cidades portuárias no Norte que negociavam unicamente com produtos tropicais, começa agora a se desenvolver a colonização também no Sul e no interior. Logo, as energias lentamente reunidas avançarão de forma criativa e, impulsionadas por curiosidade e inquietação próprias, explorarão as terras e os rios nas profundezas do país. Com a primeira povoação disciplinada do interior, a ideia preconcebida se transformou em ação.

O Brasil tem cerca de cinquenta anos quando, depois de movimentos embrionários claudicantes, pela primeira vez começa a dar sinais de vida própria consciente. Aos poucos, começam a surgir os primeiros resultados de organização colonial. As plantações de cana da Bahia e de Pernambuco, embora manejadas ainda de forma rudimentar, dão muitos rendimentos. Mais e mais navios chegam para apanhar matéria-prima e trocá-la por mercadorias. Ainda não são numerosos aqueles que ousam vir até o Brasil, e pouquíssimos livros falam deste vasto mundo. Mas é justamente a forma hesitante e esporádica com que a colônia se faz perceber no comércio mundial que, em última análise, é boa para o Brasil, porque assegura um desenvolvimento orgânico. Em tempos de conquista e violência, é sempre

vantajoso para um país quando ele se mantém despercebido e não é cobiçado. Os tesouros que Albuquerque vislumbrou na Índia e nas Ilhas Molucas, os botins que Cortez traz do México e Pizarro do Peru apenas desviam a atenção e a cobiça das outras nações do Brasil. O “país dos papagaios” ainda é desprezível, *uma quantité négligeable*, que não preocupa seriamente nem ao próprio país nem aos outros.

Por isso, não chega a ser propriamente um gesto bélico quando, no dia 10 de novembro de 1555, uma pequena frota de navios sob bandeira francesa aparece na baía de Guanabara e desembarca algumas centenas de homens em uma das ilhas. Pois de fato eles não incomodam nenhuma propriedade privada. O Rio de Janeiro ainda não é cidade, talvez nem mesmo um povoado. Nos poucos casebres espalhados não se encontra um soldado sequer, nenhum funcionário do rei de Portugal, e o aventureiro forasteiro que ali iç a sua bandeira não esbarra em nenhuma resistência contra o seu ousado golpe. Figura ambígua e atraente, esse cavaleiro Nicolau Durand de Villegaignon, meio pirata, meio sábio, é um pedaço genuíno da Renascença. Escoltou Mary Stuart da Escócia para a corte francesa, distinguiu-se na guerra, tentou-se nas artes. Foi enaltecido por Ronsard e era temido pela corte por ser imprevisível, um espírito de azougue, refratário a qualquer atividade regrada e que despreza o melhor cargo, as mais elevadas distinções, para poder se entregar livremente e sem impedimentos a seus caprichos mais fantasiosos. Para os huguenotes, ele é católico; para os católicos, um huguenote. Ninguém sabe a que causa serve, e ele provavelmente só sabe mesmo a seu próprio respeito que pretende realizar algo grandioso e especial, algo diferente dos outros, algo louco, ousado, romântico e insólito. Na Espanha, ele teria se tornado um Pizarro ou um Cortez, mas o seu rei, totalmente preocupado com o próprio país, não organiza conquistas coloniais, e, assim, o impaciente Villegaignon precisa inventar uma aventura por conta própria. Reúne alguns navios, enche-os com algumas centenas de homens, em sua maioria huguenotes, os quais se sentem desconfortáveis na França dos Guises, mas também católicos que querem ir para o novo mundo, e, ávido por glória, providente que é, leva a bordo um historiador, André Thevet. Pois ele não sonha com menos do que em criar uma “França Antártica”, da qual pretende ser fundador, governador ou até mesmo soberano. Não se sabe até que ponto a corte francesa conheceu esses planos, até que ponto os

aprovou ou até mesmo estimulou. É provável que, em caso de êxito, o rei Henri se apropriasse desse feito, assim como Elisabeth da Inglaterra se apropriou dos feitos de seus piratas Raleigh e Drake. Num primeiro momento, deixam Villegaignon tentar sua sorte como indivíduo, para não perderem a razão em relação a Portugal, fosse uma missão oficial ou uma anexação.

Logo depois de sua chegada, Villegaignon – que, como soldado experiente, pensa logo na defesa – erige o forte de Coligny, em homenagem ao almirante huguenote, na ilha que hoje porta o seu nome. Enquanto isso, batiza pomposamente a cidade do outro lado da baía – por enquanto, nada mais do que manguezais e morros vazios – de Henriville, em homenagem ao seu rei. Despreocupado em coisas religiosas, por não encontrar outros católicos na França para a sonhada colônia, vai buscar em Genebra, em 1556, mais um carregamento de calvinistas, o que logo desencadeia conflitos religiosos no pequeno assentamento. Dois tipos de líderes religiosos que se ofendem mutuamente de hereges são demais para uma pequena ilha. Mas, seja como for, a França Antártica foi fundada, e já que os franceses não toleram a escravidão, logo passam a conviver em harmonia com os nativos, com os quais mantêm um vivo comércio. A partir de então, navios franceses transitam regularmente entre esse assentamento ainda não oficialmente reconhecido pela França e a pátria.

O governador português na Bahia não pode permanecer indiferente a tal invasão. Segundo os princípios legais em vigor na época, as águas do litoral brasileiro são *um mare clausum*, um mar fechado, e navios estrangeiros não podem atracar nem comerciar em suas costas. Construir uma fortaleza com militares estrangeiros no melhor porto da colônia, então, significa a separação entre norte e sul e, com isso, o aniquilamento da unidade do Brasil. O dever mais óbvio do governador-geral Tomé de Souza seria de capturar esses navios forasteiros e arrasar o assentamento, mas ele não tem poderes para um empreendimento bélico de tal dimensão. As poucas centenas de soldados que vieram com ele para o Brasil já se tornaram agricultores ou donos de plantações pouco dispostos a vestir novamente a armadura depois de anos de conforto. Ainda falta a esta jovem estrutura qualquer tipo de sentimento nacionalista ou comunitário, enquanto Portugal não reconhece o perigo e, como sempre, carece do dinheiro necessário para uma rápida expedição. Para a Coroa, o Brasil

continua sendo a gata borralheira, ainda não suficientemente importante para justificar uma frota cara. Com isso, sobra aos franceses bastante tempo para se reforçar e entrincheirar. Só quando um novo governador, Mem de Sá, é enviado para a Bahia, em 1557, começam os preparativos de uma ação contra os intrusos. Mem de Sá confia cegamente em Nóbrega e se submete integralmente à sua autoridade espiritual. E é Nóbrega, com sua energia férrea, quem, mais uma vez, reivindica uma ação a tempo contra os franceses. Os jesuítas conhecem melhor o país e estão mais preocupados com o seu futuro do que os comerciantes de Lisboa, que dão valor às terras unicamente de acordo com os lucros momentâneos gerados pelas suas especiarias. Sabem que, se esses huguenotes franceses puderem se estabelecer definitivamente nas costas brasileiras, a unidade do país e da religião ficará destruída para sempre. O governador e Nóbrega se alternam mandando cartas para Portugal, pedindo “que se faça socorrer a esse pobre Brasil”. Mas Portugal – esse pobre Atlas! – carrega um mundo inteiro em seus fracos ombros, e assim ainda decorrem dois anos antes que, em 1559, finalmente cheguem alguns navios de Lisboa e Mem de Sá possa pensar em uma ação guerreira contra os invasores.

O verdadeiro líder da expedição é Nóbrega. Junto com Anchieta, arregimentou o máximo possível entre seus batizados para reforçar a fraca tropa portuguesa. Ele chega ao Rio no dia 18 de fevereiro de 1560 junto com o governador geral. Tão logo, em 15 de março, chegam de São Vicente as tropas formadas às pressas, começa a invasão da fortaleza de Villegaignon. Vista da perspectiva atual, essa ação significativa obviamente parece uma guerrilha entre sapos e ratos. Cento e vinte portugueses e 140 nativos tomam a fortaleza de Coligny, defendida por 74 franceses e alguns escravos. Os franceses não resistem e fogem a tempo para a terra firme, onde estão seus amigos, os nativos, entrincheirando-se novamente no morro do Castelo. Para os portugueses, é uma vitória, pois conseguiram tomar a fortaleza de Coligny, a bastilha. Sem perseguir ou aniquilar os franceses, voltam para a Bahia e São Vicente.

Mas é apenas uma meia-vitória, pois os franceses continuam no país. Apenas retrocederam, ao todo, cerca de um quilômetro – portanto, uma distância que hoje se percorre de carro em cinco minutos. Continuam no porto livres e desimpedidos, negociando, carregando e descarregando navios, constroem uma nova fortaleza no morro do Castelo, incitam até os

tamoios, os nativos amigos, as ações contra os portugueses, e o primeiro ataque contra São Paulo por membros dessa tribo provavelmente foi organizado por eles. Mas Mem de Sá não tem poderes para expulsar os invasores. Como sempre, no Brasil, desde o início até hoje, o problema é o mesmo: não há gente em número suficiente. Mem de Sá não pode abrir mão de um único braço na Bahia, caso contrário a produção de açúcar, o nutriente econômico do país, ficaria paralisada. Além disso, uma fatídica peste exterminou a maior parte da população. Sem o apoio de Portugal, portanto, fica impossível expulsar os franceses de sua nova posição, e essa ajuda demora a chegar. Sem serem molestados, os colonos de Villegaignon permanecem outros cinco anos no Rio. Novamente é Nóbrega quem pressiona incessantemente e adverte sem parar que se, no lugar de Portugal, os franceses mandarem mais apoio, a baía do Rio estará perdida para a Coroa e, com ela, o Brasil. Finalmente, a rainha dá ouvidos a seus pedidos insistentes e, de Lisboa, manda Estácio de Sá junto com as tropas de apoio preparadas pelos jesuítas no país contra o inimigo. Recomeçam, novamente, as ações bélicas em dimensões liliputianas. Em 1º de março de 1565, Estácio de Sá adentra com sua frota de guerra a baía do Rio e monta acampamento sob o Pão de Açúcar, no local onde hoje fica a Urca. Mas – e isto é inimaginável para nós, hoje – ainda se passam exatamente dez meses antes do ataque sobre o morro do Castelo, hoje uma distância que se percorre de carro em dez minutos. Só em 18 de janeiro de 1566, Estácio de Sá conduz seus soldados para o ataque, e numa luta de poucas horas e com uma perda de vinte a trinta homens dá-se a decisão histórica: se aquela cidade futuramente portará o nome de Rio de Janeiro ou Henriville, se o Brasil será parte do mundo linguístico português ou francês. Com essas dimensões de duas ou três dúzias de soldados travavam-se então, tanto nas Índias quanto na América, os combates que determinaram a forma e a trajetória desta parte do mundo por vários séculos. Estácio de Sá, ferido por uma flecha, paga a vitória com a própria vida. Mas, dessa vez, é uma vitória decisiva: os franceses fogem do país em seus navios e não levam mais nada para a França do que a notícia do tabaco, batizado em homenagem ao embaixador Jean Nicot. Nos escombros da fortaleza francesa, no morro do Castelo, o bispo inaugura a igreja da futura capital do Brasil: nascia, naquele momento, a cidade do Rio de Janeiro.

Foi uma batalha liliputiana, mas que salvou a unidade do Brasil: o Brasil é dos brasileiros. Mas agora chegou a hora de desenvolver a colônia, e para isso ela tem quase cinquenta anos de paz completa. Lentamente, as fronteiras vão se estendendo para a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o interior. Os povoados dos jesuítas começam a frutificar, as lavouras no litoral dão lucros, e além das crescentes exportações de açúcar e tabaco, outro negócio, mais escuso, começa a prosperar: a importação do “marfim negro”. De mês em mês chegam carregamentos cada vez maiores de escravos africanos da Guiné e do Senegal. Quando não morrem nos navios abarrotados e fedidos, são comercializados nos grandes mercados na Bahia. Durante algum tempo, a influência europeia, civilizadora, corre o risco de desaparecer diante da quantidade de negros e do número surpreendente de mamelucos produzidos pelos portugueses, estes mestiços de todos os matizes. Um punhado de empresários que enriquecem sem limites enfrenta, nas cidades litorâneas, uma multidão incontável de escravos negros. Sem o trabalho equilibrante dos jesuítas, que estabelecem fazendas por toda parte no interior do país, educam a população para se assentar, impedem o extermínio dos nativos e estimulam o cruzamento de raças sem preconceitos, o Brasil poderia ter-se tornado um país africano, já que a Europa se mostrou totalmente indiferente a ele. Mas a Europa, envolvida em centenas de guerras, não tem mais colonos para enviar, e há apenas alguns poucos que reconhecem gradualmente o valor do país. Em 1587, Gabriel Soares de Sousa já encontrou em seu *Roteiro* as seguintes palavras proféticas: “Estará bem empregado todo cuidado que Sua Majestade mandar ter deste novo reino, pois está capaz para se edificar nelle hum grande império, o qual com pouca despeza deste reino se fará tão soberano que seja hum dos estados do mundo”.

Mas há muito se foi o tempo em que Portugal dominava metade do mundo e ainda podia ajudar alguém, pois seu grandioso sonho romântico de conquistar os três continentes, para si e para a fé cristã, já se acabou. Não bastara ao pequeno país possuir ambas as costas da África, a oriental e a ocidental, e ter submetido da Índia até a China a seu monopólio comercial. O rei Dom Sebastião, último e mais ousado sonhador dessa dinastia heroica, sonha com uma cruzada que deveria destruir de uma vez por todas o poderio muçulmano. Em vez de distribuir suas melhores forças, seus cavaleiros, seus soldados pelas colônias, conservando assim o

reino idealizado em *Os Lusíadas* por meio de uma organização realista, ele reúne todo o seu poder em um único exército e, n como um cavaleiro do Santo Graal vestido de armadura prateada, cruza até a África a fim de aniquilar o arqui-inimigo mouro com um só golpe. Mas o golpe fatal não acerta os mouros, e sim a ele próprio. Na batalha de Alcácer-Quibir, última cruzada atrasada do Ocidente contra o Oriente, o exército português é totalmente aniquilado em 1578, e o rei Dom Sebastião, morto. A grande exaltação da vontade se vingou: Portugal, o pequeno país que quis dominar o universo, perde sua própria independência, e a Espanha usurpa o trono que acaba de vagar. Sem sangue, depois de milhares de lutas, o país não consegue mais resistir. Durante 62 anos – de 1578 a 1640 – Portugal desaparece da História enquanto reino soberano. Todas as suas colônias, incluindo o Brasil, tornam-se possessões da Coroa espanhola.

Com isso, Felipe II passa a dominar por um instante mundial um império que supera em muito o de Alexandre o Grande e o romano de Augusto. Além da Península Ibérica, passam a pertencer a esse Habsburgo Flandres e toda a América conhecida, três quartos da África e o reino das Índias conquistado pelos portugueses. E essa sensação de poder e grandeza se reflete nas artes ibéricas. Cervantes, Lope de Vega, Calderón criam suas obras incomparáveis. Toda a riqueza do mundo flui para aquele país triunfante.

O Brasil participa pouco desse triunfo e não tem muita vantagem com ele. Em vez de lucrar com o poder, a colônia – que até não foi importunada – passa a receber em casa todos os inimigos da Espanha: piratas ingleses saqueiam Santos, incendiam São Vicente; os franceses se estabelecem temporariamente no Maranhão, os holandeses invadem a Bahia e lá roubam os navios. Dolorosamente, o Brasil passa a perceber quantos novos poderes disputam o domínio dos mares desde a destruição da armada espanhola. Nenhuma dessas ações isoladas de pirataria é de muita importância – não passam de pequenos arranhões e preocupações que em nada prejudicam o rápido desenvolvimento. A situação só se torna perigosa para o Brasil quando começa a ser posto em prática, na Holanda, um plano bem-traçado e pensado que visa não apenas saquear os portos, mas sim conquistar todo o *het zuikerland*, o país do açúcar, como esses bons comerciantes chamam o Brasil de acordo com o seu melhor artigo comercial.

A Holanda, exemplarmente bem-organizada em termos de economia, conhece muito bem o valor do Brasil, e a seus atentos comerciantes não deve ter escapado a afirmação dos *Diálogos das grandezas do Brasil* (1618) de que o Brasil possui mais riquezas do que a Índia. Por isso, não deve ser por acaso que, em 1612, seguindo os moldes da Companhia das Índias, em Amsterdã, cria-se uma Companhia das Índias Ocidentais com grande capital – supostamente apenas para estimular o comércio com o Brasil e a América do Sul, mas na realidade com o plano oculto de se apoderar deste imenso reino para a Holanda e para o seu monopólio comercial. Nessa companhia existem homens bons de cálculo. Eles sabem que, para um objetivo tão elevado, é preciso fazer altos investimentos. Para ocupar o Brasil e, mais importante, mantê-lo depois, não se pode, como fizeram os franceses, enviar dois ou três navios com colonos cansados da Europa e marujos arregimentados às pressas. É preciso preparar uma verdadeira frota e, com ela, um exército treinado. Nada revela mais o desenvolvimento e a importância que o Brasil passou a ter para o mundo no meio século que se passou do que as dimensões modificadas. Enquanto Villegaignon desembarcou com três ou quatro navios para conquistar a França Antártica e as batalhas a seguir se desenrolaram com contingentes de entre setenta e cem homens improvisados, a companhia holandesa desde o início prepara 26 navios com mil e setecentos soldados treinados e mil e seiscentos marinheiros.

O primeiro golpe é desferido contra a capital. No dia 9 de maio de 1624, a Bahia é tomada, quase sem resistência, e imensas riquezas são levadas embora. Só então a Espanha desperta. Mais de cinquenta navios com onze mil homens são enviados para reconquistar a Bahia em conjunto com tropas nativas de Pernambuco, antes que chegue a segunda frota dos holandeses com 34 navios. Como sinal do reconhecimento do valor da até então desprezada colônia, os esforços para reconquistar o “país do açúcar” são centuplicados. Forçada a recuar na Bahia, a companhia holandesa se arma para um novo ataque com mais reforço e tem sucesso: em 1635, ocupa Recife e, nos anos seguintes, todo o litoral do nordeste, com exceção da Bahia. A partir desse momento, durante 23 anos existe no norte do Brasil um governo holandês autônomo.

A atividade colonizadora desses 23 anos holandeses é grandiosa. Supera em muito tudo o que os portugueses fizeram nos cem anos anteriores. Os

holandeses têm ideias de organização claras e já experimentadas. Não confiam a imigração e a administração a elementos anárquicos, não mandam para o Brasil a escória do seu país, e sim seus melhores homens, cuidadosamente selecionados. Maurício de Nassau, que administra o novo país como governador da Coroa, além de ter sangue real, é também um nobre de espírito no sentido mais amplo: um homem de visão, generoso e tolerante. Traz consigo todo um estado-maior de especialistas, engenheiros, botânicos, astrônomos, sábios, para desvendar o país, colonizá-lo, europeizá-lo. E nada é mais típico para a inferioridade do material cultural que os portugueses enviaram para o Brasil em comparação com os franceses e os holandeses do que o fato de não dispormos de nenhuma descrição de real valor literário dos primórdios do Brasil, com exceção das cartas dos jesuítas, enquanto os franceses depois de alguns poucos anos já dão ao mundo a obra sobre a França Antártica e Maurício de Nassau manda Barleus confeccionar aquela obra-prima exemplar com litografias e planos que eterniza a sua glória e sua missão.

Maurício de Nassau fez boa figura na História do Brasil. Como humanista, trouxe o ideal da tolerância, permitiu liberdade a todas as religiões, possibilitou espaço para todas as artes, e mesmo os moradores locais não podem se queixar de uso de violência. Em Recife, batizada de Mauritsstaad em sua homenagem, constroem-se palácios, casas de pedra e ruas limpas. As regiões adjacentes são exploradas por geógrafos. Prensas hidráulicas modernas são introduzidas na indústria do açúcar. Comerciantes fugidos de Portugal passam a fazer parte do comércio, toda a vida pública é orientada em estabilidade e desenvolvimento. Os portugueses conservam seus direitos; os nativos, sua liberdade. De uma certa maneira, Maurício de Nassau, no espírito da humanidade, concretiza o mesmo ideal da colonização pacífica que os jesuítas almejavam em bases religiosas.

Mas a sorte do Brasil não se decide no Brasil, e sim na Europa. Em 1640, Portugal voltou a se libertar da Espanha, reconquistando sua Coroa sob Dom João IV. Com isso, qualquer nova ocupação pelos holandeses não tem mais bases legais. Um armistício concede uma pausa a ambos os lados, e como, por sua vez, a Holanda, nova potência dos mares, entra em conflito com a potência naval ainda mais jovem, a Inglaterra, a luta pela libertação do Brasil pode ser retomada. Pela primeira vez, são forças

nacionais brasileiras que a desencadeiam. Dessa vez, não é tanto Portugal, e sim a própria colônia que luta pela sua unidade e independência. De novo, são elementos eclesiásticos que assumem a liderança por reconhecerem a importância vital de manter o novo país livre de toda infiltração de elementos protestantes, cuja presença poderia transferir para o Brasil a sanguinária guerra religiosa da Europa. Em 1649, o padre Antônio Vieira, um dos diplomatas mais geniais de seu tempo, funda em Lisboa uma companhia contra a holandesa, a Companhia Geral de Comércio para o Brasil, que prepara uma frota por iniciativa própria. Ao mesmo tempo, os comerciantes locais, que querem ganhar de volta suas plantações e engenhos, improvisam um exército. E então acontece algo de surpreendente. Enquanto Portugal ainda negocia com a Holanda se e quando e quanto pode manter do litoral brasileiro, e ainda antes que chegue a frota que Portugal pretende enviar como suporte, os brasileiros agem por conta própria. Palmo a palmo, os holandeses são forçados a recuar, Maurício de Nassau deixa o país e, no dia 6 de janeiro de 1654, Recife, seu último baluarte, capitula. Enquanto o reino dos sonhos dos lusíadas se esvai tão rapidamente como foi criado pelo momento fecundo de Portugal, o Brasil se mantém, íntegro.

Como um todo, o episódio holandês foi um momento de sorte na História do Brasil. Durou tempo suficiente para, graças a uma administração impecável, realizar o que pôde ser feito neste país com uma organização boa e exemplar. Por outro lado, não durou o suficiente para romper a unidade da língua portuguesa e dos costumes portugueses. Ao contrário: precisamente com a ameaça por parte de um domínio estrangeiro criou e promoveu o sentimento nacionalista brasileiro. De norte a sul, a colônia agora se sente como um país unido, determinado a expulsar qualquer ingerência violenta na vida nacional de seu organismo. Tudo o que vem de fora precisa se amalgamar com o brasileiro, se aqui quiser se afirmar. Aparentemente, essa guerra reconquistou o Brasil para Portugal; em realidade, reconquistou o Brasil para si próprio.

Pois, pela primeira vez, nessa guerra entre portugueses e holandeses, apareceu este elemento novo, ainda desconhecido no que diz respeito às suas forças e individualidades: o brasileiro.

Esse tipo começou a se formar lentamente, no início de forma bastante antagônica. O litoral e o interior do país apresentam realidades totalmente

diversas. Para as cidades litorâneas, flui constantemente sangue novo: imigrantes, comerciantes, marinheiros e escravos. Nas aldeias do interior, por outro lado, conserva-se o mesmo sangue por meio de incessante miscigenação. Os moradores do litoral são comerciantes ou industriais primitivos, sua verdadeira pátria é o mar, involuntariamente vivem olhando para a Europa com seus produtos e planos. Para os colonos, no entanto, a pátria é o solo, e somente o solo gera o sentimento pleno de solidariedade.

A energia mais forte é a dos homens do interior. Eles moram na incerteza e, acostumados ao perigo, começaram a amá-lo. Principalmente em São Paulo um tipo estranho começa a se formar: o paulista. Portugueses ou filhos de portugueses, tendo de um lado o prazer nômade dos velhos índios no sangue, por outro lado o gosto pela aventura dos antecessores europeus, esta nova geração não gosta muito de lavrar a terra que possui. Há algum tempo já este trabalho mais rudimentar é resolvido por escravos, e a forma lenta de adquirir riqueza não condiz com seu sangue irrequieto. Com lavoura e pecuária ninguém enriquece, enquanto não são exercidas em grande escala, com centenas de escravos. E eles querem enriquecer como conquistadores, de uma só vez, ainda que isso lhes custe a vida. Assim, os colonos de São Paulo se reúnem diversas vezes por ano em grandes grupos. A cavalo, acompanhados por um séquito de criados e escravos, os *bandeirantes* adentram o país à maneira de salteadores, mas não sem antes mandar benzer solenemente sua bandeira na igreja. Às vezes, até dois mil homens se reúnem para empreender essas *entradas*, e as cidades e aldeias ficam desertas de homens durante alguns meses. Eles próprios não saberiam dizer exatamente o que procuram: por um lado, é a aventura, por outro, a esperança de encontrar algum achado inesperado nesse país ilimitadamente amplo e inexplorado. Desde os dias em que foram descobertos os tesouros do Peru e as minas de prata de Potosí, os rumores sobre um legendário Eldorado não cessam mais. Por que não estaria esse Eldorado escondido no Brasil? Por isso, os paulistas percorrem os leitos dos rios, sobem e descem montanhas, em caminhos sempre novos, na direção em que o vento faz tremular a bandeira que é levada na frente, sempre excitados com a esperança de topar em algum lugar com as legendárias minas. E enquanto não encontram o precioso metal, enquanto o “Hércules do sertão”, Fernão Dias, não acha pelo menos

as esmeraldas, trazem outra presa: seres humanos. Nas primeiras décadas, essas entradas não são outra coisa senão uma caça a escravos, brutalmente cruel. Em vez de comprar negros no mercado na Bahia, os paulistas acham mais simples e excitante caçar os nativos como se fossem lebres, em perseguições com cães e cavalos. Mas, no final das contas, no lugar de perseguirem os amedrontados no interior das matas com cães acham mais cômodo simplesmente buscar esses escravos nas colônias, onde os jesuítas os assentaram ordenadamente e lhes ensinaram a trabalhar.

Sem dúvida, essa prática predatória salteadora é contra qualquer lei, pois o rei confirmara expressamente a liberdade dos nativos, e Anchieta se queixa em desespero: “Para este gênero de gente não há melhor pregação que espada e vara de ferro”. Por pura ganância, os bandos destroem a obra de assentamentos feita durante vários anos pelos jesuítas, despovoam suas colônias, levam o terror para o interior de um país pacificado, escravizam e saqueiam não apenas gente indefesa, mas também os cultos, que já estão do lado do Cristianismo. Mas graças à rápida multiplicação com os mestiços, os paulistas são fortes demais e não se deixam intimidar por mandamentos ou leis. Nem mesmo as bulas papais têm força contra essas entradas e bandeiras no meio do sertão e da selva. Os saques continuam cada vez mais selvagens para o interior, e ainda no início do século XIX encontramos na *Viagem pitoresca ao Brasil*, de Debret, uma das imagens mais horrendas mostrando homens, mulheres e crianças nus sendo levados por esses brutais caçadores de escravos, amarrados em longas varas, como gado.

Mesmo assim, contra sua própria vontade, esses bárbaros têm um mérito na História do país. A ganância por lucros rápidos, em si desprezível, sempre foi uma das forças mais intensas que impeliram o homem para áreas distantes: impulsionou os navios fenícios através dos mares, atraiu os conquistadores para as partes desconhecidas do globo, açoitou – embora fosse um dos instintos mais terríveis – a humanidade a sair do ócio e do conforto. Assim, paradoxalmente, os bandeirantes, que só querem saquear e roubar, complementam a obra civilizadora da construção do Brasil, pois com seu avanço selvagem e sem objetivo estimulam a descoberta geográfica do país. Da Bahia subindo o São Francisco, de São Paulo descendo o Paraná e o Paraguai, subindo a serra para Minas Gerais, para Mato Grosso e Goiás, penetrando pela mata densa eles abrem e

exploram os primeiros caminhos pelo território desconhecido e, enquanto roubam a população, povoam ao mesmo tempo. Pois alguns deles permanecem em certos locais, e, assim, surgem novas células de assentamento, novos centros dos quais novos nervos e veias se estendem para lugares onde nunca antes pisou um ser humano. Enquanto enfrentam com hostilidade o paciente plano de colonização dos jesuítas, é justamente pelo seu avanço inquieto rumo ao desconhecido que eles aceleram a obra da penetração – segundo as palavras de Goethe, “parte daquela força que só quer o mal e, no entanto, cria o bem”. Eles também fizeram sua parte boa na criação do Brasil.

Também são os paulistas que, em uma de suas entradas, penetram nos vales montanhosos inteiramente inabitados de Minas Gerais, e ali, no Rio das Velhas, encontram o primeiro ouro. Um dos bandeirantes leva a notícia para a Bahia, outro para o Rio de Janeiro. Imediatamente, de ambas as cidades e de muitas outras localidades, começa a fluir uma imensa onda de migração populacional até essas regiões inóspitas. Os donos de plantações levam consigo seus escravos, engenhos são abandonados, soldados desertam. Em poucos anos, uma série de cidades surge na região do ouro: Vila Rica, Vila Real, Vila Albuquerque com cem mil habitantes. Pouco depois vem a descoberta dos diamantes. De uma vez, o Brasil se torna a mina de ouro mais rica do mundo e a possessão mais preciosa da Coroa portuguesa, a qual desde logo garante para si a quinta parte de todo o ouro encontrado, bem como de todo diamante com mais de 22 quilates.

Num primeiro momento, a nova província é a imagem do caos completo. Como nos primeiros tempos da colonização, os invasores se sentem fora de direitos e deveres naqueles vales montanhosos distantes, sem controle estatal, e o governador – assim como outrora os jesuítas – esbarra em decidida resistência quando quer introduzir a ordem e a disciplina. Os “paulistas” se defendem contra os *emboabas*, os intrusos que chegam do litoral, e surgem combates desesperados em que, ao fim, só prevalece a autoridade real. Na verdade, é apenas a cobiça que junta os primeiros mineiros, os quais não querem dividir com mais ninguém a riqueza inesperada. Mas por trás de sua resistência arbitrária já há um sentimento nacionalista inconsciente que age como uma espécie de força maior. Com essas primeiras revoltas contra a autoridade portuguesa, instintivamente os paulistas exigem, sem ainda formular essa

reivindicação, que toda riqueza pertença ao solo do Brasil. Acham absurdo que o ouro que eles – ou, melhor, seus escravos – escavam seja utilizado para decorar palácios e mosteiros gigantescos a milhares de milhas de distância em um país que eles jamais haverão de ver em toda a sua vida. De uma certa forma, esse primeiro levante dos mineiros contra as autoridades portuguesas, rapidamente debelado, já é o primeiro prelúdio da grande luta pela independência que, na mesma cidade, no mesmo local, meio século mais tarde, descarregará novamente suas forças reprimidas. Pois o ouro, valor mais visível, deu ao Brasil pela primeira vez a consciência de sua riqueza. A partir do momento em que ele foi descoberto, o Brasil não se considera mais endividado, devedor de gratidão para com a metrópole, e sim um sujeito livre que já devolveu com vezes o que devia.

Ao todo, essa febre do ouro não dura mais do que cinquenta anos. Mais uma vez, no entanto, repete-se na História do Brasil o mesmo fenômeno curioso: aquilo que, para Portugal, para a metrópole, significa um infortúnio, torna-se vantagem para a colônia. No momento em que cessam as remessas de ouro, irrompe em Portugal uma grave crise financeira, que o marquês do Pombal não consegue administrar e que, em seu rastro, tem por consequência a expulsão dos jesuítas e sua própria queda. Em contrapartida, o Brasil se estabiliza. Pois a descoberta do ouro modificou o equilíbrio e, com isso, consolidou pela primeira vez a distribuição da população no Brasil. Novamente, grandes massas humanas foram transplantadas para o interior despovoado, e, mesmo quando o ouro de aluvião se esgota, os catadores de ouro, sem pátria, preferem se assentar nas matas de Minas Gerais a voltar para o litoral. Com isso, mais uma vez – como já ocorreu com São Paulo – povoa-se uma província, e o até então mal-utilizado rio São Francisco passa a ser utilizado como via de comunicação. Cada vez mais, o Brasil deixa de ser apenas litoral e se transforma em um verdadeiro país.

Mais importante do que todo o ouro, para o Brasil, é o sentimento fortalecido de seu próprio valor. Seja combatendo os franceses que penetram do norte rumo ao Maranhão, seja com as destemidas expedições para regiões desconhecidas e o povoamento sucessivo do Oeste, a população foi ganhando com esforço próprio os vales ao longo dos rios no Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul e uma série de outras

províncias, cada uma delas tão grande ou maior do que poderosos países europeus como Espanha, França ou Alemanha. Numa época em que a América do Norte, tão vasta quanto o Brasil, mal conhece uma sexta parte do seu território, o Brasil praticamente se estendeu até os atuais limites, e há muito tempo que a diminuta pátria deixou de ser o padrão, pois desenhada dentro dos imensos limites da colônia, parece tão pequena quanto uma pequena mancha de tinta em uma toalha enorme. Quando, em 1750, o Acordo de Madri estabelece definitivamente os limites da colônia em relação às espanholas, a Espanha é obrigada a reconhecer, indignada, que o Brasil não pode mais retroceder até as fronteiras obsoletas do Tratado de Tordesilhas e, pelo direito mais forte da sua atuação colonial, anulou todos os parágrafos que estão no papel. Na virada do século XVIII, a Europa e o próprio país começam a compreender como este ficou poderoso, homogêneo naqueles anos aparentemente sem acontecimentos, de uma forma calma e perseverante. E quanto mais se distancia de sua infância, de sua dependência financeira, mais percebe como injustiça o fato de seu livre desenvolvimento ser barrado de forma mesquinha pela tutela apolítica e inábil de Portugal.

Para tirar o máximo proveito possível de sua colônia, a Coroa portuguesa envolve o Brasil com uma teia de leis que estanca as veias que unem o jovem país ao comércio mundial. O governo, por exemplo, proíbe precisamente ao país que é a pátria do algodão a fabricação de têxteis, forçando assim o Brasil a comprar a mercadoria pronta de Lisboa, e esse tipo de proibição chega às raias da arbitrariedade e da estupidez. Assim, por exemplo, em 1775 um decreto proíbe a fabricação de sabão. Também é vedado produzir álcool no país para forçar os consumidores a tomar mais vinho português. O governador se recusa a receber em seu palácio qualquer pessoa cujos trajes não sejam confeccionados com tecidos portugueses. Um país que já possui dois milhões e meio de habitantes é proibido de plantar arroz. No século da Filosofia e do Iluminismo, as cidades não podem imprimir jornais e nem mesmo livros. Não é permitido a nenhum brasileiro comprar um navio estrangeiro, nenhum forasteiro pode morar no Rio e mal aportar naquela cidade. O Brasil é fechado como se fosse o jardim particular do rei de Portugal. Mesmo no século XIX, quando Humboldt quer visitar o país para escrever sua grandiosa narrativa que efetivamente desvenda o Brasil para o mundo, as autoridades recebem

ordens secretas para criar todas as dificuldades possíveis a um *certain baron Humboldt* no momento em que este chegasse.

Assim, fica fácil compreender a atenção entusiasmada com a qual os brasileiros acompanham a luta pela independência na América do Norte, a qual se liberta de uma tutoria muito mais amena e inteligente e consegue a sua liberdade. Os antigos formadores e mestres da maneira de viver no Brasil, os jesuítas, que se tornaram cada vez mais impopulares no país, quanto mais sua organização se voltava para o lado comercial e de negócios e eles competiam com os colonizadores nativos, tiveram de deixar o país por ordens de Pombal. Mas isso não deu ao Brasil o poder e o direito sobre o seu próprio destino: os vice-reis administram o país com o único objetivo de proporcionar vantagens a Portugal e quase não participam de seu desenvolvimento autóctone. Lentamente, às escondidas, mas de modo contínuo, forma-se um partido antiportuguês, ou melhor, um partido que, àquelas alturas, iria contentar-se com a simples garantia da equiparação de direitos e do livre acesso ao comércio mundial. Por natureza, o brasileiro não é radical nem revolucionário. Com uma mão leve e jeitosa, o país poderia ser governado sem dificuldades. Mas Lisboa não compreende os seus desejos, e até mesmo o marquês do Pombal, que tentava em vão fazer Portugal aceitar ideias mais esclarecidas e contemporâneas, apesar de alguns melhoramentos econômicos não garante ao Brasil o pleno desenvolvimento orgânico de suas forças. A expulsão dos jesuítas, por ele ordenada como paliativo, como tranquilizante, e que ocorre sob forte resistência dos povoamentos a eles fiéis, não se revela de nenhuma forma como vantagem moral ou ganho material para o país. Ao contrário: a lealdade com que os colonos sempre enfrentaram esses organizadores espirituais/comerciais volta-se agora contra a pátria. Anteriormente, algumas vezes já haviam eclodido rebeliões isoladas em Minas Gerais, na Bahia e em Pernambuco contra os fiscais de Portugal – mas, como não eram ligadas entre si, foram debeladas à força. Geralmente eram apenas revoltas locais contra uma nova taxa ou limitação, eclosões impulsivas de uma massa amotinada e, por isso, não representavam um risco real contra a autoridade de Portugal. Só no final do século, com os conspiradores da *Inconfidência Mineira*, inicia-se um movimento nacional plenamente consciente de seus objetivos, inspirado pelo idealismo.

A Inconfidência é uma conspiração de jovens, por isso mesmo, de caráter romântico, com discursos ousados e poesias brilhantes, inabilmente preparada e, no entanto, conduzida com uma energia característica da época. Em 1788, um grupo de estudantes brasileiros discutira animadamente na Universidade de Montpellier a necessidade de uma libertação nacional, tendo procurado contato até com Jefferson, o enviado dos Estados Unidos para Paris, a fim de ganhar a ajuda da república norte-americana para a sua causa. Uma verdadeira ação acabou não acontecendo, mas a ideia permaneceu viva, e logo quando alguns desses estudantes voltaram para Ouro Preto, então a cidade mais buliçosa em termos intelectuais, formou-se um grupo revolucionário liderado por José Álvares Maciel, que acabara de voltar de Coimbra, e Joaquim José da Silva Xavier, que sob o nome de “Tiradentes” se tornou o muito decantado herói desse primeiro verdadeiro movimento brasileiro de libertação. Eram homens de profissões intelectuais os que se reuniam nesses encontros secretos: médicos, poetas, juristas, magistrados, a mesma camada burguesa ascendente que, na mesma época, lidera a Revolução na França – homens que gostam de discutir, que se entusiasmam por livros e ideias, que gostam de falar e, dessa vez, até falam demais. Em seu entusiasmo, os conspiradores, muito antes de haverem planejado e organizado a conspiração, pensam que já alcançaram o objetivo e, precipitadamente e de boa-fé, procuram amigos para o seu plano então ainda totalmente teórico. Assim, o governador, informado por espiões infiltrados, consegue dar-lhes o golpe antes que eles decidam agir. A maioria dos jovens é condenada à deportação para a África, o poeta Cláudio Manuel da Costa se suicida no cárcere e só um, Joaquim José da Silva Xavier, o “Tiradentes”, que professa livre e heroicamente os seus ideais diante do tribunal, é executado da forma mais cruel no dia 21 de julho de 1789, no Rio de Janeiro, e os pedaços de seu corpo martirizado são expostos nos cruzamentos de Minas “para terrível escarmento dos povos”. Mas com isso a centelha do movimento libertador absolutamente não foi esmagada. Continua acesa sob a terra. No final do século XVIII, o Brasil, assim como todos os seus vizinhos sul-americanos, da Argentina até a Venezuela, está pronto para a separação da Europa e espera apenas que chegue a sua hora.

Um acaso ainda retarda esta separação por mais duas décadas. Durante as guerras napoleônicas, Portugal ficou na pior situação que pode haver

numa guerra: fica entre a bigorna e o martelo. Nas lutas exaustivas entre dois gigantes, Napoleão e a Inglaterra, o pequeno país naturalmente preferiu permanecer neutro.

Mas depois de um século de violência não há lugar para pacifistas: tanto a França, que cobiça os portos de Portugal, quanto a Inglaterra, que deles precisa contra o bloqueio continental, exigem uma decisão. E essa decisão significa uma enorme responsabilidade para o rei Dom João VI. Napoleão domina o continente, a Inglaterra domina os mares. Se o rei se opuser à exigência de Napoleão, este invadirá Portugal, e o país estará perdido. Se se opuser à Inglaterra, esta lhe bloqueará o caminho dos mares, e Portugal perderá o Brasil. Diante desta cruel escolha – se entre o bombardeio de Lisboa pelas tropas de Napoleão ou pelo seu bombardeio pelos navios ingleses –, formam-se na corte portuguesa dois partidos, um pró-francês e outro pró-inglês. O rei vacila, e em sua hesitação dá-se conta, pela primeira vez, de que, depois de três séculos, o Brasil se tornou o mais precioso bem de sua coroa, tendo deixado de ser uma simples colônia. Ele intui que, de agora em diante, ter a posse do Brasil pode lhe render mais fortuna, poder e posição no mundo do que Portugal. Pela primeira vez, a balança fica equilibrada entre Portugal e Brasil.

Quando, em 1807, Napoleão lançou o ultimato a Portugal para que o país se decida a favor ou contra ele, a casa de Bragança toma a decisão na undécima hora: prefere renunciar a Lisboa, perder toda Portugal, a perder o Brasil. Enquanto Junot avança em direção aos portões de Lisboa em marchas aceleradas, a família real embarca apressadamente com quinze mil pessoas, toda a nobreza, a magistratura, o clero, os generais – e, não por último – duzentos milhões de cruzados, e, sob a proteção da frota inglesa, atravessa o Atlântico. Tinha que acontecer uma reviravolta mundial para que, pela primeira vez em três séculos, um membro da casa de Bragança – e agora é o próprio rei – pisasse o solo brasileiro.

O vice-rei e o mestre do cerimonial levam um susto enorme. O Rio de Janeiro não tem palácios, não tem acomodações e leitos em quantidade suficiente para receber convidados tão ilustres e uma corte tão numerosa. Mas o povo recebe o monarca com entusiasmo e, com gritos de júbilo, o aclama “imperador do Brasil”, pois instintivamente percebe que um monarca que, como fugitivo, busca proteção, não pode mais tratar o Brasil como colônia subordinada. De fato, logo depois da chegada do rei caem as

barreiras restritivas. Mais do que isso, abrem-se os portos ao comércio mundial, permite-se a produção industrial sem limites, cria-se um banco próprio, o Banco do Brasil, instituem-se ministérios, inaugura-se a imprensa régia. Pela primeira vez, no país até então amordaçado, é permitida a publicação de um jornal. Surgem vários institutos, destinados a fazer do Rio de Janeiro uma verdadeira capital – academias, museus, um jardim botânico. Mas só em 1815 acontece finalmente a completa igualdade de direitos dos reinos unidos: Portugal e Brasil, antes senhor e servo, são agora irmãos. Aquilo que, uma década antes, não podia sequer ser sonhado nem esperado pela sabedoria de estadistas, foi obtido em brevíssimo prazo por Napoleão com sua personalidade transformadora do mundo. Por esse feliz acaso – pois nunca podemos nos cansar de repetir que as catástrofes para Portugal sempre foram momentos de sorte para o Brasil –, este país privilegiado é poupado da guerra pela independência que destruiu a América do Norte por vários anos e custou muito sangue aos outros estados sul-americanos. O Brasil pode aproveitar-se do período de intranquilidade na Europa para consolidar lentamente suas fronteiras. Faz muito tempo – em 1750 – que as antigas restrições do Tratado de Tordesilhas foram declaradas sem valor. O novo reino dilata-se bem para oeste, seguindo todo o curso do Amazonas. Ao sul, ganha o Rio Grande do Sul, ao norte, a fronteira, durante muito tempo em litígio, vai até a Guiana. E a ocasião favorável de estar a Europa ocupada com congressos seduz Dom João VI a se apoderar de Montevidéu com um golpe de mão e anexar o Uruguai – é bem verdade, só por algum prazo – como província cisplatina. No início do século XIX, portanto, o Brasil praticamente já atingiu sua configuração definitiva.

O período da permanência da corte real traz ao país não apenas um ganho político como também moral. Desde que os jesuítas foram expulsos do país por Pombal, pela primeira vez portugueses da classe culta, sábios e cientistas assentam-se na capital. Generoso, o rei ainda convida pesquisadores e artistas da França e da Áustria para fundar ou ampliar institutos. Só a partir dessa época possuímos verdadeiros quadros e gravuras do Rio, estudos científicos, narrativas legíveis. Desde que virou a “terra do refúgio” do rei, o Brasil real já não é mais a antiga “terra do exílio”, e em alguns poucos anos torna-se um contraponto à civilização europeia, sede de uma corte brilhante e respeitada. Nada mostra mais

nitidamente a posição mundial desse novo país do que o fato de o imperador da Áustria, depois da queda de Napoleão o homem mais poderoso da Europa, não considerar o herdeiro do trono deste reino, Dom Pedro, pouco importante demais para lhe dar como esposa uma irmã de Maria Luisa, sua filha Leopoldina, recebida no Rio com as maiores festas. Se o rei Dom João VI pudesse seguir suas inclinações, ficaria pelo resto de sua vida nesse novo país, cuja beleza e valor futuro rapidamente se tornaram claros para ele e todos os seus. Mas agora que Napoleão, na ilha deserta de Santa Helena, já não pode trazer intranquilidade para a Europa, Portugal, ciumento, pede de volta o seu rei. Dom João VI corre o risco de perder o trono de seus antecessores, caso não obedeça ao chamado que se torna cada vez mais imperativo. Ele tenta adiar a despedida por muito tempo, mas no final não consegue mais: em 1820², João VI volta para Lisboa, depois de ter nomeado o herdeiro do trono, Dom Pedro, como seu substituto no Brasil.

O rei Dom João VI residiu doze anos no Brasil, tempo suficiente para reconhecer quão forte, quão teimoso, quão nacionalista o país se tornou nesse novo século. No fundo do coração, não consegue libertar-se do mau pressentimento de que uma união de dois países, separados um do outro por três mil milhas de oceano, não pode durar para sempre. Reconhecendo isso, aconselha ao seu filho Dom Pedro, instituído por ele como “defensor perpétuo do Brasil”, a pôr na cabeça a coroa do Brasil em caso de emergência, antes que algum aventureiro estranho o faça. Efetivamente, a partida do rei antecipa um movimento nacional que exige a independência e que é mais incentivado do que impedido pelo príncipe herdeiro. Depois de uma aparente resistência, no dia 7 de setembro de 1822, o jovem ambicioso, liderado pelo excelente ministro patriótico José Bonifácio de Andrada e Silva – o primeiro verdadeiro estadista brasileiro, que sabe aproveitar com grande superioridade intelectual a ambição do sucessor ao trono para seus objetivos patrióticos – declara a independência do Brasil. Em 12 de outubro, o “defensor perpétuo” é proclamado imperador Dom Pedro I do Brasil, após haver jurado governar o país não como soberano autocrático, e sim como príncipe constitucional. Após breves combates, em parte com tropas portuguesas que se mantêm fiéis à metrópole, em parte com movimentos revolucionários, a calma externa é restabelecida no país, mas a tranquilidade interna é mais difícil de conquistar. O sentimento

de independência brasileiro, inebriado por êxitos inesperadamente rápidos, ainda precisa de triunfos mais visíveis. Ainda não reconhece esse primeiro imperador como sendo o seu, o verdadeiro, o imperador genuinamente brasileiro. O povo não consegue perdoar a Dom Pedro I o fato de ser português nato, e a suspeita de que depois da morte do pai ele tentaria reunir as duas coroas novamente não quer calar. Além disso, Dom Pedro I – mais romântico do que realista, corajoso mas excessivamente ocupado com questões eróticas particulares e expondo a corte ao arbítrio de sua amante, a marquesa de Santos – não sabe conquistar popularidade junto ao seu povo.

O golpe decisivo é dado pela desastrosa guerra contra a Argentina, na qual o Brasil perde sua Província Cisplatina. No sentido histórico, o final dessa guerra significa mais uma vantagem política, pois a criação de um Uruguai independente elimina de uma vez por todas qualquer conflito entre as duas poderosas nações irmãs, o Brasil e a Argentina, substituído por uma amizade durável. Mas em 1828 o país só enxerga a perda da foz do rio da Prata que o Brasil almeja há tantos anos, e o imperador sente esse descontentamento. De nada vale o fato de, em 1830, depois da morte de Dom João VI, ele recusar a coroa de Portugal que é sua de direito, mostrando que se decidiu inequivocamente pelo Brasil: aqui, ele continua a ser o estrangeiro, o forasteiro, e os elementos nacionalistas se organizam cada vez mais contra ele. A revolução francesa de julho acaba definitivamente com sua popularidade, pois tudo o que vem da França seduz os parlamentares brasileiros, acostumados a imitar o exemplo parisiense em seus discursos, decretos e debates. Essa imitação chega a tal ponto de, grotescamente, dois líderes políticos brasileiros se chamarem Lafayette e Benjamin Constant. Só a resignação do imperador impopular pode salvar o trono contra o assalto republicano. É assim que Dom Pedro I abdica em 1831 a favor de seu filho, reconhecendo corretamente a situação: “Meu filho tem sobre mim a vantagem de ser brasileiro”. Também nesse ato de abdicação preserva-se de maneira feliz a tradição brasileira de realizar reviravoltas políticas preferencialmente sem derramamento de sangue e de maneira conciliadora. Calmo, sem ser perseguido por ódio e ressentimento, o primeiro imperador do Brasil deixa o país.

O novo imperador Pedro II, o “imperador menino”, pelo sangue um Habsburgo e um Bragança, tem cinco anos de idade quando o pai abdica. José Bonifácio assume a regência para ele, e agora começa uma desenfreada politicagem e intrigas na frente dos bastidores e também por trás deles. Para o Brasil, que passou trezentos anos dependente e tutelado, os direitos parlamentares e a liberdade de imprensa são coisas muito novas, que deixam todos inebriados. Os debates não cessam. A excitação política permanece em alta tensão pelo simples prazer com discursos e com a política – na verdade, sem motivo externo. Um partido trabalha pela instituição de uma república, outro procura acelerar a coroação de Pedro II, e no meio deles se entrecruzam intrigas pessoais. Nenhum governo, nenhum partido parece ser verdadeiramente estável. Quatro vezes em sete anos troca-se o regente, antes que, afinal, o partido conservador consiga impor a declaração antecipada da maioridade de Pedro II em 1840 a fim de forçar uma certa tranquilidade. No dia 18 de julho, aos quinze anos, o “imperador menino” é solenemente coroado imperador do Brasil.

Quão pouca confiança inspiram ao mundo as constantes rixas e embrulhadas dos políticos sul-americanos ficou claro com a recepção fria ao embaixador secreto enviado para a Europa logo após a coroação, a fim de procurar uma esposa nobre para o jovem imperador. O primeiro caminho o leva para Viena, para os Habsburgo, os parentes mais próximos do jovem imperador. Mas enquanto seu pai Pedro I recebera sem hesitação uma arquiduquesa do rico patrimônio da família imperial, dessa vez o todo-poderoso chanceler Metternich permanece distante e frio. Por causa da instabilidade de seus governos, dos golpes incessantes de generais ambiciosos e políticos apaixonados, os estados sul-americanos perderam muito crédito na Europa. Em 1840 ninguém mais pensa em enviar uma arquiduquesa para atravessar um oceano agitado até um país ainda mais agitado, e mesmo entre as princesas de menor categoria nenhuma se mostra inclinada a assumir essa coroa imperial ultramarina. Depois de passar um ano inteiro percorrendo as antessalas vienenses, o mediador tem que se dar por satisfeito em levar ao jovem monarca uma princesa napolitana de pouca beleza e pouco dinheiro, mas em compensação mais rica em anos do que o seu futuro esposo.

Mas dessa vez, como tantas vezes antes, os políticos profissionais erraram nos prognósticos: este jovem monarca governará pacificamente

durante quase meio século, afirmando com dignidade e respeito geral uma posição difícil. Dom Pedro II é de uma natureza contemplativa, é mais um erudito ou bibliófilo no trono do que um político ou um militar. Um verdadeiro humanista de espírito, para cuja ambição é uma felicidade bem maior receber uma carta de Manzoni, Victor Hugo ou Pasteur do que brilhar em paradas militares ou ganhar vitórias militares. Embora sua aparência seja impressionante com sua bela barba e sua postura digna, ele prefere se manter em segundo plano e passa suas horas mais felizes em Petrópolis com suas flores ou na Europa com livros ou em museus. Ele é conciliador por natureza, de acordo com o espírito de seu país, e a única guerra que foi forçado a conduzir durante seu longo governo – a luta contra López, o agressivo ditador do Paraguai – termina depois da vitória brasileira com uma total reconciliação com o país vizinho. Até os troféus militares são voluntariamente devolvidos ao país. Por causa da postura exterior imponente e pela atitude interior prudentemente incolor do imperador, por causa da supremacia de Rio Branco, o qual consegue resolver todos os conflitos fronteiriços por meio de arbitragens e acordos internacionais, por causa da crescente riqueza do país – o qual, em vez de ampliar pela força seus limites, almeja uma consolidação interna –, o Brasil conquista, nesses cinquenta anos de governo de Dom Pedro II, uma posição de respeitabilidade inteiramente nova no mundo.

Um único conflito, naturalmente, não pode ser solucionado durante todos aqueles anos, porque ele chega próximo do nervo vital do país e uma operação muito radical significaria uma perda inestimável de força e de sangue: o problema da escravidão. Desde o início, toda a produção agrícola e industrial do Brasil baseia-se exclusivamente no trabalho escravo. O país não possui máquinas nem trabalhadores livres em quantidade suficiente para substituir os milhões de braços negros. Por outro lado – principalmente desde a guerra de secessão norte-americana –, a questão da escravidão se transformou de problema social em um problema moral, o qual, declaradamente ou não, oprime a consciência de toda a nação. Oficialmente, desde 1831 – na verdade, já desde 1810, por meio de um acordo com a Inglaterra – está vedada toda nova importação de escravos, o que significa a proibição do tráfico de escravos. Em 1870³, essa lei é complementada pela Lei do Ventre Livre, em virtude da qual todo filho de escrava será livre desde a vida intrauterina. Com essas duas

leis, na prática a questão da escravidão seria apenas uma questão de tempo, não de princípio, pois o aumento do número de escravos estaria impedido e, com a morte do material vivo, em pouco tempo só restariam pessoas livres no Brasil. Na realidade, no entanto, nem os importadores de escravos nem os donos de plantações distantes obedecem a essas leis. Quinze anos depois da proibição do comércio escravo, em 1846, ainda são importados cinquenta mil negros. Em 1847, são 57 mil, e, em 1848, até sessenta mil negros, e como o poderoso grupo desses comerciantes do “marfim negro” desdenham de todos os acordos internacionais, o governo inglês se vê obrigado a armar canhoneiras a fim de impedir os navios com a carga criminosa. A cada ano que passa, o problema da escravidão vem mais para o centro das discussões, cada vez mais aumenta a pressão dos grupos liberais no sentido de acabar de uma só vez com a “ignomínia negra”. Mas na mesma medida, até mais forte, aumenta a resistência dos círculos agrícolas que – não sem razão – temem que uma medida tão abrupta possa levar a uma crise catastrófica um país cuja economia se baseia em nove décimos sobre o trabalho escravo.

Para o imperador, esse problema se torna cada vez mais um conflito pessoal. Como intelectual, como liberal e democrata, de natureza sentimental, embora também com uma herança habsburguiana algo fria, a escravidão é algo terrível para ele. Ele mostra a sua repugnância claramente a todos aqueles que lidam com esse comércio vergonhoso ao se recusar tenazmente a conceder um título de nobreza ou uma distinção até mesmo ao homem mais rico que tenha feito sua fortuna graças ao trabalho escravo. Quando, na Europa, rende visita aos grandes representantes do ideário humanista, cuja amizade ele busca – um Pasteur, um Charcot, um Lamartine, um Victor Hugo, um Wagner, um Nietzsche – é motivo de constrangimento, para esse homem culto, ser ele o soberano responsável pelo único reino do mundo que ainda tolera a escravidão. Mas ele continua sendo obrigado por muito tempo a manter em segundo plano a sua repugnância pessoal e evitar qualquer ingerência, segundo o conselho de seu melhor e mais sábio estadista, o visconde de Rio Branco, que ainda em seu leito de morte suplica: “Não perturbem a marcha do elemento servil”. O visconde do Rio Branco também quer ver esse problema solucionado à moda brasileira, ou seja: sem radicalismos. As consequências econômicas são de tal forma imprevisíveis, o contraste apaixonado entre abolicionistas

e escravistas, tão impiedoso, que o trono só pode se manter equilibrado ante dois partidos, porque pender para um ou para o outro lado poderia significar sua queda. Até 1884, durante mais de quarenta anos, o imperador se abstém, na medida do possível, de externar sua opinião, que é publicamente conhecida. Mas, aos poucos, cresce sua impaciência para se livrar dessa coisa odiosa. Em 1885, um decreto provisório ordena a libertação de todos os escravos com mais de sessenta anos, o que significa outro importante avanço. Mas o espaço de tempo que ainda demora até que, automaticamente, os últimos escravos no Brasil estejam livres é mais longo do que parece adequado a um homem idoso e já doente e que quer vivenciar esse momento. Assim, Dom Pedro II, cada vez mais em uniformidade com sua filha, Princesa Isabel, herdeira do trono, passa a apoiar o partido dos abolicionistas. No dia 13 de maio de 1888, finalmente, passa a vigorar a tão desejada lei que decreta inequivocamente e sem mais adiamentos a imediata libertação de todos os escravos no Brasil.

Por pouco, o imperador idoso não consegue ver realizado o seu ambicionado desejo. Nos dias em que o júbilo sobre a notícia enche as ruas do Brasil, Dom Pedro II está gravemente doente em um hotel em Milão. Em abril, com sua habitual sede de aprender, ele ainda chegou a visitar os museus e os sábios da Itália – em Pompeia e em Capri, em Florença e em Bolonha. Examinou quadro por quadro na Academia em Veneza, assistiu à apresentação de Eleonora Duse no teatro e recebeu Carlos Gomes, o compositor brasileiro. Em seguida, uma grave pleurite o derruba no leito. Charcot, de Paris, e três outros médicos tratam dele, mas o estado do imperador piora de tal forma que ele chega a receber os últimos sacramentos. Mais do que todos os remédios e drogas, a notícia da abolição da escravatura lhe ajuda a se recuperar. O telegrama lhe dá novas forças, e em Aix-les-Bains e Cannes ele se recupera a ponto de, passados alguns meses, poder novamente pensar em voltar para a pátria.

O velho monarca de barba branca, que durante cinquenta anos governou o país de maneira pacífica e digna, é recebido com entusiasmo no Rio. Mas o clamor de uma única rua nunca exprime o ânimo de toda a população. Na realidade, a decisão de abolir a escravidão criou ainda mais agitação do que a luta anterior entre os partidos, pois a crise econômica chega mais pesada do que previram os mais agourentos. Muitos antigos

escravos saem do campo para as cidades. Os empreendimentos agrícolas, que se veem subitamente sem sua mão de obra, começam a ter dificuldades, e os antigos proprietários se sentem roubados porque não foram indenizados – ou não apropriadamente – pela perda em capital do marfim negro. Os políticos, que percebem os ventos mudando, agitam-se porque não sabem que rumo tomar, e os movimentos republicanos, que, no Brasil, desde a Declaração da Independência da América do Norte, sempre estiveram em brasa, acendem-se com essa forte correnteza. Na verdade, o movimento não se volta contra a figura do imperador, cuja honradez e cujo espírito genuinamente democrático são respeitados até mesmo pelos mais ferrenhos republicanos. Mas a Dom Pedro II falta uma – a mais importante – condição para a manutenção da dinastia: aos 65 anos, ele não tem filhos, nenhum herdeiro masculino do trono. Dois de seus filhos morreram precocemente, a princesa herdeira é casada com um príncipe d’Eu da casa de Orléans, e a consciência nacional brasileira já se tornou tão forte e ao mesmo tempo sensível, que não quer reconhecer um príncipe de outra linhagem. O verdadeiro golpe de Estado parte do exército, de um minúsculo grupo, e, com uma defesa enérgica, certamente poderia ter sido facilmente debelado. Mas o próprio imperador, idoso, doente e, na verdade, cansado de governar, recebe a notícia em Petrópolis sem grande vontade de resistir, pois nada, para a sua natureza conciliadora, pode ser pior do que uma guerra civil. Como nem ele nem o genro revelam uma determinação rápida, o partido monarquista se desfaz da noite para o dia. A coroa imperial rola ao chão quase sem fazer barulho – tão pouco manchada por sangue no momento em que se perde quanto no momento em que foi ganha. O verdadeiro herói moral, mais uma vez, é a natureza conciliadora brasileira. Sem qualquer hostilidade, o novo governo dá a entender ao idoso, que durante cinquenta anos foi um bem-intencionado monarca do país, que deve se afastar pacificamente e morrer na Europa. Em 17 de novembro de 1889, nobremente, em silêncio, sem uma palavra da acusação, Dom Pedro II deixa para sempre o continente americano, que não tem lugar para reis, assim como antes o fizeram o seu pai e seu avô.

Desde então, os Estados Unidos do Brasil são e seguem sendo uma república federativa. Mas essa transformação de império em república transcorreu sem abalos internos, assim como antes a transição da realeza para o império e, em nossos dias, a posse da presidência por Getúlio

Vargas. Nunca são as formas externas de governo que determinam o espírito e a postura de um povo, e sim é o caráter inato da nação que, em último sentido, marca a sua imagem na História. Em todas as suas diferentes formas, o Brasil nunca mudou em essência, apenas evoluiu para uma personalidade nacional mais forte, mais autossuficiente. Tanto na política interna quanto na externa, aplicou inabalavelmente o mesmo método que reflete a alma de milhões e milhões: soluções pacíficas de todos os conflitos por meio da conciliação mútua. O Brasil jamais atrapalhou a construção do mundo com o seu desenvolvimento – ao contrário, sempre a estimulou. Há mais de cem anos, não procurou ampliar suas fronteiras e sempre se comunicou amigavelmente com todos os seus vizinhos, voltando suas forças sempre crescentes unicamente para dentro, multiplicando sua população e sua postura de vida e, sobretudo nos últimos dez anos, adaptando-se ao ritmo da contemporaneidade graças a uma organização mais rígida. Fartamente contemplado com espaço e riquezas inesgotáveis pela natureza, abençoado com beleza e todas as forças potenciais imagináveis, ele ainda tem a velha missão do início: implantar pessoas de zonas apinhadas em seu solo inesgotável, unindo o velho e o novo, criando uma nova civilização. Ainda depois de 440 anos, seu desenvolvimento mal começou, e nenhuma imaginação é suficiente para descrever o que esse país, este mundo, significará para a próxima geração. Quem descrever o Brasil de hoje já descreve inconscientemente seu dia de ontem. Só quem olhar para o seu passado vislumbrará seu verdadeiro sentido.

² Dom João VI retorna a Portugal em abril de 1821. (N.E.)

³ A Lei do Ventre Livre foi promulgada em 28 de setembro de 1871. (N.T.)

Economia

O Brasil, cujo território é de longe o maior da América do Sul, maior até do que os Estados Unidos da América do Norte, é hoje uma das mais importantes reservas – se não a principal – do futuro do nosso mundo. Aqui temos uma riqueza inestimável em solos que jamais conheceram o cultivo e, no subsolo, minérios e tesouros que não foram explorados ou quase não foram descobertos. No Brasil, há possibilidades de assentar gente em dimensões que um idealista talvez soubesse estimar melhor do que um estatístico. A diversidade dos cálculos para saber se este país, que hoje conta aproximadamente cinquenta milhões de habitantes⁴, poderia comportar quinhentos, setecentos ou novecentos milhões com uma densidade populacional normal dá uma noção para avaliar o que o Brasil poderia ser daqui a um século, talvez já daqui a algumas décadas, no nosso cosmo. Com prazer subscrevemos a afirmativa de James Bryce: “Nenhum grande país do mundo que pertença a uma raça europeia possui semelhante abundância de terras para o desenvolvimento da existência humana e de uma indústria produtiva”.

Com a forma de uma harpa gigantesca, curiosamente redesenhando, com seus limites, os contornos do continente sul-americano, este país é tudo ao mesmo tempo: montanhas e litoral, planícies, florestas, pântanos, e é fértil em quase todas as zonas. Seu clima varia em todas as transições – do tropical ao subtropical e para o temperado; sua atmosfera é ora úmida, ora seca, marítima ou alpina. Zonas pouco chuvosas se alternam com regiões ricas em chuva, oferecendo, com isso, as possibilidades de uma vegetação mais variada. O Brasil possui os rios mais caudalosos do mundo ou os alimenta, como o Amazonas e o rio da Prata. Suas montanhas lembram os Alpes em alguns trechos e se elevam até três mil metros, com zonas nevadas, no caso do seu pico mais alto, o Itatiaia. Suas grandes quedas d’água – Iguaçu e Sete Quedas – superam em força a de Niágara, bem mais famosa, e estão entre as maiores reservas hidrelétricas do mundo. Suas cidades, como o Rio de Janeiro e São Paulo, ainda em pleno crescimento fantástico, já rivalizam com as europeias em luxo e beleza. Todas as formas de paisagem variam diante do olhar sempre fascinado, e a

multiplicidade de sua fauna e flora há séculos garante aos cientistas sempre novas surpresas. Só a lista de suas espécies de pássaros é capaz de encher compêndios inteiros de catálogos, e cada nova expedição volta com centenas de novas espécies descobertas. Só o futuro desvendará o que jaz oculto sob o solo na forma de possibilidades latentes de minérios. Certo é que as maiores reservas de minério de ferro do mundo esperam aqui intactas, suficientes para abastecer toda a nossa terra durante séculos, e que não falta a este gigantesco país uma só espécie de minério, rocha ou planta. Por tudo que se tenha feito nos últimos anos para ordenar tudo isso, a verificação e a avaliação verdadeiras aqui ainda estão no começo, antes do começo decisivo. Por isso, é preciso repetir sempre: graças ao fato de ser virgem e tão amplo, este enorme país significa, para o nosso mundo apinhado de gente, muitas vezes já fatigado, esgotado, uma das maiores esperanças – e talvez a esperança mais justificada.

A primeira impressão deste país é de uma opulência desconcertante. Tudo é intenso – o sol, a luz, as cores. O azul do céu é mais retumbante, o verde, mais profundo e saciado, a terra, mais compacta e roxa – nenhum pintor seria capaz de encontrar em sua paleta matizes mais ardentes, ofuscantes, cintilantes do que os das plumas dos pássaros, das asas das borboletas. A natureza sempre se supera: nos temporais que rasgam os céus com seus raios estrondosos, nas chuvas que se precipitam como rios selvagens e na vegetação que em poucos meses se transforma em verdes e densos matagais. Mas também o solo, intacto há séculos e milênios e ainda não desafiado a mostrar seu pleno desempenho, responde a cada apelo com uma força quase inacreditável. Quando nos lembramos do esforço, do martírio, da habilidade, da tenacidade a que é preciso recorrer na Europa para que se possa extrair flores ou frutas de um campo, aqui, ao contrário, encontramos uma natureza que precisa ser domada para que não se desenvolva de forma demasiado selvagem e impetuosa. Aqui, o crescimento não necessita ser estimulado, e sim contido, para que em sua bárbara impetuosidade não sufoque o que é plantado pelo homem. Espontaneamente, sem que sejam necessários cuidados especiais, crescem as árvores e os arbustos que fornecem alimentos a uma grande parte da população – banana, manga, mandioca, abacaxi. E cada nova planta e cada árvore frutífera trazidas de outros continentes usam e abusam deste húmus virgem.

Tamanha impetuosidade e boa vontade – quase poderia se dizer: generosidade – com que esta terra responde a cada experiência que se tenta fazer com ela, paradoxalmente se transformou várias vezes em perigo para sua economia. Com sequência quase regular ocorreram crises de superprodução, unicamente porque tudo era muito rápido e simples. O episódio em que sacas de café foram lançadas ao mar, no século XX, é o exemplo mais recente. Cada vez que o Brasil começa a produzir alguma coisa, precisa se autoimpor barreiras, a fim de evitar a superprodução. Por isso a história econômica do Brasil é cheia de mudanças surpreendentes, e talvez seja até mais dramática do que sua história política, pois geralmente o caráter econômico de um país é determinado inequivocamente desde o começo: cada país toca um instrumento, e o ritmo não muda essencialmente ao longo dos séculos. Um país é agrícola, outro extrai sua riqueza da madeira ou do minério, o terceiro, da pecuária. A linha da produção pode oscilar para cima ou para baixo, mas de um modo geral a direção permanece a mesma. O Brasil, ao contrário, é um país das constantes transformações e das mudanças bruscas. Na verdade, cada século produziu uma característica econômica diferente, e no decorrer desse drama, cada ato tem um nome: ouro ou açúcar, café, borracha ou madeira. Em cada século, em cada meio século, o Brasil revelou sempre uma nova e diferente surpresa quanto a seus abundantes recursos.

Nos primeiros tempos, no século XVI, foi a madeira, o pau-brasil, que deu ao país a sua característica econômica e até mesmo o nome definitivo. Quando os primeiros navios aportaram na costa, os europeus ficaram, num primeiro momento, fortemente desapontados. Não encontraram nada para tirar e para roubar, o Brasil não lhes oferecia nada senão a sua natureza, ainda não se submetera aos homens. “Nem oiro, nem prata” – essa fórmula sucinta do primeiro relatório bastou para reduzir a zero o valor comercial do novo país. Não era possível tomar nada dos nativos, que olhavam curiosos para os estranhos seres brancos e vestidos, porque não possuíam nada além de sua própria pele e do próprio cabelo. Ao contrário do Peru e do México, aqui não havia uma civilização nacional que soubesse transformar fibras em tecidos, extrair os minérios das profundezas da terra, transformando-os em adereços e armas. Os canibais nus da Terra de Santa Cruz não haviam chegado nem mesmo ao grau mais primitivo de civilização, não sabiam lavrar a terra e criar gado, mal sabiam construir

casebres. Apanhavam e devoravam unicamente o que encontravam nas árvores e na água e seguiam adiante quando tinham consumido tudo o que uma determinada área podia fornecer. De quem nada possui, é impossível querer tirar alguma coisa. Decepcionados, os marinheiros voltavam em seus navios, abandonando um país do qual não valia a pena levar nada, pois mesmo as pessoas lá não eram mercadoria útil. Quando eram capturados como escravos e induzidos a trabalhar, em sua maioria se consumiam durante algumas semanas sob o chicote, deitavam-se e morriam.

A única coisa que aqueles primeiros navios levaram para casa foram curiosidades – alguns macaquinhos ágeis e aqueles maravilhosos papagaios coloridos que as damas elegantes da Europa gostavam de manter em gaiolas como animais de luxo e por causa dos quais muitas vezes o país era chamado de Terra dos Papagaios. Só na segunda viagem se descobriu um produto pronto que poderia compensar um comércio com este país tão longínquo: o pau-brasil. Essa madeira, chamada de brasil porque reluzia em cor vermelha quando era cortado, como brasa, não era tão útil como madeira quanto como corante, mas como não se conheciam outros corantes, era muito procurada no comércio como qualquer mercadoria exótica.

O governo português está excessivamente ocupado para poder empreender uma exportação regular de pau-brasil. Tendo empenhado toda a sua força militar e marítima em arrombar os tesouros dos príncipes indianos, o monopólio da madeira é um negócio demasiado pequeno e, por outro lado, penoso. A intermediação, no entanto, vale a pena. Por um quinto dessa madeira corante – que, com todas as despesas de frete e riscos, chega a meio ducado em Lisboa – pode-se obter dois e meio a três ducados na França ou nos mercados holandeses. Mas a Coroa precisa de lucros líquidos rápidos para seus grandes e grandiosos empreendimentos. Assim, prefere arrendar o monopólio da madeira contra pagamento em espécie a Fernando de Noronha, um dos cristãos-novos mais ricos, que organiza o comércio a partir de Pernambuco com seus irmãos de fé, refugiados como ele. Mas, mesmo dirigido por ele, o comércio permanece em dimensões reduzidas e não parece evoluir para um negócio que possa estimular uma colonização regulamentada e o estabelecimento de grandes feitorias. Um simples corante não basta para impulsionar um povoamento

numa terra tão distante. Se o Brasil está destinado a se tornar um fator produtivo no mercado mundial, então é preciso achar um produto mais rentável, substituindo o curto ciclo do pau-brasil por outro produto mais rápido e mais lucrativo.

O caso é que o Brasil – ou melhor, aquela estreita faixa litorânea até então explorada – ainda não possui um tal produto à época do descobrimento. A fim de se tornar fecundo para a economia europeia, o país precisa ser fertilizado pela Europa. Todas as plantas e frutas que devem crescer e frutificar em suas terras fartas precisam primeiro ser introduzidas no país e transplantadas, e, para isso, precisa-se ainda de um adubo muito especial: o homem. Desde a primeira hora, para o Brasil, o homem, o colono como elemento vivificador, fertilizador, é a mais necessária de todas as necessidades. O que o Brasil deve produzir precisa ser trazido e ensinado pela Europa. Mas tudo aquilo que a Europa lhe emprestará em plantas e forças humanas, a nova terra devolverá ao velho continente com mil por cento de juros. Enquanto as terras do Oriente, onde há tesouros para roubar e saquear, num primeiro momento são um problema de conquista para Portugal, o Brasil, país ainda totalmente desorganizado, desde o início é um problema de colonização, de investimento.

Como primeira tentativa de transplante e cultivo de um produto exótico, os portugueses trazem a cana-de-açúcar de Cabo Verde. E logo esse primeiro experimento tem êxito total: no Brasil, a natureza sempre realiza de forma exagerada as tarefas que lhe são confiadas. A cana-de-açúcar é um produto ideal para um país ainda desorganizado, pois o seu plantio e exploração requerem apenas um mínimo trabalho manual, sem nenhuma formação especial. Mal acaba de ser plantada, a cana começa a disparar, sem esperar muitos cuidados, com um caule da grossura de duas polegadas, e isto seis a dez vezes por ano⁵. Com os métodos mais simples, mas fáceis, extrai-se dela o caldo valioso. Basta colocar a cana entre dois cilindros de madeira, enquanto dois escravos – pois um boi seria muito caro – movem uma espécie de moinho por meio de uma haste horizontal. Suas voltas incessantes fazem girar os cilindros, até extrair a última gota do caldo de cana. Esse líquido branco⁶ e pegajoso é então fervido e reduzido a torrões e pães de açúcar. O bagaço serve para produzir mosto, e as folhas, queimadas, servem como adubo para a agricultura. Esse

primeiro e primitivo método de fabricação é aperfeiçoado depois ao longo de múltiplas tentativas. Logo, os engenhos, essas pequenas fábricas, passam a se instalar junto a cursos d'água para que se use a força hidráulica no lugar da humana. Mas em todas as suas formas, a produção de açúcar segue sendo um processo dos mais cômodos e, além disso, o mais rentável. Com uma velocidade surpreendente, o açúcar branco que os escravos extraem da cana marrom com suas folhas verdes se transforma em ouro amarelo e pesado, pois desde que as primeiras cruzadas tiveram contato com o mundo oriental civilizado e requintado, nasceu na Europa uma cobiça incontida pelas especiarias picantes e estimulantes, de um lado, e por doces e gulodices, do outro. Enriquecida com o comércio próspero, a Europa já não quer mais a dieta espartanamente monótona e busca prazeres mais sofisticados. O adoçamento fraco obtido até então unicamente a partir do mel não lhe basta mais. Desde que provou essa nova substância doce, o açúcar, a Europa, como uma criança teimosa, exige cada vez mais dessa iguaria. E como ainda haverão de passar mais três séculos antes que a Europa, na época do bloqueio continental, comece a extrair açúcar da beterraba, esse produto de luxo precisa ser buscado nas zonas exóticas, e os comerciantes, certos de uma freguesia cada vez maior, pagam qualquer preço por essa nova mercadoria. De um momento para o outro, o Brasil se torna importante no mercado mundial. Como as despesas dessa fabricação caseira são praticamente nulas – pois as terras e o plantio não custam nada e os escravos, nos engenhos, são os animais de carga mais baratos – os lucros disparam, e a riqueza que o Brasil – ou melhor: Portugal – tira dessas manufaturas é inestimável. A cada semana cresce a produção. Durante três séculos, nada pode abalar o domínio e o monopólio do Brasil nesse terreno. As exportações atingem somas gigantescas – como exemplo, basta citar que, em alguns anos, o Brasil chegou a exportar açúcar no valor de três milhões de libras esterlinas, o que supera o total das exportações da Inglaterra na mesma época. Só no final do século XVIII os lucros começam a cair, porque o Brasil estraga o preço de seu ouro branco por superprodução. Como aconteceu com todos os demais produtos coloniais – a pimenta, o chá, a borracha –, tudo aquilo que, num primeiro momento, foi uma preciosidade por ser raro torna-se trivial com a superprodução. A introdução do açúcar de beterraba desfere o golpe fatal à grande alta, mas o “ciclo” do açúcar cumpriu brilhantemente sua missão

na história econômica do Brasil, e o ocaso do produto chega tarde demais para poder ameaçar a economia, que já passou a se basear em outros produtos. Apoiado naquela primeira cana fraca que os primeiros navios trouxeram do velho mundo, o Brasil avançou firme por três séculos e se fortaleceu o bastante para poder seguir o caminho sem necessitar deste apoio.

Um segundo produto de exportação vem em seguida, de certa forma parecido com o primeiro, por também servir a um novo vício europeu: o fumo. Colombo já vira os primeiros nativos fumando, e outros navegantes levaram o estranho hábito para a pátria. Aos europeus, mascar, cheirar e fumar uma erva marrom parece um costume bárbaro. Ironizam e desprezam os marujos quando mascam seus grossos rolos entre os dentes, cuspidando o suco marrom e nojento. Riem dos poucos fumantes que empestam o ar com seus cachimbos de barro, e, na alta sociedade, sobretudo na corte, é terminantemente proibido fumar. Por isso, não é por prazer ou imitação que a Europa se acostuma subitamente ao fumo, e sim pelo medo. Nos terríveis dias em que as grandes epidemias castigam e despovoam as cidades mais diversas da Europa, matando sua população, muitos – que nunca ouviram falar em bacilos – acreditam poder se proteger da contaminação fumando, destruindo um veneno com ajuda de um outro. Mas depois que a epidemia passa e, com ela, o medo, as pessoas – assim como ocorre com o conhaque, que antes só era usado como remédio – já se acostumaram ao tabaco e não querem mais abrir mão dele, assim como não querem deixar de beber ou de comer. De ano para ano, a Europa adquire quantidades maiores, e o Brasil também se estabelece como atacadista para essa demanda, pois o tabaco aqui nasce como planta silvestre, e suas folhas são consideradas as de melhor qualidade. Assim como o seu irmão, o açúcar, o fumo não precisa de tratos e cuidados especiais. Basta arrancar as folhas do arbusto que cresce sem mais esforços, secá-las, enrolá-las, e aquilo que quase não tem valor nenhum é embarcado nos navios como mercadoria de grande valor.

Açúcar, fumo e, em quantidades menores ainda, o cacau, o terceiro objeto cobiçado pelo novo gosto europeu, permanecem sendo as três pilas que sustentam a economia do Brasil até o século XVIII. A eles se junta o algodão, logo que a Europa aprendeu a fiá-lo. Desde o início o algodão existia no Brasil. Cresce como planta silvestre nas florestas do

Amazonas e em outras regiões, mas ao contrário do que ocorreu com os astecas e peruanos, cuja civilização é bem superior, os nativos ainda não sabem fiar o algodão. Apenas usam os flocos brancos nas flechas, durante suas guerras, para com elas incendiar aldeias inimigas, e na região do Maranhão o algodão curiosamente serviu como meio de pagamento. A Europa tampouco sabe usar o algodão: embora Colombo já tenha levado alguns flocos dessa lã branca para a Espanha, ninguém ainda se dá conta de seu futuro significado como têxtil. No Brasil, no entanto, os jesuítas – certamente com base nos relatos provenientes do México – já conheciam as propriedades do algodão desde 1549 e ensinam os nativos a fiá-lo em suas aldeias. Mas só com a invenção da máquina de fiação (1770-1773), que marca o início da Revolução Industrial, o algodão pode transformar-se verdadeiramente em artigo de grande comércio. A partir do fim do século XVIII, principalmente a Inglaterra – que ocupa mais de um milhão de trabalhadores na área têxtil – precisa de quantidades cada vez maiores para sua produção mundial, pagando preços cada vez mais altos. Por isso, o algodão, que antes crescia como planta silvestre nas florestas, passa a ser sistematicamente plantado no Brasil. Já no começo do século XIX, as exportações de algodão representam quase metade do total de vendas externas do país e a salvação da balança comercial. A rápida queda do preço do açúcar é, assim, compensada por essas exportações gigantescas em uma daquelas mudanças rápidas e felizes que são tão típicas da história econômica do Brasil.

Todas essas matérias-primas – o açúcar, o fumo, o cacau e o algodão – são exportadas em forma bruta, e não processadas no país. Ainda será necessário longo desenvolvimento antes que o Brasil esteja suficientemente livre e maduro para uma indústria de transformação bem-organizada e mecanizada. Toda a sua atividade se restringe à plantação, à colheita e ao embarque dos chamados “produtos coloniais” – portanto, a processos primitivos, que não precisam muito mais do que de braços para serem executados. É bem verdade que são muitos braços – e baratos. Gente é, portanto, a matéria-prima mais indispensável que esta terra, opulenta em todos os recursos naturais, precisa importar. Talvez seja o evento mais curioso da história econômica do Brasil o fato de ter que, em cada uma de suas épocas, faltar-lhe a melhor energia motora e ter que importá-la: nos primeiros séculos, o braço humano, no século XIX, o

carvão e, no século XX, a gasolina. É natural que, naqueles primeiros anos, o Brasil tentasse buscar a energia motora mais barata. Primeiro, os colonos tentam escravizar os nativos. Mas como eles, em virtude de sua constituição franzina, revelam-se fracos para o trabalho e os jesuítas repetidamente apontam para os éditos régios que protegem a população aborígine, a partir de 1549 começa a importação regular do “marfim negro” da África. Em navios terríveis, chamados de “tumbeiros” porque metade dos negros apinhados e acorrentados morre já durante a viagem, cada mês e, pouco depois, cada semana novos carregamentos dessa matéria-prima viva são trazidos para o Brasil. Ao longo de três séculos, o país importou no mínimo três milhões dos dez milhões de escravos que o novo continente apanha na África pilhada e despovoada. Os números exatos (alguns estimam a importação em até quatro milhões e meio de negros) nunca mais poderão ser reconstituídos, porque em 1890 Rui Barbosa, para libertar a jovem república da ignomínia do passado, mandou queimar todo o arquivo com documentos da importação de negros em um gesto bem-intencionado.

Durante muito tempo, o tráfico de escravos é considerado, no Brasil, não como o negócio mais honrado, mas sim como o mais rentável. Financiado por Londres ou Lisboa, ele fornece ao fretador, bem como ao vendedor, lucros certos, graças à demanda sempre crescente. Em um primeiro momento, o escravo negro, vendido, em média, a preços que variam de cinquenta a trezentos mil-réis no mercado da Bahia, parece relativamente caro em comparação com o escravo nativo, cotado entre quatro e no máximo setenta mil-réis.

Mas no preço de um negro ossudo do Senegal ou da Guiné é preciso levar em conta os custos do frete, um desconto pela mercadoria avariada na viagem e lançada ao mar, o imenso lucro dos intermediários, os caçadores de escravos e capitães e ainda por cima a taxa de importação de três mil a três mil e quinhentos mil-réis por escravo que, nesse negócio escuso, o cristianíssimo rei de Portugal faz arrecadar já na alfândega. Apesar do preço alto, para o fazendeiro a aquisição de escravos continua tão indispensável quanto a de enxadas e pás. Um negro forte, quando recebe uma boa chicotada de vez em quando, trabalha doze horas sem remuneração. Além disso, esse não apenas é um bom investimento de capital, mas ainda por cima traz juros, pois o escravo negro ainda

multiplica as posses de seu senhor, mesmo em suas poucas horas de descanso, com os filhos que gera e que, naturalmente, passam como escravos gratuitos para o patrimônio do seu dono. Um casal de negros, adquirido no século XVI, em dois ou três séculos produz para a família do seu senhor toda uma geração de escravos. Esses escravos representam a força motora que mantém as grandes fazendas em atividade, e como o próprio solo nessa terra vasta quase não tem valor, a fortuna do proprietário de plantações se mede pela quantidade de escravos, assim como na época do feudalismo, na Rússia, a fortuna de um fazendeiro era medida pelo número de “almas” que ele possuía. Até boa parte do século XIX, é, cada vez mais, sobre os escravos que se apoia toda a economia. Sobre seus ombros se apoia todo o peso da produção colonial, enquanto os portugueses apenas supervisionam e comandam essa máquina de trabalho ativada com milhões de braços negros na condição de funcionários, inspetores ou empresários.

Essa rígida separação entre negros e brancos, senhores e escravos é perigosa desde o início, e, sem a contrapartida compensatória da colonização no interior, poderia ter cindido a unidade do país. De qualquer forma, em seus primórdios a vasta terra ainda não tem um equilíbrio estático, pois no primeiro século e até meados do segundo, toda a energia ativa se concentra no norte, para onde afluem todos os homens. Para o mundo de então, a zona tropical do Brasil – bem ao contrário do declínio de hoje – representava a verdadeira tesouraria. Ali se concentrou a atividade econômica, até que a primeira e sôfrega avidez da Europa por produtos coloniais tenha sido saciada. A Bahia, Recife, Olinda, Pernambuco se transformam de simples lugares de baldeação em verdadeiras cidades, construindo igrejas e palácios em uma época em que no interior apenas se erguem tímidas choças e igrejinhas de madeira. No Norte é que incessantemente navios europeus carregam e descarregam, ali chega constantemente a matéria-prima negra dos escravos, ali se empacotam e embarcam nove décimos de todos os gêneros coloniais que são transportados além dos oceanos, ali se estabelecem os primeiros escritórios, pois é perto dessas cidades que se agrupam os engenhos e os palácios para facilitar os transportes. Quem, em 1600, 1650 e ainda em 1700 mencionasse o nome do Brasil na Europa, apenas se referia ao Nordeste, às cidades litorâneas já mundialmente famosas com seu açúcar,

seu cacau, seu fumo, seu negócio, seu comércio. Que, ao mesmo tempo, no interior – separado da curiosidade dos marinheiros e dos comerciantes por causa da cadeia de montanhas – começou um desenvolvimento comercialmente menos rentável, mas bem mais sustentável – ninguém ainda imagina na Europa, nem mesmo o rei de Portugal. Essa colonização do país planejada e promovida com persistente e sistemático esforço é a grande obra dos jesuítas no Brasil. Com uma visão que antecedeu em séculos os fiscais reais e os gananciosos corretores, para os quais lucro só é aquilo que pode ser rapidamente transformado em moeda, os jesuítas foram clarividentes ao reconhecer que as bases econômicas de uma nação, a longo prazo, não podem se fundamentar nas conjunturas incertas de algumas mercadorias de monopólio, nem unicamente no trabalho de escravos comprados. Uma nação que quer se construir precisa primeiro aprender a cultivar o solo e a considerá-lo como sendo o seu próprio. A grandiosidade desse empreendimento só pode ser adequadamente avaliada a partir de duas perspectivas: do seu começo do nada e do seu resultado definitivo, hoje patente aos olhos do mundo. Só a partir da forma primitiva milenar e eterna da agricultura e da pecuária poderia desenvolver-se uma economia nacional sadia. O fato de precisamente as tribos ainda inteiramente nômades terem podido ser educadas para esse trabalho necessário constitui, em termos morais, o verdadeiro início da nação brasileira.

Esse trabalho começa do zero. Quando Nóbrega e Anchieta chegam ao país, há o solo que ninguém cultiva e os nativos que ainda não sabem como cultivá-lo, mas faltam as forças aglutinadoras. Não existe nada, tudo tem que vir do outro lado do oceano, cada cabeça de gado, cada vaca, cada bezerro, cada porco, cada martelo, cada serra, cada prego, cada enxada, cada ancinho, além das plantas e das sementes, e só então esses seres infantis e nus precisam ser ensinados com muita paciência como arar, como colher, como construir estábulos para o gado e como cuidar do gado. Antes de ensiná-los a serem cristãos, os jesuítas têm que lhes ensinar o trabalho, e, antes de incutir os princípios da fé, precisam incutir neles a vontade de trabalhar. O que, para os jesuítas, antes de virem para o Brasil, era um plano espiritual em grande estilo, transforma-se em um trabalho paciente, modesto e penoso, que só consegue ser realizado pela força disciplinada de homens que juraram consagrar toda a sua vida a uma ideia:

a civilização do homem por meio do cultivo da terra. Nada do que esses primeiros mestres trouxeram consigo da Europa – livros, medicamentos e ferramentas e plantas e animais – foi de tanta força tônica para o desenvolvimento quanto a energia rígida, porém ardente, desse punhado de homens. Rapidamente – como tudo no Brasil – crescem e desenvolvem-se estas primeiras aldeias, esses povoados novos, e com justificado orgulho os jesuítas dentro de pouco tempo podem relatar em suas cartas com que felicidade essa união se realiza, a união do solo com o homem e o cruzamento entre brancos e nativos para produzir uma geração nova e ativa. Os padres já consideram sua obra bem-sucedida; São Paulo – primeiro a cidade e depois o Estado – vai-se povoando, vão surgindo novas aldeias no interior. Mas a verdadeira conquista do país não se dará pelo caminho tranquilo, pacífico e metódico que eles previram, e sim por outra via. Quando a História quer realizar uma ideia, adora desviar do plano preparado pelos homens e fazer seu próprio caminho, e assim ocorre também dessa vez. Os jesuítas assentaram uma nova geração com o princípio de que ela cultivasse o solo. Mas já a nova geração de mamelucos, impaciente, rompe as fronteiras que os pios padres estabeleceram. Ainda está vivo em seu sangue o gosto nômade de seus antecessores indígenas, bem como a desenfreada ferocidade dos primeiros colonos. Por que cultivar a terra com as próprias mãos se isso pode ser feito por escravos? Em pouco tempo, os mestiços se tornam os piores inimigos dos índios, os filhos dos nativos cujos pais foram salvos pelos jesuítas de serem escravizados tornam-se os mais cruéis caçadores de escravos, e justamente em São Paulo, sonhada pelos jesuítas como lugar da pureza ética e da unidade espiritual, nasce a geração de conquistadores, os paulistas, que logo se tornarão inimigos ferrenhos dos jesuítas e de seus esforços colonizadores. Reunidos em uma tropa guerreira, os bandeirantes (que curiosamente se assemelham aos caçadores de escravos africanos) atravessam o território em suas entradas, destroem os assentamentos, roubam escravos, não só das florestas mas também das aldeias, e mesmo assim realizam – só que de forma mais rápida, brutal e violenta – o princípio jesuítico da progressão que avança para todas as direções. Em cada uma dessas expedições devastadoras, alguns paulistas resolvem ficar nas encruzilhadas, formando povoados e até cidades no interior, enquanto as tropas salteadoras voltam com milhares de escravos. O Sul fértil

começa a ser ocupado por homens e gado. Ao lado do habitante mais indolente e comodista do litoral, forma-se o vaqueiro, o gaúcho, o homem do interior, o homem com uma verdadeira pátria. Começou a primeira das grandes migrações para o interior com seu efeito compensador e unificador, em parte como resultado da política dos jesuítas, em parte por causa da cobiça dos paulistas, e o bem e o mal, em aparente antagonismo, colaboram juntos em uma obra comum com a mais profunda união. No século XVII, a agricultura, a pecuária e a lavoura no interior formam um salutar contrapeso ao mundo tropical do norte que rapidamente floresceu, mas também feneceu na mesma velocidade, constantemente sujeito às oscilações do mercado mundial. O Brasil se torna cada vez mais consciente de seu desejo de deixar de ser um simples fornecedor de produtos coloniais para se tornar um país autossustentável, um organismo que cresce de acordo com suas próprias leis, em vez de ser apenas um filhote da metrópole.

No início do século XVIII, o Brasil, em termos econômicos, já é uma colônia lucrativa que se vai tornando mais importante para a coroa portuguesa à medida que esta vai perdendo, de seu antigo império índico e africano, uma após a outra de suas colônias para os holandeses e os ingleses. Já lá se foram, para Lisboa, os tempos áureos em que, como contam os cronistas, um dia inteiro era pouco para contar e contabilizar o dinheiro que entrava proveniente dos impostos do comércio das Índias. Mas o Brasil, no século XVII, já não é mais uma rubrica negativa para o Portugal. Há muito já foram esquecidas as necessidades dos primeiros tempos em que o governador era obrigado a suplicar por cada cruzado e Nóbrega tinha que mendigar, em Lisboa, por algumas camisas velhas para os seus neófitos. Os brasileiros são bons fornecedores, enchem de mercadoria valiosa os navios portugueses, mantêm com seus rendimentos próprios os funcionários portugueses, e os fiscais alfandegários já enviam somas consideráveis para o tesouro real em Portugal. Mas os brasileiros também são bons compradores e importadores. Alguns reis do açúcar têm mais dinheiro e crédito do que seu próprio rei, e para seus vinhos, seus têxteis, seus livros, Portugal não poderia achar melhor comprador entre todas as suas colônias. Calmamente, o Brasil se transformou em uma colônia grande e incessantemente próspera e ao mesmo tempo segue sendo aquela que menos sangue custou a Portugal, a que menos incomoda e a que

exige menos investimentos. Nem na Bahia nem no Rio há necessidade de grandes guarnições para manter a ordem. A população cresce constantemente com o passar dos anos e, excetuados alguns pequenos tumultos, nunca tentou uma séria rebelião. Não é necessário construir fortalezas caras como nas Índias e na África ou então enviar grandes somas para novos investimentos; há muito tempo o Brasil já se defende e se mantém com suas próprias energias.

Assim, não se pode imaginar uma colônia mais cômoda do que o Brasil com seu crescimento calmo e constante, com seu desenvolvimento modesto e, por assim dizer, discreto, que se opera quase sem ser percebido pelo resto do mundo. Nada existe naquele país – tem crescimento interno calmo e constante e, para fora, apenas produz açúcar ou remete fumo em grandes fardos marrons para os armazéns – que pudesse estimular a fantasia ou pelo menos a curiosidade da Europa. A conquista do México, os tesouros dos incas, as minas de prata de Potosí, as pérolas do oceano Índico, os combates dos fazendeiros americanos com os peles-vermelhas, as lutas com os flibusteiros do mar do Caribe atraem os poetas e os cronistas para narrativas românticas e fascinam o espírito inquieto da juventude, sempre à espreita de aventuras. O Brasil, ao contrário, passa décadas, até mesmo dois séculos à sombra da atenção mundial. Mas precisamente o fato de ter ficado tanto tempo escondido e isolado foi uma felicidade para o Brasil. Nada favoreceu mais o seu desenvolvimento calmo e orgânico do que o fato de seus tesouros, seu ouro e seus diamantes terem permanecido intocados sob o solo até o início do século XVIII. Se esse ouro, se esses diamantes tivessem sido descobertos já nos séculos XVI ou XVII, as grandes nações teriam se lançado sobre essa presa em uma competição ferrenha. Bandos de conquistadores teriam invadido o país, provenientes do Peru, da Venezuela e do Chile, e o Brasil teria se tornado campo de batalha dos piores instintos, teria sido devastado, dilacerado e retalhado. Mas em 1700, quando o Brasil de repente se revela o país mais rico em ouro do mundo, o tempo dos aventureiros e dos conquistadores, dos Villegaignons, dos Walter Raleighs, dos Cortez e dos Pizarros já terminou definitivamente, a época selvagem, que nunca mais voltará, da intrepidez, em que alguns aventureiros decididos com quatro ou cinco navios e algumas centenas de soldados eram capazes de massacrar e subjugar nações inteiras. Em 1700, o Brasil já é uma unidade

e uma potência, com suas cidades, suas fortalezas e seus portos e – o que é mais decisivo – já se formou uma comunidade nacional e, com ela, um exército invisível que se defenderá até o último homem contra qualquer invasão estrangeira e até já se irrita por ter que entregar à metrópole a renda de impostos e tributos. Só precisa de uma coisa: mais tempo e mais gente. Com o tempo, quem tem calma e paciência será o mais forte.

A descoberta de ouro na província de Minas Gerais é mais do que um acontecimento nacional para o Brasil e para Portugal. É um acontecimento mundial que influencia de modo decisivo toda a configuração econômica da época. Segundo constatou Werner Sombart, o desenvolvimento capitalista e industrial da Europa no final do século XVIII teria sido impossível sem o fluxo impetuoso e estimulante do ouro brasileiro nas artérias da vida econômica europeia, que logo passaram a pulsar mais rápido. A quantidade de ouro que o Brasil, esse país até então pouco percebido, lança de repente no mercado é para aquela época quase inconcebível. Segundo as confiáveis estimativas de Roberto Simonsen, em um único vale de Minas Gerais extraiu-se mais ouro do que em tudo o que foi extraído no resto da América antes da descoberta das minas de ouro californianas no ano de 1852. O ouro do Peru e do México, que lançou o século XVI em um surto de loucura e com um golpe de espada dobrou e triplicou o valor monetário de todas as coisas (conforme Montesquieu descreveu grandiosamente em seu famoso ensaio *Considerações sobre as riquezas da Espanha*), representa nem uma quinta parte, talvez só um décimo daquilo que a colônia durante tanto tempo desprezada fornece à sua metrópole. Lisboa, em ruínas, foi reconstruída com esse ouro, o gigantesco convento de Mafra foi edificado com o “quinto” que por lei tinha de ser entregue ao rei, o súbito florescimento da indústria inglesa só pôde disparar por causa desse adubo amarelo, e o comércio e a transformação da Europa ganham um impulso acelerado por esse súbito afluxo. Durante um período curto no relógio do universo – cinquenta anos – o Brasil se torna a tesouraria do Velho Mundo e a colônia mais lucrativa e invejável que uma nação europeia possui. Por um instante quer parecer que o sonho dos conquistadores se realizou e que o lendário Eldorado foi encontrado.

Esse episódio do ouro – pois, na História do Brasil, não passa de um episódio – é tão dramático em sua ascensão, seu desenrolar e seu desfecho

que a melhor maneira de contá-lo é em forma de uma peça teatral com diversos atos e cenas.

O primeiro ato se desenrola pouco antes de 1700 em um vale montanhoso de Minas Gerais, que então ainda não chega a ser uma província, e sim um solo inabitado sem cidades ou caminhos. Um dia, alguns homens em cavalos e mulas partem de Taubaté, um pequeno povoado dos paulistas, rumo às colinas quebradas pelo pequeno rio das Velhas em muitas curvas e voltas. Assim como milhares de paulistas antes deles, esses homens partiram sem destino certo, sem conhecer o caminho e sem um objetivo determinado. Apenas querem encontrar alguma coisa e levar para casa – talvez escravos, talvez gado, talvez um metal precioso. Acontece então o achado inesperado. Um deles, não se sabe se baseado em alguma informação secreta ou por puro acaso, descobre na areia os primeiros grãos de ouro de aluvião e leva-os em uma pepita para o Rio de Janeiro. Como sempre, basta o primeiro olhar lançado sobre esse metal misterioso, que tem a cor da inveja, para que se inicie uma migração desenfreada. Da Bahia, do Rio de Janeiro, de São Paulo as pessoas afluem, a cavalo, com burros, mulas, a pé e subindo o São Francisco em barcos. Marinheiros – e aqui o diretor deve inserir as cenas com multidões – abandonam seus navios, os soldados, suas guarnições, os comerciantes, seus negócios, os sacerdotes, seus púlpitos, e em rebanhos negros os escravos são tocados para aquelas matas. No primeiro instante, a aparente sorte ameaça tornar-se uma catástrofe econômica sem igual para o país inteiro. Os engenhos de açúcar, as plantações de fumo param porque seus dirigentes os abandonaram e levaram os escravos, a fim de pilhar em uma semana, em um dia tanto quanto conseguem reunir em um ano inteiro de trabalho paciente e ordenado. Os navios não podem mais carregar, nada pode ser transportado. Tudo para e o governo é obrigado a baixar leis para impedir a deserção das forças trabalhadoras para o interior. Mas enquanto uma catástrofe ameaça as cidades litorâneas pelo súbito despovoamento, o distrito do ouro está ameaçado pela súbita superpopulação de sofrer o eterno infortúnio do rei Midas: a fome com pratos de ouro. Existe ouro em abundância, em pó e em grãos, mas não há pão, milho queijo, leite, carne para alimentar as dezenas de milhares de pessoas naquela selva montanhosa sem reservas, sem gado e sem frutas. Felizmente, a perspectiva de conseguir preços cinco a dez vezes maiores em dinheiro

vivo pelas suas mercadorias incentiva os comerciantes a decuplicar seus esforços. Quantidades cada vez maiores de alimentos e outros artigos, como pás e enxadas e peneiras, são levadas a pé e por terra para as matas. Por terra abrem-se novos caminhos, e o rio São Francisco, até então quieto, azul e sonhador, que durante meses mal vê uma única vela, transforma-se em uma rua movimentada. Os barcos sobem e descem o rio, impelidos por escravos, os bois puxam os carros, e já o ouro sonhado volta em pequenos sacos de couro, em pó ou já em forma de moedas. Uma atividade febril invadiu subitamente este país calmo e quase sonolento. Mas é, como sempre, uma febre maligna, a febre do ouro. Excita os nervos, aquece o sangue, enche os olhos de cobiça e turva os sentidos. Não demora e começam lutas encarniçadas – os primeiros descobridores, os paulistas, defendem-se contra os que chegaram depois, os emboabas. Aquilo que um conseguiu a duras penas, o outro arrebatava com uma punhalada, e o ridículo se imiscui grotescamente na tragédia. Pessoas que ontem ainda eram mendigos, hoje ostentam ridículos trajes luxuosos. Nas mesas de jogo, desertores e carregadores perdem fortunas inteiras no jogo de dados. E o primeiro ato tem um final de ópera: nesse frenético escavar da terra em milhares de pontos simultaneamente, descobre-se, próximo de Diamantina, algo ainda mais precioso do que o ouro – o diamante.

Segundo ato: um novo protagonista entra em cena: o governador português, para zelar pelos direitos da Coroa. Ele veio para supervisionar a província recém-descoberta e principalmente para garantir o direito do quinto que cabe ao rei. Atrás dele marcham os soldados e cavalgam os dragões para estabelecer a ordem. Instala-se uma Casa de Fundição, onde todo o ouro encontrado deve ser entregue a fim de ser fundido e para que se possa exercer o controle. Mas a horda selvagem não quer controle. Irrompe um levante, debelado com mão de ferro. Gradualmente, a aventura selvagem se transforma em uma fabricação regrada e severamente vigiada pela autoridade régia. Pouco a pouco, amplas cidades se desenvolvem na região do ouro – Vila Rica, Vila Real e Vila Albuquerque, que reúnem centenas de milhares de pessoas em suas choças e casas de barro erguidas às pressas, uma população maior do que a de Nova York ou qualquer outra cidade norte-americana da época. São cidades que hoje quase ninguém mais conhece e das quais o mundo daquela época tinha apenas uma vaga noção. Pois Portugal está decidido a

proteger seu tesouro e não deixar que nenhum estrangeiro se aproxime nem sequer por uma hora dessa fonte de ouro. Toda a região é, por assim dizer, cercada com uma grade de ferro. Em todas as encruzilhadas colocam-se barreiras, por toda parte soldados patrulham dia e noite, nenhum viajante pode entrar na zona, nenhum garimpeiro pode deixá-la sem antes ser cuidadosamente revistado atrás de algum ouro em pó indevidamente subtraído à casa de fundição e à tesouraria, e terríveis são os castigos para qualquer transgressão. Ninguém pode informar sobre o Brasil e seus tesouros, nenhuma carta pode sair do país, e um livro escrito por Antonil, um jesuíta italiano, sobre *Cultura e opulência do Brasil* é proibido pela censura. No mesmo instante em que Portugal se dá conta do verdadeiro valor do Brasil, lança mão de todas as artes da vigilância para manter distantes o perigoso ciúme e a cobiça das outras nações. Somente a corte e os funcionários da Tesouraria podem saber em que lugares se extraem ouro e diamantes, a quanto monta a parte que cabe à Coroa, e até hoje ninguém é capaz de estimar de forma confiável os lucros auferidos naquele século. Mas não pode haver dúvidas de que foram imensos, pois não apenas o quinto fluía para os cofres que já estavam vazios, mas cada diamante de mais de 24 quilates precisa ser entregue sem direito a qualquer indenização, e crescem-se ainda os lucros provenientes das mercadorias que precisam ser importadas para a colônia subitamente mais rica, bem como o ingresso com os tributos sobre os escravos que agora precisam ser importados em quantidade dobrada para acelerar a exploração de ouro e diamantes. Somente agora Portugal se deu conta de que, quando perdeu todos os seus reinos asiáticos e africanos, conservou a mais valiosa de suas “províncias ultramarinas” precisamente com a terra que os versos de *Os Lusíadas* não cantaram e que foi colonizada com seus súditos mais pobres e degredados.

O terceiro ato dessa tragicomédia do ouro se passa cerca de setenta anos mais tarde e apresenta a mudança trágica. A primeira cena mostra Vila Rica e Vila Real, diferentes e, ao mesmo tempo, iguais. Segue igual a paisagem com seus morros verde-escuros ou calvos, com o rio que avança contra a vontade por entre os vales estreitos. A cidade está diferente: igrejas altas, claras, poderosas, cujo interior é ricamente decorado com quadros e esculturas, elevam-se no alto das colinas, em volta do palácio do governador agrupam-se casas vistosas, uma população considerável e

abastada se formou, mas não é mais aquela população esbanjadora e alegre de ontem e anteontem. Algo desapareceu que dava vida às ruas, às tavernas e aos negócios, algo que fazia brilhar os olhos das pessoas, que tornava seus movimentos mais ágeis e vivos, que tornava todo o ambiente mais ardente e febril. Esse algo é o ouro. O rio continua correndo, espumando e depositando areia em suas margens. Mas por mais que se peneire e lave, não passa de areia sem valor. Já não mais se encontram, como antes, os grãos pesados e brilhantes, já se foram os anos em que, para enriquecer, bastava colocar cinquenta a cem escravos lavando e lavando a areia em suas tinas, no fundo das quais sempre restavam algumas onças daqueles grãos. O ouro do rio das Velhas era apenas ouro de aluvião e agora se esgotou. Para extraí-lo das profundezas das montanhas é preciso um trabalho técnico penoso para o qual o país e a época ainda não estão preparados. E assim se processa a mudança: Vila Rica se transforma em Vila Pobre. Os garimpeiros de ontem, empobrecidos e amargurados, retiram-se com suas mulas e seus burros, seus negros e suas poucas posses; as choças dos escravos, espalhadas aos milhares pelas colinas, são destruídas pelas chuvas ou decaem. Os dragões vão-se embora porque já não têm o que vigiar, a Casa de Fundição não tem mais o que fundir, o governador já não tem muito o que administrar, e até a cadeia está vazia porque em Vila Rica ninguém mais tem muito o que roubar ou furtar. Terminou o ciclo do ouro.

Quarto ato em duas cenas simultâneas, uma em Portugal, a outra no Brasil. A primeira cena se passa no palácio real de Lisboa. O Conselho da Coroa está reunido. Os relatórios da Tesouraria são lidos, e eles são assustadores. Cada vez menos ouro chega do Brasil, e cada vez mais crescem as dívidas no país. As companhias industriais que Pombal fundou estão perto do colapso porque não podem mais ser financiadas; a reconstrução de Lisboa, iniciada de forma tão enérgica, parou. Como arranjar dinheiro, depois que o ouro deixou de afluir do Brasil, como substituí-lo? A expulsão dos jesuítas, o confisco de seus bens não ajudou em nada. Depois do primeiro reino do sonho retratado em *Os Lusíadas*, este segundo, o sonho do Eldorado eterno, também se esvaiu. Traíçoeiro como sempre, o ouro apenas prometeu felicidade, mas não cumpriu sua palavra. E Portugal tem que se conformar em voltar a ser o que já foi: um

país pequeno, calmo e precisamente amável por causa dessa beleza plácida.

A outra cena simultânea em Minas Gerais é um contraste total: os garimpeiros deixaram a região montanhosa inóspita com suas mulas, seus burros, escravos e todos os seus bens móveis e descobriram as várzeas férteis. Eles se assentam. Pequenas aldeias e cidades se formam, os navios percorrem o rio São Francisco, o tráfego se anima, uma terra vazia, desabitada e não cultivada se transforma em uma província nova e ativa. O prejuízo de Portugal se torna vantajoso para o Brasil: no lugar do ouro que sumiu, o país ganhou uma substância muito mais valiosa – um novo pedaço de seu território para trabalho ativo e fecundo.

Em termos demográficos, o avanço para Minas Gerais em busca do ouro representa, na verdade, a primeira das grandes ondas migratórias internas que foram tão decisivas para o desenvolvimento nacional e econômico do Brasil. Sem essas migrações que sempre se repetiram no interior não seria possível compreender o fenômeno pelo qual um país de dimensões tão gigantescas se manteve homogêneo, que até a língua mal se transformou em dialetos e que, do Paraná ao Amazonas, do Atlântico até as lonjuras de Goiás reinam os mesmos costumes e que, apesar de todas as diferenças climáticas e profissionais, o tipo popular é homogêneo. Como em todos os países de território vasto, o colono tem aqui uma outra relação com a sua gleba do que o camponês europeu, totalmente preso à sua casa e ao seu terreno. No Brasil, onde as terras do interior eram totalmente livres e cada um podia tomá-las onde e como quisesse, o homem é mais erradio e empreendedor. Muito naturalmente, o colono, menos preso pela tradição do que o camponês europeu, facilmente mudava de domicílio e aceitava de bom grado cada nova oportunidade que se lhe oferecia. Assim, as grandes transformações na economia brasileira de um produto monopolístico para o outro, os chamados ciclos de produção, também se deram na forma de migrações e deslocamentos do povoamento do território, e, de certa forma, poderíamos denominar estes ciclos tanto de acordo com os produtos como das cidades e paisagens que eles criaram. A era da madeira, do açúcar e do algodão povoou o Nordeste. Criou a Bahia, Recife, Olinda, Pernambuco e o Ceará. Minas Gerais foi povoada pelo ouro. O Rio de Janeiro deve sua grandeza à transferência do rei com sua corte, São Paulo deve sua fantástica ascensão ao império do café, Manaus e Belém devem seu súbito

florescimento ao breve ciclo da borracha, e ainda não sabemos onde ficam as cidades que a próxima transformação, a da extração de minérios, a indústria, fará crescer.

Esse processo de reequilíbrio, que ainda hoje está em curso – pois, graças à sua herança escura, o brasileiro é flexível por natureza – e que foi constantemente incentivado por uma mistura incessante da imigração africana e depois da europeia –, evitou que o processo de expansão orgânica parasse. Impediu uma divisão social em camadas muito rígida e cristalizou mais o elemento nacional do que o particular. Ainda se escuta dizer aqui e acolá que este é natural da Bahia e aquele de Porto Alegre, mas investigando mais um pouco se descobre que pai e mãe quase sempre têm origens diferentes. Graças a essa transfusão e transplantação constantes, o milagre da unidade brasileira perdura até hoje, quando, pelas maiores possibilidades de comunicação, as forças do rádio e do jornal tornam muito mais natural uma união nacional. Enquanto o império hispânico sul-americano, que nem em território nem em população é superior ao império português de outrora, já no plano fundamental pela divisão em diversas províncias tornou mais nítidas as particularidades da Argentina, do Chile, do Peru e da Venezuela em formas dialéticas, a centralização do governo no Brasil preparou desde o início uma forma totalmente unitária econômica e nacional, a qual, como se estabeleceu cedo e organicamente na alma do povo, também não pôde mais ser destruída no sentido econômico.

Se tentarmos fazer o balanço de haveres e deveres entre a colônia e a metrópole na época do início do século XIX, encontraremos uma situação completamente modificada. De 1500 a 1600, o Brasil é a parte que recebe e Portugal, a que dá. Precisa enviar funcionários e navios, mercadorias e soldados, comerciantes e colonos, e o número de seus habitantes brancos é dez vezes maior do que a população da jovem colônia. Em 1700 – portanto, logo no início do século XVIII – o fiel da balança está equilibrado, pendendo talvez um pouco mais para o lado do Brasil. Em 1800, a proporção mudou totalmente. Com seus 91 mil quilômetros quadrados, Portugal parece minúsculo ao lado do país de oito milhões e meio de quilômetros quadrados. Só em escravos negros, o Brasil tem mais gente do que todos os súditos de Portugal somados. Em força econômica, o império sul-americano já não pode ser mais comparado à pátria

empobrecida, que afunda cada vez mais no marasmo. Com muito ou pouco ouro, com seus diamantes, seu açúcar, seu algodão, seu fumo, seu gado, seus minérios e, não por último, a crescente força de trabalho, o Brasil há muito se emancipou de qualquer tipo de ajuda. Agora, é o filho que sustenta a mãe, e não mais o contrário. Por ocasião do terremoto de Lisboa, o Brasil manda de presente nada menos do que três milhões de cruzados para ajudar na reconstrução. Agora, quem tem fortuna em Portugal é só aquele que tem posses no Brasil ou negócios com seus portos e cidades. Ao lado da “pequena casa lusitana”, o Brasil parece um mundo.

Mas quanto mais forte, mais viril, mais firme se torna o Brasil, mais visivelmente a pátria trai o receio de que seu filho, que se tornou muito forte, possa um dia escapar à sua proteção. Incessantemente, Portugal tenta tutelar o filho, que já age sozinho e pensa com autonomia, como se este ainda fosse menor e precisasse ser levado pela mão. Quer impedir à força que o Brasil atinja a independência econômica. Enquanto os Estados Unidos há muito já determinam livremente o seu destino, ao Brasil é vetado produzir artigos manufaturados. Não pode fabricar tecidos, mas deve comprá-los da metrópole. Não pode construir navios, para que unicamente os armadores portugueses ganhem dinheiro. Para intelectuais, técnicos, industriais não pode haver espaço nem campo de atuação no Brasil. Nenhum livro pode ser impresso, nenhum jornal, publicado, e com a expulsão dos jesuítas saem do país os únicos que ainda difundiam um pouco de instrução. É preciso evitar a ascensão econômica independente, toda e qualquer comunicação livre com os mercados mundiais! O Brasil deve continuar escravo, permanecer colônia dependente, e quanto menos independente, menos intelectual, menos nacional, melhor. Qualquer movimento de independência é violentamente sufocado. E as tropas portuguesas estacionadas no Brasil há muito não têm, como outrora, o objetivo de defender a colônia contra inimigos externos – pois isso esta já pode fazer com suas próprias forças –, e sim proteger o quartel de economia real contra a própria colônia.

Mas sempre o mesmo fenômeno se repete na História: aquilo que, durante anos e anos, é perdido em prudência e indiferença, a violência consegue atingir em uma única hora. Grotescamente, é Napoleão, o tirano da Europa, quem liberta este país americano: pois ao obrigar, pelo avanço célere de suas tropas, o rei de Portugal a abandonar Lisboa em fuga

precipitada, força-o ao mesmo tempo a inspecionar pela primeira vez o país que lhe construiu os seus palácios e durante décadas e séculos foi o auxiliar mais fiel da sua coroa, de seu país. No lugar dos cobradores de impostos e da polícia, aparece agora pela primeira vez um membro da casa de Bragança, Dom João VI, com toda sua corte, a nobreza e o clero.

Mas o século XIX já não conhecerá mais uma colônia chamada Brasil: Dom João VI não tem outra escolha senão declarar solenemente a maioria da criança que o acolhe em seus braços e reergue a ele, o derrotado. Com o título de Reinos Unidos, o Brasil é equiparado a Portugal, e durante doze anos a capital desse reino duplo não fica mais às margens do Tejo, e sim à beira da baía de Guanabara. De um golpe, caem as barreiras que isolavam até então o Brasil do comércio mundial. Acabaram-se os tempos das autorizações, das proibições e dos decretos rigorosos. A partir de 1808, navios estrangeiros podem aportar no Brasil, mercadorias podem ser permutadas sem que os tributos tenham que ser entregues à tesouraria de além-mar. O Brasil pode trabalhar e produzir, falar e escrever e pensar e, assim, pode começar, junto com o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento cultural durante tanto tempo reprimido. Pela primeira vez desde o breve episódio da ocupação holandesa chegam sábios, artistas, técnicos de renome para incentivar aqui a construção de uma cultura própria. Coisas totalmente desconhecidas, como bibliotecas, museus, universidades, academias de arte, escolas técnicas são instaladas, e o país recebe total liberdade para mostrar ao mundo a sua personalidade em matéria de cultura.

Mas quem alguma vez conheceu a liberdade e aprendeu a amá-la não se contém mais enquanto não consegue obter a liberdade completa, sem restrições. Mesmo o vínculo já afrouxado que une o jovem reino ao velho de além-mar é percebido como entrave e fardo. Somente quando, em 1822, o Brasil se torna império, começa sua verdadeira independência.

Ou melhor: poderia começar. Pois o país só alcança sua independência do ponto de vista político, não econômico. Ao contrário: até meados do século XIX, o Brasil cai numa dependência maior em relação à Inglaterra e a outros países industrializados do que tinha em relação a Portugal. Bloqueado em seu desenvolvimento econômico pelas proibições de Lisboa, o Brasil perdeu a revolução industrial que, nos fins do século XVIII, começou a transformar nosso mundo de forma decisiva. Até então,

graças ao fornecimento de seus produtos coloniais, pôde vencer toda concorrência por causa de sua mão de obra barata, por causa da escravidão, mantendo-se no primeiro lugar entre todas as colônias americanas. Ainda na época da Declaração da Independência, levava vantagem na exportação, comparado com os Estados Unidos, tendo durante alguns anos se igualado à Inglaterra no total de vendas para o exterior. Mas, no novo século, chega um novo elemento à economia mundial: a máquina. Uma única máquina a vapor em Liverpool ou Manchester, servida por uma dúzia de trabalhadores, faz agora o mesmo que cem ou mil escravos no mesmo tempo. A partir de então, a indústria manual não poderá mais competir com a indústria fabril, assim como aborígenes nus não podem lutar com suas flechas contra metralhadoras e canhões. Esse atraso, por si só fatal, ainda é aumentado por um contratempo. No catálogo gigantesco e quase completo dos minérios e das rochas do Brasil falta justamente aquele combustível que é decisivo, enquanto substância motora, para o século XIX: o carvão.

No momento decisivo em que se introduz essa nova substância dinâmica nos sistemas de transporte e de energia, o Brasil não dispõe de uma única mina de carvão em seu vasto território. Cada quilo precisa ser importado, viajando durante várias semanas e tendo que ser pago caro com o açúcar, cuja cotação despenca rapidamente. Assim, o transporte se torna não rentável, e por causa da topografia montanhosa do país, a construção de estradas de ferro se atrasa ainda durante décadas insubstituíveis e, quando começa, só acontece de forma insuficiente. Enquanto o ritmo do comércio de mercadorias e do tráfego nos países europeus e norte-americanos a cada ano se multiplica por dez, por cem, por mil, no Brasil o solo se recusa a fornecer carvão, as montanhas entravam as comunicações e os rios fazem curvas, como se quisessem se opor ao novo século. Logo aparece o resultado: de quinquênio para quinquênio, o Brasil se atrasa cada vez mais em seu desenvolvimento moderno, e sobretudo o Norte, com seus péssimos meios de comunicação, entra em um processo de decadência difícil de ser detido. Numa época em que linhas férreas triplas e quádruplas já ligam os Estados Unidos de leste a oeste, de sul a norte, aqui, em um território do mesmo tamanho, nove décimos do país estão a milhas e milhas de distância de qualquer trilho. Enquanto os novos vapores sobem e descem incessantemente o Mississippi, o Hudson e o San

Lorenzo, só muito raramente se divisa a fumaça de uma chaminé nos rios Amazonas e São Francisco. Por isso, numa época em que na Europa e nos Estados Unidos as minas de carvão, as siderurgias, as fábricas e os centros comerciais, as cidades e os portos cooperam com cada vez menos perda de tempo e em que a produtividade se supera de ano a ano, o Brasil do século XIX permanece paralisado e impotente nos métodos dos séculos XVIII, XVII e até XVI, sempre fornecendo as mesmas matérias-primas e, por isso, ficando indefeso e à mercê do arbítrio do comércio mundial.

Assim, a balança comercial se deteriora cada vez mais. O Brasil deixa sua posição de protagonista entre os países da América e passa para o segundo e o terceiro lugar. No início do século XIX, a sua situação econômica não deixa de apresentar certa perversidade. Pois justamente o país dono de mais ferro do que qualquer outro do mundo se vê obrigado a importar do exterior cada máquina, cada ferramenta. Embora produza algodão em abundância em seu próprio solo é obrigado a importar tecidos estampados da Inglaterra. Apesar de ter florestas que se estendem sem limites, precisa comprar papel de fora, e assim ocorre com cada objeto que não pode ser fabricado apenas com métodos manuais antiquados e desorganizados. Como sempre acontece no Brasil, investimentos generosos para reestruturar a empresa poderiam salvar a situação. Mas desde que o ouro parou de fluir, falta capital no Brasil, e assim suas estradas de ferro, suas primeiras fábricas, suas poucas grandes empresas são montadas exclusivamente por companhias inglesas, francesas e belgas, e o novo império vira colônia de grupos anônimos, entregue à exploração mundial. Numa época em que o ritmo do movimento, o pulsar vivo do espaço com energias criativas são, ambos, decisivos para o desenvolvimento econômico nacional, o Brasil, que ainda trabalha com os velhos métodos e as antigas morosidades comerciais, encontra-se ameaçado por um marasmo completo. Mais uma vez sua economia chegou a um nível baixo.

Mas faz parte das especificidades do desenvolvimento brasileiro que este país das possibilidades ilimitadas sempre consiga ultrapassar cada uma de suas crises por uma transformação súbita, substituindo um produto novo e mais rentável no momento em que seu principal artigo de exportação falha. Assim como ocorreu no século XVII com o açúcar, no século XVIII com o ouro e os diamantes, o século XIX também vivencia o

milagre da rápida ascensão pelo café. Depois do ciclo do açúcar, do “ouro branco”, do ciclo do ouro propriamente dito, começa com o café o ciclo do ouro marrom, que depois ainda será substituído pelo ciclo do ouro líquido – a borracha. É uma marcha triunfal ímpar, pois com o café o Brasil obtém durante todo o século XIX e parte do século XX um monopólio mundial absoluto. Como sempre, são os velhos fatores tão típicos – a produtividade do solo, a facilidade do plantio, os processos de produção primitivos – que tornam esses novos artigos tão adequados ao Brasil. O grão de café não pode ser plantado nem colhido com máquinas. O escravo, nesse caso, ainda produz mais do que a máquina. E novamente, como no caso do açúcar, do cacau e do fumo, trata-se de um artigo de qualidade cobiçado pelas papilas gustativas requintadas – na verdade, o café é produto complementar do açúcar e do fumo, pois após uma boa refeição eles formam uma tríade ideal.

É sempre o sol e a fertilidade do solo que salvam o Brasil. O que já era delicioso na velha pátria torna-se ainda melhor nessa nova terra. Em nenhum outro lugar o café cresce com tanta fartura e com tanto aroma quanto nesta zona subtropical. Os séculos anteriores haviam conhecido esse produto e sua ação estimulante. Mas quando o café é transplantado para a região do Amazonas em 1730 e em 1762 para o Rio de Janeiro, ainda é considerado como um artigo de luxo, e sua venda não pode ainda ser de importância decisiva para a economia. Nas tabelas estatísticas do começo do século XIX, ele ainda aparece em termos de quantidades e de valor bem atrás do algodão, do couro, do cacau, do açúcar e do fumo. Assim como ocorreu com os seus irmãos mais velhos, o fumo e o açúcar, é o crescente hábito, que penetra em camadas cada vez mais largas da Europa e dos Estados Unidos, que estimula o plantio. Na segunda metade do século XIX, a produção e a venda começam a escalar geometricamente, e o Brasil se torna o fornecedor de café para o mundo inteiro. Precisa aumentar cada vez mais sua produção para dar conta da demanda. Centenas de milhares e depois milhões de trabalhadores acorrem para a província de São Paulo, os grandes cais e armazéns de Santos são construídos e ali às vezes ficam ancorados num único dia trinta cargueiros a vapor, repletos de sacas de café. Com a exportação de café, o Brasil regula sua economia durante várias décadas, e os números gigantescos mostram o valor representado por essa exportação. Entre 1821 e 1890, em

oitenta anos, o Brasil exporta café no valor de 270 milhões e 835 mil libras esterlinas, no total, até hoje, de mais de dois bilhões de libras esterlinas. Só isso já cobre uma parte considerável de seus investimentos e de suas importações. Por outro lado, por causa de sua produção baseada num único produto, o Brasil se torna cada vez mais dependente dos preços da Bolsa, e sua moeda depende de modo fatal da cotação do café. Cada queda nos preços do café arrasta consigo a cotação do mil-réis.

No final, a queda dos preços do café não pode mais ser freada. Atraídos pelas facilidades de venda, os plantadores ampliam cada vez mais suas fazendas, e como nenhum plano econômico organizado se contrapõe a tempo a essa superprodução desmedida, as crises se sucedem. O governo é obrigado a intervir para impedir uma catástrofe, a primeira vez comprando uma boa parte da safra, outra vez cobrando impostos tão altos para novos plantios que os tornam proibitivos, a terceira vez lançando ao mar o café que comprou para deter a queda dos preços. Mas a crise continua latente. O preço, após pequenas melhoras, volta a despencar, arrastando a cada vez o mil-réis. A mesma saca de café que em 1925 ainda é cotada a cinco libras esterlinas cai para uma libra e meia em 1936, enquanto simultaneamente o mil-réis sofre uma queda pior ainda. Mas do ponto de vista da estabilidade financeira e do equilíbrio interno é vantajoso que o reinado do café esteja se aproximando do fim e que o bem-estar ou a crise de um país inteiro não sejam determinados unicamente pela cotação eventual dos grãos marrons nas bolsas internacionais de mercadorias. Como sempre, aqui também uma crise econômica do Brasil se torna uma vantagem porque contribui para a expansão homogênea da produção do país e faz reconhecer a tempo o perigo de apostar a riqueza do país inteiro em uma única carta.

Por algum tempo parece que um poderoso pretendente à coroa quer se insurgir contra o rei econômico do Brasil, o café, a fim de tomar o poder: a borracha. Ela talvez tivesse certo direito moral para sua pretensão, pois não é, como o café, um imigrante que chegou tarde, e sim uma cidadã natural do país. A seringueira, a *Hevea brasiliensis*, é nativa das florestas do Amazonas. Trezentos milhões dessas árvores crescem ali há centenas e centenas de anos sem que jamais sua forma peculiar e seu precioso sumo fossem conhecidos pelos europeus. Como Le Condamine foi o primeiro a constatar, em sua viagem à Amazônia, em 1736, que os nativos usavam às

vezes a resina que escorre da seringueira para impermeabilizar as velas de suas embarcações e suas vasilhas. Mas a resina pegajosa, sem utilização industrial por não resistir a temperaturas altas nem baixas, é enviada só de vez em quando em pequenas quantidades em artigos fabricados de maneira primitiva para a América no início do século XIX. A mudança decisiva só se dá quando, em 1839, Charles Goodyear descobre que, com uma liga de enxofre, a substância macia pode ser transformada em outra, menos sensível ao calor e ao frio. De repente, a borracha se transforma em uma das *big five*, uma das grandes necessidades do mundo moderno, não menos importante do que o carvão, o petróleo, a madeira e o ferro. É utilizada para a fabricação de mangueiras, galochas e mil outras coisas. Com a introdução da bicicleta e depois do automóvel, seu consumo assume proporções gigantescas.

Até o final do século XIX, o Brasil tem o monopólio da matéria-prima desse novo produto. A *Hevea brasiliensis* só existe nas florestas amazônicas, uma sorte sem igual para o Brasil, que tem o direito de ditar os preços. Decidido a conservar para si o monopólio precioso, o governo proíbe a exportação de um pé sequer de hévea, provavelmente lembrando como também ofereceu um xeque-mate ao seu mais perigoso rival com a introdução de alguns pés de café da Guiana Francesa vizinha. Paralelamente ao que ocorreu com a descoberta do ouro em Minas Gerais, começa um repentino *boom* nas matas amazônicas até então habitadas unicamente por mosquitos e outros animais. Mais uma vez começa, com esse ciclo do “ouro líquido”, uma intensa migração para uma província até então inabitada. Setenta mil homens do Ceará que, por causa de uma seca repentina, veem-se obrigados a deixar suas casas são contratados – ou melhor: comprados – pelas companhias e mandados de Belém em barcos ou navios até aquela selva. Tem início um terrível sistema de exploração naquelas regiões tão distantes de lei e fiscalização como outrora os vales do ouro de Minas Gerais. Embora não sejam escravos, esses seringueiros são mantidos em regime servil por meio de contratos de trabalho e pelo fato de que os empresários, ainda não saciados com os lucros da borracha, ainda por cima vendem a esses trabalhadores miseráveis as mercadorias e os alimentos de que necessitam por quatro ou cinco vezes o seu preço normal. Quem quiser entender todos os pormenores do horror daquela época deve ler o admirável romance de Ferreira de Castro, que narra esse

período vergonhoso com grandioso realismo. O trabalho do seringueiro é terrível. Acampado em ranchos paupérrimos no meio da selva, isolado de qualquer civilização, ele precisa primeiro abrir o caminho com enxada e facão até as árvores, marcá-las e sangrá-las, ir e voltar várias vezes ao dia no calor escaldante, ferver o látex a tempo de vez em quando e, enfraquecido pela febre, com suas forças destruídas, após meses de trabalho, por causa de cálculos criminosos, continua devendo ao empresário, que ainda exige de volta o custo da sua viagem e o explora com o fornecimento de alimentos. Se ele tentar fugir desse “contrato de trabalho”, como se chama essa escravidão com palavras mais bonitas, é caçado por guardas armados, exatamente como os escravos, e deve continuar trabalhando acorrentado.

Mas graças a essa vergonhosa exploração dos trabalhadores, graças ao monopólio comercial e à demanda mundial que cresce a cada ano, os lucros aumentam de maneira fantástica. A era de Vila Rica e Vila Real no século XVIII, quando as cidades do ouro cresciam no meio do deserto em um fausto rápido e brilho absurdo, parecem ter voltado ao século XIX. Belém floresce, e uma cidade totalmente nova surge a mil milhas da costa, disposta a superar em luxo e fausto o Rio de Janeiro, São Paulo e a Bahia: Manaus. No meio da floresta, surgem avenidas asfaltadas, bancos e palácios com luz elétrica, residências suntuosas e lojas, o maior e mais luxuoso teatro do Brasil, que não custa menos de dez milhões de dólares. Todos nadam em dinheiro. Dispende-se um conto, equivalente então a duzentos dólares, como se fosse um xelim. Os artigos de luxo mais sofisticados chegam de Paris e Londres nos grandes vapores que sobem o rio Amazonas com frequência cada vez maior. Todos especulam, negociam com a borracha, e enquanto as árvores sangram e no cárcere verde da floresta os seringueiros morrem às centenas e aos milhares, toda uma geração prospera tanto com o ouro líquido quanto outrora seus antepassados nos vales do ouro de Minas Gerais. Também o país tira proveito dessa exportação lucrativa: na balança comercial, a borracha se aproxima aos saltos rápidos do café; o advento do automóvel abre perspectivas ilimitadas. Mais uma década, e Manaus não será apenas a cidade mais rica do Brasil, como também uma das mais ricas do mundo.

Mais rápido do que subiu, no entanto, essa bolha cintilante estoura. Um único homem a perfurou, traiçoeiro. Desrespeitando habilidosamente a

proibição de exportar a *Hevea brasiliensis* ou suas sementes, um jovem inglês leva nada menos que setenta mil dessas sementes para a Inglaterra, onde os primeiros pés são plantados em Kew Gardens e depois levados para o Ceilão, Cingapura, Sumatra e Java. Com isso, quebra-se o monopólio brasileiro, e a produção brasileira de borracha despenca rapidamente, pois as plantações sistemáticas nas ilhas malaias, onde as seringueiras ficam enfileiradas como soldados em linhas retas de milhas de extensão, possibilitam uma exploração muito mais rápida e fácil do que no meio da selva, onde cada seringueira em primeiro lugar tem que ser libertada da mata espessa. Como sempre, a produção brasileira antiquada e improvisada é vítima da organização moderna, superior.

A queda se dá como uma avalanche. Em 1900, o Brasil ainda produz 26 mil e 750 toneladas, contra apenas quatro miseráveis toneladas da Ásia. Em 1910, o Brasil ainda está em primeiro lugar com 42 mil toneladas contra oito mil e duzentas asiáticas. Mas em 1914, o Brasil com suas 37 mil toneladas já é derrotado pela Ásia com 71 mil toneladas, e a partir desse momento o declínio é cada vez mais rápido: em 1938, produz apenas dezesseis mil e quatrocentas toneladas contra 365 mil só dos países malaios e trezentas mil da colônia holandesa, 58 mil da Indochina e 52 mil do Ceilão. E mesmo essas míseras dezesseis mil toneladas só obtêm uma parte do preço original. O teatro de Manaus não é mais palco, como outrora, das companhias dos maiores teatros da Europa. As fortunas se esvaem, o sonho do ouro líquido terminou. Mais um ciclo se acabou depois de ter cumprido sua missão secreta: insuflar vida e vitalidade a uma província até então adormecida e uni-la mais estreitamente com a totalidade das nações por meio do comércio e das comunicações.

Mais uma vez se cumpre no final do século XIX a lei mais íntima do desenvolvimento brasileiro: a de que, facilmente seduzido pelos lucros momentâneos de um produto, sempre necessita de uma crise para se transformar e que, portanto, todas essas crises cíclicas de seu multifacetado desenvolvimento lhe são mais favoráveis do que nocivas. A última grande transformação a que o Brasil se viu forçado não foi fruto da vontade do mercado externo, e sim de sua própria vontade, por meio da lei de 1888 que aboliu definitivamente a escravatura.

Num primeiro momento, esse fato foi um choque violento para a economia – tão violento que até derruba o trono imperial. Muitos dos

negros, inebriados pela nova liberdade, deixam o interior e vão para as cidades. Empreendimentos que só eram rentáveis por causa da mão de obra gratuita são paralisados. Com os escravos, os fazendeiros perdem uma grande parte do seu capital e, sem condições de competir em produtividade contra os modernos métodos mecânicos, finalmente a agricultura e a lavoura do café ameaçam falir. Mais uma vez se ergue o brado dos velhos tempos: mais braços para o Brasil! Mais braços, mais gente, custe o que custar! Isso obriga o governo a incentivar sistematicamente a imigração, até então fruto de um mero *laissez-faire* numa atitude passiva e indiferente, atraindo imigrantes europeus e asiáticos. Antes da era do café, o Brasil apenas conhecera uma imigração para a agricultura. Já em 1817, o rei Dom João VI mandara agentes europeus contratarem em dois mil colonos suíços que fundaram a colônia de Nova Friburgo. A eles se seguiu, em 1825, um grupo alemão que foi para o Rio Grande do Sul. Pouco a pouco, com a chegada de cerca de 120 mil alemães para o Sul do Brasil, desenvolveram-se núcleos fechados de alemães em Santa Catarina e no Paraná, mas toda essa imigração acontecera mais ou menos por iniciativa própria dos emigrados ou pela intermediação de agências privadas. Só agora que se inicia uma nova produção grande e lucrativa e o trabalho escravo não existe mais, é que o país e principalmente São Paulo resolvem incentivar a imigração em maior escala do que até então, financiando a viagem para aqueles que não tinham recursos e oferecendo lotes de terra para todos aqueles que quisessem se dedicar à lavoura. Nos anos decisivos, esses subsídios somam até dez mil contos por ano em dinheiro vivo. Mal o Brasil abriu as portas, já afluem as levas de imigrantes. Um ano depois da libertação dos escravos, em 1890, a imigração sobe de 66 mil para 107 mil cabeças, para chegar, em 1891, ao auge de 216.760, e depois permanecer em um nível sempre alto, com pequenas variações, que só na época de crise dos últimos anos ⁷ voltou a cair para aproximadamente vinte mil por ano.

Essa imigração de quatro a cinco milhões de brancos nos últimos cinquenta anos significou uma imensa injeção de energia para o Brasil e trouxe, ao mesmo tempo, um enorme lucro cultural e etnológico. A raça brasileira, cuja pele ameaçou escurecer cada vez mais com três séculos de importação de negros, volta a clarear visivelmente, e o elemento europeu, ao contrário dos escravos analfabetos e criados de forma primitiva,

aumenta o nível cultural. O italiano, o alemão, o eslavo, o japonês trazem de suas pátrias uma disposição inquebrantável para o trabalho, de um lado, e a exigência de um nível de vida mais elevado, por outro. Sabem ler e escrever, têm conhecimentos técnicos, trabalham em ritmo mais rápido do que a geração mal-acostumada pelo trabalho escravo e muitas vezes debilitada em sua capacidade de trabalho pelo clima. Instintivamente, os imigrantes procuram por toda parte aquelas regiões semelhantes ao clima de sua pátria e às suas antigas formas de vida. Assim, são principalmente as províncias do sul – o Rio Grande do Sul e Santa Catarina – que são animadas por esse novo ciclo do “ouro vivo”. Para as cidades e a região de São Paulo, Porto Alegre e Santa Catarina, o ciclo da imigração significa aquilo que outrora o açúcar significou para a Bahia, o ouro, para Minas Gerais e o café, para Santos: o impulso decisivo que, com energias próprias, cria povoações, possibilidades de trabalho, indústrias e valores culturais. E precisamente porque esse novo material vem das regiões mais diferentes do mundo – italianos, alemães, eslavos, japoneses, armênios –, o Brasil pode manter da maneira mais feliz a sua velha arte do cruzamento e da adequação recíproca. Com uma rapidez surpreendente, os novos elementos se adaptam graças à especial capacidade assimilatória deste país, e a geração seguinte já coopera naturalmente e com igualdade de direitos no velho ideal do início: o de construir uma nação unida por uma só língua e uma só maneira de pensar.

Esse surto de progresso que a imigração dos últimos cinquenta anos provocou é o verdadeiro agradecimento pelo ato moral da abolição da escravatura. A injeção de quatro a cinco milhões de europeus na virada do século representa uma das maiores sortes para o Brasil – na verdade, uma sorte dupla. Uma sorte dupla porque, em primeiro lugar, essas forças estimulantes e saudáveis chegam tão numerosas ao país e, segundo, porque sua chegada se dá no momento histórico certo. Se uma imigração dessa dimensão, com milhões de italianos e alemães, tivesse ocorrido um século antes, quando a cultura portuguesa apenas cobria uma fina camada, essas línguas estrangeiras e costumes próprios teriam se apoderado de estados inteiros, e grandes partes do país teriam se italianizado ou germanizado definitivamente. Por outro lado, se a imigração em massa não tivesse acontecido naquela era de ideologia ainda cosmopolita, e sim nos nossos tempos de nacionalismo exacerbado, alguns não teriam aceitado se adaptar

a novas formas linguísticas e do pensar. Teriam permanecido obstinadamente ligados à ideologia de seus países e não teriam se assimilado às ideias deste país. Assim como o ouro não foi descoberto nem cedo nem tarde demais para favorecer o desenvolvimento econômico do Brasil e, apesar disso, não pôr em risco sua unidade, assim como o ciclo salvador do café começou exatamente no momento do mais catastrófico retrocesso, a imigração europeia em massa se deu precisamente no momento em que pôde ser mais fecunda. Em vez de tornar estranho o elemento brasileiro no Brasil, essa poderosa injeção só tornou mais forte, mas variado e mais pessoal o elemento brasileiro.

Assim, também no século XX cumpriu-se novamente a mesma lei inata de que o Brasil sempre precisa de crises para conduzir sua economia a transformações enérgicas. Dessa vez, para sorte sua, não são mais crises no próprio país, e sim as duas catástrofes do outro lado do oceano, as duas grandes guerras europeias, que dão os impulsos decisivos à sua estratificação econômica. A Primeira Guerra Mundial revela ao Brasil o perigo de ter concentrado quase toda a sua produção de exportação em um único produto de matéria-prima, sem ter desenvolvido sua indústria em toda a sua multiplicidade. A exportação de café para e, assim, a artéria principal é interrompida. Estados inteiros já não sabem para onde mandar seus produtos coloniais, por outro lado muitos produtos manufaturados de demanda cotidiana não podem mais ser importados por causa da insegurança dos mares e do encarecimento provocado pela guerra. Por ter baseado unilateralmente e de forma despreocupada, sem atentar para o equilíbrio interior, a sua balança comercial inteira sobre a venda de seus grãos de café, ela começa a cambalear perigosamente, o que força o Brasil a se transformar e se voltar pelo menos para algumas indústrias. Uma vez iniciado, esse impulso tem forte efeito. Durante todos os anos em que a infeliz Europa se vê constantemente tolhida por medo da guerra em preparativos bélicos, uma quantidade grande de artigos industriais ou artesanais que antes eram importados da Europa passam a ser fabricados no próprio país, preparando uma certa autonomia. Quem voltou ao Brasil depois de alguns anos de ausência surpreendeu-se ao ver quantos artigos antes estrangeiros já foram substituídos por nacionais e como o país em tão pouco tempo conseguiu também se tornar independente de instrutores e diretores estranhos em termos de organização. Graças a esses

preparativos, a Segunda Guerra Mundial já não se chocou tão frontalmente com a economia brasileira quanto a Primeira. Dessa vez a cotação do café e de muitos outros produtos coloniais inevitavelmente despencou, mas a nova baixa do preço do café já não arruinou São Paulo como outrora as cidades de Minas Gerais, quando cessou o ouro, ou Manaus, com a catástrofe da borracha. A economia já aprendera a sabedoria do velho dito inglês de que não se deve pôr todos os ovos em um cesto, e já se colocara sobre bases mais firmes do que um único produto de monopólio sujeito a todas as oscilações do mercado mundial. O equilíbrio pôde ser mantido porque a perda de um lado conseguiu ser compensada por um desenvolvimento rápido da indústria, a qual começou a produzir crescentemente no próprio país e com material próprio uma grande parte daquilo que antes era comprado na Alemanha e nos outros países agora bloqueados. Assim como antes as guerras napoleônicas criaram indiretamente a independência política, assim a guerra de Hitler criou a indústria do Brasil, e, assim como conseguiu conservar a independência política, este país saberá conservar a econômica ao longo dos séculos.

Lançar um olhar para o futuro a partir do presente é sempre arriscado. Representando uma das mais grandiosas tarefas colonizadoras da humanidade com seus cinquenta milhões de habitantes e um vasto território, o Brasil, no entanto, ainda se encontra no início do seu desenvolvimento. As dificuldades que se opõem à construção definitiva do país estão longe de terem sido superadas, e, apesar do intenso trabalho realizado, algumas dessas dificuldades ainda são consideráveis. Para poder avaliar corretamente esse trabalho realizado ao longo dos séculos, a justiça exige que também se considerem os entraves que a ele se opuseram e ainda se opõem. Não existe melhor medida da força de vontade de um povo do que as dificuldades que precisam ser vencidas com força física ou moral.

Das duas principais dificuldades que impediram o Brasil de empregar a totalidade de suas forças potenciais, uma é visível, enquanto a outra se oculta a princípio ao olhar superficial. O perigo secreto – e, por isso, traiçoeiro, para a manifestação integral de suas energias está no estado de saúde da população, fato que não é ocultado nem subestimado pelas instâncias governamentais. O Brasil, país tão pacífico, tem alguns inimigos ferrenhos em seu interior, que todos os anos lhe roubam ou

enfraquecem tantas pessoas como uma guerra. O Brasil tem que estar constantemente lutando contra bilhões de seres minúsculos e quase invisíveis, contra bacilos e moscas e outros vetores traiçoeiros.

O inimigo principal ainda é a tuberculose, que dizima anualmente duzentas mil pessoas no país. Por ser de compleição franzina, o brasileiro parece mais indefeso em relação a essa “peste branca”. Acresce a esse fato, principalmente no norte, a subalimentação, ou melhor, a alimentação errada em um país em que há fartura de alimentos. Já teve início uma vigorosa ação do governo não à doença em si, mas contra seu fator de disseminação, e essa campanha deverá ser fortalecida nos próximos anos. Mas se a medicina, a ciência moderna, não criar o remédio de cura ansiado há décadas, o Brasil terá que contar por muito tempo com esse perigoso inimigo, enquanto o problema da sífilis, que perdeu intensidade por causa da propagação durante séculos, poderá em pouco tempo ser solucionado com o tratamento proposto por Ehrlich⁸.

O segundo inimigo é a malária, o impaludismo, condicionado pelas condições climáticas do Norte, pioradas pela invasão repentina do *Anopheles gambia*, do qual alguns exemplares vieram em 1930 contrabandeados por um avião procedente de Dacar e aqui se aclimataram e multiplicaram rapidamente como toda fruta e toda planta e todo animal e todo ser humano.

A terceira doença é a lepra. Enquanto não se conhece uma terapia radical, ela apenas pode ser evitada por meio do isolamento. Todas essas doenças provocam uma enorme redução da produtividade, quando não acabam em morte. Principalmente no Norte, a produtividade já diminuída pelo clima está bem abaixo do nível europeu ou norte-americano, e se as estatísticas registram entre quarenta e cinquenta milhões de habitantes, o efeito produtivo dessa soma não corresponde nem de longe à capacidade produtiva do mesmo número de norte-americanos, japoneses ou europeus, a qual se realiza com uma taxa sanitária mais elevada e com melhores condições climáticas. Um número espantosamente grande de pessoas ainda não participa da economia nem como produtor nem como consumidor. Estima-se que o total de pessoas sem ocupação ou sem ocupação definida seja de 25 milhões, e seu padrão de vida é tão baixo, principalmente nas regiões equatoriais, que as condições de alimentação às vezes são piores do que as dos tempos da escravidão. Incorporar essa

massa inatingível de gente nas florestas amazônicas e no interior dos estados periféricos à economia, à saúde e à vida política é uma das grandes tarefas com que o governo já hoje se ocupa e cuja solução ainda exigirá várias décadas.

Portanto, o homem, enquanto energia produtiva, ainda continua subaproveitado no Brasil, assim como o solo com todas suas riquezas sobre ou sob a superfície. Aqui, a dificuldade é visível, e não oculta, como no caso das doenças. É determinada pela desproporção ainda não superada entre a área total, o número de habitantes e os meios de transporte. Não nos devemos deixar iludir pela organização exemplar e a modernidade de São Paulo, onde há uma casa ao lado da outra, arranha-céus que tocam nas nuvens e automóveis em incessante corrida. A duas horas de viagem do litoral, as belas estradas asfaltadas se transformam em estradas duvidosas que, depois de um dos temporais de verão tão típicos, ficam intransitáveis por vários dias ou só podem ser percorridas com correias, e começa o sertão, a zona obscura e longe de qualquer civilização. Cada incursão à direita ou à esquerda da estrada principal torna-se uma aventura. As estradas de ferro não penetram no interior e são mal-interligadas com três tipos de bitola diferentes. Além disso, são tão lentas e pouco práticas que é mais rápido viajar de navio para Porto Alegre, ao sul, ou para a Bahia ou Belém, ao norte, do que de trem. Os grandes cursos d'água, por outro lado, como o São Francisco ou o rio Doce, apenas são navegáveis em determinados trechos. Por isso, grandes e importantes partes do país só podem ser atingidas por expedições individuais, a não ser que se recorra ao avião. Esse imenso corpo, portanto, ainda sofre de problemas circulatórios, para usar a linguagem médica. A pressão arterial não é homogênea em todo o organismo, e partes essenciais do país são atrofiadas em termos econômicos. Assim, os produtos mais preciosos jazem quietos e ainda inaproveitados sob o solo, sem servir à indústria. Sabe-se muito bem onde ficam, mas não tem sentido extraí-los enquanto não há possibilidade de transportá-los. Onde há minério de ferro, falta o trem ou o navio para trazer o carvão. Onde a pecuária poderia florescer fartamente, falta a possibilidade de embarcar o gado – causa e efeito em um eterno círculo vicioso. A indústria não tem como se desenvolver em uma velocidade adequada porque faltam as estradas; as estradas, por sua vez, não podem ser rapidamente construídas porque sua construção e

manutenção dispendiosa, neste país acidentado e pouco habitado, ainda não correspondem a um tráfego rentável. A tudo isso se soma ainda a singular fatalidade de que para o novo meio de transporte, o automóvel, falta petróleo em solo brasileiro tanto quanto, no século XIX, o carvão, e cada gota de gasolina tem que ser importada, enquanto não puder ser substituída pelo álcool. Seria necessário muito capital para solucionar rapidamente esse problema principal da dificuldade de comunicação e de transporte, e o Brasil carece de capital líquido. Dinheiro vivo sempre foi um artigo raro por aqui, até os títulos públicos rendem juros de cerca de oito por cento, e na esfera privada a taxa de juros é ainda mais alta. A repetida desvalorização do mil-réis, a velha e já instintiva desconfiança contra o investimento na América do Sul durante várias décadas levaram os grandes bancos norte-americanos e europeus a terem muita cautela, talvez excessiva. Por outro lado, o governo nos últimos anos tem exercido uma certa reserva na distribuição de concessões para não deixar as empresas de importância mais vital caírem totalmente em mãos estrangeiras. Tudo isso atrasou o processo da industrialização e intensificação em comparação com a Europa e os Estados Unidos; enquanto nesses países se investiu excessivamente e de maneira precipitada, aqui muita coisa ficou com atraso de décadas. Para desenvolver este país imenso, este reino, este mundo de um extremo ao outro mais rapidamente seria necessária uma dupla fecundação: um largo afluxo de capital e, mais ainda, um constante afluxo de gente, que, no entanto, nos últimos anos foi sufocado e restrito pela guerra mundial e suas consequências ideológicas. Se os Estados Unidos sofrem de excesso de capital líquido acumulado sem juros nos bancos, a Europa sofre de um excesso de gente e pouco espaço, de uma condição que a congestionou e constantemente a conduz a novos e repentinos surtos de loucura na esfera política, e o Brasil sofre de anemia, de pouca gente em um espaço excessivamente vasto. A cura simultânea para o velho mundo e este novo mundo seria uma grande transfusão de sangue e de capital realizada com todo o cuidado e com toda a paciência.

Ainda que as dificuldades sejam grandes – sempre o foram, desde o primeiro dia, e continuam sendo as mesmas –, mil vezes maiores ainda são as possibilidades desta parte poderosa e abençoada da nossa terra. Precisamente o fato de a capacidade das forças potenciais aqui ainda não

terem se esgotado nem de longe significa uma reserva inestimável não só para o país como para toda a humanidade. Contra as circunstâncias que travam seu desenvolvimento, o Brasil recebeu um ajudante, um verdadeiro milagreiro: a ciência moderna, a técnica moderna, da qual sabemos o que ela pode fazer, mas não intuímos o que ainda será capaz de realizar. Quem volta ao país depois de alguns anos já hoje se surpreende sobre as coisas admiráveis que foram feitas no sentido da unidade e do saneamento do país. A sífilis, que aqui era uma doença hereditária e da qual se falava com tanta naturalidade como se fala de um simples resfriado, foi praticamente exterminada por uma invenção do professor Ehrlich, e não há dúvida de que a higiene científica também aniquilará outras doenças em algum tempo. Assim como o Rio de Janeiro, há alguns anos ainda o foco mais temido da febre amarela, tornou-se uma das cidades mais seguras do mundo em termos sanitários, espera-se que a ciência liberte o Norte, tão ameaçado, de seus miasmas e de suas pragas, acolhendo na vida produtiva e ativa a parte ameaçada em sua produtividade pela febre e pela desnutrição. Enquanto, cinco anos atrás, uma viagem do Rio de Janeiro a Belo Horizonte demorava dezesseis horas, hoje se leva uma hora e meia de avião. Em dois dias – em vez dos vinte necessários antes – pode-se ir do Rio a Manaus, no coração da selva amazônica, vai-se à Argentina em meio dia, dois dias e meio para os Estados Unidos, dois dias para a Europa, e todos esses números valem só hoje, amanhã o progresso da aeronáutica os terá reduzido à metade. Dominar o gigantesco espaço, esse problema principal da economia brasileira, teoricamente já está solucionado e compreendido do ponto de vista prático. Quem sabe a dificuldade dos transportes em pouco tempo já estará superada por um novo tipo de aeronave ou outras invenções que a nossa pobre imaginação de hoje ainda nem ousa sonhar. O outro obstáculo, aparentemente insuperável, da produtividade insuficiente no clima tropical, que reduz a energia individual e ameaça o frescor físico, começa a ser resolvido pelo avanço tecnológico. Aquilo que hoje ainda está reservado a poucos lugares de luxo – a refrigeração do ambiente das residências e dos escritórios – daqui a alguns anos será tão trivial e generalizado como o aquecimento nas nossas zonas mais frias. Quem vê hoje o que já se fez e sabe, ao mesmo tempo, o que ainda há para ser feito tem certeza de que a superação das dificuldades é apenas uma questão de tempo. Mas não se pode esquecer que o tempo

em si não é mais uma medida uniforme e que ele próprio se acelerou com o impulso da máquina e o organismo ainda mais grandioso do espírito humano. Na era atual de Getúlio Vargas, em 1940, um ano pode render muito mais do que uma década sob Dom Pedro II, em 1840, e um século antes, no reinado de Dom João VI. Quem vê hoje a velocidade com que as cidades crescem, com que a organização se aperfeiçoa e com que as energias potenciais se transformam em energias efetivas sente que – em contraste com a situação anterior – aqui a hora tem mais minutos do que na Europa. Não importa de que janela se olhe – sempre há uma casa nascendo, em cada rua, e ao longo do horizonte se veem novas moradias, e mais do que isso: aqui nasceram o espírito e a alegria com o empreendedorismo. A todas as energias do Brasil ainda não aproveitadas e desconhecidas juntou-se nos últimos anos uma nova: a consciência do próprio valor da nação. Durante muito tempo, este país se acostumou a ficar atrás da Europa em velocidade de trabalho e desempenho. Humilde, costumava erguer o olhar para o mundo do outro lado do oceano com uma espécie de consciência colonial atrasada, como sendo o mundo mais experiente, mais sábio, melhor. Mas a cegueira da Europa, que agora se destrói pela segunda vez em meio a nacionalismos e imperialismos insensatos, fez com que a nova geração aqui dependesse apenas de si. Acabaram-se os dias em que Gobineau podia zombar ironicamente que “*le brésilien est un homme qui désire passionément habiter Paris*”, ou seja, que o brasileiro é um homem que deseja ardorosamente morar em Paris. Não se encontra nenhum brasileiro e raramente um imigrante que queira voltar para o Velho Mundo, e essa ambição de se construir só, dentro do espírito do tempo, se expressa em um otimismo e uma ousadia totalmente novos. O Brasil aprendeu a pensar nas dimensões do futuro. Quando constrói um ministério, como agora o prédio do Ministério do Trabalho ou do Ministério da Guerra no Rio de Janeiro, eles são maiores do que em Paris ou Londres ou Berlim. Quando se traça um plano urbano, calcula-se de cinco a dez vezes a população atual. Nada é ousado demais, novo demais para impedir que essa vontade nova se realize. Depois de longos anos de incerteza e de modéstia, o país aprendeu a pensar nas dimensões da sua própria vastidão e a contar com suas possibilidades ilimitadas como uma realidade palpável e atingível. Reconheceu que espaço é energia e gera energias, que nem o ouro nem a poupança constituem a riqueza de um

país, e sim o solo e o trabalho que nele é feito. Que país, porém, possui mais solo não utilizado, inabitado, inaproveitado do que este império, tão grande quanto o Velho Mundo? E espaço não é simples matéria, espaço é também energia psíquica. Amplia a visão e dilata a alma, dá ao homem que o habita e que ele circunda coragem e confiança para avançar. Onde há espaço, há não só tempo, como também futuro. E quem vive neste país escuta o farfalhar vigoroso das asas do futuro.

[4](#) Dados do início da década de 1940. (N.E.)

[5](#) O autor exagerou, pois o corte da cana pode ocorrer no máximo duas vezes por ano. (N.T.)

[6](#) Sabe-se que o líquido é na verdade verde-escuro ou marrom, apesar do que afirma o autor. (N.T.)

[7](#) O autor se refere à década de 1930. (N.T.)

[8](#) Salvarsan ou “composto 606”, à base de arsênico, sintetizado por Paul Ehrlich em 1909. (N.T.)

Um olhar sobre a cultura brasileira

Há quatrocentos anos, a massa humana ferve e fermenta no enorme caldeirão deste país, constantemente sendo mexida e recebendo novos ingredientes. Estaria esse processo definitivamente terminado? Já teria essa massa de milhões de seres se tornado uma forma própria, uma substância nova? Já existiria hoje algo que pudéssemos chamar de raça brasileira, o homem brasileiro, a alma brasileira? Em relação à raça, o mais genial conhecedor do povo brasileiro, Euclides da Cunha, há muito a negou, simplesmente afirmando de modo peremptório: “Não há um tipo antropológico brasileiro”. Raça – se é que se pretende utilizar esse termo duvidoso e hoje superestimado e que constitui apenas um conceito generalizado – significa comunidade milenar no que se refere a sangue e história. No caso do legítimo brasileiro, todas as memórias dos primórdios que dormitam inconscientes sonham simultaneamente com os mundos primitivos de três continentes: as costas europeias, as aldeias africanas e as florestas americanas. O processo do abramileiramento não é apenas um processo de adaptação ao clima e à natureza, às condições espirituais e espaciais do país, mas acima de tudo um problema de transfusão. A maior parte da população brasileira – sem levar em conta aqueles que imigraram mais recentemente – é produto de mistura, de uma mistura múltipla. Já não bastasse a tríplice origem – europeia, africana e americana –, cada uma dessas três camadas é mais uma vez estratificada em si mesma. O primeiro europeu que chegou a este país, o português, não é de uma só raça ou de raça pura: já é um misto de antepassados ibéricos, romanos, góticos, fenícios, judaicos e mouros. A população original do Brasil, por sua vez, é composta de raças totalmente diferentes, os tupis e os tapuias. E os negros então, de quantas regiões da imensa África foram trazidos! Tudo isso se misturou constantemente, cruzou-se e recebeu o afluxo incessante de novo sangue ao longo dos séculos. Procedentes de todos os países da Europa, até da Ásia, com os japoneses, esses grupos sanguíneos se multiplicam e variam em inúmeros cruzamentos no espaço brasileiro. Encontram-se aqui todos os matizes, fisiológicos e de caráter. Quem anda pelas ruas do Rio, em uma hora vê mais tipos mesclados e até indefinidos

do que em qualquer outra cidade durante um ano inteiro. Mesmo o jogo de xadrez com seus milhões de combinações, das quais nenhuma se repete, parece pobre em comparação com esse caos de variantes, cruzamentos e mesclas, nos quais a inesgotável natureza se deleitou durante quatro séculos.

Mas se no jogo de xadrez nenhuma partida é igual à outra, continua sempre sendo xadrez porque está compreendido nos limites do mesmo espaço e sujeito a determinadas regras. Da mesma forma, a relação com o mesmo espaço, e com isso a adaptação à mesma lei climática, bem como às condições homogêneas de religião e língua, produziram nos brasileiros certas semelhanças além das características que se tornam cada vez mais evidentes com o passar dos séculos. Assim como as pedras nos rios ficam polidas quanto mais rolam juntas, assim a convivência e eterna miscigenação destes milhões de seres torna cada vez mais imperceptível a linha nítida individual da origem, ressaltando cada vez mais as semelhanças e características comuns. Esse processo de contínua assimilação com incessante miscigenação continua em curso, ainda não está pronta a forma definitiva dentro dessa evolução. Mesmo assim, o brasileiro de todas as classes e posições já tem o cunho claro e típico de uma personalidade étnica.

Quem tentasse derivar as características do brasileiro de qualquer origem própria cairia no terreno do inverídico e artificial, pois nada é tão típico para o brasileiro quanto o fato de que ele é um homem sem história, ou pelo menos com uma história curta. Sua cultura não se baseia em tradições antiquíssimas, retrocedendo até tempos mitológicos, como no caso dos europeus, nem pode referir-se a um passado pré-histórico na própria terra, como ocorre com peruanos e mexicanos. Por mais que o país nos últimos anos tenha acrescentado novas combinações e esforço próprio, os elementos constitutivos de sua cultura foram totalmente importados da Europa. Tanto a religião e os costumes quanto o estilo de vida destes milhões e milhões de pessoas não devem, na verdade, nada ao solo nativo. Todos os valores culturais foram trazidos através dos mares em embarcações dos tipos mais diferentes – nas antigas caravelas portuguesas, em barcos a vela e modernos vapores, e mesmo o esforço mais piedoso e ambicioso não foi ainda capaz de encontrar ou inventar uma contribuição fundamental dos aborígenes nus ou canibais para a

cultura brasileira. Não existe poesia brasileira pré-histórica, nenhuma religião primitiva, nenhuma forma de música original, não há lendas populares conservadas ao longo dos séculos, nem mesmo os modestos rudimentos de um artesanato próprio. Enquanto nos museus etnológicos de outros países se exibem orgulhosamente os exemplares milenares de escrita e de arte autóctone, nos museus brasileiros essas prateleiras permaneceriam totalmente vazias. Contra essa realidade de nada adianta procurar e investigar, e se hoje alguns ritos e danças como samba ou macumba são declarados nacionais, a verdadeira situação é encoberta, pois foram trazidos pelos negros junto com duas correntes e marcas de ferrete. Os únicos objetos de arte encontrados em solo brasileiro, as peças de cerâmica coloridas da ilha de Marajó, tampouco são de origem autóctone: sem dúvida, foram trazidas para cá ou feitas aqui por membros de outras raças, provavelmente peruanos que desceram o Amazonas até a ilha em sua foz. É preciso, pois, se contentar: nada de culturalmente característico na arquitetura ou qualquer outra forma de expressão remonta a uma época anterior à colonial, aos séculos XVI ou XVII, e mesmo os seus mais belos produtos nas igrejas da Bahia ou de Olinda, com seus altares repletos de ouro e seus móveis entalhados, são evidentes rebentos do estilo português ou jesuítico e mal diferem daquele de Goa ou do da própria pátria. Quem pretender recuar na História além do dia em que os primeiros europeus desembarcaram aqui encontrará um vácuo, o nada. Tudo aquilo que hoje chamamos e reconhecemos como sendo brasileiro não é explicável a partir de uma tradição própria, e sim da transformação criativa do que já foi europeu pelo país, pelo clima e por sua gente.

Aquilo que é tipicamente brasileiro hoje já é suficientemente evidente para não mais ser mais confundido com o que é tipicamente português, ainda que o parentesco e a filiação sejam indubitáveis. Seria absurdo querer negar essa dependência. Portugal deu ao Brasil os três elementos decisivos para a formação de um povo: a língua, a religião e os costumes, e, com isso, as formas dentro das quais o novo país, a nova nação pôde se desenvolver. Foi inevitável que essas formas primitivas evoluíssem para outros conteúdos sob outro sol, em outras dimensões e com afluxo de sangue estrangeiro, dentro de um processo orgânico que nenhuma autoridade régia e nenhuma organização armada pode conter. Acima de tudo foi a ideologia das duas nações que se desenvolveu de forma

diferente. Portugal, o país mais antigo, historicamente falando, sonha com um grandioso passado que jamais voltará, enquanto os olhos do Brasil estão voltados para o futuro. A metrópole já esgotou suas possibilidades da forma mais grandiosa, enquanto o país novo ainda não atingiu as suas totalmente. A diferença não é tanto a estrutura étnica, mas o fato de serem gerações diversas. Ambos os povos, hoje unidos por estreita amizade, não se tornaram estranhos, apenas se distanciaram um pouco. O símbolo mais evidente disso talvez seja o idioma. Na grafia e no vocabulário, ou seja, nas formas originais, continuam praticamente idênticos, e é preciso estar atento para as nuances para reconhecer se um determinado livro é de um autor brasileiro ou português. Por outro lado, poucas palavras da língua original dos tupis e dos tapuias, como ainda registraram os primeiros missionários, foram absorvidas pelo idioma que se fala no Brasil de hoje. A pronúncia do brasileiro – essa é a única diferença – é diferente da do português, é mais brasileira, e o mais curioso é que essa pronúncia brasileira, esse dialeto brasileiro, de norte a sul, de leste a oeste, continua o mesmo, em toda a superfície de oito milhões e meio de quilômetros quadrados – portanto, uma língua nacional. O português e o brasileiro ainda se entendem totalmente por usarem as mesmas palavras e a mesma sintaxe, mas na entonação e, em parte, também na forma de expressão literária começam a se evidenciar as variações originalmente mínimas, assim como ingleses e americanos a cada década se distanciam como indivíduos próprios dentro de um mesmo mundo linguístico. Mil milhas de distância, um outro clima, outras condições de vida, outras relações e semelhanças começam aos poucos a se tornar perceptíveis depois de quatrocentos anos, e gradual mas inevitavelmente um novo tipo étnico se forma.

O brasileiro se caracteriza tanto física quanto psicologicamente por ser de complexão mais delicada do que o europeu ou o norte-americano. O tipo humano corpulento, massivo, alto, ossudo quase não existe por aqui. Da mesma forma, falta à alma brasileira qualquer traço de brutalidade, violência, veemência, tudo o que é grosseiro, presunçoso e arrogante. O brasileiro é um tipo quieto, sonhador e sentimental, às vezes até com uma certa melancolia, sentimento este que Anchieta, em 1585, e padre Cardim já pegaram no ar quando chamaram a terra nova de “desleixada e remissa e algo melancólica”. Até no trato social as maneiras são visivelmente

moderadas. Quase não se ouve alguém falar alto ou gritar com raiva com outra pessoa, e quando multidões se reúnem se percebe mais nitidamente a surdina. Em grandes festas populares como a da Penha, ou quando a barca atravessa a baía para uma festa religiosa na ilha de Paquetá, com mais de mil pessoas e incontáveis crianças reunidas em pouco espaço, não se ouvem algazarra e gritos de júbilo, não vemos um incitando o outro para se animar. Mesmo se divertindo em massa, as pessoas aqui continuam quietas e discretas, e essa ausência de robustez e brutalidade confere à sua tranquila alegria um comovente encanto. Fazer barulho, berrar, dançar loucamente são atitudes tão contrárias aos costumes locais que, por assim dizer, ficam guardadas para os quatro dias do carnaval, que servem de escape para os impulsos reprimidos, mas mesmo nesses quatro dias de alegria aparentemente desenfreada nunca acontecem naquela multidão de gente excessos, inconveniências ou baixezas; todo estrangeiro, toda mulher podem ousar caminhar nas ruas buliçosas e explodindo de ruídos. O brasileiro sempre conserva sua suavidade natural e sua boa índole. As classes mais diferentes se tratam umas às outras com uma educação e cordialidade que surpreendem a nós, os que viemos da Europa tão deteriorada nos últimos anos. Vemos dois homens se encontrando na rua e se abraçando. Pensamos que são irmãos ou amigos de infância dos quais um acaba de chegar da Europa ou de uma viagem exótica. Mas na outra esquina vemos de novo dois homens se cumprimentando dessa maneira, e compreendemos então que o abraço entre brasileiros é um hábito totalmente natural, uma expressão de cordialidade. A polidez, por outro lado, é aqui a forma básica normal das relações entre pessoas, e ela assume formas que há muito tempo esquecemos na Europa: em cada conversa na rua, as pessoas seguram o chapéu na mão; toda vez que se pede uma informação, as pessoas ajudam, solícitas; e nos círculos sociais mais elevados, os rituais formais de visita e contravisita e a entrega de cartões são realizados com rigor protocolar. Todo recém-chegado é recebido calorosamente, e tudo lhe é facilitado da maneira mais obsequiosa. Desconfiados, como infelizmente nós nos tornamos contra tudo o que é naturalmente humano, indagamos aos amigos e recém-imigrados se aquela cordialidade aberta não seria apenas uma formalidade, se essa boa e amistosa convivência sem aparente ódio ou inveja entre raças e classes sociais não seria uma ilusão de uma primeira impressão

superficial. Mas todos são unânimes em elogiar essa primeira e mais básica característica deste povo: sua boa índole. Cada pessoa a quem perguntamos repete as palavras dos primeiros que aqui chegaram: “É a mais gentil gente!”. Jamais se ouviu falar aqui de brutalidade contra animais, touradas ou brigas de galo. Nunca, nem nos tempos mais obscuros, a Inquisição ofereceu aqui seus autos de fé à multidão. O brasileiro repele instintivamente todo tipo de brutalidade, e já foi estatisticamente comprovado que assassinatos e crimes quase nunca acontecem como atos premeditados, mas quase sempre como “crimes passionais”, como resultado de uma explosão repentina de ciúmes ou ofensa. Crimes ligados à astúcia, premeditação, cobiça ou esperteza são raridades; quando um brasileiro puxa a faca está com problemas nervosos ou muito sol na cabeça. Quando visitei a grande penitenciária de São Paulo, eu próprio notei que ali faltava o tipo caracterizado como criminoso pela criminologia. Eram pessoas suaves com olhos calmos e ternos, que em algum momento de muita emoção tinham cometido alguma coisa da qual nem tinham noção. Mas de uma forma geral – e isto é confirmado por cada imigrado – todo tipo de violência, brutalidade ou sadismo, ainda que nos mais imperceptíveis traços, está distante do brasileiro. Ele é de boa índole e de boa-fé, e o povo tem aquele traço cordial e infantil que muitas vezes é próprio dos povos meridionais europeus, porém raramente tão nítido quanto aqui. Em todos os meses que passei aqui jamais vi uma grosseria, nem nas classes superiores nem nas inferiores, em toda parte pude constatar a mesma – hoje tão rara – ausência de desconfiança contra o estrangeiro, o membro de outra raça ou outra classe social. Às vezes quando, curioso, andava pelas favelas, esses pitorescos casebres dos negros que ficam nas encostas dos morros no meio da cidade como gaiolas de pássaros, tive a consciência pesada e um mau pressentimento. Pois afinal eu fora lá por curiosidade para ver o degrau mais primitivo da vida e observar nos barracos de barro e de bambu, indefesos contra todo olhar, as pessoas em sua condição mais primitiva e, com isso, indevidamente espiar para dentro de suas casas e sua vida particular. No início, eu sempre esperava receber um olhar raivoso ou um palavrão pelas costas, como num bairro proletário na Europa. Mas, ao contrário, para essa gente de boa-fé o estrangeiro que se perde naqueles cantos é um hóspede bem-vindo e quase um amigo. O negro que carrega água em baldes sorri com seus dentes

brilhantes e ainda ajuda o estrangeiro a subir os degraus de barro escorregadios. As mulheres que amamentam os filhos olham afáveis e despreocupadas. A mesma cordialidade espontânea existe nos bondes, nos barcos, não importa se estamos sentados diante de um negro, um branco ou um mestiço. Jamais se descobre qualquer animosidade dentre as dúzias de raças diferentes, nem entre adultos, nem entre crianças. A criança negra brinca com a branca, o mulato caminha abraçado com o negro, em lugar nenhum existem restrições ou mesmo boicotes sociais. No serviço militar, nas repartições, nos mercados, nas lojas, nos locais de trabalho as pessoas nem pensam em se separar de acordo com a cor ou a origem e trabalham juntos pacífica e amistosamente. Japoneses casam com negras, brancos, com morenas, a palavra “mestiço” não é aqui uma ofensa, e sim uma constatação que nada tem de pejorativa. O ódio entre classes e raças, essa planta venenosa da Europa, ainda não criou raízes neste solo.

O brasileiro paga essa infinita delicadeza de sentimentos, essa ausência de preconceitos e essa boa-fé, essa incapacidade de ser brutal com uma sensibilidade muito forte e talvez excessiva. Não apenas sentimental, mas também sensível, o brasileiro possui um sentimento de honra muito suscetível, todo especial. Precisamente por ser ele próprio tão cortês e modesto, imediatamente sente como ofensa a menor falta de cortesia, mesmo que não seja intencional. Não que reaja logo agressivamente como um espanhol, um italiano ou um inglês. Ele guarda a suposta ofensa dentro de si. Os casos que se contam se repetem: uma empregada em uma determinada casa, negra ou branca ou morena, asseada, gentil e calma, não dá o menor motivo de queixa. Um belo dia ela desaparece, a dona da casa não sabe por quê – e jamais o saberá. Talvez a tenha criticado ou censurado na véspera, ofendendo-a profundamente, sem querer. A moça não se revolta, não se queixa, não procura discussões. Quieta, faz sua trouxa e vai-se embora, sem dizer uma única palavra. Não está na natureza do brasileiro justificar-se ou exigir justificativas, reclamar ou entrar em confronto. Ele simplesmente se retrai, é sua defesa natural, e essa teimosia quieta, misteriosamente calada acontece por toda parte. Ninguém repetirá um convite que não tenha sido aceito da forma mais cortês, nenhum vendedor insistirá em persuadir o freguês quando este hesita na compra, e esse orgulho secreto, essa suscetibilidade da honradez permeia até as camadas mais baixas. Enquanto em todas as cidades mais ricas do mundo,

Londres, Paris e principalmente nos países meridionais da Europa encontramos por toda parte mendigos, eles quase não existem neste país em que a “pobreza extrema” não é uma expressão exagerada, e isso não ocorre em decorrência de um decreto enérgico, e sim pela suscetibilidade extrema desse povo que percebe mesmo a recusa mais educada como ofensa.

Essa delicadeza do sentimento, essa ausência de qualquer veemência me parece ser talvez a qualidade mais característica do povo brasileiro. Para se satisfazerem, as pessoas daqui não precisam de tensões agressivas e violentas, de êxitos visíveis e aproveitáveis. Não é nenhum acaso que o esporte, que melhor representa a competição e concorrência desenfreadas e que é origem de boa parte do embrutecimento e da espiritualização da juventude, neste clima mais propício à tranquilidade e ao prazer confortável não tenha adquirido aquela absurda preponderância, e que aqui não existam aquelas cenas selvagens e os êxtases loucos que estão na ordem do dia nos nossos países ditos civilizados. Aqui sempre percebemos com gratidão aquilo que chamou a atenção de Goethe em sua primeira viagem à Itália entre os povos meridionais: o fato de não estarem constantemente em busca de valores materiais ou metafísicos da vida, mas gozarem da vida de maneira calma e muitas vezes relaxada. As pessoas aqui não querem muita coisa, não são impacientes. Depois do trabalho ou nos intervalos, querem conversar um pouco, tomar um cafezinho. Passear de barba feita e com os sapatos bem engraxados, ter suas alegrias na vida doméstica, com os filhos, isso basta para a maioria. Todos os graus do bem-estar e da felicidade se misturam a essa calma e serenidade. Por isso é e sempre foi relativamente tão fácil governar este país, por isso Portugal precisou de tão poucas tropas e o atual governo de tão pouca pressão e repressão para manter paz e ordem. A convivência no estado ocorre aqui com infinitamente menos ódio entre os grupos graças a esse caráter pacífico imanente e a essa ausência de inveja.

Já do ponto de vista econômico e tecnológico, essa carência de ímpeto, essa falta de sofreguidão e de impaciência, que para mim representa uma das mais belas qualidades do brasileiro, podem constituir uma falha. Comparada à Europa ou aos Estados Unidos, a produtividade coletiva do Brasil inteiro é muito inferior, e já há quatrocentos anos Anchieta registrou a influência impeditiva que o clima extenuante necessariamente

exerce. Mas essa atividade reduzida não pode de forma alguma ser chamada de preguiça. Em si, o brasileiro é um excelente trabalhador. É solícito, trabalha bem e compreende com rapidez. Pode ser formado em todo o tipo de serviço, e os imigrantes que vieram da Alemanha trazendo indústrias novas e muitas vezes complicadas são unânimes em elogiar a habilidade e o interesse com que os operários mais simples sabem se adaptar a novas formas de produção. As mulheres revelam muita habilidade no artesanato, e os estudantes, o mais vivo interesse na área das ciências, e seria extremamente injusto qualificar o operário ou trabalhador brasileiro de inferior. Em São Paulo, num clima mais propício e adaptado a uma organização europeia, seu desempenho é idêntico ao de qualquer outro operário do mundo. Mas mesmo no Rio de Janeiro observei centenas de vezes como pequenos sapateiros e alfaiates ainda trabalham até tarde da noite em suas apertadas oficinas e admirei genuinamente como os operários da construção civil, sob um sol escaldante, em que juntar um chapéu caído ao chão já é um esforço imenso, carregam material sem interrupção. Não são, portanto, absolutamente a capacidade, a boa vontade e a rapidez de cada um que são inferiores, apenas falta aquela impaciência europeia ou norte-americana de, com esforço dobrado, subir na vida duas vezes mais rápido – é, pois, antes de mais nada uma tensão espiritual menor que reduz a dinâmica total. Grande parte dos caboclos, sobretudo nas zonas tropicais, não trabalha para economizar e guardar, mas unicamente para aproveitar os próximos dias. Como sempre acontece em países onde o mundo é bonito e a natureza oferece tudo o que é preciso para viver, onde as frutas crescem em volta de casa e basta esticar a mão para apanhá-las, nasce uma determinada indiferença contra o lucro e a poupança, não há pressa em relação ao dinheiro ou ao tempo. Por que ter que aprontar ou fazer isso hoje? Por que não amanhã, por que ter tanta pressa num mundo tão paradisíaco? Aqui existe pontualidade no sentido de que cada conferência ou concerto começam pontualmente com quinze minutos ou meia hora de atraso. Basta adaptar o relógio a isso para se nunca se atrasar. A vida, aqui, é mais rápida do que o tempo. Muitas vezes – assim me foi contado de forma tão convincente que eu não poderia duvidar – acontece que o trabalhador falta dois ou três dias depois de ter recebido seu salário. Ele fez seu serviço de forma diligente e rápida na semana anterior e ganhou o suficiente para poder viver modestamente

mais dois dias sem trabalhar. Para quê, então, trabalhar aqueles dois dias? Já que não dá para enriquecer com esses poucos mil-réis, é melhor gozar esses dois ou três calma e confortavelmente, e talvez seja necessário conhecer a fartura da natureza aqui para compreender isso. Enquanto numa planície cinzenta e triste o trabalho é a única salvação do homem da tristeza da vida, uma natureza tão rica, transbordando de frutas e encantadora por sua beleza, não desperta tão fortemente quanto entre nós o desejo de enriquecer. Para o brasileiro, riqueza não é o acúmulo penoso de dinheiro poupado com o esforço de incontáveis horas de trabalho, não é o resultado de um impulso frenético e enervante. Riqueza é algo com que se sonha, que vem do céu, e a função desse céu, no Brasil, é desempenhada pelo jogo. O jogo, no Brasil, é uma das poucas paixões visíveis deste povo tão calmo e a esperança diuturna de centenas de milhares de pessoas. A roda da fortuna gira incessantemente, todo dia tem um novo sorteio. Por toda parte, em todas as lojas, nas ruas, na barca e no bonde oferecem-se bilhetes da loteria, e cada brasileiro compra bilhetes com o que lhe sobra do dinheiro da semana – o ajudante de cabeleireiro, o engraxate, o carregador de malas, o empregado, o soldado. A uma determinada hora da tarde veem-se grandes multidões de pessoas diante das casas lotéricas, em todas as casas e lojas os rádios estão ligados: a expectativa de uma cidade inteira, ou melhor, de todo o país está voltada naquele momento para um único algarismo, um único número. As classes mais altas, por sua vez, jogam nos cassinos, e quase toda estação de férias, cada estabelecimento de luxo tem o seu cassino. Monte Carlo existe aqui às dúzias, e raramente vê-se uma mesa sem muita gente em volta. Mas isso ainda não é tudo. Além deste jogo importado da Europa, a loteria, o bazar, a roleta, a população aqui inventou um jogo nacional, o jogo do bicho, que, embora severamente proibido pelo governo, é jogado por todos.

A história desse jogo do bicho é insólita e já mostra quão profundamente a paixão pelo jogo corresponde ao caráter sonhador e ingênuo deste povo. O diretor do Jardim Zoológico do Rio de Janeiro queixava-se do reduzido público. Bom conhecedor de seus patrícios, teve a gloriosa ideia de sortear a cada dia um determinado animal de seu jardim zoológico – um dia o urso, outro dia o burro, outro dia o papagaio, outro dia o elefante. Aquele visitante cujo ingresso correspondesse a esse animal recebia de vinte a 25 vezes o valor do ingresso. Logo, o resultado desejado

foi atingido: durante várias semanas, o jardim zoológico transbordou de gente, que ia menos para ver os animais do que para ganhar o prêmio prometido. No final, acharam que o caminho até o zoológico era muito distante e penoso. Assim, começaram a jogar particularmente entre si, sorteando um determinado animal por dia. Pequenas bancas começaram a surgir atrás dos balcões dos botecos e nas esquinas para receber as apostas e pagar os prêmios. Quando a polícia passou a proibir o jogo, ele foi secretamente ligado ao jogo da loteria, em que cada número passou a representar um determinado animal. Para não fornecer nenhuma prova à polícia, joga-se em confiança. O banqueiro não fornece recibos para seus clientes, mas não se conhece um único caso em que não tivesse mantido sua obrigação. Talvez precisamente por ser proibido, esse jogo invadiu todos os círculos sociais; cada criança no Rio, mal aprende a fazer contas na escola, sabe que número corresponde a que bicho e sabe citar a lista completa dos bichos melhor do que o alfabeto. Todas as autoridades, todas as punições se mostraram inúteis. Pois de que adianta sonhar à noite se no dia seguinte o sonho não pode ser transformado em algarismos e números, em jogo do bicho e loteria? Como sempre, as leis se revelaram impotentes contra uma verdadeira paixão popular, e sempre o brasileiro compensará o que lhe falta em avidez por esse sonho diário da fortuna súbita.

Portanto, não há o que discutir: assim como o Brasil ainda não extraiu todos os valores potenciais do solo, a grande massa da população ainda não tirou de dentro de si tudo o que encerra de talento, energia produtiva, possibilidades ativas. Mas visto em seu todo e considerando as barreiras climáticas e a delicada complexão física, o desempenho de trabalho é respeitável, e hesita-se em qualificar de falha uma eventual carência de impaciência e ímpeto, uma falta de pressa em querer avançar. Muito acima do problema brasileiro, a verdadeira questão é saber se a convivência pacífica e modesta de nações e indivíduos não seria mais importante do que o dinamismo extremado e superaquecido que incita uma nação contra a outra para a competição e, no final, para a guerra, e se, ao extrair de dentro de si todas as suas forças dinâmicas, não existe algo na alma do ser humano que acaba secando e murchando com esse constante *doping*, esse superaquecimento febril. À estatística comercial, aos números secos da balança comercial contrapõe-se aqui algo mais invisível do que o

verdadeiro lucro: um humanismo indestrutível, não mutilado, e um contentamento pacífico.

Essa impressionante moderação do modo de viver caracteriza toda a classe baixa do país, e é uma camada gigantesca, uma massa escura e imensa, que ainda não foi completamente abarcada pelas estatísticas em quantidade e em suas condições de vida. Quem vive nas grandes cidades mal a vê. Não está concentrada nas fábricas ou nos locais de trabalho, como a massa dos sem-posses americana ou europeia, e não pode ser propriamente chamada de proletariado, porque falta qualquer tipo de ligação entre esses milhões ocultos e espalhados pelo país. Os caboclos da Amazônia, os seringueiros nas matas, os vaqueiros nas grandes pastagens, os índios em sua selva inacessível não estão concentrados em grandes povoações, e o estrangeiro – assim como o brasileiro que mora nas grandes cidades – sabe pouco de sua existência. Sabe apenas obscuramente que esses milhões existem em algum lugar e que tanto o consumo quanto a renda dessa massa mais baixa, quase totalmente de cor escura, está perto do nível mais baixo de vida, perto da linha da pobreza absoluta. Há centenas de anos o modo de viver desses descendentes mesclados de índios e escravos não se transformou nem melhorou, e muito pouco do progresso e dos avanços técnicos atingiu suas vidas. A maioria constrói suas próprias casas, uma choça ou um casebre de taipa cobertos de palha. Janelas de vidro já são um luxo, espelhos ou outros objetos de decoração – exceto cama e mesa –, uma raridade nesses casebres do interior. Por esse casebre não se paga aluguel. Com exceção dos localizados nas cidades, os terrenos não valem nada, e ninguém se daria ao trabalho de exigir pagamento por alguns metros quadrados. O clima não exige mais roupa do que uma calça de linho, uma camisa e um paletó. A natureza fornece de graça a banana, a mandioca, o coco, e é fácil criar algumas galinhas e um porco. Com isso, as principais necessidades da vida estão cobertas, e não importa o serviço regular ou esporádico desses trabalhadores, sempre sobra alguma coisa para o cigarro e as outras – mínimas – necessidades de sua existência. Que essas condições de vida das classes baixas, principalmente no norte do país, não correspondem mais ao nosso tempo, e que a pobreza endêmica enfraquece a população de faixas inteiras do território nacional por causa da desnutrição, isso os dirigentes sabem há muito tempo, e discutem-se e ordenam-se medidas incessantemente para

combater essa pobreza extrema. Mas os salários mínimos decretados por Getúlio Vargas não têm como penetrar até o interior distante de linhas férreas e estradas, até as florestas do Mato Grosso e do Acre. Milhões de pessoas ainda não estão incluídas no sentido de um trabalho regulamentado, organizado, controlado, nem mesmo no sentido da civilização, e ainda levará anos e décadas até serem integradas ativamente à vida nacional. Como todas as forças de sua natureza, o Brasil ainda não aproveitou essa massa ampla e escura nem como produtora de bens nem como consumidora. Também ela representa uma das enormes reservas do futuro, uma das muitas energias potenciais deste país surpreendente ainda não transformadas em trabalho.

Por cima dessa massa amorfa espalhada por toda parte – em sua maioria analfabeta e perto do nível mais baixo em termos de padrão de vida –, que até hoje pouco ou nada pôde contribuir com a cultura, ergue-se, ascendendo vigorosamente e com influência crescente, a classe média pequeno-burguesa: os funcionários, os pequenos empresários, os homens de negócio, os artesãos, os múltiplos profissionais urbanos e rurais. Nessa classe totalmente racional se destaca de forma mais nítida a característica consciente e determinada brasileira em um estilo de vida reconhecidamente pessoal, um estilo de vida que não apenas conserva muito da velha tradição colonial, mas também tenta aperfeiçoá-lo de forma criativa. Não é fácil penetrar na sua existência, pois na sua atitude exterior falta qualquer ostentação. Essa classe vive de maneira simples e sem chamar a atenção, quase diria silenciosa, pois três quartos de sua existência são passados no seio da família, no nosso velho estilo europeu. A casa própria – com exceção do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde em nossos dias os edifícios introduziram os apartamentos de aluguel – forma a casca que encerra o verdadeiro núcleo da existência, o círculo da família. Quase sempre se trata de uma casa pequena com um ou no máximo dois andares e três a seis cômodos, despretensiosa e sem ornamentos por fora e decorada por dentro com mobília tão simples que não há espaço para festas e convidados. Com exceção das trezentas ou quatrocentas famílias da classe “superior”, não se encontrarão no país inteiro nenhum quadro valioso, nenhuma obra de arte nem mesmo de médio valor, livros raros, nada do vasto conforto do pequeno-burguês europeu. No Brasil, é sempre a sobriedade que chama a atenção. Como a casa se destina exclusivamente à

família, ninguém procura ostentar com falsa pompa e pequenas opulências. Com exceção do rádio e da luz elétrica e, quando muito, de um banheiro, a sua divisão interna não difere muito da dos tempos coloniais dos vice-reis, assim como o estilo de vida. Nos costumes, ficou conservado muito do estilo patriarcal do século anterior que entre nós – quase o lamentamos – virou coisa histórica. Acima de tudo, ainda uma vontade tradicional se opõe conscientemente ao afrouxamento dos laços familiares e do princípio da autoridade paterna. Assim como ocorre nas antigas províncias dos Estados Unidos, aqui os princípios mais rigorosos da época colonial continuam inconscientemente em vigor. Aqui, ainda encontramos o que nossos pais na Europa nos contavam sobre o mundo de seus pais. A família, aqui, ainda é o sentido da vida e o verdadeiro centro dinâmico do qual tudo parte e para o qual tudo retorna. Todos vivem juntos e são unidos, durante a semana, no grupo familiar mais íntimo, aos domingos incluindo o grande círculo dos parentes; juntos resolvem sobre os estudos e a profissão que cada um deve seguir. Na família, o pai ainda é senhor absoluto sobre os seus. Tem todos os direitos e todas as prerrogativas, parte do pressuposto de que terá a obediência de todos, e sobretudo nos círculos rurais ainda existe o hábito, como entre nós antigamente, de que os filhos beijem a mão do pai como sinal de respeito. A superioridade e a autoridade masculina ainda são incontestes, e ao homem se permite fazer muita coisa proibida à mulher, a qual, se bem que já tenha mais liberdade do que há algumas décadas, ainda se restringe à atuação doméstica. A mulher burguesa não pisa sozinha na rua, e mesmo acompanhada de uma amiga seria inadmissível se depois do anoitecer fosse vista sem o esposo fora de casa. Por isso, à noite, como na Espanha e na Itália, as cidades são masculinas. São os homens que enchem os cafés, passeiam pelas avenidas, e mesmo nas grandes cidades seria impensável que mulheres ou moças fossem a um cinema à noite sem a companhia do pai ou do irmão. Aspirações de emancipação ou de direitos da mulher aqui ainda não encontraram solo fértil. Mesmo as mulheres que trabalham, que ainda estão em insignificante minoria em relação às mulheres ligadas às atividades domésticas, conservam o tradicional retraimento. Ainda mais restrições têm as jovens moças. Relações de amizade com jovens, mesmo as mais inocentes, se não tiverem propósitos matrimoniais, não são habituais, e a palavra *flirt* ainda não tem equivalente na língua portuguesa.

Geralmente se casa muito cedo para evitar todas as complicações, as moças de famílias burguesas, já com dezessete ou dezoito anos, se não antes. Ter muitos filhos logo é desejado, e não temido. Mulher, casa e família ainda estão intimamente ligadas; a não ser em ocasiões festivas e de beneficência, as mulheres nunca aparecem em primeiro plano e, com exceção da amante de Dom Pedro I, a marquesa de Santos, nunca tiveram papel de destaque na vida política. Americanos e europeus podem arrogantemente achar que isso é um atraso, mas essas inúmeras famílias que vivem quietas e contentes em suas casinhas formam, por seu estilo de existência saudável e normal, o verdadeiro reservatório de energia da nação. Dessa classe média, que apesar de sua maneira conservadora de viver gosta de aprender e ama o progresso, desse húmus fértil e saudável origina-se a geração que hoje começa a dividir a direção do país com as famílias antigas e aristocráticas. De uma certa forma, Vargas, filho do campo e da classe média, é a expressão mais evidente dessa nova geração forte e energicamente ascendente e ao mesmo tempo conscientemente tradicional.

Acima dessa classe que vai espalhando-se por todo o país e cuja influência cresce continuamente, continua firme a classe antiga e bem menor que se poderia chamar de aristocrática, se neste país novo e totalmente democrático essa palavra não induzisse ao engano, pois oriundas em parte da época colonial, em parte tendo vindo só com o rei Dom João VI de Portugal, essas famílias que repetidas vezes se casaram entre si – umas nobres, outras não – não tiveram tempo para se cristalizar em uma casa aristocrática. O que tinham em comum era apenas seu modo de viver e a cultura de espírito altamente desenvolvida em várias gerações. Tendo viajado muito pela Europa ou instruídos por preceptores europeus e governantas, em sua maioria ricas ou exercendo altas funções públicas, desde o início do Primeiro Império elas conservaram sempre o seu elo intelectual com a Europa e sua ambição era a de representar o Brasil perante o mundo como um país civilizado e progressista. Dessas famílias descende a geração de grandes estadistas como Rio Branco, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, que souberam de modo particularmente feliz combinar o idealismo democrático norte-americano com o liberalismo europeu dentro da única monarquia da América, realizando de maneira calma e

perseverante aquele método da conciliação, de tribunais e acordos, que é tão honroso para a política brasileira.

Ainda hoje, a diplomacia está reservada quase exclusivamente para esses grupos, enquanto a administração e o exército já começam a passar mais para as mãos da nova classe burguesa em ascensão. Mas sua influência cultural sobre o nível geral de representação ainda é sensível e benéfica. Até em seu modo de vida carecem de ostentação. Residindo em belas mansões com maravilhosos jardins antigos, mas que de forma nenhuma pretendem ser palácios, geralmente nos antigos bairros nobres da cidade, na Tijuca e Laranjeiras ou na rua Paissandu, eles mantêm a tradição no estilo de morar, são colecionadores dos valores históricos e, por seu nacionalismo e universalidade humanista, representam um tipo de elevada cultura que falta quase totalmente nos outros países sul-americanos e que em seu amor à arte e sua liberalidade lembra muito o austríaco. Essas famílias antigas – e, para serem antigas aqui, basta terem cem anos – ainda não foram deslocadas em sua dominância cultural por uma nova aristocracia do dinheiro, porque elas mesmas em grande parte são ricas, e aqui as diferenças são bem menos nítidas do que entre nós na Europa. O brasileiro não conhece o exclusivismo – o que é uma vantagem, e o processo de assimilação é constante não só em termos raciais como também de classes sociais. Toda tradição, todo passado aqui é tão breve que se dilui rapidamente nas novas formas do que é brasileiro.

Como a classe mais baixa, em virtude do analfabetismo e do isolamento geográfico, ainda não participa da formação de uma cultura tipicamente brasileira, é nesses dois grupos que repousa a parte do Brasil na cultura universal, tanto no que diz respeito à produção quanto à recepção. Para apreciar devidamente esse desempenho, não se pode esquecer que toda a vida intelectual desta nação não abrange mais do que cem anos e que nos trezentos anos coloniais pregressos qualquer manifestação de aspiração à cultura foi sistematicamente reprimida. Até 1800, neste país em que não se podia imprimir nenhum jornal e nenhuma obra literária, o livro era uma raridade e geralmente um bem supérfluo, pois, numa estimativa conservadora, em 1800, entre cem pessoas havia 99 analfabetos contra uma só que sabia ler e escrever. Primeiro eram os jesuítas que, em seus colégios, cuidavam da instrução, nos quais obviamente davam prioridade ao ensino da religião em relação a qualquer forma da educação universal e

contemporânea. Com sua expulsão, em 1765, forma-se um vácuo completo no ensino público. Nem o governo estadual nem o municipal pensam em criar escolas. Um imposto especial sobre gêneros alimentícios e bebidas instituído pelo marquês do Pombal em 1772 a fim de, com a renda, abrir escolas primárias nem sai do papel. Com a chegada da corte portuguesa é criada, em 1808, a primeira verdadeira biblioteca no país. Com o objetivo de dar à sua cidade um certo brilho cultural, o rei manda vir sábios e funda academias e uma escola de belas-artes. Mas com isso não se cria mais do que uma fina fachada. Nada de grandioso acontece para incluir sistematicamente as grandes massas nos mistérios tão modestos da arte de ler, escrever e fazer contas. Só no império, em 1823, começa a se projetar que “cada vila ou cidade tenha uma escola pública, cada província, um liceu, e que se estabeleçam universidades nos mais apropriados locais”. Mas ainda se passam quatro anos até que, em 1827, uma lei estabeleça a exigência mínima de que cada localidade tenha uma escola primária. Com isso, finalmente se deu o primeiro passo para um progresso que, no entanto, continua em passos de tartaruga. Em 1872, estimou-se que, em uma população de mais de dez milhões, apenas 139 mil crianças frequentavam a escola, e mesmo nos nossos dias, em 1939, o governo se viu obrigado a fundar uma comissão para extinguir definitivamente o analfabetismo.

Ao desejado florescimento de uma poesia e literatura próprias, portanto, faltou o húmus durante séculos para que elas pudessem crescer: o público nacional. Fazer versos, escrever livros, para um brasileiro até quase a nossa época, significou um sacrifício heroico materialmente sem perspectivas, pois todos eles criavam ou falavam para o vácuo, quando não serviam ao jornalismo ou à política. As grandes massas não eram capazes de ler os seus livros porque nem sabiam ler, e a camada intelectual fina, a aristocracia, considerava de pouca importância encomendar livros brasileiros, mandando vir romances e livros de versos exclusivamente de Paris. Só nas últimas décadas, com o afluxo de elementos acostumados à cultura e necessitados dela, tem-se processado aqui uma transformação. Com toda a impaciência própria apenas a nações que durante muito tempo foram reprimidas, a literatura brasileira chega à literatura mundial. O interesse pela produção intelectual aqui é surpreendente. Abrem-se livrarias e mais livrarias, a produção de livros se aperfeiçoa na impressão

e na apresentação, obras de beletrismo e mesmo científicas chegam a tiragens que uma década antes ainda nem se sonhavam, e a produção brasileira já começa a sobrepujar a portuguesa. Mais do que entre nós, onde esporte e política atraem a juventude da mesma forma fatal, a produção intelectual e artística está no centro do interesse de toda a nação.

Pois o brasileiro, em si, tem muito interesse por coisas intelectuais. De intelecto vivaz, rápido na percepção e loquaz por natureza, o neto de portugueses tem prazer nas belas formas verbais, que aqui se apresentam nas cartas e em conversas em especiais delicadezas e, na retórica, tendem ao arrebatamento. O brasileiro adora ler. Raramente se vê um operário, um trocador de bonde em um minuto de folga sem um jornal na mão, raramente se vê um jovem estudante sem um livro. Para essa geração inteiramente nova, a literatura não é, como para o europeu, uma trivialidade secular, uma herança, mas algo obtido com esforço próprio, e ela ainda encontra motivo de orgulho e prazer em descobrir-se a si mesma e descobrir toda a literatura universal. Não é exagerado dizer que nos países sul-americanos, mais do que em todos os outros, ainda existe um certo respeito pela produção intelectual e que a produção contemporânea – inclusive pelo baixo preço – é disseminada mais rapidamente e mais largamente na população do que em países mais presos à tradição. O pendor inato do brasileiro para as formas mais delicadas fez com que a poesia durante muito tempo estivesse em primeiro plano na literatura nacional. Com os poemas épicos *Uruguai* e *Marília* começa a cultura brasileira do verso que revelou personalidades realmente destacadas. Um poeta lírico aqui realmente ainda pode tornar-se popular. Em todos os jardins públicos – assim como no Parc Monceau ou Luxembourg, em Paris – encontram-se estátuas de poetas nacionais, e a população até homenageou um poeta ainda vivo, Catulo da Paixão Cearense, coletando moedas de prata. Este país é um dos últimos que ainda veneram a poesia, e a Academia Brasileira de Letras reúne hoje um bom número de poetas que deram à língua matizes novos e individuais.

Foi preciso mais tempo para que o Brasil se emancipasse dos exemplos europeus no romance e no conto. Até a descoberta do “bom selvagem” no *Guarani* de José de Alencar foi, na verdade, apenas uma reimportação de modelos estrangeiros, como o *Atala* de Chateaubriand ou *Contos dos desbravadores* de Fenimore Cooper. Apenas a temática externa e o

colorido histórico dos romances de Alencar são brasileiros, mas não a atitude psíquica e a atmosfera artística.

O Brasil só adentra o palco da literatura universal na segunda metade do século XIX com duas figuras realmente representativas: Machado de Assis e Euclides da Cunha. Machado de Assis está para o Brasil como Dickens para a Inglaterra e Alphonse Daudet para a França. Tem a capacidade de caracterizar com realismo tipos vivos que representam seu país e seu povo, é um narrador nato, e a mistura de leve humor com ceticismo refinado confere a cada um de seus romances um encanto especial. Com o seu *Dom Casmurro*, a mais popular das suas obras-primas, criou uma figura tão imortal para o seu país como David Copperfield para a Inglaterra e Tartarin de Tarascon para a França. Graças à pureza diáfana de sua prosa, seu olhar nítido e humano, Machado de Assis se equipara aos melhores contistas europeus de sua época.

Ao contrário de Machado de Assis, Euclides da Cunha não era escritor profissional. Sua grandiosa epopeia nacional *Os sertões* nasceu por um acaso. Engenheiro, Euclides da Cunha havia acompanhado uma das expedições militares contra os Canudos, uma seita rebelde no interior selvagem e obscuro do nordeste, como representante do jornal *O Estado de São Paulo*. O relato dessa expedição, feito com uma força dramática maravilhosa, transformou-se em forma de livro na representação psicológica mais abrangente da terra brasileira, do povo, do país, que depois nunca mais foi conseguida com tamanha visão e abrangência sociológica. Essa grandiosa obra, pouco conhecida no exterior, que na literatura universal pode ser comparada aos *Sete pilares da sabedoria*, em que Lawrence narra a luta no deserto, destina-se a sobreviver a inúmeros livros hoje famosos, pela grandiosidade dramática de sua narrativa, pela riqueza em ideias e pelo estupendo humanismo. Se a literatura brasileira com seus romancistas e poetas atuais fez progressos em sutileza, em matizes de linguagem, nunca mais atingiu esse ápice com nenhuma outra obra.

Em contrapartida, a arte dramática ainda é fraca. Nenhum nome de drama realmente digno de atenção me foi citado, e na vida pública e social a arte teatral não tem um papel de destaque. Em si, o fato não surpreende, pois o teatro como produto típico de uma sociedade organizada de maneira homogênea é uma expressão artística que só se manifesta dentro de uma

determinada camada social, e essa forma de sociedade não teve tempo de se desenvolver no Brasil. O Brasil não viveu uma época elisabetana, uma corte de Luís XIV, não teve uma vasta massa burguesa fanática por teatro como na Espanha ou na Áustria. Toda produção teatral se limitou até tarde no império à importação – e, em virtude da gigantesca distância, à importação de companhias de categoria inferior e de artigos de qualidade inferior. Um verdadeiro teatro nacional não foi tentado e promovido nem sob Dom Pedro II. As primeiras companhias teatrais que vieram da Europa falavam espanhol, e não português. Hoje, que nas grandes cidades já existiria um público receptivo, talvez já seja tarde demais por causa do advento onipotente do cinema.

A situação é semelhante no caso da música. Também nessa área falta uma tradição secular que tenha penetrado em todas as camadas da população. Faltam os grandes coros, fazendo com que precisamente as obras monumentais da música, como a *Paixão Segundo São Mateus*, os grandes réquiens, os oratórios de Händel sejam praticamente desconhecidos do grande público. Os repertórios das temporadas líricas no Rio de Janeiro e em São Paulo ainda se constituem, como há cinquenta anos, das óperas italianas de Verdi e, no melhor dos casos, de Puccini. Uma obra como *Tristão e Isolda*, cuja estreia o imperador Dom Pedro quis ver no Rio de Janeiro há quase cem anos, foi apresentada duas ou três vezes, e a música verdadeiramente contemporânea é desconhecida. Só agora começaram a organizar-se orquestras sinfônicas, mas a preferência do público ainda é pela música de caráter superficial.

Tanto mais admira que, numa época em que era preciso verdadeiro heroísmo e uma vontade quase desesperada de aprender, o país tenha gerado um músico ao qual estava reservado ter uma enorme fama no mundo: Carlos Gomes. Nascido em 1836 em uma pequena cidade do interior do Estado de São Paulo, começou a participar de uma orquestra aos dez anos de idade e, sem ter um verdadeiro mestre, num país em que partituras e apresentações de ópera eram praticamente inacessíveis, formase com tanta força de vontade que já aos 24 anos apresentou uma ópera, *A noite do castelo*. Tendo estreado no Rio de Janeiro em 1861, a peça se tornou um grande sucesso, assim como sua ópera seguinte. O imperador Dom Pedro resolve patrociná-lo e o envia para a Europa a fim de aperfeiçoar seus estudos. Na Itália, cai em suas mãos uma tradução

italiana do romance *O Guarani* de seu patrício José de Alencar, e imediatamente ele procura um autor para o libreto, dizendo que essa era a obra com a qual ele queria apresentar o Brasil ao mundo. Em 1870, a ópera estreia no Teatro Scala de Milão com grande sucesso. O velho mestre Verdi declara ter encontrado em Carlos Gomes um sucessor digno, e ainda hoje *O Guarani* – a melhor ópera de Meyerbeer, como disse um historiador da música – é representada em palcos italianos. Um típico exemplar clássico das grandes óperas que abastecem abundantemente os olhos e os ouvidos, só não a alma – melodiosa em sua parte lírica, a obra até hoje ainda explica o sucesso e as grandes esperanças que se depositavam na ascensão de Carlos Gomes, mas precisamente por se enquadrar tão bem naquela era romântica e pomposa de Meyerbeer, *O Guarani*, hoje, é mais um documento da história da música do que música viva. Mais do que Carlos Gomes, que italianizou a música brasileira, foi Villa Lobos quem nos deu a contribuição tipicamente brasileira para a música universal. Esse compositor é um rítmico forte e original, que sabe dar a cada uma das suas obras um colorido que não se encontra nos outros compositores, que em sua vivacidade e novamente em sua misteriosa melancolia reflete misteriosamente a paisagem e a alma brasileiras.

Uma expressão semelhante da arte popular se espera encontrar na pintura de Portinari, primeiro pintor brasileiro que conseguiu conquistar reconhecimento internacional em poucos anos. Mas quantas cores, que variedades, que tarefas gigantescas e felizes ainda esperam nesta linda paisagem o artista que, à semelhança de Gauguin para a Oceania ou Segantini para a Suíça, quiser revelar ao mundo a grandiosa natureza. Que possibilidades se abrem aqui à arquitetura nestas cidades que crescem com uma rapidez febril e que revelam cada vez mais fortemente a vontade de não se adaptar a um esquema europeu ou norte-americano, e sim assumir um formato próprio! Muito está sendo tentado neste sentido, e já se conseguiu muita coisa essencial.

Nas ciências – matéria em que, por insuficiência de conhecimentos, falta-me a capacidade de avaliar e ter uma visão geral – os últimos anos trouxeram um progresso surpreendente na maneira em que o país se apresenta em termos históricos e econômicos. Quase todos os documentos e as descrições do Brasil até então tinham sido escritos por estrangeiros. No século XVI foram o francês Thevet e o alemão Hans Staden, no século

XVII o holandês Barleus, no século XVIII o italiano Antonil e no século XIX o inglês Southey, o alemão Humboldt, o francês Debret e o descendente de alemães Varnhagen, aos quais devemos as descrições clássicas do país. Mas nas últimas décadas foram os próprios brasileiros que assumiram o dever de tornar compreensível seu país e sua história com base nos mais cuidadosos estudos de fonte e, somada às publicações detalhadas do governo federal e de alguns estados, essa literatura já forma uma pequena biblioteca. Na filosofia, como fenômeno deveras curioso podemos registrar que o positivismo de Augusto Comte aqui fez nascer uma escola inteira e até uma igreja. Boa parte da Constituição brasileira está permeada das fórmulas e concepções do filósofo francês, que exerceu aqui muito mais influência sobre a vida pública do que em sua pátria. Na área técnica, por outro lado, foi principalmente o aeronauta Santos Dumont quem conquistou fama imortal com seu primeiro voo em torno da torre Eiffel e sua construção de aeroplanos que, em sua ousadia e energia, deram o impulso decisivo para o sucesso. Se ainda hoje se discute se o primeiro voo tripulado em uma aeronave mais pesada do que o ar foi dele ou dos irmãos Wright, a real questão é se Santos Dumont ocupa o primeiro ou, na pior das hipóteses, o segundo lugar nesse feito mais destacado e heroico do nosso mundo contemporâneo, o que já é bastante para gravar seu nome para sempre nas páginas da História. Sua vida em si já é um grandioso poema épico da ousadia e da abnegação, e tão inesquecível quanto seu feito técnico serão os seus atos de humanitarismo, aquelas duas cartas que ele dirigiu em desespero à Liga das Nações pedindo a proibição do uso do avião para lançamentos de bombas e outras crueldades bélicas. Só com essas duas cartas, que proclamaram diante de todo o mundo o espírito humanitário de sua pátria, a figura de Santos Dumont ficou protegida para sempre contra qualquer esquecimento ingrato.

Fazendo o balanço com os números exatos, portanto, conclui-se que o Brasil tem hoje já uma extraordinária atividade cultural. Mas o cálculo só fica exato se não se considerar a idade cultural do país como sendo de 450 anos e a população, como sendo de cinquenta milhões, pois, contando a partir de sua independência, o Brasil tem pouco mais de cem anos – para sermos mais exatos, 119 anos – e de sua população, apenas pouco mais de sete ou oito milhões participam produtivamente da vida moderna. Da mesma forma, qualquer comparação com a Europa não leva a nada. A

Europa tem muitíssimo mais tradição e menos futuro, e o Brasil, em contrapartida, menos passado e mais porvir. Tudo o que foi feito é aqui parte do que ainda há por fazer, muito daquilo que, na Europa, a tradição secular torna trivial aqui ainda está por ser construído: museus, bibliotecas, o sistema de ensino para toda a população. O jovem artista, o jovem autor, o jovem cientista, o estudante aqui têm cem vezes mais dificuldades para adquirir conhecimentos universais e uma visão de conjunto do que nas instituições de ensino muito mais bem dotadas e organizadas dos Estados Unidos. Aqui ainda se sente, às vezes, uma certa estreiteza e distância dos esforços contemporâneos. O país ainda não se encontra desenvolvido proporcionalmente ao seu tamanho. Ainda cada brasileiro considerará um ano na Europa ou nos Estados Unidos como sendo o último e conveniente degrau de sua formação. Ainda o Brasil – apesar de todas as nossas loucuras – precisa receber impulso e incentivo do Velho Mundo.

Mas, por outro lado, também o europeu que chega ao Brasil para uma temporada breve ou mais longa tem muito a aprender. Encontrará aqui uma outra dimensão de espaço e de tempo. A tensão no ar é menor, as pessoas são mais afáveis, os contrastes, menos veementes, a natureza, mais próxima, o tempo não está tão ocupado, as energias não são tão extremamente tensas. Vive-se de maneira mais pacífica, mais humana, menos maquinal, menos padronizada do que nos Estados Unidos, de maneira menos superexcitada e envenenada do que na Europa. O fato de haver mais espaço para cada um faz com que ninguém fique se acotovelando impientemente. O fato de existir um futuro neste país torna o ambiente mais despreocupado e cada indivíduo menos aflito e excitado. É um bom país para pessoas mais idosas que já viram muita coisa neste mundo e que agora desejam silêncio e o recolhimento em uma paisagem bonita e pacífica a fim de refletir sobre tudo o que viveram. E é um país maravilhoso para jovens que queiram usar suas energias ainda não aproveitadas em um mundo ainda não cansado, que ainda podem adaptar-se inteiros e com alegria e colaborar para o desenvolvimento e na ascensão do país. Dos que vieram da Europa nas últimas décadas, poucos voltaram. Para os mesmos povos que, do outro lado do oceano, combatem-se insensatamente, o Brasil se tornou uma pátria comum e pacífica. E se a civilização do nosso Velho Mundo estiver mesmo destinada a se aniquilar

nessa luta suicida – o que é nosso maior consolo nas horas do desespero –, sabemos que aqui surge uma nova, pronta a tornar realidade mais uma vez tudo aquilo que, entre nós, as gerações mais nobres desejaram e sonharam em vão: uma civilização humana e pacífica.

Rio de Janeiro

Ao desembarcar no Rio de Janeiro há quase quatrocentos anos, em 1552, Tomé de Souza escreveu: “Tudo é graça que dela se pode dizer”. Não há maneira de se expressar melhor do que o fez esse rude guerreiro. A beleza dessa cidade e dessa paisagem é difícil de ser reproduzida em palavras ou em fotografias por ser demasiadamente diversa, heterogênea e inesgotável. Uma vida inteira não seria suficiente para um artista que quisesse representar o Rio em sua totalidade com todas suas milhares de cores e cenas, pois aqui a natureza, em um capricho único de prodigalidade, concentrou em um só espaço todos os elementos da beleza paisagística que normalmente distribui com parcimônia e aos pouquinhos por países inteiros. Aqui há o mar, mas um mar em todas as suas cores e formas, saindo da longitude infinita do oceano Atlântico e terminando em espuma verde na praia de Copacabana, batendo ferozmente contra as rochas da Gávea e, em Niterói, aconchegando-se liso e azul à praia de areia ou abraçando carinhosamente as ilhas. Há as montanhas, mas cada pico e morro com uma forma diferente – um é íngreme, cinzento e rochoso, outro, esverdeado e suave, o Pão de Açúcar é pontiagudo, a Pedra da Gávea é plana como se tivesse sido achatada por um martelo gigante, a Serra dos Órgãos, rasgada e cheia de picos. Cada um conservando teimosamente sua forma, todos se unem em um círculo fraternal. Há lagoas como a de Rodrigo de Freitas e a da Tijuca, cujas águas refletem as montanhas, a paisagem e ao mesmo tempo as luzes elétricas da cidade. Há cascatas que brotam das rochas, frescas e espumantes. Há córregos e rios, água em todas as suas formas. Há o verde em todos os matizes, a mata virgem que encosta na cidade com cipós exuberantes e uma vegetação impenetrável. Há os parques públicos e jardins bem-cuidados, com árvores, frutas, arbustos tropicais em uma aparente desordem que, contudo, é uma ordem sábia. Por toda parte, a natureza é exuberante e, no entanto, harmônica. Em meio à natureza, a cidade propriamente dita, uma selva de pedras com seus arranha-céus e pequenos palácios, suas avenidas e praças e vielas de colorido oriental, com os casebres dos negros e ministérios gigantescos, com suas praias e cassinos – é tudo ao mesmo

tempo: uma cidade de luxo, de negócios, de turistas, de indústrias, de funcionários. E por cima de tudo isso estende-se um céu bendito, de um azul profundo durante o dia e, de noite, semeado de estrelas meridionais. Não importa para onde o olhar se dirige: no Rio, sempre encontra algo para se deleitar.

Não existe cidade mais bela no mundo – e quem alguma vez a viu não discordará –, mais impenetrável, mais misteriosa. Impossível conhecê-la por inteiro. O mar traçou as linhas das praias em um curioso zigue-zaque, e os morros com suas encostas íngremes cortam-lhe o espaço por onde poderia se expandir. Por toda parte encontramos esquinas e curvas, todas as ruas se entrecortam em formas irregulares, perde-se constantemente o rumo. Onde acreditamos ter chegado no fim, esbarramos com outro começo, onde deixamos atrás uma enseada para penetrar no núcleo da cidade, chegamos surpresos a outra enseada. Em cada caminho descobrimos uma novidade, uma vista surpreendente dos morros, uma pequena praça que parece ter sido esquecida dos tempos coloniais, um mercado, um canal ladeado de palmeiras, um jardim, uma favela. Em lugares por onde passamos uma centena de vezes e entramos sem querer em uma viela, esbarramos com um outro mundo: é como se estivéssemos em um disco giratório que nos oferece incessantemente novas visões. Soma-se a isso que a cidade se modifica a cada ano que passa, a cada mês até, com uma velocidade radical. Quem ficou alguns anos longe da cidade precisa de algum tempo para conseguir voltar a se orientar. Se quisermos subir um morro para rever os velhos bairros românticos no meio da cidade não o acharemos mais: foi simplesmente demolido, e em seu lugar existe agora uma poderosa avenida com prédios de doze andares à esquerda e à direita. Onde um rochedo impedia a passagem há agora um túnel, onde o mar vinha até a praia agora se construiu um aeroporto que vai até a água, onde há três meses ainda caminhávamos na areia em uma praia distante existe agora um conjunto de casas. Todas essas transformações acontecem com uma velocidade espantosa. Por toda parte acontece alguma coisa, por toda parte há cor, luz e movimento, nada se repete, nada combina, e, apesar disso, tudo combina. Passear a pé, coisa que em outras cidades grandes quase não dá mais prazer ou não é mais possível, aqui ainda é um deleite e uma alegria cotidiana. Não importa onde estejamos, sempre há algo que faz bem para os olhos. Visitamos um amigo e, conversando,

olhamos pela janela do sexto andar: ampla e majestosa, como nunca a vimos antes, expande-se a baía com suas ilhas brilhantes e os vapores que a atravessam. Noutro cômodo, com vista para os fundos, no mesmo apartamento, já não avistamos mais o mar, mas temos diante de nós a estátua do Cristo e os vultos escuros das estrelas. As luzes das ruas brilham a perder de vista, e ao mesmo tempo, quando nos debruçamos sobre a sacada, vemos uma favela com pequenos barracos e luzes coloridas. Queremos ir ao centro, e o trajeto passa por um morro: a todo momento pedimos ao amigo que dirige o carro que pare para não perdermos mais uma nova vista surpreendente. Queremos ir para o subúrbio para nos divertir com as pequenas lojas coloridas e subitamente nos encontramos entre grandes palacetes feudais com jardins centenários. Subimos de bonde para Santa Teresa a fim de passar algum tempo imersos na natureza e topamos de repente com um aqueduto do século XVIII e, alguns minutos depois, com um conjunto de edifícios. Em quinze minutos podemos ir do mar cintilante até o topo de uma montanha, em cinco minutos sair do mundo luxuoso para a mais primitiva miséria dos barracos, e novamente estamos em pleno movimento cosmopolita de cafés resplandecentes e no meio de um rio de automóveis – tudo aqui se confunde, entrecruza, pobres e ricos, jovens e velhos, paisagem e cultura, casebres e arranha-céus. E tudo isso brilha e arde nas mesmas cores esplendorosas e plenas, tudo é bonito, mesclado e fascinante. Nunca nos cansamos, nunca nos fartamos. Nunca abarcamos o perfil inteiro da cidade, pois ela tem dúzias de perfis, melhor: centenas. É sempre diferente, vista de qualquer lado, de qualquer plano, de qualquer perspectiva, por dentro e por fora, vista do alto ou de baixo, de um morro, do mar, da rua, do avião, da barca, de cada casa e de cada andar e de cada cômodo. Quem sai do Rio para qualquer outra cidade achará as cores sem brilho, os transeuntes, monótonos, a vida, muito ordenada e excessivamente homogênea. Depois do Rio, tudo é desencanto, tudo parece sombreado depois desta embriaguez de cores e formas, depois da divina variedade desta cidade.

Podemos viver como queremos no Rio. A ideia de ser rico e morar em uma daquelas mansões de sonho cercada por parques nos morros de Tijuca é mais sedutora do que em outros lugares, mas ao mesmo tempo é mais fácil ser pobre aqui do que em outra cidade grande. O mar é livre para o

banho, a beleza é para os olhos de todos. As pequenas necessidades da vida são baratas, as pessoas são afáveis, e é infinita a diversidade daquelas pequenas surpresas diárias que nos tornam felizes sem que saibamos por quê. Há algo de suave e relaxante aqui no ar que nos torna menos beligerantes, talvez também menos enérgicos. Sempre somos a parte que recebe ao observar e no deleite, e inconscientemente essa paisagem oferece um consolo misterioso, como sempre acontece com tudo o que é belo e ímpar no mundo. Essa cidade sempre é encantadora: com milhões de estrelas e luzes à noite, com suas cores claras e ardentes, quentes e explosivas de dia, no crepúsculo com sua leve névoa e o jogo das nuvens, em sua umidade perfumada e seus aguaceiros tropicais. Quanto mais a conhecemos, mais a amamos, mas quanto mais a conhecemos, menos capazes somos de descrevê-la.

A chegada

De manhã cedo, todos os passageiros estão a bordo em ansiosa expectativa, munidos de binóculos e câmeras. Ninguém quer perder a famosa entrada na baía do Rio de Janeiro, por mais que já a tenha visto e admirado antes. O mar ainda brilha azul e metálico como há dias e dias, numa monotonia tranquilizadora e, ao mesmo tempo, cansativa. Todavia, sentimos que nos estamos aproximando do litoral, respiramos a terra antes mesmo de avistá-la, pois o ar subitamente fica mais úmido e doce, chega mais macio às mãos e à boca, há um vago odor, gerado nas profundezas das imensas florestas com o hálito das plantas e a umidade das flores, aquele odor indescritível dos trópicos, quente, úmido e fermentado que nos inebria e cansa ao mesmo tempo de maneira suave.

Finalmente, no horizonte, um contorno: uma cadeia de montanhas desenha-se vagamente contra o céu vazio e, à medida que o navio se aproxima, torna-se mais nítida: é a cadeia de montanhas que protege com os braços abertos a baía de Guanabara, uma das maiores do mundo. Todos os navios da terra caberiam juntos nessa baía que se divide em muitas pequenas enseadas, e dentro dessa enorme concha aberta jazem inúmeras ilhas espalhadas como pérolas, cada uma delas diferente das outras em forma e cor. Algumas se distinguem cinzentas e monótonas contra o mar cor de ametista; de longe poderíamos confundi-las com baleias com seus dorsos nus e lisos. Outras são compridas e têm costelas rochosas como se fossem crocodilos. Algumas têm casas, outras parecem jardins flutuantes com palmeiras e jardineiras, e enquanto admiramos, curiosos, a insuspeitada diversidade de formas através do binóculo, surgem ao fundo as montanhas em toda sua plasticidade, também cada uma delas diferente e teimosa. Uma é nua, a outra é coberta por um manto de palmeiras, a terceira é rochosa e a outra é rodeada por um cinturão brilhante de casas e jardins. É como se a natureza, ousada artista plástica, tivesse tentado enfileirar uma ao lado da outra todas as formas da terra. E foram nomes bem terrenos que o imaginário popular deu a cada uma dessas figuras de pedra: Morro da Viúva, Corcovado, Morro da Cara de Cão, Dedo de Deus, Gigante Adormecido, Dois Irmãos e o Pão de Açúcar, de todos o mais

visível. Ele surge pouco antes da cidade como a estátua da Liberdade em Nova York, símbolo antigo e irremovível da cidade. Acima de todos esses monolitos e montanhas se ergue o cacique dessa dinastia de gigantes, o Corcovado, segurando uma enorme cruz, iluminada à noite por luz elétrica, abençoando o Rio de Janeiro.

Só agora, depois de passar pelo emaranhado de ilhas, finalmente avistamos a cidade. Porém não a avistamos toda de uma vez. O panorama de casas não se descortina de uma só vez como em Nápoles, em Argel, em Marselha, como uma arena aberta com escadarias em pedra. Quadro por quadro, parte por parte, perspectiva por perspectiva o Rio de Janeiro vai se descortinando sucessivamente como um leque que se abre, e é precisamente o que torna a entrada na baía tão dramática, tão incessantemente surpreendente. Pois cada uma das enseadas povoadas que em sua soma compõem o litoral é separada da outra por cadeias de morros, como as varetas do leque que separam cada uma das vistas e as unem ao mesmo tempo. Finalmente aparece a praia curvilínea, uma vista encantadora: uma longa avenida à beira-mar, com casas, vilas e jardins, e que recebe constantemente as espumas das ondas. Já se distingue o hotel de luxo e, nas encostas dos morros, as mansões cercadas de floresta – mas, ledor engano! Aquilo era só a praia de Copacabana, uma das mais belas do mundo; apenas um bairro, não a cidade propriamente dita. É preciso ainda dar a volta no Pão de Açúcar, que impede a vista, e só depois disso vemos a cidade em torno da baía, densa e branca junto à praia, diluindo-se nos morros verdejantes. Vemos os jardins recém-feitos à beira-mar e o aeroporto construído dentro do mar. Em pouco tempo desembarcaremos e satisfaremos nossa ansiedade. Mas nada disso! Novamente foi um engano, aquilo foram as enseadas de Botafogo e Flamengo. O navio prossegue, mais uma parte desse leque divino e colorido ainda tem que ser aberta: é preciso passar pela ilha da Marinha e por aquela pequena ilhota com o palácio gótico, onde o imperador Dom Pedro II, poucos dias antes de perder o trono, deu seu último baile. E só agora os edifícios saúdam os recém-chegados, uma única massa vertical, só agora se mostra o cais, só agora o navio pode atracar, e estamos na América do Sul, no Brasil, na cidade mais bela do mundo!

Essa entrada de uma hora no Rio de Janeiro é um acontecimento único e, em sua impressão irresistível, somente comparável à chegada a Nova

York. Mas Nova York saúda de maneira mais austera, enérgica: parece um fiorde nórdico com seus cubos brancos dispostos uns sobre os outros. Manhattan é uma saudação viril, heroica, é a vontade humana da América, ereta, uma única explosão de energia concentrada. O Rio de Janeiro não se empertiga: abre seus braços macios, femininos, recebe o recém-chegado com um abraço carinhoso e aconchegante, atrai, abandona-se com certa volúpia aos olhares. Tudo é harmonia, a cidade e o mar e o verde e as montanhas, tudo se mescla sonoramente, nem mesmo os edifícios, os navios, os letreiros de néon atrapalham, e essa harmonia se repete em acordes sempre variados: a cidade é diferente quando vista a partir dos morros, do mar, mas é sempre harmônica, diversidade dissolvida em unidade sempre completa – natureza que se transformou em cidade e cidade transformada em natureza. Ambígua e inesgotável, grandiosa e generosa, assim como nos recebe ela sabe nos manter cativos. Desde o momento da chegada já sabemos que os olhos e os sentidos não se cansarão nessa cidade única.

Mais breve, porém ainda mais perturbadora, é a impressão quando se chega de avião. Vemos então pela primeira vez o verdadeiro traçado da cidade, como ela se aconchega aos morros que a vigiam, como ela se dilui na paisagem. Sobrevoamos montanhas e morros e de repente avistamos a amplidão da baía que encerra a pérola branca em sua gigantesca concha azul. Vemos as linhas diagonais das avenidas que a entrecortam como se tivessem sido traçadas a faca, a praia resplandecente, com a largura da parte branca que envolve uma laranja, os seixos brancos das mansões e casas, e tudo isso contra um fundo duplamente azul, o céu da cor de aço e a água que o reflete. Quando o avião faz a curva, as montanhas parecem sumir de repente, e agora é a cidade que, com suas casas brancas como um único muro, saúda, e já vemos a faixa movimentada de carros nas ruas à beira da praia, os banhistas no mar, sentimos a vida que nos espera, as cores que ardem. Mais uma, duas, três voltas dá o avião, baixando sempre e quase roçando o telhado do mosteiro de São Bento. Então, as rodas rangem, estamos no solo, no mais belo solo do mundo.

O Rio antigo

Para compreender verdadeiramente uma cidade, uma obra de arte, uma pessoa, é preciso conhecer seu passado, sua trajetória, sua evolução. Assim, em cada nova cidade que visito meus primeiros passos me levam aos alicerces sobre os quais ela se ergueu, a fim de conhecer o presente a partir do passado. Nada mais natural, portanto, do que eu ter primeiro procurado o Morro do Castelo, a colina histórica onde quatrocentos anos antes os franceses se entrincheiraram e onde os portugueses vencedores depois lançaram a pedra fundamental da cidade. Mas a minha procura foi em vão. O morro histórico fora demolido. Não se acha mais dele nenhuma pedra, nem um pedaço de terra. O terreno foi nivelado, e largas ruas se erguem sobre o chão raso. Estranho fenômeno! O Rio antigo desapareceu e o novo está sobre um solo totalmente diferente do que o dos séculos XVI e XVII. Onde hoje estão as ruas asfaltadas antes existiam apenas pântanos, percorridos por pequenos riachos, insalubres e desabitados, e os primeiros colonos se assentaram nos morros. Só aos poucos ganhou-se mais terreno ao pântano e ao mar secando a área nos vales, fechando os cursos dos rios ou canalizando-os e, ao mesmo tempo, aterrando as margens da baía. Depois foram retirados os morros que atrapalhavam o trânsito. Assim, ao longo de trezentos anos, a cidade mudou radicalmente, e tudo ou quase tudo que havia de histórico foi vítima dessa transformação impaciente.

Não se trata de uma perda grande, pois nos séculos XVI, XVII e até boa parte do século XVIII a Bahia foi a capital do Brasil, e o Rio era pobre e pequeno demais para construções artísticas e palácios faustosos. Mesmo quando a corte portuguesa fixou residência aqui no início do século XIX, os hóspedes involuntários não encontraram abrigo digno. Assim, na melhor das hipóteses, tudo o que há de histórico data dos tempos coloniais, e, em contraste com a Bahia, uma casa de 150 anos aqui já é venerada. A melhor ideia que se pode ter genuinamente desses tempos coloniais, seu estilo e suas formas de vida é nas vielas nos arredores da rua da Alfândega no Rio que ainda não sofreram alterações. Ainda são tipicamente portuguesas e causam uma impressão agradável em sua modesta singeleza. Os prédios de um ou dois pavimentos, outrora caiados

de diversas cores, não têm outro ornamento senão as belas grades de ferro batido das sacadas; degradados depois de tempos faustosos, são agora exclusivamente ocupados por pequenos negócios. No nível da rua ficam as lojas e os armazéns dentro dos quais se veem as mercadorias empilhadas. Geralmente antes de ver sentimos o cheiro, pois nessas estreitas ruelas perto do porto, as últimas que se conservam inalteradas desde a era colonial, tudo recende a um odor engordurado e quente de peixe, frutas e legumes. Nem seria preciso ler os excelentes relatos de Luís Edmundo em seu livro sobre o Rio de Janeiro na época dos vice-reis para imaginar como essas estreitas passagens deviam ser horivelmente empestadas e sufocantes numa época em que gente e gado ao mesmo tempo ocupavam as ruas sem respeitar as leis mais primitivas da higiene. Da mesma forma, os poucos prédios públicos da época colonial, os palácios e as casernas foram construídos às pressas e sem pretensões, representando no melhor dos casos cópias baratas dos prédios portugueses. Portanto, todas as lamúrias sentimentais sobre o desaparecimento do “Rio antigo” são, na verdade, um problema de algumas poucas pessoas de mais idade que inconscientemente choram a perda de sua própria juventude. Na realidade, o Rio não perdeu muito com as reformas que foram feitas. Dos tempos coloniais, apenas algumas igrejas, principalmente as bem-situadas igrejas da Glória e de São Francisco, bem como o aqueduto com suas nobres curvas, merecem ser protegidos, assim como talvez uma ou outra das coloridas ruelas como testemunho daquela época. Pois existe um grande monumento do passado que é imperecível enquanto memorial: a igreja e o mosteiro de São Bento.

Essa igreja de São Bento escapou às transformações dos séculos, entrincheirando-se corajosa e solitariamente desde o primeiro dia em um morro. Assim, esse prédio, cuja construção começou em 1589, conservou-se como o único memorial imponente – e não esqueçamos: uma obra de arte do século XVI, para o mundo novo, é tão antiga como, para nós, o Parthenon ou as pirâmides. Solitária nas alturas, a vista ainda não encoberta pelos prédios, olhando livremente para todos os lados, a igreja de São Bento representa um maravilhoso pedaço de beleza e de tranquilidade nessa cidade que avança agitada, barulhenta de cores e ruídos. Só ali o tempo parou no Rio, só ali o seu desejo impaciente de renovação ainda não conseguiu mudar nada. A velha ladeira irregular que

conduz morro acima ainda é a mesma que os peregrinos subiam há trezentos anos, e do mesmo terraço do qual se avistavam antes os galeões portugueses e os veleiros estreitos olha-se hoje para os transatlânticos que lenta e majestosamente seguem o seu caminho.

Por fora, a igreja de São Bento e o mosteiro contíguo não parecem imponentes nem diferentes. Trata-se de uma construção sólida e larga, com pesadas torres redondas. Com sua forma quadrangular, o mosteiro se assemelha mais a uma fortaleza, e de fato serviu como tal em épocas de guerra. Sem grandes expectativas, passamos pelas pesadas portas de madeira ricamente entalhadas. Mas no momento em que pisamos no interior da igreja ficamos ofuscados. Há pouco ainda estávamos mergulhados na intensa luz meridional do sol do Rio, agora é uma luminosidade cor de mel que nos envolve, uma luz estranhamente suave e abafada como a de um pôr do sol com nebulosidade. Não distinguimos formas nem contornos, o espaço e as formas se diluem nessa neblina resplandecente. Só então percebemos que esse brilho provém do ouro que ilumina todas as paredes de modo uniforme. Mas não é a tonalidade berrante e ruidosa de metal dourado, e sim um brilho tênue e ralo que envolve as pilastras e os painéis como se fosse um verniz. Cada linha, cada superfície se mesclam suave e mansamente e, misturadas à luz do dia que penetra pelas claraboias, produzem aquele brilho flutuante que permeia a ampla e espaçosa nave como uma fina fumaça.

Pouco a pouco, os olhos se habituem à penumbra e conseguem captar detalhes. Agora reconhecemos aquilo que, nas nossas igrejas europeias, é feito de pedra e metal e mármore – as balaustradas cinzeladas, os entalhes, os ornamentos, tudo aqui é de madeira nativa, só que essa madeira é coberta – na verdade, nem sabemos dizer se é pintada ou revestida – de uma finíssima camada de ouro tão fina e artisticamente aplicada que reproduz com suavidade e discrição cada curva e atenua o peso do encaracolado do estilo barroco. Embora ela não possa ser comparada em originalidade ou magnificência às grandes catedrais da Europa, os artistas que decoraram São Bento conseguiram um feito único: um domínio feliz e moderno da matéria, criando uma harmonia bem-vinda nesse crepúsculo dourado que não se esquece nunca mais. E esse comedimento benfazejo reina também no mosteiro, em seus corredores largos pavimentados de lajotas, nas pesadas portas pretas de madeira, na biblioteca bem-

proporcionada, no claustro. Percorremos esses corredores frescos isolados do barulho e do ruído por grossos muros como se estivéssemos em outra época. Esquecemos que estamos em um mundo meridional, abaixo do Equador, sob outras estrelas. Poderíamos acreditar estar em um mosteiro beneditino suíço ou alemão, em um daqueles antiquíssimos refúgios dos bibliófilos que fazem sonhar. Mas de repente a vista de uma janela nos lembra da maneira mais maravilhosa onde estamos: com seus arranha-céus e palácios, suas ruas repletas de gente, estende-se em vasta superfície o conjunto de casas de uma metrópole moderna sob a sentinela verde de seus morros. Lá embaixo se estende a baía com seus navios e ilhas e brilha o mar tropical. Como em toda parte no Rio, vivenciamos em todos os lugares, até os mais isolados e mais solitários, essa incomparável duplicidade de cidade e paisagem, do que é secular e do que é eterno.

Esse mosteiro e o outro, situado no morro de Santo Antônio, lembram o passado do Rio. É a sua carta de nobreza que testemunha a idade e a elegância de sua cultura. Ainda que tudo o que é mesquinho e miserável da época colonial continue decaindo e desaparecendo, ainda que a cidade, em sua impaciência, transforme-se de ano para ano, esse brilho dourado continuará iluminando os tempos.

Passeando pela cidade

Todo trajeto começa na avenida Rio Branco. É – ou melhor, era – o orgulho da cidade. Há cerca de quarenta anos, o Rio teve a ambição de igualar-se às metrópoles europeias e ter uma avenida representativa no coração da cidade. Como o Rio, à semelhança de todas as cidades do Sul, sonhava em se tornar uma Paris, sentiu-se atraído a copiar o modelo do Boulevard Haussmann, a ousada e larga linha geométrica que o grande prefeito traçou através do emaranhado de velhas ruelas. O projeto dessa avenida suntuosa já se julgava ousado adotando as medidas das avenidas europeias, com uma largura de 33 metros. Os brasileiros da geração mais antiga, os cariocas natos, habituados a suas estreitas passagens coloniais sombreadas, balançaram a cabeça e consideraram demasiado ousada essa largura excessiva. Mas o projeto foi executado. No início dessa avenida construiu-se um teatro faustoso, bem parisiense, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas-Artes e um hotel de luxo a fim de caracterizar logo a nova rua como centro intelectual e cultural. Foram construídos até prédios de seis andares que olhavam altivos para os telhados mais baixos dos palácios e palacetes. As largas calçadas foram ricamente decoradas com mosaicos em preto e branco, a pista de rolamento foi asfaltada, as casas comerciais e os clubes se apressaram em ladear o largo passeio com o estilo arquitetônico que então era moderno. De fato, a avenida ficou magnífica, e os brasileiros podiam dizer orgulhosamente que ela era digna de figurar ao lado das mais famosas avenidas da Europa.

Mas na América, este continente que ascende com uma energia totalmente diferente, costuma ser um erro e uma modéstia fatal querer pensar e calcular de acordo com padrões europeus. Do outro lado do oceano, tempo e espaço têm outra dinâmica, mais veloz. Aqui, as coisas evoluem com mais rapidez, e obviamente também envelhecem com mais velocidade. Assim é que, com o crescimento tropical do Rio de Janeiro e o trânsito que aumentou de modo fantástico, a avenida Rio Branco há muito tempo já ficou estreita demais, sempre engarrafada com a procissão de carros que avançam lentamente, barulhenta, transbordando de gente e ainda por cima atravancada à esquerda e à direita pelos andaimes das

constantes reformas. É que os prédios de luxo de 1910 não parecem mais suficientemente luxuosos e ousados. O antigo hotel de luxo já foi condenado a ser demolido, e em seu lugar será erguido um edifício de 32 andares. Os prédios de seis andares ganham mais um andar ou então serão totalmente reformados. Aquilo que, trinta anos atrás, ainda parecia poderoso e até monstruoso, hoje já parece pequeno e antiquado. O Teatro Municipal, acanhado em um canto, não se sobressai mais. O Museu de Belas-Artes e a Biblioteca Nacional perderam sua altivez, e assim como ocorre com as avenidas do centro de Paris, a Friedrichstrasse de Berlim, a Regent Street de Londres, os estabelecimentos de luxo começam a fugir do grande movimento para ruas transversais menos barulhentas. Hoje, a antiga avenida faustosa não passa muito de uma rua de passagem obrigatória sem cunho especial e sem personalidade artística. Precisamente o caráter nobre que lhe foi reservado se perdeu, porque ela hoje meramente tenta servir a seu tempo e já não lhe basta mais.

Para poder desenvolver seu ritmo cada vez mais poderoso, o Rio precisou de outras avenidas mais largas, e, com sua constante falta de ar, trata de criá-las com força decidida. À direita e à esquerda – os projetos são realmente grandiosos em sua ousadia – o Rio vai rasgando novas avenidas, demolindo quarteirões inteiros, como uma locomotiva atropela uma folha de papel. Morros inteiros são arrasados, quarteirões inteiros de casas caem vítimas da picareta, túneis são perfurados, largas ruas construídas serpenteiam colina acima. Em tempo hábil, uma administração previdente reconheceu que existe pouca vantagem em poupar espaço simplesmente levantando prédios se, ao mesmo tempo, a cidade se expande cada vez mais para longe, como uma panela que transborda. As velhas ruas principais, a rua da Carioca, do Catete e das Laranjeiras, as que vão para Tijuca e Isidoro e Meyer mais engarrafam o trânsito do que servem a ele, e dos novos bairros ao centro da cidade gastamos meia hora ou mais. É preciso, portanto, criar espaço, custe o que custar, e a solução mais prática é ganhar esse espaço do mar. Tirar duzentos ou até quinhentos metros por meio de aterro de uma baía que se estende por muitas milhas não significa roubar muito ao mar infinito, mas ganhar muito para a cidade. Foi assim que surgiram as grandes avenidas à beira-mar, que hoje emolduram a vista e conferem uma nova beleza ao Rio com a perspectiva do mar e da paisagem decorada com árvores e jardins,

com formas sempre diversas. Elas parecem ser a moldura branca da folha de papel em torno do texto impresso. Cada página desse livro aberto como que por mão divina revela uma nova beleza, e não nos cansamos de folheá-las sempre e sempre. Graças às formas bizarras em que o mar se aconchega à cidade em cinco ou seis enseadas, em cada curva a vista é diferente. O Rio realmente só pode ser comparado com um leque aberto em que cada folha tem seu desenho especial, mas em que só mesmo o leque completamente aberto mostra o panorama inteiro.

Quem passa de carro por essas avenidas que margeiam as praias ou – se está disposto a longas caminhadas – percorre-as a pé, atravessa, na verdade, seis ou sete ou oito cidades totalmente diferentes. Primeiro, há as ruas que irradiam à esquerda da avenida Rio Branco e que levam até o porto e a cidade comercial. Ali atracam os grandes transatlânticos, dali partem as barcas para as ilhas, ali o mercado cintilante de cores se enche de flores e frutas, ali espera o aeroporto com suas andorinhas prateadas, ali se reúnem os cais e os arsenais e as casernas da Marinha. Em um novo grupo orgulhoso se ergue o poderoso bloco dos ministérios reunidos: construções de doze, catorze ou dezesseis andares em estilo contemporâneo. De acordo com um plano ousado, quase toda a administração do enorme país foi ali reunida em um único bloco. Mas ainda que o porto e a cidade comercial e o centro comercial sejam alguns tons mais coloridos do que em outros lugares, a sua fisionomia moderna aqui ainda parece internacional. Ainda não percebemos a verdadeira beleza urbana própria do Rio, que não reside nem em seu aspecto utilitário da cidade nem no histórico, e sim na sua arte incomparável de resolver de forma harmoniosa todos os contrastes.

A preciosa avenida que acompanha as praias, que à noite brilha com mil pérolas de luz, só começa quando deixamos a avenida Rio Branco. A Praça Paris, onde se inicia, é ao mesmo tempo seu fecho artístico. O nome Praça Paris não é por acaso. Sem dúvida, os arquitetos urbanistas franceses que fizeram o projeto pensaram na Place de la Concorde quando esta brilha à noite com suas lâmpadas redondas em arco. Mas a Praça Paris ainda tem a vista da baía com suas ilhas e montanhas. O luxo urbano se une aqui à natureza perdulária em um quadro inesquecível. Entre o mar azul e as fileiras brancas das casas existe uma larga faixa verde, e o céu repousa aberto sobre as copas desses parques, atravessado por automóveis e ônibus

azuis, vermelhos, verdes, amarelos, que correm como animais selvagens, mas sem confundir o olhar com seu barulho, como acontece nas outras ruas. Aqui, o olhar pode descansar e observar o que quiser: a linha movimentada dos palácios e hotéis, a baía aberta com a moldura branca e Niterói e seus navios e barcas, ou então, nas colinas sobre as casas, a nobre e antiga igreja branca Nossa Senhora da Glória, que se destaca das encostas maciças como se a cadeia de montanhas fosse um cenário.

Esse primeiro olhar acredita já ter abarcado tudo, o panorama inteiro, mas quão pouco viu ainda, quanto o espera ainda! Depois da Praça Paris, a rua se torna estreita e se aproxima mais da praia do que a avenida Beira-Mar, transformando-se na praia do Flamengo. Ali se situavam antes as velhas residências elegantes, olhando modestamente do primeiro ou segundo andar para a praia em meio a seus jardins. Mas a praça com essa vista aberta e a brisa fresca se valorizou muito. Agora, os edifícios com onze, doze andares se elevam com suas íngremes fachadas de cimento, e as palmeiras gigantes que faziam sombra aos telhados dos prédios antigos agora mal chegam até a metade dos novos. A vista para a baía se tornou mais apertada, pois em frente se eleva altivo – e ornado à noite com uma coroa de luzes – o Pão de Açúcar, um poderoso rochedo que vigia a entrada para a baía e diante do qual têm que passar humildemente todos os navios que querem chegar ao porto. Mais uma curva, mais uma volta, e estamos em outra enseada, a de Botafogo. Desapareceu a vista desimpedida, acreditamos estar em um lago rodeado de montanhas, outras montanhas e colinas do que antes, pois isso faz parte do mistério paisagístico do Rio: o de que suas montanhas, graças às suas formas irregulares, em cada ângulo revelam outra silhueta. O que parece uma encosta íngreme vista de Botafogo, vista do Flamengo, é uma encosta suave; um lado de uma rocha está coberto de mato, outro é pedra nua, o terceiro, repleto de casas até o topo. Da mesma forma, em cada curva o zigue-zague ininterrupto muda os contornos da baía. Nessa cidade da diversidade, a indescritível variedade de vistas torna o mesmo mar, as mesmas montanhas sempre novos e surpreendentes. Em vez de encontrarmos a mesma coisa, redescobrimos tudo constantemente.

Mais duas ruas e estamos inesperadamente em outra enseada, a praia Vermelha, que fica tão escondida em um passe entre as rochas, tão longe dos bairros residenciais, que precisei de várias semanas para achá-la. De

repente, a paisagem mudou completamente de novo. A cidade desapareceu, a vista para a baía se perdeu. Nada de residências de luxo, nada de trânsito, nada de movimento, apenas ondas e rochas e praia e silêncio. Involuntariamente acreditamos que chegamos ao fim do caminho, ao fim da cidade.

Mas é apenas um novo começo, um dos muitos inícios em que a cidade sempre recomeça de modo surpreendente. Só mais uma rua e um túnel atravessando a rocha aparentemente sem caminho e, subitamente, estamos na praia de Copacabana, mais bonita que Nice ou Miami, talvez a praia mais bela do mundo. Por incrível que pareça, nesses cinco minutos entre o Rio e o Rio estamos já em um outro mar, outro ar, outra temperatura, como se tivéssemos viajado várias horas. O que vimos na praia do Flamengo e na avenida Beira-Mar efetivamente foi um outro mar, porque era apenas água da enseada totalmente fechada – era mar, mas um mar domado, atenuado, sem força para produzir ondas fortes e que, apesar de toda a largura e amplidão, não consegue mais apresentar fluxo e refluxo nítidos. Mas aqui, em Copacabana, diretamente em frente ao oceano Atlântico, a testa já sente a maresia e os ventos. Sabemos e sentimos que, numa extensão de milhares e milhares de milhas até a Europa e a África, não há nada além desse mar imenso. Poderosas, espumantes, as ondas, essas parselhas de Netuno com suas crinas brancas, lançam-se contra a praia larga, clara e resplandecente. O barulho das ondas ecoa nos ouvidos, e esse embate das ondas contra a praia é tão forte, tão poderosa a respiração do gigante atlântico, que o ar emana um vapor de iodo e sal. O ar está tão embebido de ozônio que muita gente, habituada à atmosfera normalmente suave e um pouco úmida, não suporta morar nessa praia sempre estrepitosa, eternamente com maresia. Mas como ela é refrescante! Nesse percurso de cinco minutos, a temperatura caiu de quatro a cinco graus, e isso também faz parte da centena de segredos dessa cidade e que só mesmo quem aqui reside há muito tempo sabe: de esquina para esquina, as temperaturas variam nitidamente. No mesmo bairro, a rua dos fundos pode ser mais quente e a da frente, fresca. Na rua da direita pode ventar, e na da esquerda não, só porque ela se situa em um determinado ângulo em relação à brisa do mar, ou então porque um morro impede a passagem dessa brisa. Assim, por exemplo, o começo de Copacabana, chamado de Leme, não é tão popular nem tão valorizado,

embora fique a apenas um quilômetro de distância e aparentemente tenha a mesma frente para o mar. A avenida Atlântica, a fachada de Copacabana, é a praia de luxo. Tem um hotel famoso, os cafés obrigatórios com música de ciganos, um cassino e a larga calçada para pedestres. Tem seus costumes próprios e, por isso mesmo, poucos brasileiros. Só aqui se veem – assim como nas estações de veraneio europeias e americanas – moças de calças ou homens de camisa esporte sem casaco (o que normalmente é proibido e impede até a entrada em restaurantes e bares). Aqui podemos nos sentar ao ar livre nos restaurantes ou cafés. Não há lojas, caminhões, pois essa praia quer ser exclusiva do luxo, da diversão, dos passeios, das cores, do prazer físico e visual. Essa avenida é, por assim dizer, a cabine de luxo para o banho gigantesco na praia enorme que, em determinados dias, reúne centenas de milhares de pessoas, sem por isso ficar superlotada. Às vezes, temos a sensação de que essa praia não faz parte da cidade do Rio, de que apenas se parece com a de Nice, sendo muito mais grandiosa, tendo sido artificialmente anexada a uma grande metrópole de trabalho e atividade em favor dos estrangeiros e das pessoas acostumadas ao luxo, só posteriormente sendo integrada ao organismo. De fato, vinte anos atrás apenas algumas casinhas tímidas ousaram se fixar nas dunas de areia. Mas desde que se descobriu o gosto pelo ar, pelo sol, pela água e as novas velocidades do automóvel, quarteirões inteiros foram surgindo com uma rapidez assombrosa. Se antes era uma excursão, quase uma viagem ir a Copacabana, hoje se vai à praia com a mesma naturalidade com que se vai, em Viena, ao Prater ou, em Paris, ao Bois de Boulogne. Se Copacabana não é o coração do Rio, é o pulmão que faz a cidade respirar. Mas, com toda a sua beleza, uma coisa é simbólica: o fato de que, estando sentado nessa praia ou em pé, o Brasil fica de costas. Pois essa avenida olha – sem dúvida, atravessando todo um oceano – para a Europa. É tão europeia quanto a avenida Rio Branco trinta anos atrás pretendia ser europeia, e é típico o fato de que os estrangeiros e viajantes gostam mais de morar na avenida Atlântica do que os verdadeiros cariocas, que ali se sentem mais hóspedes do que em sua própria casa.

Mais uma volta – aqui, o pedestre precisa parar, pois é muita coisa para um dia só – e julgamo-nos subitamente transportados por asas mágicas para a Suíça: ali, a algumas dúzias de metros da praia, um lago: a lagoa Rodrigo de Freitas, cercada de montanhas. Em suas margens rasas surgiu

com uma velocidade espantosa um bairro residencial, mas os morros vigiam essa lagoa, e à noite seus contornos escuros se refletem no espelho negro das águas. Mas não paremos! Só um rápido olhar para essa lagoa em meio a uma metrópole, para a qual os românticos barracos de negros olham despreocupados. Ainda temos que percorrer mais uma outra praia comprida, a de Ipanema, e uma segunda, a do Leblon, onde as casas e as palmeiras ao longo das avenidas ainda são novas. Só então a avenida margeia a natureza aberta: começa a avenida Niemeyer, que corta a rocha como a Corniche da Riviera. Colada à praia cada vez mais rochosa e abrupta, ela olha para o mar que aqui se comporta de forma agitada e perigosa. Mas à direita as colinas acalmam, protetoras com sua verde vegetação, palmeiras e bananeiras – é um trajeto cheio de variações antes de se chegar a uma colina no Joá que permite uma parada e uma ampla vista. Descortina-se uma enseada com suas ilhas e rochas, desenrola-se o panorama das montanhas distantes, a cidade desaparece atrás desses cenários coloridos – estamos no descampado, no final! Mas quanto tempo ainda será assim? Um ano? Uma década? Pois na próxima praia, a praia da Tijuca⁹, já se medem os lotes. Ali onde agora a areia branca enche os sapatos de quem passa se erguerá em breve uma nova fileira de casas em frente ao mar – quem pode dizer onde o Rio irá terminar, onde realmente acabará?

E mais uma volta e mais uma vez um mundo diferente. Em curvas íngremes o automóvel galga o morro, por quinze minutos estamos no mato; quase não vemos uma casa, quando muito alguns barracos, meio encobertos por palmeiras, onde moram negros. Já começamos a nos esquecer que pretendíamos apenas fazer uma excursão de uma hora dentro dos limites da cidade e temos a impressão de que nesse período andamos quilômetros e quilômetros. Mas de repente, numa curva, olhamos para baixo, e eis a cidade novamente! A perspectiva agora é toda diferente, porque o ângulo é outro – podemos reconhecê-la e, ao mesmo tempo, não a reconhecemos. E, qualquer que seja o caminho que tomemos, subindo ainda mais até a Vista Chinesa, a Mesa do Imperador, ou voltando pela Tijuca, esse antigo bairro residencial aristocrático, sempre as perspectivas se deslocam. Uma máquina fotográfica precisaria de dez dúzias de filmes para fixar só o mais surpreendente desses aspectos. E depois estamos de novo na cidade, ainda não sabemos de que direção viemos e que direção

tomar – depois de meses, ainda não nos orientamos – e novamente estamos em novas avenidas, como a do Mangue, margeada de palmeiras, ou a que passa pelo Jardim Botânico, ou ainda pelo parque da Praça da República. Em uma ou duas horas demos a volta não em uma cidade, e sim em um mundo inteiro, e continuamos, ainda levemente atordoados, no meio do tumulto colorido das pessoas e das lojas: uma dessas ruas meridionais lembra a Cannebière de Marselha, a outra, subindo os morros íngremes, lembra Nápoles, os mil cafés com homens que conversam lembram Barcelona ou Roma, os cinemas com seus grandes cartazes e arranha-céus, Nova York. Estamos em toda parte ao mesmo tempo e, apesar disso, sabemos por essa singular harmonia que estamos no Rio.

[9](#) A Barra da Tijuca. (N.T.)

As ruas pequenas

As grandes avenidas são o que há de novo e de grandioso no Rio. Existem poucas no mundo comparáveis a elas em termos de beleza paisagística. Mas elas são pistas para carros, ruas para paradas, ruas modernas e internacionais. Mais do que do seu fausto brilhante, gosto das ruas pequenas, sem nome, para as quais ninguém atenta, por onde podemos caminhar sem saber para onde, que nos encantam incessantemente com pequenos charmes naturais, meridionais, e que parecem tanto mais românticas quanto mais pobres, primitivas e despretensiosas são. Mas mesmo as mais pobres – e justamente essas – são cheias de cor e vida e imagens variadas. Impossível se saciar de vê-las. Nada nelas é artificial, feito para o turista estrangeiro, nada é pitoresco, e seu encanto não está na arquitetura, na estrutura, mas precisamente no contrário, na vivaz barafunda, no acaso que torna cada uma dessas ruelas atraente, cada uma delas de seu jeito. Caminhar – para mim, um velho prazer – transformou-se em vício no Rio. Quantas vezes saí para caminhar quinze minutos e, seduzido por uma ruela depois da outra, voltei depois de quatro horas sem me lembrar do percurso ou de qualquer nome nessa cidade das eternas descobertas e dos eternos encantos. E, mesmo assim, nunca tive a sensação de haver perdido tempo inutilmente.

Vagar pelas pequenas ruas estreitas do Rio significa voltar no tempo. Estamos em uma época colonial em que tudo ainda era próximo, prático, aberto, em que não havia carros correndo e as luzes do trânsito faiscavam, onde se caminhava calmamente, sem procurar mais do que a sombra que torna o passeio agradável. Mesmo as ruelas mais elegantes eram estreitas, ainda vemos isso hoje na rua do Ouvidor, a velha rua das lojas elegantes. Ali, nenhum carro pode passar – como na Calle Florida, em Buenos Aires – e nem conseguiria avançar, pois durante o dia ali se espreme uma multidão colorida de gente. Todo carioca que se preze passa por ali várias vezes ao dia. É a verdadeira avenida, o ponto de encontro, tão movimentada e densa que mal se vê um pedacinho do calçamento, e esse vaivém, sem o ruído infernal dos automóveis, faz do passeio um prazer infinito. Mas depois continuo à esquerda ou à direita por outras ruas e

ruelas; não faz sentido perguntar os nomes, seria impossível guardá-los na memória. Compridas e estreitas, entrecruzam-se e cortam-se constantemente, e no meio delas há uma mais larga, por onde passam ruidosos bondes, todos superlotados, ou automóveis que buzina. Nenhuma dessas ruas ou ruelas se destaca em termos arquitetônicos, geralmente os prédios têm um só pavimento, sem ornamentos, com as lojas abertas. E o fato de as lojas serem abertas, de não fecharem o olhar com vidro ou portas, torna cada uma dessas lojas um quadro de gênero. Num canto está sentado o sapateiro com três ajudantes pregando uma sola no sapato, ali um verdureiro com cachos de bananas em volta da porta parecendo uma natureza viva, réstias de cebolas que balançam, melancias cortadas e tomates que formam montanhas vermelhas. Ao lado, uma farmácia ou uma drogaria, com centenas de frascos cintilantes, uma adega, um barbeiro negro ensaboando o cliente, um empalhador consertando poltronas. Ali trabalha o marceneiro, aqui um açougueiro retalha um boi, no pátio as mulheres lavam e torcem roupa, ali uma casa lotérica com centenas de bilhetes de loteria convidando a tentar a sorte, o tabelião que escreve em seu escritório de porta escancarada, já quase na rua; é possível ver todos trabalhando, e onde se vê um povo trabalhando, vê-se a vida real. Vemos como as pessoas moram, a modesta cama de ferro nos fundos da oficina, separada apenas por uma cortina, vemos como as pessoas comem, como passam suas horas vagas. Nada é oculto, encoberto, maquinal, padronizado. E quanta coisa ainda há para ver, que diversidade, pois no Brasil ainda continua o velho trabalho artesanal que, na Europa e nos Estados Unidos, já está desaparecendo. Num desses passeios pode-se aprender todos os ofícios apenas assistindo, tudo aqui é tão maravilhosamente sem mistérios e, ao mesmo tempo, tão maravilhosamente colorido; ali o negro, aqui o branco, acolá o mestiço, e todos em seus vestidos claros de linho, e as mulheres de roupas coloridas, e tudo isso ainda dez vezes mais cintilante no brilho radiante do sol intenso. E há ainda os cafés – quantos serão? Quem consegue contá-los? Em cada esquina há um, é um constante ir e vir até tarde da noite. Depois, essas sombras cintilam e brilham em contraste com a escuridão dos prédios como se fossem cavernas resplandecentes, movimentadas até altas horas da noite, pois nessa cidade a vida continua sempre, os bondes funcionam ininterruptamente, e às cinco da manhã já se veem os primeiros

banhistas na praia. Quanta vida há nessas mil ruelas, e quanta vida futura, em gestação – por toda parte há crianças, crianças de todas as cores e matizes, e todo aquele tumulto de cores e movimento – o que é tipicamente brasileiro – ao mesmo tempo abafado por uma serena afabilidade, uma gentil convivência; não importa por onde caminhe, até mesmo nos subúrbios mais pobres e distantes, sempre encontramos a mesma cortesia. Mesmo onde as casas já viram casebres e as ruelas se perdem entre as rochas e a vegetação tem-se a sensação de que essas pessoas se contentam com pouco graças a um comedimento inato.

No meio disso, surgem sempre novas descobertas. Ali, de repente, uma praça da era colonial com palácios elegantes e grandes parques fechados, ali um mercado que em sua opulência lembra quadros holandeses e, na riqueza de suas cores, quadros de Van Gogh e Cézanne. Mais adiante, inesperadamente, um pedaço do porto com barcos de pesca dormitando na água e um forte cheiro de algas, um parque que não conhecemos ainda, ali, na sombra de um prédio, algumas casas em ruínas ou, de modo súbito, uma igreja antiga. Caminhamos pelas ruas e elas terminam abruptamente, obrigando-nos a passar por cima de rochedos. Queremos ir a uma festa suburbana e, duas ruas antes de chegar lá, damos num bairro luxuoso. Queremos ir à estação de trens e, em vez disso, damos num parque imperial. Nada combina e, apesar disso, tudo combina; sempre de novo nos surpreendemos e nunca nos fartamos. Caminhar, passear, descobrir: esse prazer que, entre as cidades europeias, Paris foi a última a nos proporcionar, voltei a encontrar aqui em sua forma mais sedutora.

Arte dos contrastes

Para emocionar, uma cidade precisa ter em si tensões fortes e contrastantes. Uma cidade que é só moderna é monótona, uma cidade atrasada se torna desconfortável com o passar do tempo. Uma cidade proletária traz tristeza, e um local de luxo provoca tédio e mau humor depois de algum tempo. Quanto mais camadas uma cidade possui, e em quanto mais matizes de cores seus contrastes se graduem, mais atraente será: assim é o Rio de Janeiro. Aqui, os extremos divergem muito e, mesmo assim, misturam-se em uma harmonia especial. A riqueza aqui não parece provocadora. As mansões feudais, decoradas com um bom gosto surpreendente, não têm fachadas pretensiosas. Estão espalhadas no meio do verde com belos jardins e lagos e um seletto mobiliário antigo. Por não serem faustosas e por se fundirem totalmente com a natureza, parecem ter crescido organicamente e não dão impressão de serem arrogantes. É preciso procurar para achá-las, mas quando nos é dada a alegria de ser hóspede numa dessas casas, não nos cansamos de admirar, pois em cada cômodo o olhar encontra paisagens nas portas abertas. Nos jardins, lagos artificiais refletem pavilhões chineses, varandas abertas com ladrilhos frescos e antigos azulejos portugueses permitem sentir a exalação quente das flores e árvores e, ao mesmo tempo, protegem o interior contra a intensidade agressiva da luminosidade. Nada é sobrecarregado e provocante, pois a riqueza aqui se encontra geralmente em mãos das famílias antigas, educadas com cultura e tradição. O que elas colecionam são, na maioria, obras de arte coloniais, quadros e livros da sua própria pátria. Por isso, não há nessas casas a frequente impressão desagradável de coisas amontoadas sem critério. É nessas mansões feudais que se compreende a origem antiga da cultura brasileira. Mas a apenas dois passos do portão de uma dessas residências já podemos estar em uma favela ou em um bairro pobre – rodeado do mesmo verde, banhado na mesma luz radiante –, e uma coisa não atrapalha a outra. De uma certa forma, a força da natureza não suprime os contrastes, mas os suaviza. E essa constante e suave convivência dos contrastes me parece ser a maior característica do Rio de Janeiro. O edifício e o barraco, as avenidas

suntuosas e as ruas estreitas de casas baixas, a praia rasa e os morros que erguem altivos as suas cabeças – tudo aqui parece mais se complementar do que se hostilizar. Aqui, a vida tem liberdade para todas as formas: pode-se tomar um sorvete em uma confeitaria com ar refrigerado onde os preços lembram os de Nova York ou por alguns centavos na esquina, pode-se andar com o mesmo terno de linho branco em um automóvel de luxo ou de bonde com os operários; ninguém se hostiliza e encontramos aqui e acolá, junto ao engraxate ou ao aristocrata, a mesma cortesia que aqui une todas as camadas sociais em harmonia. O que normalmente fica segregado com hostilidade ou desconfiança, aqui se combina livremente. Quantas raças encontramos nas ruas: o senegalês negro de roupa rasgada e o europeu de terno bem-talhado, os índios com seu olhar grave e cabelos pretos e lisos e, no meio disso, em centenas e milhares de matizes, as mesclas de todos os povos e nações – mas sem estarem separados em bairros como em Nova York e outras cidades, ora negros, brancos, mestiços, italianos, brasileiros, japoneses. Tudo se mistura, e, com a variedade das fisionomias, a rua se torna um quadro em constante mutação. Quanta arte, a de poder dissolver as tensões sem destruir os contrastes! De manter a diversidade sem querer ordená-la e organizá-la à força! Que ela jamais se submeta ao delírio geométrico das avenidas retas, dos cruzamentos nítidos, esse tenebroso ideal de tabuleiro de xadrez das modernas cidades vítimas adeptas da velocidade, que sacrificam à linha reta e às formas monótonas precisamente o que há de incomparável em cada cidade: suas surpresas, seus caprichos, seus ângulos recônditos e, acima de tudo, seus contrastes – os contrastes entre o velho e o novo, entre a cidade e a natureza, entre ricos e pobres, trabalho e ócio, contrastes com os quais aqui nos podemos deleitar em uma harmonia única.

Algumas coisas que amanhã já poderão ter desaparecido

Algumas das coisas singulares que tornam o Rio tão colorido e pitoresco já estão ameaçadas. Sobretudo as favelas, as zonas pobres no meio da cidade: será que ainda as veremos daqui a alguns anos? Os brasileiros não gostam de falar delas, do ponto de vista higiênico certamente apresentam um atraso em meio a uma cidade que brilha de limpeza e onde, graças a um serviço sanitário exemplar, a febre amarela antes endêmica foi totalmente erradicada ao longo de duas décadas. Mas as favelas dão um colorido especial a esse caleidoscópio, e pelo menos uma dessas estrelas no mosaico deveria ser conservada por representar um pedaço de natureza humana em meio à civilização.

Essas favelas têm uma história especial. Para os negros, que em parte viviam de reduzidíssimos salários, era muito caro alugar casas no meio da cidade. Por outro lado, vir diariamente da periferia para os locais de trabalho significava duas viagens por dia, o que era caro. Assim, buscaram qualquer lugar nas colinas e rochas situadas dentro da cidade, para onde nenhuma rua leva e, sem querer saber da posse do terreno, construíram suas casas, ou melhor: barracos. Para esses mocambos não se precisa de arquiteto. Bastam algumas varas de bambu fincadas na terra. Os vãos entre os bambus são preenchidos com barro amassado. Soca-se o chão. Cobre-se o barraco com um tipo de palha: o barraco está pronto. Não precisa de janelas de vidro, bastam algumas folhas de zinco catadas no porto. Uma cortina feita de um saco velho cobre a entrada, que ainda pode ser embelezada com pedaços de madeira de caixas. É a mesma choça que, centenas de anos atrás, algum antepassado construiu na aldeia africana. O mobiliário não é o que poderia se chamar de perdulário: uma mesa feita pelo próprio dono da casa, uma cama, algumas poltronas e algumas fotografias coloridas tiradas de revistas velhas e pregadas nas paredes, e também faltam algumas comodidades modernas. Assim, a água precisa ser carregada da fonte na planície em baldes subindo pelo caminho íngreme, com degraus esculpidos no barro ou nas pedras. Ininterruptamente se veem

mulheres e crianças carregando morro acima o precioso líquido na cabeça, não em jarras – o que seria muito caro –, e sim em latas de querosene. A eletricidade também não chega àqueles barracos, que piscam à noite com pequenas lamparinas de petróleo entre os arbustos. E sempre o caminho íngreme, subindo degraus e pedras e escadas, perigoso e raramente limpo, pois por entre os barracos andam os bichos mais diversos, cabras e gatos magros, cães sarnentos e galinhas ossudas, e o esgoto corre e pinga sem parar pelas vielas. A cinco minutos de uma praia de luxo ou de uma avenida, acreditamos estar no meio de uma aldeia polinésia ou africana. Vemos o grau máximo de primitivismo, as condições mais baixas de moradia e de vida, formas que na Europa ou nos Estados Unidos nem acreditamos que ainda possam existir. Mas o curioso é que essa visão nada tem de deprimente, de repugnante, de vergonhoso. Pois esses negros aqui se sentem mil vezes mais felizes do que o nosso proletariado em suas casas de aluguel. Moram em casas próprias, podem fazer e deixar de fazer o que quiserem, à noite podem ser ouvidos cantando e rindo – ali, são os donos do próprio nariz. Se aparecer o dono do terreno ou uma comissão que os expulsa para construir ali uma rua ou um moderno bairro, mudam-se calmamente para outro morro. Nada os impede de carregarem seu barraco nas costas. E como esses barracos ficam situados no alto dos morros, nos mais inacessíveis cantos e recantos, essas favelas têm a melhor vista que se pode imaginar, a mesma das mansões de luxo, e é a mesma natureza farta que ali orna seus lotes com palmeiras e lhes fornece generosamente bananeiras – aquela maravilhosa natureza do Rio que impede a alma de ficar deprimida ou triste porque a consola incessantemente com suas mãos macias e tranquilizadoras. Quantas vezes subi esses degraus escorregadios e barrentos até aquelas favelas e jamais encontrei uma única pessoa de rosto fechado, sem alegria. Um pedaço insólito, incomparável do Rio desaparecerá com essas favelas, e mal posso imaginar os morros da Gávea sem essas pequenas aldeias ousadamente encarapitadas nas rochas, que em seu primitivismo nos lembram do quanto de supérfluo possuímos e de que toda a diversidade da vida pode estar concentrada em um mínimo de existência, como em uma gota de orvalho.

Também uma outra curiosidade do Rio em breve cairá vítima da ambição civilizadora e talvez também da moral – como em tantas cidades da Europa, em Hamburgo, em Marselha: aquela rua de que não se fala, a

zona do Mangue, o grande mercado do amor, a *yoshivara* do Rio. Oxalá que ainda apareça um artista à última hora para retratar essas ruas quando à noite brilham sob as estrelas com luzes verdes, vermelhas, amarelas, brancas e sombras fugidias, um espetáculo oriental, misterioso, como nunca vi antes na vida, e ainda por cima misterioso por causa dos destinos entrelaçados! Em cada janela, em cada porta, como animais exóticos atrás das grades, mil ou talvez mil e quinhentas mulheres de todas as raças e cores, de todas as idades e origens – negras senegalesas ao lado de francesas que mal conseguem disfarçar suas rugas, suaves indianas e robustas croatas – esperam pelos clientes que passam em uma procissão interminável diante dessas janelas a fim de examinar a mercadoria. Atrás delas brilham lâmpadas coloridas que iluminam com reflexos mágicos o aposento em que se destaca na penumbra a cama clara, um claro-escuro de Rembrandt que torna quase que mítico esse movimento cotidiano e, além disso, assustadoramente barato. Mas o mais surpreendente, a característica mais tipicamente brasileira nesse mercado é a calma, a tranquilidade, a disciplina serena; enquanto nesse tipo de ruelas de Marselha ou de Toulon ecoam risos, gritos, berros e gramofones enlouquecidos, enquanto os fregueses bêbados gritam, aqui todos são calmos e moderados. Sem se envergonhar, com uma naturalidade meridional, os jovens passam por essas ruas e desaparecem às vezes como um raio de luz rápido em seus ternos brancos. E sobre esses acontecimentos quietos e secretos se estende o céu com suas estrelas; até esse canto que, em outras cidades, esconde-se envergonhado nos bairros mais feios e mais decadentes, aqui no Rio ainda tem beleza e se torna um triunfo da cor e da luz variada.

Será que também os velhos bondes abertos correm o risco de desaparecer e serem substituídos por carros fechados, “modernos”? Seria uma pena enorme, pois eles conferem às ruas do Rio um brilho especial. Que espetáculo, do qual nunca nos cansamos, ver esses bondes abertos superlotados, em cujos estribos os homens ficam pendurados como cachos de uvas! E à noite, quando trafegam e a luz do seu interior ilumina os rostos negros, morenos e claros – sempre parecem um buquê de flores colorido sendo atirado! E como é agradável viajar neles! Nos dias mais quentes e abafados compramos por alguns centavos a brisa mais refrescante e, ao contrário do que acontece nos automóveis, aqueles caixões ambulantes, ainda vemos à esquerda e à direita as lojas, a vida.

Não há melhor forma de explorar o verdadeiro Rio, nem em veículos de turistas, nem em carros particulares, do que nesse meio de transporte das classes modestas – só graças a esses bondes e às minhas pernas creio realmente conhecer hoje o Rio. E não preciso me envergonhar dessa predileção, pois até o imperador Dom Pedro II gostava tanto daqueles carros antiquados que reservou um para os seus passeios democráticos. Seria um erro querer fazer desaparecer esse romantismo – um pouco barulhento e cheio de solavancos – para ter aquilo que todos têm, perdendo assim algo que pertence apenas ao Rio: a sua vivacidade colorida e despreocupada!

Jardins, morros e ilhas

À noite, quando chegamos à janela e o mar está calmo e não há brisa, a atmosfera doce, saciada, recendendo a misteriosos óleos e resinas, nos faz sentir que, no Rio, estamos sempre em meio a árvores e jardins. Estão por toda parte. Não se passa um minuto sequer sem olhar para o verde. As ruas muitas vezes são margeadas de palmeiras, e em torno de cada casa há densos arbustos, com flores e frutas exóticas, e quanto mais nos distanciamos do mar, mais opulentos se tornam os parques, e algumas das vilas quase desaparecem inteiramente em seu denso abraço. Sempre e em toda parte se vê o verde. Às vezes, a vegetação se amplia para formar grandes jardins, como na Praça Paris e na Praça da República, mas dentro da cidade sempre é natureza domada, subjugada, vigiada. Já na Tijuca, porém, ela invade tudo, impetuosa como um oceano, denso emaranhado de árvores e arbustos e cipós. Assim como, na praia, as ondas concorrem para ver quem primeiro chega à areia, parece que esses troncos e as copas competem e lutam para perpassar a selva verde até o chegar ao sol. A mata aqui não permite, como entre nós, a visão, mas é uma massa compacta e escura, e se tentarmos penetrar nela – apenas alguns passos – nos sentiremos presos, isolados como sob um sino de mergulhador; a respiração sente o ar estranho e concentrado como se fosse o hálito quente e úmido de um animal gigantesco e perigoso; a apenas uma hora de distância da cidade, já tocamos na zona da floresta virgem.

Por isso, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que segundo todos os especialistas (eu não sou um deles) é também o mais diversificado do mundo, é tão maravilhoso e benfazejo. Nele existe tudo o que a mata virgem contém, mas sem sustos – sua infinitude, a impenetrabilidade, seus perigos. Há todas as árvores, as plantas, todos os fenômenos dos trópicos em seus grandiosos exemplares, e podemos admirá-los sem esforço. Já na entrada, a aleia de palmeiras é um quadro maravilhoso, aquela aleia triunfal que o rei Dom João VI mandou fazer há quase um século e meio e que é tão magnificamente simétrica e firme como as colunas de um templo grego milenar. Já vi inúmeras palmeiras, aqui no Brasil e em outras partes, mas penso que nunca vi como pode ser majestática, como pode ser

verdadeiramente régia uma palmeira antes de ter visto esta: ereta como uma vela, o tronco admiravelmente redondo e revestido de uma couraça de malhas finas e lá em cima a coroa. Em torno, à direita e à esquerda, os vassalos originários de todos os países e todas as zonas – Sumatra e Málaca, África e Equador, uma dinastia de gigantes da mais variada espécie. Não sabemos como lhes dirigir a palavra, não conhecemos seus nomes, nem os frutos de formas e cores estranhas, mas percebemos que esses gigantes são de origem antiquíssima e meditamos sobre as lonjuras exóticas de onde vieram para oferecer aqui seus frutos e suas cores. Depois, no lago pantanoso, sombreadas por arbustos coloridos, as poderosas flores da vitória-régia, e nas florestas das partes mais altas, árvores e arbustos das nossas zonas, que reconhecemos assim como se reconhecem amigos no estrangeiro. Um museu vivo, de um lado, esse jardim é, ao mesmo tempo, um pedaço completo de natureza. Pois nada é mais genial em sua localização do que o fato de ser encostado em um grande morro. Assim, dá-se a ilusão de que essa vegetação continua daqui, do meio de um parque e de uma metrópole, mais e mais para o interior, englobando todo o país, todo o mundo, e que estamos apenas no início de enormes surpresas. Nem em um único momento nos sentimos cercados. É como se de um promontório chegássemos bruscamente junto ao mar, é como se fosse uma visão inesquecível da infinitude da natureza.

Mas seria menos grandioso o outro parque do Rio, o Parque da Cidade? Não, apenas é diferente. Sua única finalidade era servir à beleza, e não, como o Jardim Botânico, também à ciência. Jardim particular de um cidadão que o doou à cidade, foi criado para, da mansão no alto de uma colina, abarcar com um olhar tudo o que a paisagem do Rio contém em diversidade: o mar e as montanhas, os vales e a opulência de sua vegetação. Mas não se tornou uma vista, e sim uma infinidade de vistas: suaves encostas de um lado, belas flores do outro, que rivalizam com as cores das araras, no meio de tudo um lago e ali um terraço: todas as artes do paisagismo estão ali representadas. Combinando com tudo isso, é preciso imaginar sempre o céu do Rio, um céu claro e límpido que, como um disco de aço, distribui toda luz com mais intensidade e, ao mesmo tempo, difundindo-a mais, fazendo com que cada cor se descarregue com força explosiva e com que o contorno de cada árvore fique nítido. Somando-se a todas essas maravilhas, temos ainda aquela que torna a

natureza tão perfeita: o grande silêncio. Pois esses parques são tão vastos que raramente se encontra alguém; neles é possível estar só com a perfeição, no meio de uma metrópole. Os ruídos silenciam, e a terra respira o ar macio e úmido com mil lábios quentes invisíveis.

Num outro dia subo a lugares ainda mais altos. É possível ver morros no meio de uma cidade sem ter vontade de escalá-los, sem o desejo de ver mais nitidamente o emaranhado de pedras e de vegetação em que vivemos? É fácil satisfazer esse desejo, pois nem podemos chamar de excursão a subida ao Corcovado, que se eleva setecentos metros acima da cidade – ou, na verdade, em meio a ela – e segura sua cruz iluminada à noite com gesto grandioso abençoando a baía de Guanabara. Em apenas vinte minutos, um carro sobe as curvas íngremes nos caminhos sombreados até o topo. E ali se descortina um panorama inesquecível. Finalmente se vê toda a cidade com sua baía, suas montanhas e sua praia! Finalmente se veem o seu traçado em linhas desenhadas azuis, verdes e brancas e, ao mesmo tempo, sua magnificência. Com o vento soprando, apoiado na estátua do Redentor, abarco todo o panorama. É realmente a vista de todas as vistas e, no entanto, impossível de ser fotografada, como tudo no Rio, por ser excessivamente dilatada em todas as suas perspectivas. Pois a vista está por toda parte – à direita e à esquerda, para leste e para oeste e norte e sul, ali o mar, infinitamente azul, acolá a serra de Teresópolis, ali a planície e as praias e a baía e a cidade. Só agora, a partir da perspectiva dos pássaros, compreendo essa combinação única.

Entretanto, o Corcovado é apenas um dos topos do Rio, o mais popular apenas por ser tão acessível para os turistas graças à estrada de ferro e à estrada. Quantos caminhos ainda existem nessas montanhas e colinas, quantas vistas em cada uma delas, a do Alto da Boa Vista, do Pico da Tijuca, da Mesa do Imperador, da Vista Chinesa, de Santa Teresa, de todos aqueles recantos e terraços sem nome! Aquilo que, visto do topo do Corcovado, parecia reunido, volta a se dividir, o panorama se dissolve como num filme em diferentes paisagens: nunca acabamos de ver o Rio. Nunca se pode esgotá-lo até o fim, e isso é o que constitui sua verdadeira beleza imperecível.

Do alto dos morros vi, no meio da baía infinita, ilhas e mais ilhas, cinzentas e rochosas algumas, outras verdejantes e floridas, todas espalhadas descuidadamente na superfície azul como em um jogo de

gigantes. Não deveria também visitá-las? Sim, com certeza, pelo menos algumas delas. Uma larga e robusta barca nos leva para fora, passando pelas ilhas próximas do porto e que geralmente servem a fins utilitários, como à Escola Naval, ou as que têm depósitos de petróleo. Só depois de uma hora nos aproximamos das ilhas mais interessantes. Algumas são apenas recifes nus, rodeados de bandos de pássaros, outras, cheias de palmeiras e algumas casas velhas. Finalmente, aportamos em Paquetá, e de repente me vêm as velhas memórias infantis, lembranças de relatos de viagem: de Colombo em Ganahani, do capitão Cook no Taiti e de Robinson Crusoé em sua ilha. Pois Paquetá é uma dessas ilhas ditosas, abundantemente florida, flamejante, um verdadeiro paraíso. Não há nela carros nem balneários elegantes como em Honolulu e no Havaí, que venderam sua inocência ao dinheiro. Numa charrete velha percorro as praias; de vez em quando vejo uma casinha, uma chácara, um jardim, de resto só a natureza maravilhosamente tropical e ainda não destruída. Tenho a impressão de que essa ilha não pertence a ninguém e a todos ao mesmo tempo, mas – contraste maravilhoso, o Rio é realmente inesgotável na arte dos contrastes – separada apenas por um pequeno estreito há outra ilha, a de Brocoió, que pertence a uma só pessoa. O proprietário fez de uma pequena ilha deserta um paraíso para si sozinho e, no meio dele, colocou uma casa encantadora, com terraços para todos os lados, com todo o conforto da nossa época, livros, um órgão e atraentes quartos de hóspedes. Assim como Paquetá é toda natureza, Brocoió é toda cultura. Cães e pavões brincam no jardim bem-tratado, com muros de pedra e chão de cascalho, veem-se animais raros, amplos jardins ladeiam o caminho que conduz a uma colina. Em meia hora percorre-se todo esse reino. E que abençoada solidão aqui entre as palmeiras que se erguem contra um céu permanentemente azul e lançam sombras contra um mar permanentemente azul! E solidão, solidão consoladora só enquanto o espírito quiser suportá-la. Um movimento, e a lancha se põe em marcha, e em meia hora estamos de volta à cidade, no meio do burburinho. E quando o contorno com as palmeiras desaparece nas ondas, já me pergunto se realmente vi aquilo ou apenas sonhei. Mais uma vez (e quantas vezes já nessa cidade) bebemos uma gota da profusão dourada do mundo!

Verão no Rio

Começa o mês de novembro. Terminou a chamada “temporada” no Rio, e os amigos que encontramos fazem todos a mesma pergunta: onde pretende passar o verão? Fugir para as montanhas durante os meses que na Europa são os meses de inverno – dezembro, janeiro, fevereiro e março – é um axioma, ou pelo menos é um hábito antigo, introduzido pelo imperador Dom Pedro II para a sociedade. No verão, ele costumava transferir sua residência para Petrópolis. Sua corte o seguia, e à corte seguia a sociedade. Todos os consulados e os ministérios transferiam suas atividades para aquela cidade próxima e bem mais fresca, que hoje, graças ao carro, tornou-se uma espécie de subúrbio do Rio. Durante o verão, nos meses de férias escolares, a família costuma morar em Petrópolis, e o homem de negócios e o funcionário mais graduado sobem de carro à noite e descem de manhã. Já não é mais uma viagem.

Não é mais uma viagem, é antes uma excursão. São vinte ou trinta minutos atravessando a baixada que agora, graças à energia do governo, está onde ficavam os pântanos que produziam a febre. Depois uma estrada larga, recém-cimentada sobe as alturas percorrendo curvas íngremes. Curva após curva, ela vai subindo, devagarzinho se descortina a vista sobre o vale e a baía, passam-se quilômetros e quilômetros, e o ar que nos recebe é mais fresco e mais frio. Mais uma virada e – depois de pouco mais de uma hora e meia de viagem – chegamos ao ponto mais alto. Pequenas e charmosas casinhas ao lado de um canal ladeiam a estrada, e estamos em uma pequena cidade de veraneio, uma pequena residência de verão, que parece um pouco antiquada com suas pequenas pontes vermelhas e as vilas antigas. Não sabemos por que, mas ela lembra as pequenas cidades alemãs da província. E a impressão se revela certa. Foi para ali que, há algumas décadas, o imperador mandou vir colonos alemães, e eles construíram suas casinhas à moda da sua pátria, dando-lhes nomes alemães e plantando gerânios em seus pequenos e belos jardimzinhos. Até o palácio imperial lembra o de um pequeno principado alemão transportado por magia para uma montanha brasileira. Tudo tem um formato bonito e gracioso, e só nos últimos anos as novas vilas

tornaram o caráter da cidade mais pretensioso. Agora, tudo se concentra mais: as pessoas e as casas. As ruas, projetadas só para carruagens pesadas e lentas, agora estão repletas de automóveis, a agitação do Rio aos poucos vai subindo a serra. Mas a graciosidade do lugar jamais poderá ser seriamente ameaçada, pois até a natureza aqui é amena. As montanhas não são íngremes, mas formam suaves ondulações, por toda parte as flores brilham e flamejam nessa cidade dos jardins. Durante o dia, os termômetros sobem muito, mas as noites, ao contrário do que ocorre no Rio, são frescas. O ar de Petrópolis ainda não é o ar ozonizado e revigorador das regiões montanhosas, mas já é um ar fresco e puro, levemente perfumado pelas exalações das florestas e das flores.

Quem exige uma verdadeira paisagem montanhosa precisa subir mais, para Teresópolis, algumas centenas de metros mais alta do que Petrópolis; é como se passássemos de uma paisagem austríaca para uma suíça. O cenário é mais estreito e austero, as florestas são mais escuras, as montanhas, mais íngremes – em um determinado ponto, vê-se como de uma torre a região inteira até o Rio, o que dá até vertigem. Em Teresópolis, as vilas não ficam uma ao lado da outra, e sim distantes entre si, esparsas como sítios em meio à vegetação. Em Teresópolis e em Friburgo, que é de origem suíça, vi pela primeira vez no Brasil uma paisagem alpina no sentido europeu, e é curioso o fato de que são geralmente europeus que ali passam o verão, enquanto a sociedade brasileira tradicionalmente se reúne em Petrópolis.

Os amigos perguntam, pois, por qual dos três lugares eu me decidi. Optei pelo Rio. Queria passar o verão lá, pois só se conhece uma cidade ou um país vivendo-a em seus extremos. Não podemos conhecer a Rússia sem vê-la com neve, não podemos conhecer Londres sem o seu nevoeiro. E eu não me arrependo. Faz muito calor no Rio no verão, pode até nem ser mentira que se possa fritar um ovo no asfalto nos dias ardentes, mas achei Nova York pior do que o Rio, quando ali começa o calor úmido e as casas viram verdadeiros fornos. O que torna o verão no Rio tão penoso é o fato de ele durar muito – três, até quatro meses. De dia, suportamos facilmente o calor, pois é, se assim se pode dizer, um calor belo, pleno, puro, o calor de um sol intenso, de um céu radiante, que se estende sem nuvens sobre a baía e acentua suas cores já fortes até um *fortíssimo*. Quem nunca viu o branco das casas, quando os raios do sol batem nelas em cheio, o verde

malaquite das palmeiras, o azul do mar do verão, só conhece essas cores em formas atenuadas, misturadas, reduzidas. Mas esse calor intenso tem seus atenuantes naturais. De tantas em tantas horas, com uma pontualidade nada brasileira, surge uma brisa que refresca, e quando não precisamos ir ao centro da cidade, onde essa corrente de ar benfazeja não chega, é um prazer caminhar pela praia – obviamente, não muito depressa. Mais difíceis de suportar são as noites, que é quando essa brisa cessa e sentimos a umidade, a densidade, a saturação da atmosfera pressionar tanto a pele que todos os poros se abrem. Mas geralmente esses dias sufocantes não duram muito, pois um temporal os interrompe bruscamente. São temporais tropicais violentos que Joseph Conrad me descreveu antes. Não é chuva que cai de forma torrencial: é o céu inteiro que cai de uma só vez como uma tina emborcada. Não são raios que, como na Europa, surgem no céu como veias azuis: são explosões brancas, e os trovões que se seguem a eles fazem estremecer as casas. Um quarto de hora de chuva, e as ruas estão inundadas com água a vários metros de altura, o trânsito para e ninguém mais ousa ir para a rua. Mais um quarto de hora, e o céu brilha tão inocente em seu azul anterior, como se nada soubesse de seu acesso de fúria, a luz brilha intensa e clara através da atmosfera filtrada, e respiramos surpresos e aliviados como depois de uma explosão da qual escapamos por um milagre. E novamente se seguem dias e dias de sol radiante e de um horizonte sem nuvens – assim é o verão no Rio.

Em suma: ele é suportável. Dois milhões de pessoas o suportam sem se queixar, e até de bom humor. Apenas se adaptam a ele. Todos usam roupas de linho, a cidade inteira anda de branco como se fosse a uma parada da Marinha. A partir de novembro, o Rio se torna uma só praia; a duas ou três ruas da praia – e há praias por toda parte –, as pessoas andam de calção de banho e maiô para se refrescar no mar uma ou duas vezes por dia; às cinco da manhã, antes de tomar café ou ir para o trabalho, chegam os primeiros, e isso vai até altas horas. Há dias em que na praia de Copacabana se veem centenas de milhares de pessoas. Nada é mais enganoso do que acreditar que os cariocas fiquem esgotados com o calor: ao contrário, até parece que esse calor acumulado leva a uma explosão dos impulsos que ocorre com regularidade no carnaval. Todo mundo sabe que o carnaval do Rio não tem par no nosso mundo tão obscurecido pela tristeza em termos de excesso de alegria e entusiasmo. Durante meses todos poupam e ensaiam, pois cada

ano o carnaval traz novos sambas e novas danças. E como o carnaval é uma festa democrática, uma explosão de prazer, uma manifestação de alegria de toda a população, escutamos esses sambas já bem antes da festa para que todos saibam cantá-los: nos cassinos, nos restaurantes, no rádio, no gramofone e nos barracos dos negros. Por toda parte há ensaios para a grande parada da alegria coletiva. Quando finalmente o calendário permite, os estabelecimentos comerciais fecham por três dias, e é como se a cidade inteira tivesse sido picada por uma tarântula gigantesca. Todos vivem nas ruas, dança-se e canta-se até tarde da noite, e tocam-se todos os tipos imagináveis de instrumentos. Todas as diferenças sociais são abolidas, estranhos caminham abraçados, todos falam com todos, e gradualmente essa animação recíproca se exalta e chega a um tipo de loucura; veem-se pessoas exaustas deitadas na calçada sem que tivessem bebido uma só gota de álcool, apenas se extenuaram de tanto dançar e cantar. Mas o mais curioso, o mais tipicamente brasileiro é que mesmo nesses êxtases as pessoas inclusive das camadas mais baixas não perdem seu espírito de humanidade; apesar da liberdade de usar máscaras, não acontecem brutalidades ou inconveniências em meio a uma multidão que dança infantilmente. Gritar até não poder mais, dançar até não aguentar mais, poder se livrar uma vez de maneira orgiástica da discricção, do comedimento, é como um daqueles temporais de verão. Depois, volta o comportamento tranquilo, a cidade volta à sua velha ordem. O verão foi comemorado, as pessoas se libertaram do calor acumulado, o Rio voltou a ser o Rio, a cidade que, calma e orgulhosa, reflete sua própria beleza.

Ninguém que já esteve aqui gosta de dar adeus. Em cada despedida e em cada lugar acende-se o desejo de voltar. Beleza é algo raro, e beleza perfeita, quase um sonho. A cidade mais bela de todas as cidades torna esse sonho realidade, mesmo nas horas sombrias; não existe outra cidade no mundo que saiba nos consolar.

Olhar sobre São Paulo

Para representar a cidade de São Paulo seria preciso ser um pintor. Para descrever São Paulo, um estatístico ou um economista. Seria preciso amontoar números e compará-los, copiar tabelas e tentar transcrever o crescimento em palavras, pois não é o passado ou o presente que tornam São Paulo uma cidade tão fascinante, e sim o seu crescimento e o seu porvir, a rapidez de sua transformação, vistos em câmera lenta. É difícil ter uma imagem estática de São Paulo porque a cidade está constantemente se ampliando, porque é demasiado irrequieta em sua rápida transformação. A melhor maneira de mostrá-la seria através de um filme, um daqueles filmes que de hora em hora se fosse acelerando. Nenhuma cidade do Brasil e poucas do mundo inteiro podem ser comparadas em impetuosidade à evolução dessa que é a cidade mais ambiciosa e mais dinâmica do país.

Citemos apenas alguns números, portanto, para termos uma medida, uma espécie de termômetro desse desenvolvimento. Em meados do século XVI, os jesuítas construíram algumas choupanas e casas em redor de seu primeiro colégio. Os séculos XVII e XVIII ainda veem à margem do pequeno rio Tietê uma cidadezinha insignificante, mais um quartel-general ou acampamento daqueles bandos itinerantes de paulistas que, partindo dali, percorrem o país inteiro em suas famosas e famigeradas entradas atrás de presas, sem, no entanto, conseguir trazer riqueza para si e sua cidade com sua captura de escravos. No século XIX, em 1872, São Paulo com seus 26 mil habitantes, suas ruas estreitas e miseráveis, ainda está em décimo lugar entre as cidades do Brasil, bem atrás da cidade que abriga a corte, o Rio de Janeiro, com 275 mil habitantes; da Bahia, com 129 mil, e ainda atrás de cidades cujos nomes o estrangeiro nem conhece, como Niterói, com 42 mil habitantes, e Cuiabá, com 36 mil. Foi o café, o grande rei, o primeiro a mandar para lá suas tropas de trabalho, e a ascensão, uma vez iniciada, assume proporções fantásticas. Os 26 mil habitantes de 1862 triplicaram até atingir 69 mil em 1890, e na década seguinte o número salta para 239 mil. Em 1920, já são 579 mil, em 1934 é superada a marca de um milhão, e hoje já deve ser um milhão e meio, sem

que se note o menor sinal de uma redução da velocidade. Em 1910 foram construídas quatro mil e duzentas casas, em 1938, mais de oito mil, números, no entanto, que não permitem compreender totalmente a proporção da ascensão, pois o que se chama de casas são também edifícios, arranha-céus, cada um correspondendo a dúzias das casas antigas simples e de um andar. O coeficiente do crescimento é mais bem expresso pelo valor das locações, que a partir de 1910 subiu de 43 mil e 137 contos para um valor quase vinte vezes mais alto, cerca de oitocentos mil. A cada hora surgem no mínimo quatro prédios novos: essa é a velocidade aproximada do desenvolvimento dessa cidade que, depois que a indústria desbancou a soberania do café, reúne mais de 45 mil fábricas e efetivamente lidera mais ou menos toda a vida mercantil do país.

Quais seriam as causas que condicionam e ainda hoje incentivam um crescimento tão fantástico? Em essência, são as mesmas causas geográficas e climáticas que, quatrocentos anos antes, levaram Nóbrega a escolher aquele lugar como sendo o mais adequado do Brasil inteiro para uma expansão saudável e rápida. Um dos melhores portos da América do Sul, o de Santos, fica próximo, o planalto facilita as comunicações em todas as direções, o acesso ao sistema hidroviário do Paraná e do rio da Prata é fácil, a chamada terra roxa é fértil e apropriada para todo tipo de lavoura, a energia hidrelétrica existe em abundância e a um preço módico. Isso por si só já seria suficiente para explicar o rápido crescimento em um país que já se potencia constantemente. Mas o fator decisivo, desde o início, foi o clima, o qual, embora saturado de sol, nesse planalto de oitocentos metros, nunca tem aquele efeito extenuador sobre a força de trabalho como nas zonas tropicais e nas planícies ao longo do litoral. Já no século XVII ficou claro que o paulista se desenvolvia de modo mais enérgico e ativo do que o restante dos brasileiros. Verdadeiros portadores da energia nacional, eles conquistam e descobrem o país, *semper novarum rerum cupidi*, ou seja, sempre curiosos por coisas novas, esse gosto pela ousadia, pelo progresso e pela expansão foi transmitido nos séculos seguintes para o comércio e para a indústria. O verdadeiro impulso para o progresso foi dado pelos imigrantes nas últimas décadas do século XIX. Instintivamente, o imigrante busca as condições de vida e climáticas que lhe convêm. Os italianos, que formam a maioria dos imigrantes, encontram em São Paulo o clima do norte e do centro da Itália, bem como

o sol do sul. Eles não precisam se adaptar nem aprender coisas novas; trazem consigo para o novo país toda a sua energia inquebrantável e até ampliada, pois o imigrante é sempre mais impaciente para progredir do que o nativo: ele não possui nenhuma herança da qual pode viver sem trabalhar, precisa adquirir tudo. Isto aumenta a sua velocidade e a sua energia. E essa injeção de ação e coragem arrasta os outros; os brasileiros mais dispostos a trabalhar e mais ambiciosos se estabelecem em São Paulo, onde têm à disposição esses trabalhadores mais civilizados, mais bem formados e mais dispostos a se engajar. O capital segue voluntariamente o empreendedorismo, uma roda faz girar a próxima, e assim a engrenagem do processo se torna a cada ano mais rápida. Quatro quintos de tudo o que se produz hoje no país inteiro na indústria e em termos de organização provêm do ímpeto de São Paulo. São Paulo, hoje, puxa a economia mais do que qualquer outro estado brasileiro: é, de certo modo, a musculatura do Brasil, o órgão de sua força.

Sem dúvida, músculos são elementos importantes para o organismo, mas não são órgãos exatamente bonitos. Quem espera da cidade de São Paulo impressões especialmente estéticas, sentimentais ou pitorescas, deve ser alertado para o fato de que se trata de uma cidade que cresce rumo ao futuro, tão agitada e impaciente que não tem muito o senso do seu presente e muito menos do seu passado. Quem procura algo de histórico em São Paulo, encontrará tão pouco quanto em Houston ou em outras cidades petrolíferas norte-americanas. Até o velho colégio dos fundadores, que deveria ter sido conservado piedosamente como panteão, há muito foi demolido para dar lugar a um outro prédio utilitário. Do século XVII ao século XVIII, São Paulo não conservou praticamente nada, e quem quiser ver um resto que seja do estilo de moradia paulista do século XIX deve apressar-se, pois aqui tudo o que ainda lembra o ontem ou o anteontem é demolido com uma rapidez assustadora. Às vezes, temos a sensação de não estar em uma cidade, e sim dentro de um gigantesco canteiro de obras. De todos os lados, para leste e oeste e sul e norte, as casas vão transbordando para dentro da paisagem, e no centro, no bairro de negócios, as ruas se transformam uma depois da outra. Quem esteve ali cinco anos atrás precisa pedir ajuda para se orientar, como se estivesse chegando a uma cidade nova. Tudo é estreito demais, muito baixo, muito pequeno, as ruas exigem imperativamente que sejam alargadas e obrigam os edifícios

a crescer para cima. Passagens subterrâneas oferecem um novo caminho para os automóveis, por toda parte tudo se transforma sofregamente e com uma certa pressa egoísta – assim temos, hoje ainda, a imagem viva de como evolui e cresce uma cidade de imigrantes. Essas cidades não cresceram, como as nossas, na Europa, formando anéis concêntricos em torno de um núcleo, e sim ao sabor do improvisado, com pressa, de qualquer jeito. Um imigrante que chegou e ganhou um pouco de dinheiro rapidamente construiu uma casa em algum lugar (o terreno não custa muito, assim como o trabalho), uma daquelas casas pequenas e sem graça que vemos por toda parte aqui, em todo o litoral, em todo o país: uma loja aberta, e mais um pavimento com dois ou três cômodos, e se o dono fosse italiano, pintava a fachada com cores berrantes, amarelo-ocre ou vermelho-tijolo ou azul-marinho. Uma casa vai-se colando à outra, surge uma rua, e mais uma, e mais uma, e aos poucos vai-se formando uma cidade. Nenhum imigrante tinha certeza de que iria morar naquela casa para sempre, talvez se mudasse para outra cidade, talvez voltasse para casa com suas poupanças, talvez enriquecesse e construísse uma casa mais bonita, uma daquelas vilas de luxo exageradas em falso barroco ou estilo oriental como, há trinta anos, eram consideradas elegantes. A ideia de permanência, de estabilidade, de continuidade, de integração burguesa completa do indivíduo à cidade necessariamente faltava a esses imigrantes ainda nômades, e, por isso, desde o início essas cidades só podiam ser provisórias no sentido arquitetônico, um amontoado casual de várias moradias, algo que cresceu selvagemmente e sem planejamento em tijolo e barro, que pudesse ser tão facilmente demolido como foi construído; uma casa de vinte anos de idade é aqui considerada tão velha quanto entre nós, na Europa, uma de duzentos anos, e é demolida com a mesma pressa como foi construída.

Só depois que a indústria, o comércio e a riqueza começaram a se desenvolver tão rapidamente, São Paulo parece ter descoberto que já há muito tempo é uma metrópole e que tem o dever de se apresentar como tal. De repente, em São Paulo, tudo ficou demasiadamente acanhado, pequeno – as ruas, as praças, as igrejas, os prédios administrativos, os bancos, os hospitais, e, com vontade e determinação, a cidade se dedica ao trabalho de criar um centro, uma forma. Quem hoje chega em São Paulo vivenciará um dos momentos mais interessantes. Assistirá com que

energia nessa cidade se operam as transformações e como as coisas provisórias se tornam definitivas. Por toda parte se trabalha, constroem-se viadutos, parques, passeios, abrem-se avenidas rasgando bairros apertados, erigem-se grandes edifícios públicos, e tudo isso com planejamento – planos esses que, sem dúvida, como me disseram, sempre são ultrapassados ainda durante a construção pela rapidez vertiginosa do crescimento da cidade. Competindo em altura e número de andares, os arranha-céus crescem no centro para solucionar o problema de espaço, enquanto simultaneamente os subúrbios residenciais se ampliam morro acima e morro abaixo, estendendo-se em círculos cada vez maiores. A cidade também se modifica completamente do ponto de vista etnográfico. Enquanto antes estava estratificada segundo a origem dos imigrantes em um bairro italiano (São Paulo é ao mesmo tempo uma das maiores cidades italianas do mundo), outro armênio, outro sírio, um japonês, outro alemão, tudo agora se funde, e a cidade se divide segundo aspectos meramente representativos em uma zona central com formas arquitetônicas fortemente norte-americanas e periferias residenciais cheias de jardins, ambas com potencial de, em alguns anos e décadas, serem bonitas num sentido novo. Agora, quando se olha do alto de um desses edifícios para a planície levemente ondulada, ganham-se muitas vistas aprazíveis; mas o que é essencial em São Paulo, essa típica cidade em desenvolvimento, é o que ainda está por vir, e não o que já foi completado. Com mais intensidade do que nos Estados Unidos, comparável nessas plagas apenas a Montevideu, eu assisti em São Paulo ao fenômeno de uma cidade que, de uma certa forma, remodela-se completamente e ganha um rosto inteiramente novo. Se quisermos, portanto, insistir no conceito de beleza, não podemos dizer que a de São Paulo seja uma beleza presente, mas sim uma que está por vir, não tanto uma beleza visual, e sim enérgica e dinâmica, uma beleza e forma do amanhã, que sentimos só poder ser rompida pelo presente com uma força impaciente.

É o trabalho que caracteriza essa cidade e lhe dá sentido. São Paulo não é uma cidade para se deleitar, não cumpre funções de representação, conta com poucos passeios, poucas paisagens e poucos locais de diversão, e nas ruas quase só vemos homens apressados, agitados e ativos. Quem não trabalha em São Paulo ou não vai para lá a negócios, não sabe depois de um dia o que fazer com o seu tempo livre. O dia em São Paulo tem o dobro

de horas do dia no Rio de Janeiro, e a hora tem o dobro do número de minutos, porque cada um deles é recheado de atividades. Em São Paulo, encontra-se tudo o que há de novo, de moderno, um bom artesanato e seletas lojas de luxo, mas, pergunta-se: quem tem tempo para o luxo, para gozar a vida em vez de ganhá-la? Involuntariamente, lembramos de Liverpool, de Manchester, aquelas cidades onde só se trabalha, e, efetivamente, São Paulo está para o Rio de Janeiro como Milão para Roma, como Barcelona para Madri, ambas não sendo capitais nem a sede administrativa, nem os guardiões das obras de arte do país, mas superiores às cidades da corte pela sua energia ativa. Somente em termos de indústria e de comércio, o Estado de São Paulo sozinho – graças, em parte, ao clima mais fresco, que não abate a energia dos imigrantes europeus – produz mais do que a maior parte do resto do país; é mais moderno, mais avançado do que todos os outros e, por isso, semelhante às cidades norte-americanas ou europeias pela sua grande organização. São Paulo não tem nada da maravilhosa suavidade do Rio, daquela atmosfera que constantemente seduz à contemplação e ao belo ócio. Ali, a musicalidade que flutua por toda a baía de Guanabara é substituída pelo ritmo, um ritmo forte e intenso, a pulsação cardíaca de um maratonista que corre e corre e se inebria com a sua própria velocidade. Aquilo que lhe falta em beleza é compensado pela energia que aqui, nessas zonas tropicais, torna-se muito mais surpreendente e valiosa e, o que é mais essencial ainda: essa cidade sabe que ainda precisa conquistar a sua forma e, como os paulistas têm uma forte rivalidade com o Rio de Janeiro, um desejo de não parecer inferior, menos artístico, poderemos nos preparar para grandes surpresas nos próximos anos.

São Paulo não oferece ainda reais atrações – uma palavra desagradável, arrogante –, e as três que possui têm, em sua grandiosidade, um sabor fatal. Há o Museu Ipiranga, que mostra toda a diversidade etnográfica da fauna, flora e cultura brasileiras excelentemente e por meio de uma exposição bem-concebida; mas aquilo que se vê ao percorrer os salões é mais nostalgia do que realização, pois preferiríamos ver os milhares de beija-flores e papagaios coloridos em seu *habitat*, livres e despreocupados, do que empalhados, e sabemos que, à distância de algumas poucas horas, já começam a floresta e a selva, e enquanto ainda estamos diante das vitrines, sonhamos com essas regiões fantásticas. Tudo o que é exótico

cessa imediatamente de parecer exótico no momento em que é exposto com método e segundo esquemas; imediatamente se torna árido como um objeto de aula, como uma categoria rígida e, por isso (contra a própria razão, que admira um museu desse tipo e preza o que ele oferece), sentimos como contrassenso manter uma natureza presa dentro de uma natureza tão selvagem e fartamente florida. Um daqueles encantadores pequenos macacos que saltam de coqueiro para coqueiro entusiasma enquanto bênção da natureza, mas enfileirado e mumificado em todas as suas variações numa parede, a visão de cem espécies de macacos gera apenas uma curiosidade técnica. Se os jardins zoológicos já não parecem muito reais, muito menos o são os museus, mesmo quando, como é o caso deste, são dirigidos com cuidado extremo e organizados para constituir um conjunto grandioso. Tudo aquilo que está preso nos deprime – e, assim, o meu coração também ficou oprimido quando vi a outra atração de São Paulo, a penitenciária, uma instituição modelar, que muito honra os seus diretores, a cidade e o estado. Nessa penitenciária, o problema do estabelecimento penal – o qual moralmente nunca pode ser solucionado por completo – é abordado no sentido humanitário, e o Brasil, que não conhece a pena de morte, esforçou-se em cuidar de seus criminosos segundo princípios avançados e bem pensados. Ali, o humanitarismo no trato dos presos não foi abolido como sendo um atraso, como aconteceu em outros países, mas conscientemente desenvolvido e incentivado de acordo com o princípio de que cada preso deve cumprir o trabalho que lhe é mais apropriado e que a instituição inteira deve formar uma comunidade autossuficiente com todos os seus membros desempenhando todas as tarefas. Nesse grande e limpíssimo complexo de casa, construído segundo conceitos de higiene, tudo é feito pelos internos: eles assam o pão, produzem medicamentos, dirigem a clínica e o hospital, plantam legumes e lavam roupa. Raramente é preciso chamar alguém de fora. Todo pendor para uma atividade artística é incentivado pelos diretores. Uma orquestra inteira se formou, nos salões veem-se os desenhos dos presos, e assim, em um país que conta com ainda muitos analfabetos nas zonas mais distantes, a prisão dá a oportunidade para aprender o que não se aprendeu na escola. Não se pode imaginar nada mais exemplar do que essa instituição que, sozinha, já poderia corrigir a arrogância europeia de achar que as instituições da Europa são as mais perfeitas do mundo. No entanto, é com

um certo alívio que inspiramos o ar depois que finalmente a última das muitas pesadas portas de ferro pelas quais passamos se fecha atrás de nós e voltamos a respirar liberdade e ver gente livre.

Com um suspiro semelhante de alívio também deixamos o serpentário do Butantã, embora nele tenhamos visto coisas grandiosas e aprendido coisas importantes. O que se apresenta ali como espetáculo para o grande público – pois o que as pessoas mais gostam é sentir o perigo sem estar diretamente expostas a ele – não me disse muito: tirar as cobras venenosas de seus ninhos, agarrando-as e extraíndo o veneno dos animais indefesos. Isso eu já tinha visto anos atrás na Índia, e cada vez acho terrível ver como o homem faz da impossibilidade de um animal de se defender um espetáculo ou uma diversão. Mas o Instituto Butantã já ampliou suas atividades para além da intenção original de servir unicamente à observação das serpentes e da produção de soro contra mordidas: nos últimos anos, evoluiu para uma instituição de pesquisa de grande estilo em que os melhores especialistas trabalham com os equipamentos mais avançados. Em uma única hora, durante a qual me foram explicadas as diferentes experiências dos transplantes e das decomposições químicas, aprendi mais do que durante anos em livros. Para nós, leigos, a demonstração objetiva é a única maneira de nos fazer compreender os problemas abstratos. E como é exatamente o visível, o palpável que em mim mais excita a imaginação, nada me impressionou mais do que um único frasco de tamanho médio contendo pequenos cristais esbranquiçados: era o veneno de oitenta mil cobras conservado da forma mais concentrada e cristalizada, o mais terrível de todos os venenos. Cada um daqueles grãosinhos que mal se podem ver e que desapareceriam embaixo de uma unha pode facilmente matar uma pessoa em um segundo. Mil vezes mais do que nas maiores granadas está condensada nesse frasco único, terrível, insubstituível um milagre maior do que o dos célebres contos das *Mil e uma noites*: nunca antes vi e tive em mãos a morte em forma tão concentrada como naquele minuto em que segurei aquele vidro frio e frágil. Esse fato incompreensível da possibilidade de destruição possível de um ser humano em um segundo, com todas as suas ideias e toda a sua experiência, a parada súbita de um coração e de todos os músculos, só porque um cristalzinho muito menor do que um grão de sal penetra em seu corpo, e ver essa possibilidade – que já é difícil de

compreender em se tratando de um único ser – multiplicada por cem mil tinha algo de trágico e, ao mesmo tempo, grandioso. Todos os aparelhos daquele laboratório de repente se tornaram para mim forças que arrancam da natureza o que há de mais perigoso para, em um outro sentido, um sentido criativo, servir à própria natureza. E foi com respeito que olhei para essa pequena casa que repousa solitária no meio da vegetação no alto de uma colina, envolta pela natureza mas poderosamente dominando essa mesma natureza graças ao infatigável espírito humano.

Visita ao café

Quando visitamos alguém no Brasil, a qualquer hora do dia nos é oferecido um café – delicioso café preto em pequenas xícaras. É um dos hábitos gentis como todos os outros neste país hospitaleiro. Aqui, o café é bebido de outra maneira do que entre nós – ou melhor: não é bebido, toma-se o café de um só gole, como se fosse um licor, quente, tão quente que, como se diz aqui, um cachorro sairia correndo gemendo se derramassem algumas gotas sobre ele. É difícil dizer estatisticamente quantas dessas xicrinhas de café preto perfumado e quente um brasileiro consome em média por dia – acredito que entre dez e vinte – e tão difícil quanto isso seria decidir em que cidade ele é mais saboroso. Com grande zelo, várias localidades reivindicam para si a fama do melhor e mais correto preparo do cafezinho. Assim, eu o tomei imparcialmente nos pequenos bares do Rio, onde a xícara custa duzentos réis (soma desprezível em nossa moeda), numa fazenda em Santos, a cidade do café, e até mesmo no Instituto do Café, em São Paulo, onde seu preparo correto já foi elevado à categoria de ciência e onde depois do curso feito recebi uma saca de grãos e uma máquina de café para continuar me exercitando, e em todos esses lugares ele era igualmente aromático, forte e revigorador dos nervos, fogo negro que aclara os sentidos e ilumina as ideias.

Rei café, assim gostaria de chamar o potentado negro aqui, pois ele ainda domina economicamente este enorme país e, a partir do seu porto em Santos, governa mais ou menos todos os mercados e bolsas de mercadorias do mundo. Dezesseis das 24 milhões de sacas que o nosso mundo consome são plantadas e embarcadas no Brasil. Em última análise, são esses minúsculos grãos pardos ou marrons a verdadeira moeda do país. Com café, o Brasil compra e paga as poucas matérias-primas que lhe faltam, principalmente petróleo e trigo; com grãos de café (bilhões de grãos de café, a bem da verdade) compra máquinas e equipamentos técnicos. Por isso, o preço do café no mercado mundial foi o verdadeiro termômetro da economia brasileira. Quando seu valor subia, o país inteiro florescia, quando ameaçava cair, o governo queimava as sacas excedentes ou jogava os preciosos grãos aos peixes ignorantes. No Brasil, durante um

século café foi sinônimo de ouro e riqueza, lucro e perigo. De sua cotação e da sua influência dependia até certo ponto a balança comercial do país inteiro. Não foi o mil-réis que em alguns anos determinou o valor do café, e sim o preço do café no mercado mundial que ditou o valor do mil-réis.

O café, esse grande potentado das finanças do Brasil, como tantas outras pessoas ricas neste país, é originalmente um imigrante. Sua verdadeira pátria é a Arábia. Conta a lenda que um belo dia pastores observaram surpresos como suas cabras, depois de terem roído um determinado arbusto, sempre saltitavam com muito mais vivacidade. Logo, experimentaram esses grãos e descobriram que, sem trazer dano algum para a saúde, possuíam um efeito especial e reduziam o cansaço. Por isso, chamaram a infusão feita com esses deliciosos grãos de kahma (de *kaheja*, que significa impedir o sono). Os árabes levaram o elixir refrescante até a Turquia, e durante o cerco a Viena sacas inteiras de café caíram nas mãos dos austríacos. Logo, surgiu em Viena a primeira cafeteria, e a bebida marrom se tornou moda em toda a Europa – uma moda passageira, como a boa madame de Sévigny disse erroneamente ao se referir irritada a Racine: “*Cela passera comme le café*”, aquilo passará como o café. Mas o café ficou – Racine, aliás, também – e migrou para as colônias, para a Guiana Francesa, onde as mudas e as sementes eram guardadas zelosamente como segredo comercial. Da mesma maneira como mil anos antes os chineses escondiam a matéria-prima da seda, o casulo do bicho-da-seda, de todos os estrangeiros, ameaçando com a pena de morte quem exportasse um único exemplar – até quando dois monges contrabandearam um casulo para a Europa dentro de um bastão oco de peregrino –, o governador de Caiena tinha ordens estritas de não permitir o acesso de nenhum estrangeiro às plantações de café. Felizmente para o Brasil, esse governador tinha uma esposa que, em um momento de fraqueza, presenteou o sargento português Francisco de Mello Palheta com algumas mudas e raízes. Com isso, o imigrante marrom foi contrabandeado para o Brasil, e, como todos os imigrantes, logo se sentiu bem na terra nova. Primeiro, domiciliou-se no norte do Brasil, na Amazônia e no Maranhão, junto com seus primos, o açúcar e o tabaco – sem esses parentes, o café é sempre um prazer incompleto. Pouco a pouco, em 1770, foi para o sul, para a região do Rio de Janeiro. Em torno dos morros da Tijuca, onde hoje os prédios já disputam o espaço com as vilas

rurais, toma as terras para si e se deixa tratar por milhares de escravos. Mas o ar ainda não lhe agrada de todo e, finalmente, ele se apodera de todo o estado de São Paulo onde, após uma migração de mil anos, irá estender seu império sobre o mundo inteiro. De acordo com suas origens orientais, ele evolui cada vez mais para um tirano, subjugando toda a economia brasileira a partir do seu trono real em São Paulo. Manda construir para si os melhores armazéns, manda vir navios do mundo inteiro, dita o preço do dinheiro, joga o país em violentas especulações e crises perigosíssimas e atira até os seus próprios filhos – milhares e milhares de sacas – ao mar porque o mundo não quer lhe pagar todo o tributo.

Julguei que era meu dever fazer uma respeitosa visita a um senhor tão poderoso, ainda por cima um que tantas vezes me estimulou em meu trabalho e inúmeras vezes aumentou as alegrias da boa companhia. Sem dúvida, para procurar esse senhor e rei em sua residência, é preciso viajar mais para o interior do país. Originalmente, quando o café foi trazido pelos portugueses da África – Heinrich Eduard Jacob conta de forma encantadora a saga dessa aventura em seu livro – as lavouras ainda ficavam muito perto da costa. Os vales em Santos e algumas das maravilhosas chácaras da Tijuca no Rio de Janeiro durante séculos foram plantações de café; as sacas eram levadas dos campos nas costas dos negros diretamente até os navios. Mas ao longo de décadas e séculos, depois de ter gerado e alimentados bilhões e trilhões daqueles grãos mágicos, o solo se cansou. Os grãos perderam em tamanho, força e aroma. Oitenta anos – quase exatamente a idade patriarcal do ser humano, dura a vida de um cafeeiro na mesma gleba de terra. Assim, as plantações de café foram transferidas – o Brasil ainda não sentiu falta de solo não aproveitado – para o interior, de Santos para São Paulo, onde a terra roxa forte rendia quatro vezes mais do que no Rio, de São Paulo para Campinas, mais e mais para interior. Portanto, vamos para a zona do café, para o seu reino atual! Uma viagem noturna de doze horas do Rio de Janeiro para São Paulo, de lá mais três horas para Campinas, aquela velha colônia de jesuítas, e agora basta um automóvel para nos levar para a zona do café e, finalmente, a uma fazenda.

Fazenda, ou *hacienda*, em espanhol – por que será que essa palavra me soa tão familiar? Por que me comove de modo tão romântico e íntimo, por que desperta sensações tão esquecidas, fortes? Ah! Reconheço tudo, nada

fica tão irremediavelmente gravado quanto os livros que lemos apaixonadamente na infância. Quanta vezes vimos com a imaginação infantil essas fazendas do Brasil ou *haciendas* da Argentina nos romances de Gerstäcker, Seasfield, aqueles pequenos sítios no meio da selva tropical ou nos infinitos pampas, naquelas lonjuras exóticas, sempre recheadas de perigos e incríveis aventuras! Como sonhávamos, quando meninos, em um dia experimentá-las! Agora, estou ali, naturalmente não chego cavalgando um mustangue fegoso, mas o automóvel me conduz com suavidade até o pátio através da entrada coberta de trepadeiras floridas. Mas a casa da fazenda é exatamente igual às velhas gravuras e às representações dos romances perdidos da infância: uma casa baixa, de um andar, em meio à propriedade gigantesca, emoldurada nos quatro lados por uma larga varanda. Vejo que perto dessa casa, em volta de um pequeno largo quadrado, ficam as casas dos trabalhadores, e nos lembramos de ter lido que ali moravam – faz apenas cinquenta anos – os escravos, que à noite ficavam sentados nessa praça entoando suas canções melancólicas. Talvez um ou outro desses negros de cabeça branca que por ali perambulam tranquilos e contentes ainda se recorde daqueles tempos perdidos. Mas logo ao adentrar a casa hospitaleira volto à época atual. Vejo os tetos revestidos com painéis de madeira, o antigo e belo mobiliário herdado feito de preciosa madeira de jacarandá, as baixelas de prata e oratórios da época dos portugueses. Mas há muito tempo essas fazendas deixaram de estar em lugares ermos aonde o andarilho só chegava depois de uma viagem cheia de perigos para se tornarem propriedades rurais modernas com todo o conforto, com piscinas e quadras de jogo, rádio, gramofone e livros (entre os quais – e isso, menino, esqueceste de sonhar! – vejo muitos escritos por mim). No lugar do perigo de outrora aqui reinam a alegria e a afabilidade. O século da tecnologia soube tornar habitável mesmo o mundo tropical e a mais triste solidão.

Em torno da casa de fazenda se estendem as verdadeiras plantações em amplas e suaves ondulações que se repetem a perder de vista. Cada uma dessas casas parece uma ilha naquele mar infinito de vegetação. Mas esse verde – adeus, romantismo! – é, na verdade, bastante monótono, e não posso deixar de dizer que plantações de café ou as de chá no Ceilão no fundo são imensamente tediosas. Os pés de café têm todos a mesma altura e a mesma largura e o mesmo verde frio e são separados um do outro por

espaços iguais. Temos a sensação de estar olhando para uma coluna militar, em uniformes verde-folha em vez de cinza, marchando desanimada e sem colorido. Os olhos logo se cansam de ficar vendo essas colinas verdes de textura uniforme, e alegremo-nos ao nos deparar com uma plantação de bananas que, com suas moitas desordenadas e seus cachos, parece mais individualizada e não tão tristemente monótona. Mas o sentido do cafeeiro não é a sua beleza e sim sua fertilidade; cada pé daqueles, que não chega a ter a altura de um homem, produz anualmente no mínimo dois mil bagos (nesse tipo de lavoura só há uma colheita por ano), e como nessas fazendas muitas vezes se colhe o café de centenas de milhares desses pés, pode-se ter uma ideia do mistério dessa terra profunda e escura capaz de encher de sumo e doçura, até o último grão, quantidades tão inimagináveis.

O trabalho de colheita é muito simples. A tecnologia ainda não inventou nada que tornasse supérfluo o trabalho manual. Assim como há séculos, os bagos de café são colhidos pela mão do homem, e talvez os trabalhadores de hoje cantem as mesmas melodias monótonas que outrora os escravos cantavam para acompanhar os mesmos movimentos monótonos. Depois, os grãos são levados a granel, como se fosse areia, em carroças e caminhões até a casa da fazenda, para ali prestar ainda algumas homenagens ao rei café: a lavagem e a secagem ao sol. Só então os bagos são descascados com máquinas, e os grãos, sem casca e limpos, passados por tubos e peneiras e ensacados.

Com isso, o trabalho terminou – ou parece ter terminado. Não é um processo romântico, é como descascar ervilhas e deixá-las secar, e só uma coisa me causou espanto em todos esses procedimentos no campo e na fazenda e na fábrica – a ausência completa de cheiro. Eu imaginava que, ao percorrer uma lavoura de café com milhares de pés, seria possível sentir um perfume delicado flutuando pela vasta vegetação, como sentimos em trigais ou em cada floresta ou local onde se derruba árvores. Mas, coisa curiosa: o café é totalmente inodoro, ele esconde seu aroma no íntimo do grão. Todos os sais e óleos e ingredientes misteriosos que, tão logo os grãos são torrados, exalam o aroma intenso, antes ficam completamente adormecidos e mudos; pode-se caminhar pelos silos com grãos até o tornozelo sem sentir cheiro algum, como se estivéssemos caminhando na areia seca. De olhos vendados, não saberíamos dizer, numa

dessas fazendas, se os fardos amarrados contêm algodão ou café ou cacau. Foi uma pequena decepção para mim, que sonhava com um perfume doce e narcótico, ver milhares de sacas desses deliciosos estimulantes dos nervos empilhadas, mudas e sem aroma como se fossem cimento.

A segunda surpresa eu tive em Santos, o maior porto de exportação do Brasil. Eu imaginava que todo o procedimento estava terminado com o ensacamento do café. Mas lá vi o trabalho recomeçando nas grandes empresas. Pois nem todos querem o mesmo tipo de café: uns preferem os grãos maiores, outros, os menores, assim como também podemos ver nos matadouros da Argentina como as diferentes qualidades de carne são classificadas segundo os gostos dos diferentes países – em gordas ou magras, em carnes de animais grandes ou pequenos. Em Santos, essa grande fornalha à beira-mar, todos os grãos precisam sair mais uma vez da saca. Mais uma vez são amontoados em grandes quantidades, aspirados por um tubo – o maior bebedor de café do mundo: a massa de grãos corre para cima e para baixo por um sistema de peneiras para que os grãos maiores sejam separados dos menores, mãos femininas laboriosas vão retirando dessa corrente de café em esteiras rolantes os grãos sem valor, os grãos degenerados. Assim, o café é separado em diferentes qualidades, as diferentes populações são uniformizadas e recebem nomes diferentes. Uma máquina que pesa e conta automaticamente despeja sempre exatamente cinquenta quilos de uma mesma qualidade de café em cada saca que já vem com número e marca de qualidade, e enquanto o saco que agora mesmo ainda estava aberto avança na esteira, uma outra máquina fecha a parte de cima. Só agora, depois dessas separações requintadas e supertécnicas, o café está efetivamente pronto para viajar para todas as zonas do mundo nos navios que o esperam.

Mesmo essa última etapa da viagem do armazém até o navio é interessante. Pois não se leva mais saca por saca nos ombros dos estivadores a bordo, como antigamente. Aqui não há, como estamos acostumados a ver em outros portos, guindastes que, em elegante rotação, levam a mercadoria amontoadá no cais para o porão do navio, mas uma ponte de aço é trazida sobre trilhos e adaptada à altura do navio. Essa ponte tem um sistema de elevadores, uma esteira rolante pela qual as sacas são transportadas das profundezas dos armazéns diretamente para bordo, bem mais confortáveis do que os passageiros. É bonito ver esse fluxo

silencioso e mecânico. Assim como os cordeiros de um rebanho são obrigados a caminhar um atrás do outro por uma vereda estreita, as sacas de café seguem por horas a fio uma atrás da outra do armazém para o navio. Só vendo isso (pois números geralmente são sempre abstratos) é que podemos imaginar que fantásticas quantidades em mercadoria um bojo de navio consegue engolir para levar numa viagem de duas semanas; e como aqui há diariamente um grande número de navios esperando, podemos ter uma ideia das quantidades gigantescas de café que a humanidade consome por hora.

Finalmente, o voraz navio engoliu café em quantidade suficiente. Um apito e a esteira rolante para, uma ou duas sacas, empurradas pela velocidade, seguem às outras. Então o vapor dá o sinal de partida, as turbinas começam a rodar, lentamente nos afastamos do cais. As casas ainda brilham ao sol, as palmeiras ainda se destacam, esguias, mas a vasta vegetação desse mundo tropical vai se distanciando cada vez mais, e finalmente só vemos os contornos indefinidos dos morros, e no fim essa última saudação também desapareceu do reino do café. Desapareceu! Desapareceu e já virou lembrança. Mas quando, em casa, tomar uma xícara dessa bebida deliciosa e que é a mais amiga dos artistas, o aroma suave evocará tudo isso – o sol tropical que pôs o fogo secreto em seu núcleo, a luz ardente em que aqui brilham todas as coisas da existência, e cada árvore e cada enseada dessa paisagem estrangeira que, enquanto eu estava nela, despertava em mim o desejo de sonhar e agora, à distância, desperta a saudade daquelas zonas de natureza livre e poderosa e inesgotavelmente criativa.

Visita às cidades perdidas do ouro

Vila Rica e Vila Real, no século XVIII as cidades mais ricas e famosas do Brasil, hoje já não podem mais ser encontradas nos mapas. As centenas de milhares de pessoas que as povoavam em uma época em que Nova York, Rio de Janeiro e Buenos Aires ainda eram povoados insignificantes se dispersaram, e elas até perderam seus nomes faustosos. Vila Rica, que o povo chamava desdenhosamente de Vila Pobre, é hoje Ouro Preto e não passa de uma cidadezinha romântica provincial com algumas dúzias de ruas pedregosas. No lugar onde ficava a antiga Vila Real existe hoje uma pobre aldeia que humildemente se abriga à sombra da nova capital do estado de Minas Gerais, a moderna Belo Horizonte. O brilho e a grandeza dessas cidades duraram apenas um século.

Esse brilho fugaz de riqueza e ouro, que antes se espalhava para o mundo inteiro, provinha do pequeno correio rio das Velhas e dos flancos dos morros entre os quais ele corre. Foi uma aventura singular, iniciada por aventureiros. No final do século XVII penetra pela primeira vez nessa zona irreal e inóspita um grupo de bandeirantes, aqueles indivíduos destemidos que, partindo de São Paulo, percorrem todo o território em busca de escravos e minérios. Andam dias e semanas por desfiladeiros sem caminho, sem encontrar um povoado, um rastro humano sequer. Mas eles não desistem, porque em alguns trechos os morros esburacados cintilam metalicamente e a terra brilha vermelho-escura como que cheia de forças misteriosas. Finalmente, a sorte lhes sorri: o rio das Velhas, que em seu curso irrequieto entre Ouro Preto e Mariana esboroa as encostas dos morros, traz ouro na sua areia, ouro puro e em grande quantidade: basta colocar a areia em vasilhas de madeira e sacudi-las e os preciosos grãos se depositam. Em nenhum outro lugar do mundo, no século XVIII, o ouro se apresenta de maneira tão abundante, na superfície, a céu aberto quanto nessa região montanhosa brasileira. Um dos bandeirantes leva o primeiro ouro extraído em pequenos sacos de couro para o Rio de Janeiro – que então ficava a dois meses de distância, hoje a dezesseis horas de trem – outro, para a Bahia, e imediatamente começa uma invasão naquela selva apenas comparável à que se seguiu à descoberta das minas de ouro

na Califórnia. Os plantadores abandonam suas lavouras de açúcar, os soldados, suas casamatas, os sacerdotes, suas igrejas, os marinheiros, seus navios; de barco e mulas e cavalos e a pé uma enorme multidão vem chegando, trazendo no chicote seus escravos negros. Logo vem a primeira leva de Portugal, depois a segunda, a terceira, e lentamente se acumula uma multidão tão grande que uma escassez de alimentos ameaça eclodir naquele deserto sem pecuária e sem vegetação. Começa um movimento agitado, pois ainda não existe nenhuma autoridade constituída para defender a lei. Lamentavelmente nos falta uma boa testemunha ocular literária, um Bret Harte brasileiro, para narrar as coisas fantásticas que ocorreram naquele primeiro tumulto sem igual. Os paulistas, os primeiros descobridores, lutaram contra os emboabas, os invasores estranhos. Segundo sua visão, o ouro pertencia a eles sozinhos em recompensa pelas inúmeras expedições empreendidas em vão pelos seus pais e seus irmãos a partir de São Paulo. Os paulistas acabam vencidos, mas isso não garante a paz. Onde há ouro, há violência. Assassínatos, roubos e furtos se multiplicam a toda hora, e em seu primeiro relato (1708) o sacerdote Antonil exclama: “Nenhuma pessoa de bom senso pode duvidar de que Deus fez descobrir tanto ouro nas minas só para castigar o Brasil”.

Durante mais de dez anos um caos completo reina naquele vale distante. Finalmente, o governo português intervém a fim de garantir o seu quinhão de ouro que esses aventureiros sem modos esbanjam ou contrabandeiam para fora do país. Um governador, o conde de Assumar, é nomeado para a nova capitania e chega com tropas de infantaria e dragões a fim de defender a autoridade da Coroa. Uma de suas primeiras medidas é proibir a saída de qualquer grão de ouro da província, a fim de garantir um controle exato do ouro. Todo ouro encontrado tem que primeiro ser entregue à casa de fundição por ele criada em 1719, da qual o governo português retira logo a parte a que por lei tem direito, um quinto de todo o ouro encontrado. Mas os garimpeiros odeiam todo tipo de controle. O que se importam eles naquele fim de mundo com o rei de Portugal? Liderados por Filipe dos Santos, dois mil homens – toda a população branca ou semibranca de Vila Rica – se reúnem para ameaçar o governador, o qual, totalmente surpreso pela rebelião inesperada, concede todas as reivindicações aos revoltosos por meio de um acordo que lhe é imposto. Mas ele reúne secretamente suas tropas e assalta de noite os revoltosos em

suas casas. O líder é esquartejado, uma parte do povoado é incendiada, e daí em diante se consegue ordem em Minas Gerais mediante os métodos mais severos e mesmo cruéis. Lentamente começam a se esboçar os contornos de uma verdadeira cidade em meio ao formigueiro de escravos e garimpeiros, onde se trabalha, cria, carrega, sacode, formigueiro de miseráveis choças de barro e barracões feitos às pressas. Ao redor do palácio do governador, da casa de fundição e da cadeia – que não tem pouca importância para uma administração ordenada – surgem casas de pedra. Ruas estreitas irradiam a partir da praça principal, pouco a pouco se erguem as igrejas e, simultaneamente à enorme riqueza extraída e escavada da terra por cinquenta ou até cem mil escravos, um luxo absurdo invade essa cidade, um luxo frenético, pueril, em franco contraste com a solidão e a distância desse vale ermo. Em Vila Rica, Vila Real e Vila Albuquerque, no início do século XVIII, extraiu-se mais ouro do que em toda a América, incluindo o México e o Peru, muito mais famosos. Mas em meio a essa selva existe pouco que possa ser comprado com ouro; por isso esses tolos infelizes se precipitam avidamente sobre toda quinquilharia pomposa que os comerciantes trazem para aqueles vales montanhosos inacessíveis, a fim de vender com lucros cem vezes mais altos. Aventureiros que ontem ainda eram mendigos ostentam hoje trajes de veludo em cores berrantes, meias de seda, e pagam por uma pistola trabalhada vinte vezes o seu valor em ducados. Uma bela mulata custa mais do que a cortesã mais cara na corte do rei da França. Todas as estimativas, todas as medidas tornam-se absurdas aqui por causa da abundância do metal extraído. Em uma noite, indivíduos sujos perdem no jogo de dados e de cartas somas com as quais na Europa se poderia adquirir os quadros mais valiosos de Raphael e Rubens, equipar navios inteiros ou construir palácios magníficos. Julgando-se distintos demais para pôr a mão em uma pá, preferem usar o seu ouro na compra de escravos e escravas que possam extrair mais e mais ouro. O mercado de escravos não dá conta de tantos pedidos, os navios nem conseguem transportar toda a carga negra. E assim a cidade cresce ano após ano, todas as colinas já estão cobertas pelas moradias dos animais de trabalho negros, as casas dos donos de escravos e exploradores de ouro se embelezam. Elevam-se até dois andares – sinal de especial fortuna – e se enchem de móveis e joias. Atraídos pelo pagamento sonhado, artistas saem das

cidades do litoral para erigir igrejas e palácios e decorar as fontes com esculturas. Mais algumas décadas dessa ascensão esfuziante, e Vila Rica se tornará a cidade mais rica, mais bela e mais populosa da América.

Mas da mesma forma que surge o fogo fátuo, o feitiço enganoso desaparece. O ouro do rio das Velhas era apenas ouro de aluvião, e depois de cinquenta anos a superfície valiosa está esgotada. Para extrair o metal pérfido das profundezas das rochas, de onde os séculos ou talvez os milênios os transformaram em areia em trabalho invisível, faltam a esses garimpeiros primitivos a força, os instrumentos e principalmente a paciência. Durante algum tempo, eles tentam abrir galerias diretamente na rocha a fim de chegar ao precioso metal, mas os esforços são em vão e logo a multidão nômade se dissipa. Os negros são levados novamente para as lavouras de cana, alguns dos aventureiros se assentam na mata dos vales mais baixos, uma ou duas décadas depois as cidades do ouro estão abandonadas. As choças de barro onde milhares de escravos moravam desmoronam e não deixam rastros, o vento e as chuvas levam a palha que as cobria, as casas da cidade ficam abandonadas, e durante quase dois séculos não se constrói mais nenhuma casa nova: como nos primórdios, é um grande esforço chegar àqueles lugares perdidos e esquecidos.

Graças à tecnologia moderna, o caminho até a atual capital de Minas Gerais é fácil; um avião leva uma hora e meia do Rio de Janeiro até o planalto de Minas Gerais, para onde outrora os primeiros bandeirantes precisavam caminhar dois meses e o trem ainda hoje leva dezesseis horas de viagem até chegar. Essa nova capital do estado, Belo Horizonte, não é uma cidade que cresceu organicamente, mas foi planejada, criada e projetada graças a uma vontade, uma deliberação e um cálculo – no Brasil se encontram as variações mais curiosas em todos os setores, até mesmo no do planejamento urbano. Modernizar a capital original e tradicional de Minas Gerais, Ouro Preto, a velha Vila Rica, significaria destruir um documento único da História do Brasil. Por isso, o governo preferiu construir uma capital inteiramente nova ao lado da velha, no local mais favorável em termos de paisagem, geografia e clima. Originalmente, ela deveria se chamar Cidade de Minas, mas preferiu-se dar-lhe o nome italiano de Belo Horizonte por causa da sua bela vista – é ali que se vê o pôr do sol mais lindo do Brasil. Mas bem antes de dar o nome, antes que a pedra fundamental da primeira rua fosse lançada, essa cidade ganhou um

plano urbanístico previdente. Não se queria deixar ao acaso nem sua forma nem seu desenvolvimento; cada quarteirão, cada rua já tinha de antemão uma determinada largura e direção, e cada prédio público devia estar integrado de forma imponente e ao mesmo tempo harmoniosa com o aspecto da futura cidade. Assim como Washington, Belo Horizonte é o resultado feliz e exemplar de um planejamento livre, sem ser barrado por nenhum passado e apenas voltado para o futuro. Poderosas linhas diagonais cortam o círculo em que a cidade – mantendo sempre distâncias e espaços intersticiais regulares – evoluiu e continuará evoluindo, em uma ordem sensata e programada. No centro ficam os prédios da administração pública, grandes áreas de jardins conduzem as ruas simétricas para fora, e cada rua foi batizada alternadamente segundo as cidades, paisagens e grandes personalidades do Brasil, fazendo com que um passeio pela periferia seja ao mesmo tempo uma aula sistemática de História. Pensada para ser uma cidade-modelo desde o seu início, Belo Horizonte cumpre essa tarefa com uma organização e limpeza exemplares. Enquanto aquilo que encanta nas outras cidades é justamente a diversidade dos contrastes, o emaranhado pitoresco de diversas camadas históricas e culturais, Belo Horizonte surpreende pela sua homogeneidade perfeita e harmônica. Uma cidade muito bonita por ter sido gerada a partir de uma ideia, Belo Horizonte conserva uma rara nitidez de linhas, e o sentido dessa ideia embutida – ser capital de uma província que tem o tamanho de um reino europeu – cresce a cada ano. Se, em 1897, o lugar ainda era um pedaço desabitado de paisagem, hoje, graças à sua boa localização geográfica e a seu clima maravilhoso, a cidade se encontra em um crescimento rápido e, graças ao planejamento, harmônico. Apesar de todas as estimativas, é impossível prever a que grau de grandeza Minas Gerais poderá chegar se esse estado rico começar a explorar sistematicamente sua metalurgia e desenvolver sua força industrial. Em todos os casos, para a próxima geração, o nome Belo Horizonte será tão corriqueiro quanto Rio ou São Paulo. Viajar de Belo Horizonte para Ouro Preto, da capital nova para a velha, significa sair do futuro para o passado, do amanhã de volta para o ontem. Mal deixamos o bom asfalto da capital, a estrada já remete ao ontem, pois a terra roxa e barrenta se transforma em nuvem poeirenta no calor e em mingau denso depois de um temporal. Como antes, continua sendo desconfortável chegar ao mundo do ouro. Ao contemplar a paisagem

do claro e afável planalto de Belo Horizonte, imagina-se que atrás da cadeia íngreme de montanhas se estende uma paisagem ampla, rasa, tropical. Mas a estrada passa por incansáveis voltas e curvas, subindo e descendo, sempre passando por áreas montanhosas. Em alguns trechos, chega a altitudes de mil e até mil e quatrocentos metros, e então se descortina um panorama que em sua grandiosidade só pode ser comparado à Suíça: colina atrás de colina em grandes ondas petrificadas, um oceano verde e infinito de rocha e floresta. O vento passa forte e perfumado por essas alturas, e seu sussurro brando é o único som nessa solidão. Nenhum carro na estrada, apenas uma ou outra casinha no trajeto de algumas horas, nenhuma lavoura, nenhum repicar de sino, nenhum canto de pássaros – sempre apenas o som primitivo do começo dos tempos nesse mundo vazio e sem almas que não parece ainda conhecer o ser humano. Mas mesmo assim existe alguma coisa nessa bela paisagem selvagem e deserta que excita de modo estranho a imaginação. Sente-se que ali se esconde um segredo especial na terra, nas pedras e no rio. Um estranho brilho desprende-se das partes quebradas das encostas, uma fulgência de minérios e metais. Mesmo se já não o soubesse por livros e estudos, o brilho cintilante me faz intuir que aquelas montanhas encerram minérios, uma riqueza ainda não extraída e inestimável em metal. A estrada já o trai com seu barro poeirento, vermelho de tanto ferro, que depois de pouco tempo de viagem o automóvel brilha purpúreo como o carro de fogo do profeta Elias. A mesma riqueza é revelada pelo rio das Velhas, que arrasta consigo a areia refulgente. Um subsolo cheio de preciosos quartzos está oculto ali, e décadas ou talvez séculos ainda haverão de passar antes que ele se abra à impaciência humana. Mas nenhuma batida de enxada, nenhum ruído de máquina perturbam o silêncio dessa solidão. O caminho conduz morro acima, morro abaixo através das curvas rochosas, e já estou tão acostumado a essa solidão sublime que espero só encontrar assentamentos humanos nos vales – aqui em cima parece que ninguém vive e que jamais alguém viveu.

Então de repente, numa curva, como um raio duplo surgem as duas torres brancas de uma bela e esguia igreja. É quase um susto, essa brusca invasão de perfeição humana naquela solidão dura e severa. Mas lá no alto de outra colina, igualmente esguia e branca, uma segunda igreja, uma terceira. São as onze igrejas que protegiam a outrora poderosa Vila Rica,

hoje a pequena cidade adormecida de Ouro Preto. Essas igrejas proeminentes, que erguem livres e altivas sua beleza contra o céu, causam uma impressão irreal, enquanto abaixo delas está alguma coisa pequena e incerta, como restos esquecidos ou abandonados: a cidade que subitamente se cansou e, espoliada pelos seus habitantes, não conseguiu mais se recuperar do esgotamento. Nada mudou nessa cidade, enquanto no Rio de Janeiro ou em São Paulo uma nova casa é construída por hora e em toda parte as dimensões se multiplicam de modo fantástico com o vigor do crescimento tropical. Algumas pessoas erram pela praça principal, com o antigo palácio do governador que antes governava cem mil pessoas, para logo desaparecer pelas ruas estreitas, mulas trotam carregadas de lenha em longas filas, exatamente como na época colonial, sapateiros trabalham em oficinas escuras com o mesmo breu, o mesmo fio e as mesmas ferramentas que seus antecessores utilizavam como escravos ou filhos de escravo. As casas parecem tão cansadas que dão a impressão de se encostarem umas nas outras para se amparar; o reboco, de tão velho e cinzento, parece descascado e enrugado como a pele do rosto de um ancião. Sabemos que o calçamento de pedras das ruelas que sobem e descem, assim como em Mariana, viu os passos dos antepassados dos atuais moradores nas mesmas roupas. Ao anoitecer, parece que as pessoas ainda são as mesmas de antigamente, ou então seus espectros. Às vezes me surpreendo com os sinos das igrejas contando as horas: para que contar, se o tempo aqui parou? Cem anos, duzentos anos, aqui não parecem ser mais do que um dia. Passo, por exemplo, por um conjunto de casas queimadas; sem vigas, sem telhado, as paredes estão semidesmoronadas e nuas. Pensamos que ali ocorreu um incêndio há uma semana, há um mês, e que ninguém ainda se esforçou para remover os escombros. Mas então me dizem que aquelas são as casas que o governador conde de Assumar mandou queimar em julho de 1720. Nestes 220 anos, ninguém se mexeu para reconstruí-las nem para demoli-las. Tudo permaneceu em Ouro Preto, em Mariana e em Sabará como nos tempos dos escravos e do ouro. Com asas invisíveis, sem tocá-las, o tempo sobrevoou as cidades abandonadas do ouro.

Precisamente por terem parado no tempo, as cidades-irmãs de Ouro Preto, Sabará, Congonhas do Campo e São João d'El Rei têm um encanto especial. Como em um museu, atrás de vitrines envidraçadas, aqui se

conservou perfeitamente em meio a uma paisagem diversificada a imagem da época colonial e de sua cultura, como não ocorre em nenhum outro lugar da América e talvez de forma mais impressionante do que em qualquer outro lugar. Essas velhas cidades mineiras são hoje a Toledo, a Veneza, a Salzburg, a Aigues-Mortes do Brasil: História ilustrada, mais ainda, História da cultura nacional própria. Pois – por mais inacreditável que possa soar – naquelas cidades distantes, que não eram ligadas por nenhuma estrada com a costa, com o mundo, em que se reuniram apenas aventureiros selvagens, incultos, ávidos unicamente por ouro e lucro rápido, floresceu em pouco tempo uma arte singular. As igrejas e capelas dessas cinco cidades, criadas por um grupo de artistas, pertencem aos monumentos mais insólitos do passado colonial no Novo Mundo. Para conhecê-las vale a pena uma viagem bastante complicada.

Na verdade, essas igrejas brancas, bem-proporcionadas, que saúdam o visitante a partir das colinas de Ouro Preto, Sabará, Congonhas, Mariana, não apresentam um traçado novo, não têm arquitetura tipicamente brasileira. Foram todas construídas no chamado estilo barroco jesuítico, e os projetos certamente vieram de Portugal. No que diz respeito à decoração interior, são superadas em riqueza pelas igrejas de São Bento e São Francisco no Rio de Janeiro e em idade e venerabilidade, pelas igrejas da Bahia. O que as torna dignas de serem conhecidas e inesquecíveis é a maneira harmônica pela qual se integram na paisagem inteiramente erma. E sua singularidade reside no milagre de que essas construções grandiosas e artísticas puderam surgir numa zona totalmente isolada do mundo civilizado – um milagre até hoje ainda não esclarecido como, no meio daquele bando rapidamente formado de garimpeiros, aventureiros e hordas de escravos, pudesse surgir um pequeno grupo de artistas e artesãos capazes de executar de maneira tão perfeita e personalizada o trabalho de decoração dessas igrejas com esculturas e pinturas. Talvez permaneça para sempre o mistério sobre a origem desse grupo de artistas que percorria muitas milhas de uma cidade do ouro à outra para, em comunhão orgânica, erguer nelas esses monumentos de fé acima da cobiça pelo ouro. Só uma figura se destaca desse grupo criativo – Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.

O Aleijadinho foi o primeiro artista verdadeiramente brasileiro – e já tipicamente brasileiro por ser um mestiço, filho de um mestre carpinteiro

português e de uma escrava negra. Nascido em 1730 em Ouro Preto, em uma época em que essa cidade ainda não era mais do que um emaranhado de pessoas que chegavam, sem casas verdadeiras, sem igrejas ou palácios de pedra, ele cresce sem professor, sem mestre e sem os mais elementares rudimentos da cultura. O que logo chama a atenção nesse pequeno mulato é a sua feiura demoníaca, que lhe confere uma espécie de fraternidade com Michelangelo, cujo nome ele provavelmente jamais escutou falar e do qual nunca viu uma obra. Com seus beiços grossos de negro, suas orelhas grandes, seus olhos injetados sempre irados, sua boca inteiramente desdentada e torta, seu corpo deformado, certamente tinha uma aparência tão repugnante já na juventude que – dizem os cronistas – assustava qualquer pessoa que o visse inesperadamente. A isso se juntou a partir dos 46 anos a doença terrível que o mutilou, carcomendo-lhe primeiro os dedos dos pés, depois os das mãos. Mas nenhuma mutilação pôde impedir aquele homem tão cruelmente marcado pela natureza de executar seu trabalho. Todas as manhãs, esse Lázaro brasileiro era levado por seus dois escravos negros até seu ateliê ou até as igrejas, eles o sustentavam para que não caísse, amarravam o cinzel ou o pincel em suas mãos sem dedos para que ele pudesse trabalhar, e só quando a escuridão já tinha caído o conduziam de volta à sua casa na liteira. Pois o Aleijadinho sabia o horror que causava. Não queria ver ninguém nem ser visto por ninguém. Queria apenas o seu trabalho, que o fazia esquecer a sua sina obscura e insuportável, viveu exclusivamente para o seu trabalho e, graças a ele, viveu até os 84 anos.

Comovente tragédia de um artista cuja alma sombria talvez encerrasse um verdadeiro gênio e a quem um destino perverso impediu de desenvolver todas suas possibilidades. Quem sabe aquele mulato aleijado pudesse se tornar um escultor cujas obras fossem conhecidas pelo mundo inteiro. Mas isolado em uma pequena cidade afastada das montanhas, em meio à solidão tropical, sem professor e sem mestre, sem camaradas que o ajudassem, sem estudos, sem ter noção dos grandes modelos, esse pobre bastardo só se pôde aproximar de produções de real valor por meio de caminhos incertos. Solitário como Robinson Crusoe em sua ilha na selva cultural de sua aldeia de garimpeiros, Antônio Francisco Lisboa nunca viu uma estátua grega, nem mesmo uma imitação de Donatello ou de um dos seus contemporâneos. Nunca sentiu a superfície alva do mármore, não

conheceu a ajuda estimuladora do fundidor de bronze, nunca teve a seu lado um colega que lhe ensinasse as leis da arte e os segredos da execução técnica transmitidos de geração para geração. Onde outros são estimulados por incentivos e se superam por meio da competição ambiciosa, ele estava sem companhia em sua solidão que aniquilava a alma, sendo obrigado a buscar, adivinhar, inventar o que outros há séculos achavam pronto e acabado. Mas o ódio contra a humanidade, a aversão que ele sentia por sua própria aparência repugnante o impeliram cada vez mais para o trabalho e rumo a si próprio em um caminho lento e tortuoso. Enquanto sua esculturas ornamentais são apenas de bom gosto e artísticas do ponto de vista artesanal, presas aos esquemas figurativos do barroco, ele atinge seu estilo próprio aos setenta, oitenta anos. As doze grandes estátuas de pedrasabão – aquela curiosa pedra mole, mas resistente ao tempo – que ornaram a escadaria da igreja de Congonhas do Campo, apesar de todos os erros técnicos e imperfeições, são grandiosamente imponentes. Integradas de forma genial ao cenário, respiram ao ar livre com forte movimento (enquanto as reproduções em gesso no Rio de Janeiro parecem rígidas); uma alma selvagem se revela em seus gestos dominadores e extáticos. Os esforços e as torturas de uma vida triste e aleijada se libertam por meio delas, transformando-se em obra de arte ou ao menos em um efeito artístico.

Também os outros artistas dessas igrejas – em parte anônimos – tiveram que superar dificuldades inomináveis. Não tinham à disposição as lajotas para conferir a imponência às construções, não havia mármore nem as ferramentas para esculpir. Mas eles tinham ouro, em profusão. Podiam dourar as balaustradas, as molduras e as esculturas, e assim aqueles altares refulgem. Podemos imaginar como os primeiros habitantes, que moravam em casas miseráveis, mal tinham uma cama e nada possuíam senão a roupa do corpo, o punhal e o enxadão, sentiam-se orgulhosos em ver subitamente aquelas igrejas brancas com toda a magnificência de quadros e esculturas fazendo penetrar em sua vida bárbara uma noção de beleza sobrenatural. Pouco tempo depois, os escravos negros não quiseram ficar para trás. Também queriam ter suas igrejas em que os santos deviam ser escuros e entregavam suas reduzidas poupanças para que se construíssem para eles igrejas igualmente magníficas. Assim surgiu, do outro lado de Ouro Preto, a igreja de Santa Efigênia, mandada construir por Chico Rei,

um escravo negro que fora príncipe de sua tribo na África e que, com importantes achados de ouro, comprara a liberdade para si e para os escravos de sua tribo. Essa coroa de igrejas reluz hoje em meio à erma paisagem montanhosa, por sobre as cidades hoje esquecidas – uma bela vista e um colírio para os olhos. Pois aquilo que o rio com trabalho eterno carregou para a região que os morros escuros deram de seus tesouros, os quais ainda não foram todos explorados, transformou-se no valor mais nobre e permanente desta terra: em beleza. Há muito tempo que as cidades e os colonos desapareceram dos vales ermos, mas as igrejas permanecem como sentinelas e testemunhas da grandeza passada. Ouro Preto – em sua decadência sombria a Toledo do Brasil – e Congonhas – numa localização mais afável e coroada por suaves palmeiras, seu Orvieto ou Assisi – resistiram ao tempo conservando fielmente o passado. Foi com razão que o Brasil decidiu conservar esse precioso legado intacto como “monumento nacional”, ainda mais porque Ouro Preto, também pela sua história, virou atração por causa da Inconfidência Mineira. Ter visto essas cidades é uma emoção especial, e não apenas um prazer para os olhos e a alma. Misteriosamente, sente-se em sua existência incompreensível a magia multifacetada daquele metal amarelo que faz surgir cidades no meio da selva, desperta o desejo de arte nos mais rudes aventureiros, estimula como sempre os bons e os maus instintos e – ele próprio sendo frio e pesado – excita no sangue e nos sentidos dos seres humanos os mais ardentes e sagrados sonhos, aquela loucura misteriosa e indestrutível que perturba o mundo.

Com um último olhar sobre essas colinas romanticamente sombrias, com suas igrejas que flutuam sobre elas como asas de anjos, deixo aquele mundo estranho que o brilho enganador do ouro, séculos atrás, enfeitiçou como uma miragem no espaço deserto. Mas não quero deixar esses vales do ouro sem ter visto com meus próprios olhos pelo menos o brilho ou um vestígio que seja do elemento misterioso que impeliu os homens para cá, não quero partir do mundo do ouro sem ter nele tocado, sem tê-lo apalpado. Parece ser fácil. Pois de vez em quando, na passagem, ainda vemos um homem com os dois pés fincados no rio das Velhas, balançando sua peneira à maneira antiga; nem isso mudou em duzentos anos: ainda há garimpeiros pobres e nada românticos procurando a sorte por aqui, pois é permitido a qualquer pessoa procurar ouro de aluvião. Adoraria ter

assistido a um desses garimpeiros em seu penoso trabalho de buscar a felicidade, mas fui aconselhado a não desperdiçar meu tempo, pois esses indivíduos paupérrimos passam horas e horas, dias e dias sacudindo a peneira e colhendo areia em vão. Quando um deles encontra finalmente um único grãozinho mínimo de ouro em sua peneira, é uma sorte muito especial. Com esse achado viverá alguns dias miseravelmente, para continuar balançando a peneira durante semanas e semanas. Tornou-se um esforço trágico e desesperado procurar ouro naquela areia. Enquanto um bom achado pode compensar os garimpeiros de diamantes por alguns anos, esses franco-atiradores da caça do ouro têm uma condição de vida pior do que o mais pobre dos operários. Há muito tempo, a obtenção do ouro só é possível de maneira organizada e coletiva, como nas modernas minas de Morro Velho ou do Espírito Santo, dirigidas por engenheiros ingleses e servidas por máquinas americanas. É uma indústria muito complicada, porém excitantemente interessante, que nos conduz da luz do dia para o subsolo. Faz tempo, depois que conheceu os homens, que o ouro de Minas se escondeu nas rochas. Não quer mais se deixar apanhar tão facilmente, mas em séculos de caça o homem se tornou cem vezes mais hábil e refinado do que seus antepassados. Graças à tecnologia, inventou uma arma eficaz, e agora mãos de aço cavam galerias cada vez mais profundas para tentar pegar o pérfido metal. Essas galerias já têm dois mil metros de profundidade, e demora horas, e não minutos, até o elevador chegar à galeria mais profunda. É nela que se realiza o grande trabalho. As rochas escuras são quebradas com perfuradores elétricos e levadas em carrinhos sobre trilhos puxados por burros até o elevador – pobres burros cinzentos que ali são condenados a trabalhar e dormir em regime de prisão perpétua nas galerias iluminadas eletricamente, eles também escravos e vítimas do ouro, como as pessoas. Só três vezes por ano – na Páscoa, em Pentecostes e no Natal – podem sair por um único dia para a superfície e, mal veem a luz solar, esses pobres animais começam a gritar, pular e esfregar as costas de tanta alegria pela luz verdadeira da qual estiveram privados tanto tempo. Mas o que é trazido para a superfície nesses vagões ainda não é o ouro puro. É apenas um minério bruto, pardo, sujo, duro, um conglomerado no qual mesmo o olho mais bem treinado ainda não consegue distinguir o brilho do ouro. Máquinas possantes pegam as pedras, fragmentam e trituram-nas com martelos gigantes, até formar uma

massa mole constantemente atravessada por uma corrente de água, a qual passa através de peneiras e mesas vibratórias. O que é metálico deve ser cada vez mais separado do restante da massa sem valor. A areia já depurada, finíssima, é em seguida peneirada mais ainda por procedimentos mecânicos e químicos, até que, finalmente, depois de inúmeras fases que mal podem ser descritas, mesmo a última poeirinha de ouro esteja libertada da rocha. Agora, o elemento puro pode ser fundido nos cadinhos.

Concentrado e atento, assisti durante uma ou duas horas a todos esses procedimentos inventados graças ao gênio coletivo de incontáveis experiências. Vi centenas, milhares de pessoas naquela gigantesca fábrica – os trabalhadores nas galerias, no elevador, nas máquinas, os carregadores, os fundidores, os foguistas, os engenheiros e os diretores. Meus ouvidos ainda doem do trovejar dos martelos, os olhos ainda doem por terem visto demais, por causa da alternância incessante de escuridão para luz artificial e luz natural. Vi tudo mas não vi ainda o principal, o ouro puro, o resultado visível de todo esse fantástico esforço. Estou ansioso por saber em que resultou esse trabalho de oito mil homens ocupados diariamente aqui nessa empresa. Que quantidade de ouro os complicados procedimentos desse maquinário e o trabalho de todas as energias intelectuais, manuais, químicas, elétricas produziram. Finalmente, vejo a produção do dia e me assusto, por parecer um contrassenso tão grande. Não é, como eu achava, uma quantidade grande, blocos como nas câmaras de ouro de Montezuma – é apenas um pequeno bloco, do tamanho de um tijolo. Não é mais do que um pedacinho de metal amarelo que essas oito mil pessoas com ajuda das máquinas mais complicadas conseguiram extrair da terra em um trabalho engenhoso e organizado, e esse minúsculo lingote de metal amarelo paga essas oito mil pessoas e amortiza o investimento e ainda por cima alimenta o acionista anônimo. E mais uma vez me dei conta daquela magia demoníaca que esse minério amarelo exerce há milênios sobre a humanidade. Pela primeira vez, percebera visual e emocionalmente toda a contradição dessa dependência quando, em Paris, conheci os porões subterrâneos do Banque de France, como em uma espécie de fortaleza toda a suposta riqueza da França estava empilhada em forma de barras, morta e fria, na verdade, milhões e bilhões imaginários – quando vi quanto esforço, arte e energia intelectual eram desperdiçados para fazer desaparecer em uma mina

artificial na França esse ouro tão penosamente extraído na África, na América, na Austrália. E aqui, do outro lado do mundo, vi o mesmo esforço, a mesma arte, a mesma energia intelectual, reunida no trabalho de oito mil pessoas, a fim de arrancar arditamente o mesmo metal morto à terra, somente para poder ser guardado novamente em uma galeria artificial de um banco, de um porão. E compreendi que não podia zombar do desvario dos garimpeiros de Vila Rica que exibiam seus trajes de luxo, pois o velho delírio é ainda o mesmo, apenas modificado em suas formas. Esse metal frio ainda impele a humanidade com mais força do que todos os dínamos e todas as ondas espirituais e determina, com consequências inestimáveis, os acontecimentos do nosso mundo. No momento em que vi diante de mim o frio lingote amarelo de ouro, eu me dei conta desse paradoxo.

Foi estranho o que se passou comigo naqueles vales do ouro. Eu viera para compreender melhor seu poder e sua influência no local de origem, diante de sua aparência real. Mas nunca percebi mais profundamente a contradição do delírio do que no minuto em que, sem o menor respeito, toquei no lingote de ouro, produto do trabalho recente e invisível de milhares de mãos. Não era mais do que metal duro e frio. Nenhuma vibração, nenhum calor fluiu para as minhas mãos, nenhum calor chegou às minhas emoções, nenhum respeito à minha alma. E eu não consegui compreender como a humanidade serve a esse delírio, sendo capaz, ao mesmo tempo, de criar obras tão elevadas e radiantes como aquelas igrejas resplandecentes e de nelas respeitosamente guardar o legado perene da eternidade: a arte e a fé.

Sobrevoando o Norte

Bahia: fidelidade à tradição

Com essa cidade, começou o Brasil¹⁰ – e podemos até dizer, justificadamente, começou também a própria América Latina. Ali foi fincado o primeiro pilar da grande ponte cultural lançada sobre o oceano Atlântico, ali se gerou a partir de matéria-prima europeia, africana e americana a nova mistura que ainda fermenta e fertiliza. Respeitemos, portanto, a Bahia e a admiremos: entre todas as cidades do continente sul-americano, essa cidade tem a prerrogativa da antiguidade. Com seus mais de quatrocentos anos, com suas igrejas e catedrais e seus castelos, a Bahia é para o Novo Mundo aquilo que metrópoles milenares como Atenas, Alexandria e Jerusalém significam para a Europa: um santuário cultural. Como ante um rosto humano, sentimos respeitosamente diante dessa cidade que ela tem um destino, um passado glorioso.

A atitude da Bahia é a de uma rainha viúva, de uma rainha viúva grandiosa, shakespeariana. Ela desposou o passado. Há muito tempo já entregou seu poder real a uma geração mais nova e impaciente. Mas não abdicou: conservou sua posição e, com ela, uma alteza incomparável. Altiva e ereta, olha do alto para o mar, no qual, séculos atrás, todos navios vinham se dirigir até ela; ainda veste os mesmos adereços de suas igrejas e catedrais, e essa atitude sobrevive em seu povo. As cidades mais jovens, como o Rio de Janeiro, Montevidéu, Santiago, Buenos Aires, podem até ser hoje as mais ricas, as mais poderosas, as mais modernas: mas a Bahia tem sua história, sua cultura própria, seu próprio estilo de vida. Entre todas as cidades do Brasil, foi ela que conservou mais fielmente a tradição. Só entre suas pedras e suas ruas se compreende a História do Brasil, só aqui entendemos como de Portugal se fez o Brasil.

A Bahia é uma cidade conservadora, uma cidade da fidelidade; não apenas protegeu seus monumentos externos contra a invasão apressada do novo; ao longo dos séculos, conservou externamente sua fisionomia e internamente sua tradição inquebrantável. A quem se aproxima dela pelo mar, a Bahia se apresenta como nos tempos do imperador e dos vice-reis –

embaixo, o porto indiferente com suas ruas de negócios muitas vezes modernas. Mas em cima está a cabeça de pedra, a cidade em forma de bastião, que espera o visitante, calma e imponente. Ali em cima, quatrocentos anos atrás, os colonos se reuniam para se proteger contra invasões de piratas ou nativos. O muro de barro gradualmente virou uma muralha de pedras, atrás da qual a cidade surgiu com segurança; dentro de pouco tempo, os habitantes ousaram construir igrejas e palácios na rocha íngreme, e esse maravilhoso perfil, essa linha régia que se estende em suaves curvas ficou conservada. Eu não saberia comparar nada na América do Sul a essa atitude orgulhosa, majestosa com a qual no mesmo local dos tempos de Cabral e Fernão de Magalhães a Bahia contempla o seu porto e seus velhos castelos, olhando até o Oceano Atlântico.

Se subirmos o caminho íngreme, estreito e ladeado de casas onde o reboco já está caindo, reconhecemos como a cidade já foi rica. Ela não está empobrecida hoje, não decaiu. Apenas parou no tempo, o que lhe confere aquela beleza das cidades que passaram décadas e séculos sonhando, como Bruges, como Aix-les-Bains. Orgulhosa demais para acompanhar os tempos modernos e erguer arranha-céus, para competir com o Rio de Janeiro ou com São Paulo, mas vivaz demais para decair como as cidades de ouro de Minas Gerais e se transformar em museu, ela permaneceu sendo o que sempre foi: a cidade do velho Brasil lusitano, e só ali se sente a origem do Brasil e sua tradição secular.

Por toda parte percebe-se essa tradição. Ao contrário de todas as outras cidades brasileiras, a Bahia tem seu traje próprio, uma cozinha própria, uma cor própria. Em nenhuma outra parte, as ruas são tão coloridas como ali, com a população africana, colonial; ininterruptamente imagino estar vendo cenas do *Brasil pitoresco* de Debret, quadros vivos, com aquelas coisas de outrora que há muito desapareceram das outras cidades grandes. Embora os automóveis percorram as ruas soltando fumaça, ainda existem no centro mulas carregando frutas e madeira. Ali ainda é possível alugar burros por hora, como se fossem automóveis em uma cidade moderna, e no porto a mercadoria não é embarcada com ajuda de guindastes, e sim nas costas dos estivadores, como nos tempos dos romanos e dos fenícios. Vendedores ambulantes com seus chapéus de palha de aba larga levam sobre os seus ombros, como se fosse uma balança gigantesca, um pau de cujas extremidades pendem os cestos com a mercadoria, e na feira noturna

os comerciantes sentam-se no chão, à luz de vela ou de chamas de gás acetileno, em meio a montanhas de laranjas, abóboras, bananas e cocos. Enquanto no cais de pedra ficam atracados os grandes e poderosos transatlânticos, um pouco adiante balançam nas ondas os veleiros e saveiros que chegam das ilhas e vão até elas, esguios e leves, uma floresta oscilante de mastros. E até ainda se veem jangadas, as canoas dos brasileiros nativos, uma curiosidade ímpar. São formadas de três ou quatro troncos de árvore, pregados sem nenhuma arte, e sobre eles um assento estreito. Não se pode imaginar coisa mais primitiva. Mas é com essas minúsculas jangadas que os homens saem intrépidos para alto-mar, quase não se pode imaginar. Conta-se a história curiosa de um vapor americano que, ao ver uma tal jangada com sua pobre vela muito distante da costa, rumou até ele, acreditando tratar-se de náufragos. Na Bahia, tudo se mistura nas formas mais coloridas, hoje e ontem. Há a velha universidade com sua famosa faculdade, a mais antiga do país, a biblioteca e o palácio e os hotéis e o moderno clube esportivo. Caminhamos mais duas ruas e estamos em uma esfera portuguesa. Casas baixinhas superlotadas de gente e de vida, as mil formas do artesanato, e logo depois já os mocambos, os casebres dos negros, entre as bananeiras e as árvores de fruta-pão. Há ruas asfaltadas e ao lado o calçamento pé de moleque de tempos perdidos; na Bahia, no curto espaço de dez minutos podemos estar simultaneamente em dois, três ou quatro séculos diferentes, e cada um deles parece genuíno e natural, pois essa é a verdadeira magia da Bahia: tudo ali ainda é genuíno e não propositado. As chamadas atrações não se impõem ao estrangeiro: estão integradas ao conjunto de forma imperceptível. O antigo e o novo, o hoje e o ontem, o distinto e o primitivo, 1600 e 1940, tudo isso se funde em um único quadro fluido, que ainda por cima é emoldurado por uma das paisagens mais pacíficas e suaves do mundo.

O mais pitoresco naquilo que é permanentemente pitoresco são as baianas, aquelas gordas negras de olhos escuros com seu vestuário especial. Ele não pode ser chamado de traje típico, pois um traje típico pressupõe uma determinada intenção, ou então uma vestimenta usada em ocasiões especiais. Mas as baianas, mesmo as mais pobres, sempre usam essa roupa, dia após dia, e não se pode imaginar indumentária mais pomposa. Não é comparável com nenhuma outra, nem a africana, nem a oriental, nem a portuguesa, mas todas juntas ao mesmo tempo. Um

turbante colorido na cabeça, enroscado com engenhosidade, vermelho, verde, amarelo, azul ou estampado, mas sempre berrante, uma blusa colorida como as das camponesas eslovacas ou húngaras, e uma saia rodada enorme em forma de sino – não se pode deixar de suspeitar que as avós ou as bisavós escravas dessas negras tenham visto esses modelos sendo usados pelas suas senhoras portuguesas na época da saia-balão, conservando a moda em seus vestidos de chita como símbolo de distinção. Um lenço dramaticamente jogado sobre os ombros, mas que ao mesmo tempo serve para pôr sobre a cabeça na hora de levar jarras de água ou grandes cestos, e mais umas pulseiras de metal tilintando: assim é que essas baianas vão passando pelas ruas, cada uma com outras cores, outros matizes. Mas a imponência dessas baianas não está tanto no traje, e sim em sua atitude, seu jeito de andar, seu comportamento. Sentadas no mercado ou em uma soleira suja, elas usam aquela saia rodada como se fosse um manto real, de modo que parecem estar sentadas dentro de uma enorme flor. Nessa atitude imponente, essas princesas de cor vendem a mercadoria mais barata do mundo: pequenas iguarias gordurosas ou condimentadas que elas preparam em um fogareiro a carvão – bolinhos tão baratos que uma folha de papel seria muito cara para embrulhá-los. A mão negra, com as pulseiras tilintando, entrega esses bolinhos ao freguês, embrulhados em uma folha verde de bananeira. Elas levam toneladas na cabeça, cestos com roupa ou peixes ou frutas, mas é um prazer observar como elas caminham pelas ruas, a nuca altivamente elevada, as mãos nas cinturas, com o olhar sério e desembaraçado. Um diretor que tivesse de preparar um drama real poderia aprender muito com essas princesas negras do mercado e da cozinha. À noite, quando as observamos em suas cozinhas escuras, iluminadas apenas pelas chamas do fogão, preparando com misterioso zelo suas estranhas iguarias, pensamos em magias antigas. Não, não existe nada mais pitoresco do que as negras da Bahia, nada mais colorido, genuíno, naturalmente animado do que as ruas daquela cidade. Ali, só ali, podemos conhecer e compreender o Brasil.

Bahia: igrejas e festas

A Bahia não é só a cidade das cores: é também a cidade das igrejas, a Roma brasileira. Pode ser exagero dizer que ela tem tantas igrejas quanto

os dias do ano, assim como é exagero dizer que o Rio de Janeiro tem 365 ilhas na baía de Guanabara. Em realidade, devem ser por volta de oitenta igrejas. Mas elas dominam a cidade. Geralmente, nas grandes metrópoles, há muito tempo o perfil das igrejas antigas foi superado pelos edifícios e prédios modernos – nada mais simbólico talvez do que aquela velha igreja em Wall Street, em Nova York, que antigamente dominava a rua e hoje se esconde, tímida, à sombra dos palácios bancários. Na Bahia, porém, as igrejas ainda dominam a cidade. Erguem-se altas e imponentes em suas praças e largos, cercadas de conventos e seus jardins, cada uma dedicada a um padroeiro diferente: São Francisco, São Bento ou Santo Inácio. A cidade começou com elas; são mais antigas do que o palácio do governador e as elegantes residências. Ao seu redor foi se constituindo a cidade, suplicando pela proteção divina na nova terra, e quando os marinheiros, depois de verem apenas o azul do mar e do céu durante semanas e semanas, avistavam a terra firme, viam em primeiro lugar o gesto pio das altas torres. E seu primeiro caminho de gratidão os levava até uma igreja para agradecer a benção divina de uma viagem feliz.

A igreja mais poderosa – não a mais bonita – é a catedral, encostada no velho colégio dos jesuítas, a igreja das grandes recordações, onde está sepultado Mem de Sá, o primeiro governador-geral¹¹, e de cujo púlpito pregava o padre Antônio Vieira. É a primeira igreja do Brasil, provavelmente também da América do Sul, cuja entrada é revestida de mármore. Os mesmos navios que levavam açúcar da Bahia para a Europa voltavam com essa valiosa pedra, pois para esses homens de fé nada era caro demais para enfeitar suas igrejas. As ruas eram estreitas e sombrias, baixas e sujas, nove décimos da população negra moravam em barracos e mocambos. Mas naquela terra distante que desconhecia o luxo, todo o fausto devia ir para as igrejas; assim foram trazidos azulejos de Portugal para decorar as paredes, o ouro de Minas Gerais envolvia a madeira escura com luz faiscante. Se os jesuítas tinham uma igreja ampla e pomposa, os franciscanos queriam ter uma ainda mais bonita. Efetivamente, a igreja de São Francisco é mais pura por ser mais simples em suas proporções. E que magia há nos corredores do seu convento: as paredes ornadas com azulejos brilhantes, as salas ornadas com obras entalhadas em jacarandá, os tetos com painéis de madeira e o bom gosto reinando em cada detalhe! Mas os carmelitas também queriam uma igreja que não fosse menos bela, os

benedictinos também, os negros queriam a sua com a Virgem e os santos de sua cor; e assim existem igrejas e conventos por toda parte. Quase não se percorre as ruas maiores sem topar com uma igreja que tenha um encanto de antiguidade. Havia espaço a qualquer hora do dia na antiga colônia para qualquer pessoa de fé que quisesse fazer sua devoção. Hoje, graças à rivalidade entre as igrejas, existem na Bahia igrejas demais para ficarem totalmente cheias, e seriam precisos dias e mais dias para admirar cada uma em todas as suas particularidades e em todos os seus detalhes.

Essa abundância de igrejas me surpreendeu (nas cidades mais novas do Brasil, são mais raras, em comparação com a Europa). E eu perguntei ao gentil sacerdote que me acompanhava se a Bahia ainda era uma cidade religiosa, assim como antigamente. Ele sorriu e disse: “Sim, o povo aqui é religioso, mas à sua maneira”. Num primeiro momento, não compreendi o que significava aquele leve sorriso, que não expressava negação, mas tampouco uma crítica. Apenas apontava para um tipo especial de religiosidade que escapa aos nossos conceitos e que eu só reconheci nos dias seguintes. De todas as grandes cidades do Brasil, a Bahia é a mais escura; como tudo de seu passado, conservou também sua antiga população negra e ainda não perdeu a cor na mesma medida que as outras cidades com o afluxo dos europeus. E os negros, com o passar dos séculos, têm sido os adeptos mais fiéis, mais zelosos, mais apaixonados da igreja, só que a sua forma de religiosidade também apresenta um colorido especial. Para esses africanos ingênuos, ainda livres do trabalho intelectual, a igreja não era um local de recolhimento, de meditação. O que os atraía no catolicismo era o luxo, o mistério, o colorido, a opulência do rito. Anchieta já relatou há quatrocentos anos que a música era a forma mais eficaz de convertê-los. Ainda hoje, para esse povo cordial e sensível, a religião está indissolivelmente ligada a festejo, alegria, espetáculo: cada parada, cada procissão, cada missa, para eles, traz felicidade. Por isso, a Bahia é a cidade das festas religiosas. Um feriado na Bahia não é apenas um dia marcado em vermelho no calendário, mas torna-se obrigatoriamente um dia de festa popular, um espetáculo, e toda a cidade empenha-se em participar de alguma forma. Ninguém foi capaz de me dizer com segurança quantas festas dessas há por ano, provavelmente porque a população, movida por aquela curiosa mistura de verdadeira religiosidade e prazer com o espetáculo, sempre inventa festas novas.

Não é preciso ter muita sorte para assistir a uma dessas festas religiosas na Bahia, mas eu tive essa sorte e ainda por cima no dia do santo padroeiro da cidade, Nosso Senhor do Bonfim. O Senhor do Bonfim – que não pode ser encontrado em nenhum calendário religioso – tem na Bahia uma igreja própria, situada sobre uma colina com uma vista encantadora a cerca de uma hora e meia da cidade, que durante uma semana inteira forma o centro das diferentes festividades. As casinhas que circundam a larga praça são alugadas pelas famílias, as pessoas se visitam, conversam, comem juntas no círculo dos amigos, enquanto o grande largo se destina aos milhares de pessoas que se reúnem ali e ficam ao relento, sob as estrelas brancas e amenas, da missa vespertina até a primeira missa da manhã. Toda a fachada da igreja brilha banhada em luz elétrica, e na sombra das palmeiras são armadas inúmeras barracas de comida e bebida, as baianas negras ficam acoradas na grama diante de seus pequenos fogareiros para oferecer suas mil guloseimas baratas ao público, e atrás delas dormem seus filhos, embrulhados em lençóis brancos, em meio ao movimento. Os carrosséis rodam, as pessoas passeiam, dançam, conversam, fazem música. Da noite até o dia seguinte, da manhã até a noite o povo aflui para prestar reverência ao santo da cidade através da missa e de sua alegria despreocupada. Mas a verdadeira cerimônia inesquecível daquela semana é a lavagem do Senhor do Bonfim. Esse costume, que não existe em nenhuma outra parte, é característico para a Bahia. Originalmente, a igreja do Bonfim era uma igreja de escravos. Parece que um dia um padre incumbiu a comunidade de lavar a igreja e esfregar o piso na véspera da festa do padroeiro. Os cristãos negros aceitaram a tarefa com prazer – que bela oportunidade para essas almas sinceramente religiosas de mostrar ao santo o amor e o respeito que eles lhes inspirava! Naturalmente, eles queriam varrer e esfregar a sua igreja à perfeição, todos estavam lá no dia escolhido para participar da honra de fazer uma boa limpeza na casa do Senhor do Bonfim. Com esse intuito piedoso tudo começou. Mas de acordo com a sua mentalidade pueril e ingênua, essa limpeza da igreja (assim como todo ato religioso) se transformou em festa. Eles se superavam em esfregar e varrer como se quisessem expurgar os próprios pecados. Centenas e milhares de pessoas vinham de perto e de longe, a cada ano crescia a multidão. E de repente o hábito piedoso estava transformado em festa popular, uma festa tão

impetuosa e extática que o clero ficou incomodado e a proibiu. Mas a vontade do povo de continuar a festa restabeleceu a lavagem do Senhor do Bonfim. Hoje, é uma festa da cidade inteira, uma das mais impressionantes que vi em toda a minha vida.

Ela começa com uma romaria festiva que leva duas horas para percorrer metade da cidade até a igreja do Bonfim, pois toda a população quer vê-la. Mas é uma verdadeira procissão popular, e não como o carnaval de Nice, hoje subvencionado pela Secretaria de Turismo e pelos comerciantes com finalidade de propaganda. Nada é mais comovente do que o seu aspecto primitivo. Uma multidão ansiosa se reúne de manhã na praça diante do mercado para a partida, onde já esperam os caminhões do mercado, as pequenas carroças puxadas por burros festivamente decoradas. Os cavalos estão cobertos com a colcha rendada da cama, as rodas do caminhão enfeitadas com tiras coloridas de papel de seda, os cascos dos burros são prateados e os barris para a lavagem, pintados com cor dourada. Toda essa ornamentação custa, no máximo, dez dólares. Mas torna-se colorida e imponente com as baianas que, em seu zelo religioso, percorrem todo o caminho comprido com seu maravilhoso porte altivo levando na cabeça jarros com flores e pequenos potes no sol intenso. São lindas essas rainhas negras que aperfeiçoaram seu traje colorido nesse dia festivo com um lenço rendado e mais um colar no pescoço, com os olhos brilhando de felicidade por estar servindo ao mesmo tempo ao santo e à alegria do povo com sua marcha piedosa. Em carroças pré-históricas ficam os rapazes, as vassouras sobre os ombros como espingardas, e uma banda toca uma música metálica desafinada; mas tudo brilha e ferve na claridade intensa, enquanto no fundo o mar se estende azul e, acima, o céu. É uma exuberância de cores e de alegria.

Finalmente o cortejo se põe em movimento, com o habitual atraso brasileiro. Na frente as mulheres em longa fila com suas jarras na cabeça, ele segue muito lentamente pela cidade, pois todos querem vê-lo. Das portas e das janelas, todos acenam e gritam “viva o Senhor do Bonfim”, os idosos sentados em suas modestas cadeiras de vime diante de suas casas para não perder nada – para o povo brasileiro, esse povo mais comedido do mundo, um espetáculo como esse já é uma festa. Como o cortejo com as jarras carregadas na cabeça, das quais não se pode derramar nem uma gota, demora quase duas horas, fomos de carro para esperá-lo. Mas a

igreja já estava lotada. Mulheres, homens, inúmeras crianças negras rindo estavam aglomerados à espera da festa. Havia gente nas janelas, na sacristia, na escadaria, tudo transbordando. E a multidão fremia de impaciência. Mas – eu só compreendi mais tarde – é precisamente essa expectativa que exalta nessa gente o frenesi até uma espécie de prazer físico, e quando o primeiro tiro de morteiro avisou que, em uma curva do caminho, se avistava o cortejo, deu-se uma explosão de júbilo como eu nunca vi antes. As criancinhas negras bateram palmas e sapatearam de alegria, os adultos gritavam “viva o Senhor do Bonfim”, toda a igreja larga ecoou durante um minuto esse grito de júbilo. Mas a procissão ainda estava distante. A excitação aumentou até o êxtase que ficava estampado nos rostos tensos. A cada tiro de morteiro, um novo grito “viva o Senhor do Bonfim”, mais aplausos e novo alarido, cada vez era maior o entusiasmo. Confesso que alguma coisa dessa impaciência acumulada, dessa paixão concentrada da massa passou para mim. O cortejo se aproximava. Finalmente, as primeiras pessoas do cortejo atravessaram o portão da igreja com altivez para depositar as flores diante do altar – eu vi de cima como elas atravessaram eretas duas alas estrepitosas de ovações, vi também a agitação da multidão aglomerada e ouvi de milhares de lábios abertos o único grito “viva o Senhor do Bonfim, viva o Senhor do Bonfim”. Sentia-se nitidamente a expectativa concentrada, era como se um gigantesco animal negro quisesse se lançar sobre sua presa. Por fim, chegou o momento esperado. Com energia treinada, alguns policiais afastam a multidão do meio da igreja para abrir espaço no piso que deve ser esfregado. Água é despejada das jarras sobre o chão, e os primeiros pegam as vassouras. Mas esses primeiros ainda o fizeram de um jeito piedoso e humilde, com o intuito respeitoso de prestar um serviço religioso: inclinaram-se diante do altar e fizeram o sinal da cruz. Mas logo os próximos, que também pretendiam servir ao senhor, não podiam mais ser contidos, a impaciência da espera, os gritos, os júbilos tinham levado ao êxtase. E de repente começou no meio da igreja um movimento como de cem demônios negros. Um arrancava a vassoura do outro, às vezes eram dois, três, dez que atravessavam a igreja, agarrados a um cabo, outros que não tinham vassoura se lançavam ao chão e esfregavam a terra com suas mãos e tocos, todos gritavam “viva o Senhor do Bonfim”, as crianças com suas pequenas vozes, os homens – já era uma histeria em

massa que eu jamais vira antes. Então, uma moça, provavelmente sempre quieta e reservada, soltou-se da sua família e gritou, jogando as mãos para cima, o rosto transfigurado como uma bacante: “Viva o senhor do Bonfim, viva o Senhor do Bonfim”, até perder a voz. Outra que desmaiara de tanto gritar foi carregada para fora, e no meio disso os demônios loucos esfregavam e lavavam e varriam até o sangue sair de baixo de suas unhas. Havia algo de tão arrebatador e contagioso nesse ato prazeroso de varrer que, se eu estivesse entre os mais exaltados, teria arrancado uma vassoura da mão de alguém. Foi provavelmente o primeiro acesso de loucura coletiva que eu vi na minha vida, ainda aumentada em sua irreabilidade pelo fato de estar acontecendo em uma igreja, sem álcool, sem música, sem estimulantes, no meio do dia, sob um céu gloriosamente radiante.

Mas este é o mistério da Bahia: o fato de que, desde os antepassados, a religião se mistura ao prazer de forma tão misteriosa que a expectativa ou uma excitação monótona desencadeia principalmente entre os negros e os mestiços uma tal sensação de embriaguez; não é por acaso que a Bahia é a cidade dos candomblés e da macumba, em que velhos ritos africanos cruentos se mesclam de forma curiosa com um fanatismo católico. Muito foi escrito sobre a macumba, e todo estrangeiro se vangloria de ter visto uma macumba “verdadeira” com ajuda de um amigo. Mas na realidade, esses ritos insólitos e estranhos – apesar do fato de os negros terem sido forçados a ocultá-los cuidadosamente da polícia – viraram uma curiosidade e geraram tantas apresentações encenadas como, na Índia, as apresentações dos iogues contratados para os turistas pela agência Cook. A macumba à qual eu assisti foi – confesso sinceramente – sem dúvida encenada. Por volta da meia-noite, depois de andar meia hora pelo mato subindo e tropeçando nas pedras – a dificuldade do acesso tem por objetivo aumentar a sensação do proibido e misterioso – chegamos a uma casinha onde, com uma luz fraca, estavam reunidos dezenas de negros e negras. Eles marcavam o compasso tocando pandeiro e entoavam em coro uma única melodia, sempre a mesma, sempre a mesma, sempre a mesma, e essa monotonia excitava e impacientava o público. Depois veio o feiticeiro com sua vítima e começou a dançar, sempre bebendo cachaça e mascando tabaco, e dançava-se e dançava-se e dançava-se até a epilepsia, até o primeiro cair com os membros rígidos e olhos revirados. Eu compreendi naquele momento que tudo fora preparado e encenado, mas

mesmo assim, com a dança, a bebida, e sobretudo aquela terrível monotonia da música havia uma embriaguez, a mesma que eu vi na igreja do Nosso Senhor do Bonfim, onde o prazer com o barulho, o êxtase pelo êxtase tomou conta até mesmo das pessoas mais pacíficas e quietas. Mais uma vez, podemos dizer: tudo o que no resto do Brasil já foi polido pelos costumes modernos, o que tem suas origens encobertas pelo que é europeu, tudo o que é primitivo, instintivo, extático, na Bahia permanece conservado em vestígios misteriosos, e em algumas raras manifestações sentem-se ainda resquícios de sua presença.

Visita ao açúcar, ao tabaco e ao cacau

Em São Paulo, eu rendera uma visita ao café, o ex-potentado do país. Da mesma forma, quis ver seus irmãos que tornaram esse solo tão rico, fértil e famoso. Esses senhores tão importantes não vêm ao nosso encontro. Temos que viajar algumas horas para chegar às suas residências. Mas o esforço valerá a pena, pois o trajeto até Cachoeira através da fertilíssima região em volta de Salvador da Bahia é uma única sequência de belas vistas. Primeiro, há os palmeirais, tão densos e escuros, tão amplos e poderosos como eu nunca vi antes. Geralmente, conhecemos palmeiras isoladas, solitárias sentinelas ao lado de uma casa velha, vigias de um parque elegante, formando filas ao longo de alamedas nas cidades do sul da Europa. Mas ali estavam uma ao lado da outra, caule ao lado de caule, como uma legião romana, lança junto de lança, e essa massa opulenta só deu uma primeira ideia da saciedade e da fertilidade dessa região baiana. Depois, passamos por extensas áreas plantadas de mandioca, o principal alimento do país, com cuja raiz se prepara a farinha saborosa e nutritiva que é para a população primitiva o que para os chineses é o arroz e que, ainda hoje, junto com a banana e a fruta-pão, é o presente mais generoso da natureza para todo pobre.

Aos poucos, os campos ganham outras formas. Caules erguem-se como bambus, todos com a mesma altura, à direita e à esquerda os mesmos vegetais. Uma grande massa é sempre monótona, e assim uma lavoura de cana-de-açúcar é tão entediante em seu verde uniforme, nunca interrompido por outros matizes, quanto uma plantação de café ou de chá. Não, o açúcar não parece ser um anfitrião divertido, não tem o que

oferecer, não tem o que mostrar. De repente, numa curva do caminho, encontramos uma carroça puxada por cavalos, e eu me pergunto no primeiro momento: será essa uma daquelas velhas gravuras coloridas do museu, ou será realidade? Pois a carroça parece ser de 1600, um carro tosco cujas rodas, em vez de terem raios, ainda são discos maciços, como em Pompeia, como há dois mil anos. E os seis bois que o puxam ainda têm uma argola no focinho para a rédea como naquelas gravuras egípcias, e o negro que o puxa ainda usa a mesma camisa listrada colorida como usavam os escravos, e as canas são levadas para a moenda como nos tempos da colônia. Talvez o engenho ainda seja o mesmo, embora algumas chaminés no horizonte pareçam indicar a existência de refinarias modernas. Mas percebo, admirado e com agradável surpresa, que só numa estreita faixa do Brasil há uma indústria mecânica moderna, e que há ainda tantos hábitos antigos, formas antigas, métodos antigos, provavelmente uma desvantagem em termos de economia. Mas quanto prazer isso dá aos olhos cansados da monotonia do mundo. Por isso, ao passar, saúdo respeitosamente o velho potentado, o açúcar: ele ainda protege o sagrado legado do produto da terra contra as seduções das artes químicas e, por meio do seu sumo doce, fornece ao país e ao mundo algo da energia do sol e da inesgotabilidade do seu solo abençoado.

O fumo, seu irmão mais escuro, também se revela mais conservador do que eu supunha. Em Cachoeira, aquela velha cidade histórica onde as casas ainda têm seteiras para se defender dos índios, as grandes e famosas fábricas de charuto do mundo se reuniram. Como velho devoto da Santa Nicotina eu tinha que agradecer pelos prazeres proporcionados por diversos charutos saborosos e, consciente da minha culpa, queria discretamente calcular quantos daqueles campos verdes com milhares e milhares de folhas eu tinha transformado em fumaça ao longo de tantos anos de vício. Optar é sempre difícil, e por isso visitei as três fábricas. A palavra “fábrica”, nesse caso, é exagerada. Eu temia encontrar só possantes máquinas de aço que de um lado engolissem o fumo e do outro já devolvessem o charuto enrolado, encapado, etiquetado e, de preferência, já disposto em caixas. Nesse tipo de fábrica, sempre tenho a impressão de só estar assistindo aos grandes autômatos, e não ao real processo de transformação. Mas qual nada! No Brasil, esses processos ainda não foram mecanizados. Cada charuto é feito à mão, ou melhor: em cada charuto

trabalham vinte a quarenta hábeis pares de mãos. Ao assistir à gradual transformação, percebemos surpresos – o que para todo fumante é uma surpresa – quanto esforço se esconde sob a fina capa de um charuto. Centenas de moças morenas estão sentadas nas salas da fábrica, cada grupo cumprindo uma etapa diferente, e no percurso podemos assistir à evolução inteira de um charuto. Na primeira sala vemos o fumo como chega da plantação, as grandes folhas secas que exalam um aroma forte e penetrante. Depois da primeira seleção, feita por mulheres sentadas entre montes de fumo, retiram-se os talos. Depois começa o enrolamento das folhas para formar o charuto. Um outro grupo de operárias corta os charutos com facas de acordo com uma medida. Mas ainda é o fumo nu, negro e sem roupa. Falta a capa para dar forma e sabor. E o Brasil, há séculos o país que mais fumo produz – singular perversidade da natureza! –, possui todas as espécies desse vegetal, menos a que fornece as folhas com que se fazem as capas, pois essa não dá aqui. Por isso, essa folha – bilhões e bilhões de folhas – precisa ser importada de Sumatra, e em todo charuto que fumamos despreocupadamente dois continentes participaram, a Ásia e a América, e geralmente o fumamos em um terceiro continente. Revestido afinal o charuto, outra artista engenhosa precisa fazer a ponta, outros dedos negros colam a etiqueta, outros a etiqueta fiscal (que, aqui no Brasil, vem colada em todos os produtos, menos nas crianças recém-nascidas). Depois os charutos são embrulhados em celofane e colocados nas caixas, que recebem uma marca feita a fogo. Quase me envergonho de colocar um charuto na boca desde que sei quanto esforço ele significou. Ao ver centenas de costas encurvadas de tantas moças, imagino, culpado, quantas costas eu fiz curvar. Mas os escrúpulos não duram muito. Como nessas fábricas ganhei caixinhas desse excelente produto, vários desses escrúpulos se dissolveram em fumaça azul antes ainda de voltar até Salvador.

Não pude visitar o terceiro dos três potentados do Norte do Brasil – o cacau – em sua própria residência, pois o cacau prefere as zonas úmidas e abafadas sob uma camada de árvores que causam o desejado calor de estufa onde, rodeado de miríades de mosquitos, gosta de crescer. Mas felizmente esse potentado tem uma elegante casa na capital, o Instituto do Cacau, onde se podem ver comodamente imagens de cacaueiros em flor com seus frutos. Pois é o que há de curioso nessa árvore, o fato de dar

simultaneamente flores e frutos: quando alguns frutos já podem ser colhidos, os outros estão amadurecendo e as colheitas podem ser contínuas. As sementes que fornecem o suco doce e saboroso – e isso eu tive de aprender – são amargas e exigem procedimentos complicados de limpeza, extração da gordura e esterilização antes de os sacos serem levados a bordo por meio de esteiras elétricas. Ali já começaram a ser utilizados métodos bem modernos. O Instituto do Cacau é, ao mesmo tempo, loja, depósito, museu e universidade, e em uma hora se aprende mais do que em uma centena de livros.

Recife

Com pesar – pois a Bahia é bela e sedutora demais – embarco no avião que me leva mais para o norte: para Pernambuco, ou Recife, ou Olinda? Na verdade, a cidade tem três nomes. Quando os comerciantes despacham mercadoria para ela, a chamam de Pernambuco. Mas eu adoro os nomes antigos das duas cidades irmãs, Recife e Olinda, que já se fundiram em uma só. Há vários anos ressoa nos meus ouvidos a melodia das três sílabas musicais “Olinda”, evocando velhos livros e lendas dos tempos perdidos quando a cidade ainda tinha o seu quarto nome: Mauritsstad. Assim deveria chamar-se em homenagem a Maurício de Nassau, que a conquistou e pretendia fundar no Brasil uma pequena Amsterdã com ruas limpas e asseadas e um belo palácio de tijolos. Seu historiador, Barleus, nos legou as plantas e as gravuras no amplo volume in-fólio, único monumento que resta do domínio holandês. Em vão procurei o tão célebre palácio, as poderosas cidadelas e os moinhos de vento que Maurício de Nassau trouxe como recordação da pátria. Tudo desapareceu, até a última pedra. Nada restou do passado senão as velhas igrejas portuguesas de Olinda e algumas tranquilas ruas coloniais, tudo embelezado por uma paisagem pacífica e amena. Olinda não tem a grandiosidade da Bahia, não tem a poderosa vista da cidade alta; é um recanto romântico inteiramente envolvido na tranquilidade da natureza, um lugar sonhador, solitário há vários séculos e que praticamente não olha para a irmã mais moça e cheia de vida. Já Recife é toda progresso e movimento: possui um hotel que honraria qualquer lugar da América, um belo aeroporto, ruas modernas, e está entre as primeiras cidades do Brasil quanto a serviços públicos

modernos. O prefeito da cidade está acabando radicalmente com os mocambos, aquelas choças de negros que achamos tão românticas, mandando construir casas populares para cada ofício, uma iniciativa digna de nota. Para sair das suas moradias insalubres, as lavadeiras, as costureiras, os pequenos funcionários pagam suaves prestações para receber casinhas claras e aprazíveis com luz elétrica e todas as conquistas técnicas modernas. Daqui a alguns anos ou décadas, existirá uma cidade-modelo. E assim viajamos de contraste para contraste – muitas vezes, basta dar um passo para ir da cidade velha para a nova, da selva para os tempos modernos. Nada é indiferente ou rotineiro, e cada dia da viagem, uma nova descoberta.

Voando até o Amazonas

Seguimos mais ainda para o norte. De Recife para Belém, na foz do rio Amazonas, é preciso se servir do avião, caso contrário, a viagem duraria tantos dias quanto as horas voadas. São hidroplanos pequenos, não muito cômodos, que de hora em hora descem em uma outra cidade da costa: Cabedelo, Natal, Fortaleza, Camocim, Amarração e São Luiz, antes de chegarem finalmente em Belém. Mas quantas pequenas cidades desconhecidas e pitorescas acabo conhecendo dessa forma, e quanta paisagem! É o único caminho que se deve tomar, pois de navio só se vê a casca e não o núcleo, só a costa e não a terra. Por outro lado, linhas férreas e autoestradas aqui são raras. Somente a perspectiva do avião permite ter uma primeira ideia da diversidade e grandeza deste país. A verdadeira surpresa nesse cenário que muda ininterruptamente são os cursos d'água. Quantos rios cortam o país, e como são poderosos em sua foz, cada um deles – embora nunca tenha escutado seu nome – tão grande quanto o maior dos nossos rios europeus. Mas ao mesmo tempo, reconhecemos – e isso também freou muito o desenvolvimento do Brasil – com que falta de vontade, quase diria: com que perversidade e artimanha impedem o tráfego. Em vez de se dirigirem ao mar em linha reta, são sinuosos, perdem força em curvas e viradas sem parar, hesitando em lagunas rasas. Essa região ainda jaz abandonada, raramente se vê um caminho ou uma aldeia, há grandes extensões de florestas que não foram pisadas por ninguém ao longo de semanas e meses, raramente uma vela brilha na praia

ou nos incontáveis rios e lagos. Quanta terra ainda espera a humanidade aqui, e que terra linda, por toda parte fértil – com exceção da breve área onde um pequeno deserto de sal brilha como neve recém-caída – e provavelmente longe de ter sido explorada em todas as suas possibilidades! Só o futuro dará a resposta.

Chegamos a Belém! Desde a infância sonhei em ver o Amazonas, o rio mais poderoso – desde que li pela primeira vez algo acerca de Orellana, o primeiro a descer o rio em uma pequena canoa, partindo do Peru, desde que, ainda menino, vi no zoológico os papagaios nas vitrines ostentando o brilho de suas cores, e os macaquinhos ágeis, e a tabuleta dizendo: Amazonas! Agora estou na foz, ou melhor, numa de suas fozes, das quais cada uma é mais larga do que as de todos os nossos rios.

A cidade de Belém não é tão impressionante como se espera porque não está diretamente na margem do rio, não tem a vista do rio. Mas é uma cidade bonita, movimentada, de amplas proporções, e por toda parte se veem testemunhos de seus tempos ousados, orgulhosos. Belém passou vinte anos sonhando em se tornar uma grande metrópole de luxo da noite para o dia. Foi quando começou o grande surto da borracha e o Norte do Brasil ainda detinha o monopólio da *Hevea brasiliensis*. Naquela época, as bolas negras de borracha transportadas nos navios e nas barcas que desciam o Amazonas viravam ouro com uma velocidade fantástica, e a cidade transbordou. Belém, assim como Manaus, construiu um grande e magnífico Teatro Municipal, que hoje está quase inútil em meio à sua grande praça para receber dignamente os sonhados Carusos, vilas de luxo foram edificadas e parecia que, graças ao “ouro líquido”, a economia do Brasil iria depender mais do Norte. Mas veio a crise, as empresas internacionais e as firmas comerciais encolheram ou desapareceram. Desde então, Belém voltou a ser o que sempre foi: uma cidade respeitável, porém tranquila. Com o advento do avião, na rota para a América do Norte, do Sul e para a Europa, tem um novo futuro pela frente. Se um dia as regiões imensas e ainda inestimáveis do Amazonas se abrirem, seus anseios de poder talvez se cumpram de forma mais grandiosa do que o sonhado.

A grande atração de Belém são seus dois jardins, o zoológico e o botânico, que reúnem toda a fauna e a flora do mundo amazônico. Quem não tiver a sorte, o tempo e a coragem de subir o rio durante uma viagem

de vários dias para ver o “deserto verde” – porque as florestas se amontoam em monotonia ininterrupta, porém grandiosa, à direita e à esquerda da água – pode imaginar aqui, nas veredas confortáveis e cobertas de cascalho, como é a mata virgem. Há a famosa *Hevea brasiliensis*, a seringueira, que prometeu riqueza para a região e acabou dando essa riqueza ao mundo inteiro em vez de só à sua pátria. Tive a oportunidade de sangrar uma dessas árvores, e um minuto depois o líquido branco e pegajoso escorreu do pequeno talho. Vi também outra maravilha, a árvore que os nativos veneravam como sagrada porque é a única que não permanece em seu lugar e em suas raízes, mas que migra – verdadeiramente migra, pois estende tanto seus ramos para frente que estes se cansam e se inclinam para o solo. Os ramos penetram na terra, adquirem nova força, viram galho e tronco, enquanto o tronco velho seca e cai. Assim, a árvore avançou alguns passos, tem outro tronco, mas ainda é a mesma, e continua migrando, admirada pelos nativos como um ser com alma e sabedoria. Há ainda outras maravilhas: os troncos gigantescos que vários homens não podem abraçar, cipós emaranhados, os arbustos de mil formas e, no meio de tudo isso, os animais, os pássaros coloridos, os peixes delgados e transparentes, dos quais alguns têm um farol na frente e atrás, como um automóvel – milagres de uma natureza esbanjadora e caprichosa sem fim. Nada disso é disposto como em um museu, ordenado, cultivado artificialmente, mas brotou desse solo, faz parte dele, está unido a ele. O tempo é curto demais, e os próprios conhecimentos parecem insuficientes. Valeria a pena mudar o trajeto da viagem? Subir esse rio largo até as regiões misteriosas, onde a natureza se revela ao homem em todos os seus poderes? Mas onde parariamos nesse infinito? Será que tudo não se tornaria ainda mais sedutor e atraente, quanto mais penetramos nas zonas nunca pisadas, sabendo, ao mesmo tempo, que nunca conseguiremos medir nem um só palmo do Brasil? Não seria muita pretensão querer conhecer da primeira vez, em apenas uma viagem de alguns meses, um mundo que ainda não se conhece em suas próprias dimensões? Viajar no Brasil significa sempre descobrir coisas novas e ter que abrir mão, pois uma só pessoa vê só uma parte, ninguém conhece o todo. Mas quem é sábio saberá sentir gratidão e resignar-se na hora certa: por esta vez, basta!

Voltamos ao aeroporto. Ao lado do avião em que sigo para os Estados Unidos, atravessando a linha do Equador, está outro, que toma o rumo de

Manaus. Involuntariamente, olho com nostalgia para o avião decolando e rumando para zonas desconhecidas. Mas enquanto o motor começa a rodar para me levar embora, penso com gratidão na sorte e na felicidade dessas semanas e meses. Quem realmente é capaz de sentir o Brasil viu beleza suficiente para a metade da vida.

[10](#) O autor confunde, aqui e mais adiante, Bahia e Salvador. (N.E.)

[11](#) Na verdade, Mem de Sá foi o terceiro governador-geral. (N.T.)

Dados sobre a história do Brasil

7 de julho 1497 – Primeira viagem para as Índias (Vasco da Gama).

9 de março de 1500 – Segunda viagem para as Índias (Pedro Álvares Cabral).

22 de abril de 1500 – Cabral desembarca no Brasil.

1501 – Fernando de Noronha inicia o comércio de pau-brasil.

1503 – Américo Vespúcio chega ao Brasil na frota de Gonçalo Coelho.

1507 – O nome América aparece pela primeira vez em um mapa (Waldseemüller).

1519 – Fernão de Magalhães desembarca no Brasil na primeira viagem de circunavegação do mundo.

1534 – O Brasil é dividido em capitanias.

1549 – Chega de Portugal Tomé de Souza, o primeiro governador da Bahia.

Com ele, os primeiros jesuítas, sendo Manoel da Nóbrega o provincial.

1551 – Chega o primeiro bispo do Brasil.

1554 – Fundação de São Paulo pelo padre Manoel da Nóbrega.

1555 – Os franceses, sob o comando de Nicolau Durand de Villegaignon, desembarcam no Rio de Janeiro.

1557 – Hans Staden escreve *Viagem ao Brasil*.

1558 – André Thevel escreve *Les Singularités de la France Antarctique*.

1560 – Combate de Mem de Sá contra os franceses no Rio de Janeiro.

1565-1567 – Expulsão dos franceses e fundação da cidade do Rio de Janeiro.

1580 – Portugal passa a ser propriedade da Coroa espanhola.

1584 – Conquista da Paraíba.

1602 – Fundação da Companhia das Índias Ocidentais.

1610 – Conquista do Ceará.

1615 – Conquista do Maranhão e fundação de Belém.

1624 – A Bahia cai em poder dos holandeses.

- 1627** – Olinda (Recife) é ocupada pelos holandeses e passa a se chamar *Mauritsstaad*.
- 1640** – Portugal recupera sua independência.
- 1645** – Revolta em Pernambuco contra os holandeses.
- 1654** – Fim definitivo da ocupação holandesa.
- 1661** – Tratado de paz entre Holanda e Portugal.
- 1694** – Descoberta do ouro em Taubaté.
- 1720** – Minas Gerais, região do ouro, é elevada à categoria de província. Sufocada a sublevação de Vila Rica motivada pela criação da casa de fundição.
- 1723** – O café chega ao Brasil.
- 1729** – Descoberta de diamantes.
- 1737** – Fundação do Rio Grande do Sul.
- 1739** – O primeiro dramaturgo brasileiro, Antônio José, é queimado pela Inquisição em Lisboa.
- 1740** – Província de Goiás.
- 1748** – Província de Mato Grosso.
- 13 de janeiro 1750** – Tratado de Madri que estabeleceu os limites entre as Américas espanhola e portuguesa (Brasil).
- 1756** – Terremoto de Lisboa.
- 1759** – Expulsão dos jesuítas do Brasil.
- 1763** – O Rio de Janeiro é elevado à condição de capital.
- 1789** – Conspiração dos Inconfidentes em Minas Gerais.
- 1792** – Execução de Tiradentes, líder da conspiração.
- 1807** – Fuga da família real de Lisboa para escapar a Napoleão. Chegada da família real no Rio.
- 1808** – Abertura dos portos brasileiros ao comércio mundial. A população brasileira é estimada em 3,5 milhões, dos quais quase dois milhões são escravos.
- 1810** – *The History of Brazil*, de Roberto Southey.
- 1815** – O Brasil é elevado à categoria de reino.
- 26 de abril de 1821** – Dom João VI regressa para Portugal.

1822 – Dom Pedro, seu filho, declara a independência e é coroado imperador Dom Pedro I.

1823 – *Voyage dans l'intérieur du Brésil*, de Saint Hilaire.

1828 – O Brasil perde o Uruguai, a “República Cisplatina”.

1831 – Abdicação e partida do imperador Dom Pedro I.

1840 – Declarada a maioridade de Dom Pedro II.

1850 – Proibição da importação de escravos.

1855 – Primeira estrada de ferro no Brasil.

1864-1870 – Guerra do Paraguai.

1874 – Telégrafo entre o Brasil e a Europa.

1875 – O número de habitantes do Brasil ultrapassa dez milhões.

13 de maio de 1888 – Abolição da escravatura no Brasil.

1889 – Abdicação de Dom Pedro II, proclamação da República.

1891 – Morte de Dom Pedro II no exílio.

1899 – Santos Dumont circunvoa a torre Eiffel.

1902 – Euclides da Cunha publica *Os sertões*.

O número de habitantes do Brasil passa de trinta milhões.

1930 – O número de habitantes do Brasil passa de quarenta milhões.

Getúlio Vargas assume a presidência.

Cronologia

1881 – Stefan Zweig nasce em Viena no dia 28 de novembro, na rua Schottenring, número 14, segundo filho do fabricante de têxteis da Boêmia Moritz Zweig (1845-1926) e de Ida Zweig, nascida Brettauer (1854-1938).

1887-1892 – Escola primária na Werdertorgasse.

1892-1900 – Segundo grau no Maximiliangymnasium (mais tarde, Wasagymnasium). A família se muda para a Rathausstrasse, número 17. Até 1900, escreveu algumas centenas de poemas, dos quais alguns foram publicados em “Deutsche Dichtung” e “Die Gesellschaft”.

Depois da conclusão da escola, viagem para a França.

1900 – Zweig começa a estudar Filosofia e História da Literatura na Universidade de Viena.

1901 – Primeiro livro publicado: *Silberne Saiten (Cordas prateadas)*, poemas, editora Schuster & Loeffler, Berlim.

1902 – Primeira colaboração para o caderno cultural da “Neue Freie Presse”, Viena (o conto *Die Wanderung – A caminhada*).

Publicação dos *Poemas de Paul Verlaine*, uma antologia das melhores traduções (Schuster & Loeffler, Berlim). *Os poemas em prosa*, de Baudelaire, traduzidos por Zweig e Camill Hoffmann, saem publicados com uma introdução de Zweig.

No verão, viagem para a Bélgica, primeiro encontro com o poeta Emile Verhaeren.

1902-1903 – Um semestre na universidade de Berlim.

1903 – Introdução do livro *E.M.Lilien, sua obra*, Schuster & Loeffler, Berlim. No verão, primeira viagem a Paris e estadia na Bretanha.

1904 – Conclusão dos estudos universitários com a dissertação *A filosofia de Hipólito Taine*.

Primeiro volume de novelas, *O amor de Érika Ewald*, Egon Fleschel, Berlim.

Os Poemas selecionados de Verhaeren saem na tradução de Zweig, editora Schuster & Loeffler, Berlim.

Viagens para Paris e Londres.

1905 – Viagem para a Espanha e a Argélia.

Monografia *Paul Verlaine*, Schuster & Loeffler, Berlim.

1906 – Sai o volume de poemas *Die frühen Kränze*, primeira obra de Zweig na editora Insel, Leipzig.

Zweig passa quatro meses na Inglaterra. Sai a tradução de A.G.B. Russell, *A filosofia de arte visionária de William Blake*, editora Julius Zeitler, Leipzig.

1907 – Em fevereiro, mudança para o primeiro apartamento próprio, Viena, Kochgasse.

Drama em poema *Tersites e Rimbaud: vida e poesia* (traduções de Karl Klammer, com introdução de Zweig), editora Insel.

1908 – *Balzac: sua visão do mundo através das obras*, coordenação e introdução de Zweig, editora Robert Lutz, Stuttgart.

Estreia *Tersites* em 26 de novembro em Dresden e Kassel.

1908-1909 – Em novembro, início de uma viagem de cinco meses para Índia, Ceilão e Burma.

1910 – A monografia *Emile Verhaeren* e dois volumes de traduções de sua obra (*Poemas selecionados e Três dramas*) saem pela editora Insel, Leipzig, bem como o ensaio sobre Dickens, introdução das obras completas do autor.

1911 – Viagem para a América: Nova York, Canadá, canal do Panamá, Cuba, Porto Rico.

Erstes Erlebnis – Vier Novellen aus Kinderland, dedicado a Ellen Key, sai pela editora Insel, assim como a tradução dos *Hinos à vida*, de Verhaeren.

1912 – Zweig organiza para Verhaeren uma turnê de leituras e o acompanha para Hamburgo, Berlim, Viena e Munique.

Em 5 de maio, estreia da peça em um ato *Der verwandelte Komödiant* (*O comediante transformado*).

Em 26 de outubro, estreia do drama *Das Haus am Meer* (*A casa ao mar*), em Viena. Zweig conhece Friderike Maria von Winternitz (1882-1971).

1913 – *O comediante transformado*, a tradução de Rubens, de Verhaeren, e a novela *Segredo ardente* saem pela editora Insel, Leipzig.

1914 – A mobilização para a guerra, em julho, surpreende Zweig quando está visitando Verhaeren, na Bélgica. Ele consegue voltar para Viena no último trem.

Em 12 de novembro, é recrutado como “voluntário” para trabalhar em Klosterneuburg; a partir de 1º de dezembro, no arquivo de guerra.

1915 – Em julho, viagem a serviço para a Galícia recém-libertada.

1916 – Muda-se com Friderike para Kalksburg, perto de Rodaun.

1916-1917 – Dá entrada para comprar a casa na montanha Kapuzinerberg, em Salzburg.

1917 – O drama pacifista *Jeremias* é publicado pela editora Insel.

Em 5 de novembro, Zweig recebe licença para uma viagem de dois meses para fazer palestras na Suíça. Com Friderike, conhece Max Reinhardt nos ensaios de *Jeremias* e visita Romain Rolland em Villeneuve e na sede da Cruz Vermelha em Genebra.

1917-1918 – Encontros com Fritz von Unruh, Hermann Hesse, James Joyce, Ferruccio Busoni e Annette Kolb.

Novas amizades do grupo pacifista de Genebra: Baudouin, Masereel, Debrit, Arcos, Jouve e os suíços Faesi e Ragaz.

Tradução do romance de Rolland, *Clérambault*, e o drama *Os tempos virão*.

No dia 27 março, estreia mundial de *Jeremias* no teatro municipal de Zurique.

Estreia do drama *Lenda de uma vida*, em 25 de dezembro, em Hamburgo.

1919 – No final de março, volta para a Áustria e mudança para a casa em Salzburg, na Kapuzinerberg.

Fahrten e *Die Zeit wird kommen* saem pela editora E.P. Tal, Leipzig – Viena.

O *Emile*, de Rousseau, sai com tradução e introdução de Zweig pela editora Kiepenheuer, de Potsdam.

1920 – Em janeiro, casa-se com Friderike von Winternitz.

Publicações pela editora Insel: *Marceline Desbordes-Valmore*, o conto “Der Zwang”, com dez xilogravuras de Frans Masereel, e o volume de ensaios *Três mestres* (Balzac, Dickens, Dostoievski) como primeira parte da série “Construtores do Mundo”.

A tradução do *Cressida*, de Suarès, sai pela editora E.P. Tal, Leipzig – Viena.

No final do ano, sai a biografia *Romain Rolland, o homem e sua obra*, pela editora Rütten & Loening, Frankfurt am Main.

1921 – *Dostoievski: romances e novelas*, introdução de Zweig, editora Insel.

1922 – *Amok, novela de uma paixão*, Insel, Leipzig.

Paul Verlaine: obras completas, Insel, Leipzig.

Die Augen des ewigen Bruders, Insel.

Clérambault, de R. Rolland, tradução de Zweig, Rütten & Loening, Frankfurt am Main.

1923 – *Sainte-Beuve, retratos literários*, em dois volumes, introdução de Zweig, Frankfurter Verlagsanstalt.

1924 – *Chateaubriand: contos românticos*, revisão de uma tradução antiga, Rikola Verlag, Viena-Leipzig-Munique. *Poemas reunidos*, Insel, Leipzig.

1925 – Introdução das *Memórias de uma juventude*, de Renan (Frankfurter Verlagsanstalt), e de *O mundo segundo Dostoievski*, de Hans Prater (Bogmeyer, Hildesheim).

O volume de ensaios *A luta com o demônio* (Hölderlin, Kleist, Nietzsche) sai pela editora Insel como segunda parte da série “Construtores do mundo”.

Em novembro, durante uma curta temporada em Marselha, Zweig faz uma adaptação livre de *Volpone*, de Ben Johnson.

1926 – *Volpone* sai pela editora Kiepenheuer, Potsdam.

Junto com Gorki e Duhamel, Zweig publica o *Liber amicorum Romain Rolland*, Rotapfel, Zurique.

O volume de novelas *Confusão de sentimentos*, Insel, Leipzig, vende trinta mil exemplares até o final do ano.

Estreia de *Volpone*, no Burgtheater; em seguida a peça é encenada em Dresden e Berlim.

1927 – Em 20 fevereiro, fala comemorativa *Adeus de Rilke*, no Staatstheater, em Munique.

Zweig ocupado com os ensaios biográficos sobre Casanova, Stendhal e Tolstói, *Três mestres (Drei Dichter ihres Lebens)*.

Momentos estelares da humanidade, cinco miniaturas históricas, Insel.

A fuga para Deus, epílogo para um drama inacabado de Tolstói, publicado por Felix Bloch Erben, Berlim.

A editora Vremia, de Leningrado, publica as *Obras completas* em dez volumes com um prefácio de Máximo Gorki.

1928 – *Stefan Zweig, der Mann und das Werk*, biografia de Erwin Rieger, sai pela editora Spaeth, de Berlim.

Três mestres sai pela Insel, de Leipzig, terceiro volume da série “*Construtores do Mundo*”.

Quiproquó (mais tarde: *A ocasião faz o amor*), comédia escrita com Alexander Lernet-Holenia sob o pseudônimo de Clemens Neydisser.

Em setembro, viagem para a Rússia por ocasião do centenário de nascimento de Tolstói.

1929 – Saem pela editora Insel, de Leipzig: *Joseph Fouché, retrato de um homem político, O cordeiro do pobre* (tragicomédia) e *Pequena crônica* (novela).

Fala por ocasião do falecimento do poeta Hugo von Hoffmansthal, no Burgtheater de Viena.

1930 – Em janeiro, viagem à Itália, visita a Máximo Gorki, em Sorrento. Dia 15 de março, estreia *O cordeiro do pobre* em Breslau, Hannover, Lübeck e Praga, em 12 de abril, no Burgtheater de Viena.

1931 – Viagem à França, encontro com Joseph Roth em Cap d’Antibes, Zweig ocupado com a biografia de Maria Antonieta.

A cura através do espírito (ensaios sobre Mesmer, Mary Baker-Eddy, Freud) sai pela editora Insel, de Leipzig, bem como os *Poemas selecionados*.

No verão, Zweig trabalha em um romance (*Postfräuleingeschichte*), que permanece inacabado.

Maria Antonieta é publicado pela Insel, Leipzig.

Em novembro, viagem para a Alsácia. É publicado *Albert Schweitzer, uma vida exemplar*.

1933 – Grande queima de livros pelos nazistas em Berlim, entre eles alguns também de Stefan Zweig.

A partir de 20 de outubro, primeira temporada longa em Londres.

1934 – Depois dos combates em Viena entre policiais e socialistas, a casa de Zweig em Salzburg é vasculhada atrás de armas escondidas, o que acelera a mudança definitiva para Londres. Friderike fica na Áustria.

Triunfo e tragédia de Erasmo de Roterdã sai pela editora Herbert Reichner, de Viena.

Lotte Altmann (que vai a Londres em 1933 como refugiada) torna-se sua secretária. Zweig viaja com ela para a Escócia para preparar a biografia de Maria Stuart.

1935 – Em janeiro, viagem de navio para os Estados Unidos com Toscanini e Shalom Asch para palestras e negociações com editoras.

A tradução da peça *Non si sa come* de Pirandello (1934), feita a pedido do autor para Alexander Moissi, sai pela editora Reichner, de Viena. Moissi morre em março antes do início dos ensaios.

Estreia da ópera *A mulher silenciosa*, de Richard Strauss (libreto de Zweig), em Dresden, em 24 de junho. Depois de três apresentações, a peça é proibida.

Em outubro sai *Maria Stuart* pela editora Reichner, de Viena.

1936 – Em março, mudança para um apartamento mais amplo em Londres, na Hallam Street. *Castellio contra Calvino* e *Caleidoscópio* (contos reunidos em dois volumes) saem pela editora Reichner, de Viena.

Em agosto, primeira viagem para o Brasil, depois para a Argentina, para a reunião do PEN Clube em Buenos Aires.

1937 – A editora Reichner, de Viena, publica a coleção com memórias e ensaios *Encontros com pessoas, livros, cidades*, a novela *Der begrabene Leuchter* e o conto *A ressurreição de Georg Friedrich Händel*.

1938 – Em janeiro, Friderike se muda com sua filha mais nova para Paris, enquanto Zweig viaja com Lotte para Portugal para colher material para *Fernão de Magalhães*.

Fernão de Magalhães sai pela editora Reichner, de Viena.

No final de dezembro, divórcio e pedido de cidadania britânica; partida para os Estados Unidos para palestras em trinta cidades.

1939 – Pouco antes da invasão alemã em Praga, Zweig volta para Londres. Seu único romance, *Coração impaciente*, atinge logo elevadas tiragens na editora Cassells, de Londres, e sai em

alemão pela editora Allert de Lange, de Amsterdã, e Bermann-Fischer, Estocolmo. Fala comemorativa por ocasião do falecimento de Joseph Roth, em maio.

Em julho, mudança para Bath, onde logo depois do início da guerra Zweig se casa com Lotte e compra uma casa.

Em 29 de junho, “Palavras ao pé do túmulo de Sigmund Freud”, em Londres.

1940 – Em 12 de março, Zweig recebe a cidadania britânica. Em abril, viagem para Paris. Em julho, viagem com Lotte para Nova York, primeira etapa de uma turnê de palestras pela América do Sul.

1941 – Zweig volta para New Haven, escreve *Américo Vespúcio – História de um erro histórico* (publicado postumamente em 1944 pela editora Bermann-Fischer, Estocolmo).

Brasil, um país do futuro sai quase simultaneamente no Rio e em Portugal, em alemão pela Bermann-Fischer e em inglês pela Viking, Nova York. Além disso, ainda são publicadas edições em espanhol, em sueco e em francês em Nova York.

No verão, Zweig aluga uma mansão em Ossining, em Nova York, onde termina o esboço de sua autobiografia, antes de voltar para o Brasil em agosto, de navio.

Depois de algumas semanas no Rio, Zweig e Lotte se mudam para Petrópolis, alugam um pequeno bangalô, onde, entre outros trabalhos, escreve a novela *Xadrez* e um estudo sobre Montaigne.

Em novembro, completa sua autobiografia *O mundo que eu vi* e a envia para Bermann-Fischer. Sua depressão cresce em vistas da situação da guerra, principalmente em dezembro, depois do ataque a Pearl Harbour e o ingresso da América na guerra.

1942 – Depois da notícia da queda de Cingapura, Zweig volta deprimido do carnaval no Rio para Petrópolis, toma a decisão do suicídio e começa a preparar esse ato. A novela *Xadrez* é enviada para a editora G.B. Fischer, em Nova York.

No dia 22 de fevereiro, Zweig se suicida junto com Lotte. Segue-se um enterro com honras de Estado no cemitério de Petrópolis. Primeira edição em alemão da novela *Xadrez* pela editora Pigmalion, de Buenos Aires.

O mundo que eu vi sai pela editora Bermann-Fischer, de Estocolmo.

A aventura de traduzir Zweig

Começo esta nota da tradutora com o próprio verbo “traduzir”, que encerra uma das maiores armadilhas da tradução: o duplo sentido. Trata-se, neste caso, de uma feliz ambiguidade. Em alemão, *übersetzen* pode significar tanto “traduzir” quanto “transpor”. Em seu cotidiano ofício de caçar as palavras e os significados mais adequados ao transitar de um universo linguístico para outro, o tradutor não faz outra coisa senão transpor o tempo todo: transpor as barreiras das diferentes línguas (ainda mais no caso de idiomas com sintaxes tão diferentes quanto o alemão e o português), transpor as diferenças culturais, transpor até mesmo as palavras que não se deixam traduzir. É nesse constante ir e vir que reside o grande prazer do tradutor.

No caso específico de *Brasil, um país do futuro*, o desafio era muito maior – e a transposição adquiriu uma nova dimensão. Quando Alberto Dines e Ivan Pinheiro Machado me ofereceram a possibilidade de retraduzir o famoso livro, aceitei prontamente, e nem o exíguo prazo de três meses me fez hesitar. Para uma filha e bisneta de alemães que emigraram para o Brasil em épocas diferentes, criada entre duas culturas, duas línguas e visões de mundo diferentes e até muitas vezes contraditórias, o olhar do estrangeiro sobre este país que tanto amamos é sempre uma nova perspectiva que ajuda na eterna busca da própria identidade. Ainda mais, claro, quando esse estrangeiro é ninguém menos do que Stefan Zweig, um dos maiores autores da língua alemã do século XX.

Diferentemente das biografias de *Joseph Fouché* e Fernão de Magalhães, também de Zweig, que traduzi previamente, transpor *Brasil, um país do futuro* para o português foi, portanto, uma nova aventura, pois cada página amplificou esse transitar de uma cultura para a outra e vice-versa. Traduzi *Brasil, um país do futuro* com o coração, conversando o tempo todo com Zweig, ora concordando com ele, ora contestando-o, sentindo uma vontade danada de transgredir as normas da tradução e editar as repetições de palavras, de consertar os (raros) erros históricos, até

mesmo de acrescentar informações – enfim, atualizando a utopia zweiguiana.

Não que a obra seja uma obra-prima literária. Ao contrário – há momentos em que se tem a impressão de que Zweig poderia ter caprichado mais, relendo alguns trechos, riscando as repetições de palavras, depurando o texto em termos estilísticos. Mas eles são compensados pelos trechos em que o velho Zweig incomparável e intuitivo ressurgiu com metáforas inusitadas, animando um metal como o ouro, descrevendo como ninguém a entrada na baía de Guanabara, pegando o leitor pelas mãos e o deixando enlevar-se por paisagens tão diferentes quanto a Amazônia e as inóspitas regiões montanhosas de Minas Gerais.

O desafio era trazer para um português mais moderno um texto escrito em 1941 e traduzido simultaneamente para várias línguas, um fenômeno editorial para a época. O psiquiatra Odilon Galotti, que também foi um dos primeiros a verter Freud do alemão para o português, fez uma tradução cuidadosa. Exceto algumas frases que escaparam à sua atenção, alguns números trocados e informações técnicas ou históricas que ele decidiu editar ou corrigir sem fazer uma nota de pé de página (o que, nesse tipo de livro, quase um documento histórico, é discutível), a tradução era boa do ponto de vista estritamente linguístico, mas o português era antiquado.

Línguas vivem, e para que as novas gerações possam desfrutar deste livro que já se tornou um clássico foi preciso renovar o estilo. Dizem que a boa tradução é aquela que nem se percebe. No entanto, decidi em muitos momentos respeitar as construções mais complicadas do ponto de vista sintático. Foram decisões nem sempre fáceis, mas todas elas pensadas e refletidas, tentando contribuir, nesta transposição, para manter o “sotaque alemão” dessa grandiosa construção de pontes entre universos tão distintos.

Kristina Michahelles – junho de 2006

Texto de acordo com a nova ortografia.

Título original: *Brasilien ein Land der Zukunft*

Tradução: Kristina Michahelles

Capa: Marco Cena

Revisão: Bianca Pasqualini e Jó Saldanha

CIP-Brasil. Catalogação na Fonte

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Z96b

Zweig, Stefan, 1881-1942

Brasil, um país do futuro / Stefan Zweig ; tradução de Kristina Michahelles. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

(Coleção L&PM POCKET; v. 542)

Tradução de: Brasilien ein Land der Zukunft

Apêndices

ISBN 978.85.254.2893-6

1. Brasil - Descrições e viagens. 2. Brasil - História. I. Título. II. Série.

CDD 918.1

CDU 913(81)

© Williams Verlag, Zurich, 1976

Todos os direitos desta edição reservados a L&PM Editores

Rua Comendador Coruja 314, loja 9 – Floresta – 90.220-180

Porto Alegre – RS – Brasil / Fone: 51.3225.5777 – Fax: 51.3221.5380

PEDIDOS & DEPTO. COMERCIAL: vendas@lpm.com.br

FALE CONOSCO: info@lpm.com.br

www.lpm.com.br

Table of Contents

[Prefácio](#)

[Introdução](#)

[História](#)

[Economia](#)

[Um olhar sobre a cultura brasileira](#)

[Rio de Janeiro](#)

[A chegada](#)

[O Rio antigo](#)

[Passeando pela cidade](#)

[As ruas pequenas](#)

[Arte dos contrastes](#)

[Algumas coisas que amanhã já poderão ter desaparecido](#)

[Jardins, morros e ilhas](#)

[Verão no Rio](#)

[Olhar sobre São Paulo](#)

[Visita ao café](#)

[Visita às cidades perdidas do ouro](#)

[Sobrevoando o Norte](#)

[Bahia: fidelidade à tradição](#)

[Bahia: igrejas e festas](#)

[Visita ao açúcar, ao tabaco e ao cacau](#)

[Recife](#)

[Voando até o Amazonas](#)

[Dados sobre a história do Brasil](#)

[Cronologia](#)

[A aventura de traduzir Zweig](#)